RGSN

#2

v. 1, n. 2
outubro 2013

REVISTA DE GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS

ISSN 2318-4981

Faculdade São Francisco de Assis

REVISTA ACADÊMICA DA FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS – UNIFIN
WWW.SAOFRANCISCODEASSIS.EDU.BR – REVISTA@SAOFRANCISCODEASSIS.EDU.BR











CORPO EDITORIAL

Editor Presidente

01	EDSON ROBERTO OAIGEN	UNIFIN/UNIVATES/UEP

Comitê Editorial

02	ANA PAULA MELCHIORS STAHL SCHMIDT	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/UNIFIN
03	DANIELE VASCONCELLOS DE OLIVEIRA	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFEBE
04	JOSÉ LUIZ DOS SANTOS	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/UNIFIN
05	JOSÉ VICENTE LIMA ROBAINA	ULBRA
06	MÁRCIA BIANCHI	UFRGS
07	NILSON PERINAZZO MACHADO	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/UNIFIN
08	PAULO ROBERTO PINHEIRO	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/UNIFIN
09	PAULO SCHMIDT	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/UNIFIN

Comitê Ad hoc

10	ALTYVIR LOPES MARQUES	SECD/RR
11	ANTONIO BATISTA PEREIRA	UNIPAMPA
12	CLAUDIA ALVES DE SOUZA	INSTITUTO IES DE BRASÍLIA
13	EDUARDO PÉRICO	CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES
14	ERNANI OTT	FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/UNIFIN
15	GASTÃO OCTÁVIO FRANCO DA LUZ	UFPR
16	JAIR PUTZKE	UNISC
17	JARLAN BATISTA GONÇALVES	UNIVIRR
18	JOCELEI MARIA DE OLIVEIRA PINTO	UCS
19	LILIAM DOUSSOU ROMERO	FACULDADE SANTA FÉ/SÃO LUIZ/MA
20	MARCO AURÉLIO LOCATELI VERDADE	UNIVERSIDAD NIHON GAKKO
21	MARIA MARTHA DALPIAZ	UFRGS
22	MEIRE MOURA SOAVE RODRIGUES	SMEC/ NOVA MARILANDIA/MT
23	NICOLLE ALBORNOZ PESOA	SMAM /ALVORADA/RS
24	PEDRO CRISÓLOGO CARMONA CARRERAS	UNIVERSIDAD NACIONAL DE ASUNCIÓN – UNA ADMINISTRACIÓN NACIONAL DE ELECTRICIDAD – ANDE/ASUNCIÓN/PY
25	RICARDO PEDROSO OAIGEN	UNIPAMPA
26	ROSSANO ANDRÉ DAL-FARRA	ULBRA
27	TANIA BERNHARD	UNISC
28	TERESINHA SALETE TRAINOTTI	ULBRA



APRESENTAÇÃO EDITORIAL

A **REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS – RGSN** é um periódico trimestral da Faculdade São Francisco de Assis/UNIFIN, com contribuições de autores do Brasil e do Exterior. Publica trabalhos vinculado as áreas de conhecimentos: Gestão, Sustentabilidade, Ambiente e Negócios, com enfoque multidisciplinar, na forma de artigos científicos.

A **REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS – RGSN** aceita para publicação artigos inéditos resultantes de estudos teóricos, pesquisas e relatos de experiências. Excepcionalmente poderão ser publicados artigos de autores brasileiros ou estrangeiros editados anteriormente em livros e periódicos que tenham circulação restrita no Brasil.

A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Comitê Científico ou de Colaboradores *Ad hoc*. A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição às áreas de conhecimento aceitas pela Revista e à linha editorial da Revista, a originalidade do tema ou do tratamento dado ao mesmo, assim como a consistência e o rigor da abordagem teórico-metodológica. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pela Comissão Editorial, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

A RGSN busca colaborar no processo de disseminação da produção científica e tecnológica, mostrando a capacidade dos profissionais-pesquisadores e, também, dos alunos em processo de Iniciação à Educação Científica e Tecnológica em produzir, elaborar e difundir suas produções científicas relevantes para a transformação e melhoramentos em Ciências e Tecnologias na sociedade atual.

Com isso, a RGSN favorecerá a difusão da produção intelectual oriundas de trabalhos concluídos ou em processo investigativos provenientes de diferentes origens dentro do ensino superior.

A RGSN conta com o apoio da comunidade da Faculdade São Francisco de Assis/UNIFIN e das demais Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul, do Brasil e do exterior. Agradecemos a confiança em nossa iniciativa e desejamos uma ótima leitura!

Faculdade São Francisco de Assis/UNIFIN



SUMÁRIO

ANÁLISE DO SPED SOB A PERSPECTIVA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL 07

A PADRONIZAÇÃO DA TARIFA DO ESGOTO SANITÁRIO NAS CATEGORIAS DE CONSUMO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR 31

NOVOS CONTORNOS DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL 51

ENDOMARKETING COMO ESTRATÉGIA DE LIDERANÇA NO MERCADO PUBLICITÁRIO DE PORTO ALEGRE - RS 67

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO SUL DO ESTADO DE RORAIMA 89

CONTROLADORIA: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS CONGRESSOS ANPCONT E ENANPAD NO PERÍODO DE 2007 A 2012 111

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: UM ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO FINANCEIRO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA FACULDADE PARTICULAR DE PORTO ALEGRE 139

O PROCESSO DE CONTROLES INTERNOS EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO – ESTUDO DE CASO 157

PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE SABERES NA ÁREA DA SAÚDE: UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL 175

ANEXOS 187



ANÁLISE DO SPED SOB A PERSPECTIVA DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

CASAROTTO, Cariane[1]
RAIMUNDINI, Simone Leticia[2]
BEHR, Ariel[3]

RESUMO

A contabilidade é a principal fonte de dados para a administração pública fazendária. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) permite a integração e o compartilhamento de informações tributárias e contábeis. Isso exige das empresas uma melhor gestão da informação. O objetivo do trabalho é analisar as percepções de diversos profissionais sobre o SPED quanto à contribuição para a gestão da informação contábil bem como suas dificuldades e limitações de implementação e uso. A pesquisa é de natureza qualitativa-descritiva. Os dados foram coletados utilizando as técnicas de entrevistas e questionário e para a análise de conteúdo para a sua análise. Os resultados da pesquisa indicam que, a partir da implementação do SPED, é essencial atender alguns atributos da qualidade da informação, tais como a tempestividade, a confiabilidade e a completude. Outros resultados indicam que há redução de custos, necessidade de aprimorar sistemas de informações e, mudar a cultura empresarial e; os benefícios esperados pela Receita Federal do Brasil são confirmados. As principais conclusões foram: o SPED modificou a postura dos gestores e dos profissionais da área contábil em relação à informação que a empresa gera e disponibiliza ao Fisco, aumentando a importância da gestão da informação; a qualidade da informação torna-se essencial e; para as empresas que realizam planejamento tributário tem o SPED é considerado um aliado.

[1] Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. e-mail: cacacasarotto@yahoo.com.br.
[2] Doutoranda em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá. e-mail: slraimundini@uem.br.
[3] Doutorando em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Campus Santana do Livramento da Universidade Federal do Pampa. e-mail: behr.ariel@gmail.com.

Palavras-chave: Informação Contábil. Sistema de Informação. Gestão da Informação. Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

ABSTRACT

Accounting is the main source of data to the government treasury. The Public Digital Bookkeeping System (SPED) integrates and shares tax and accounting information between companies and government levels. This requires companies to better manage information. The objective of this research is to analyze the perceptions of several professionals about SPED in contributing towards the management of accounting information as well as difficulties and limitations of implementation and use. The research is qualitative and descriptive. The data were collected using the questionnaire and interview techniques and content analysis to further analyze them. The results indicate which information quality attributes such as timeliness, reliability and completeness are essential in the implementation of SPED. Other results suggest that costs are reduced, the need to improve information systems and change the corporate culture. Although, the benefits expected by the Federal Revenue of Brazil are confirmed. The main conclusions were: SPED changed the attitude of managers and accounting professionals with regard to accounting information generated and displayed to the Treasury, increasing the importance of information management, the quality of information becomes essential and, for companies making tax planning SPED is regarded as an ally.

Keywords: Accounting Information. Information System. Information Management. Public Digital Bookkeeping System (SPED).

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais os negócios buscam soluções tecnológicas que visam à confiabilidade, praticidade e rapidez na busca e obtenção bem como na geração e disseminação das informações. De acordo com Beuren (2009), a informação é um recurso vital para as organizações, podendo ser compreendida como um ativo que a empresa gera, dissemina e busca nos sistemas que a organização interage. Sobre isto, a esfera governamental tem se mostrada adepta as novas tecnologias e necessidades de controle da informação contábil.

Iniciativas desde o final dos anos 1990, como a de integrar as informações do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) com as informações da Previdência Social por meio do Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (SEFIP) e, ao final do primeiro quinquênio desta mesma década foi a vez das informações da Previdência Social serem integradas com as informações da Receita Federal do Brasil (RFB) são exemplos que indicam aumento do interesse governamental em gerenciar a informação contábil-fiscal.

Essas iniciativas do governo federal têm, por um lado, propiciado a formação de um grande banco de dados alimentado pelos mais diversos tipos de contribuintes, que são usuários desses sistemas. Por outro lado, tem possibilitado ao governo a melhora na gestão da cobrança e arrecadação de tributos. Assim, a implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) preenche uma lacuna: a integração e compartilhamento de

informações tributárias e contábeis entre as unidades da federação, por meio das Secretarias Estaduais da Fazenda, com a União. Ao mesmo tempo, todos esses exemplos fazem parte da virtualização dos processos (OVERBAY, 2008).

Conforme o artigo 2º do Decreto nº 6.022/07, o SPED é um instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações. Dessa forma, o SPED contribui para a redução dos custos com armazenamento de documentos, minimizar os encargos com o cumprimento das obrigações acessórias e problemas decorrentes de evasão fiscal, bem como, possibilitar troca de informação em tempo real por meio de processos virtuais.

> Para que as informações contábeis sejam utilizadas no processo de administração, é necessário que seja desejável e útil aos responsáveis pela administração da entidade. Aos administradores que buscam a excelência empresarial, uma informação, mesmo que útil, só é desejável se conseguida a um custo menor que os benefícios propiciados à empresa. A informação não pode custar mais do que seu valor econômico (MAGALHÃES; LUNKES, 2000, p. 35).

Com isto, a contabilidade torna-se a principal fonte de dados para a administração fiscal. Em outras palavras, as esferas governamentais entenderam que a ação preventiva é mais eficaz que a ação corretiva ou punitiva no que se refere à administração tributária. Com isto, a postura do governo em investir em meios de fiscalização após o fato gerador é deslocado para investimentos em meios de fiscalização para até a ocorrência do fato gerador. Isto implica em gerenciar a informação.

Conforme Beuren (2009) e Foina (2006), a gestão da informação (GI) é eficaz quando a informação gerada adverte sobre a existência de um problema e o diagnóstico do problema identificado. Além da GI, a tecnologia da informação também contribui para esse propósito.

Neste contexto, observa que o SPED possibilita o controle fiscal, por meio da GI contábil e da virtualização de processos. A pergunta que orienta esta pesquisa é: como são percebidos os benefícios e as dificuldades do uso do SPED, uma vez que sua adoção é compulsória pelas empresas? Desse modo, o objetivo do trabalho é analisar as percepções de diversos profissionais sobre como o SPED tem contribuído para a gestão da informação contábil bem como suas dificuldades e limitações de implementação e uso.

A relevância desta pesquisa pode ser justificada em duas perspectivas que se complementam: acadêmica e prática. Por meio de levantamento bibliográfico observou que os materiais publicados sobre o SPED enfatizam o que é e a sua obrigatoriedade, por

meio de guias de orientação de implantação e de exigência legal. Pouquíssimo material trata sobre o SPED em uma abordagem mais crítica, relacionando-o com aspectos da gestão informação. É nesta lacuna que este artigo busca contribuir, que segundo Orlikowski e Barley (2001) são poucos os estudos em TI que exploram questões de pesquisa acerca da sua concepção, utilização, consequências e influências nas organizações.

O artigo está organizado em cinco seções. Após esta introdução, na seção 2, é apresentada a base conceitual da pesquisa. A terceira seção compreende a metodologia. Na quarta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa, onde se é apresentada a análise qualitativa das entrevistas e do questionário, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Finalmente, na seção 5, são apresentadas as conclusões do estudo.

2 GESTÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E O SPED

Na literatura são mencionadas diversas finalidades do uso da informação. Foina (2006) e Rezende (2002) compreendem a informação como um ativo que a organização possui para a geração de riqueza. Segundo Beuren (2009) a informação é elemento básico para apoiar as estratégias, processos decisórios e controle das operações empresariais. Gonçalves e Riccio (2009) comentam que sem informação adequada não há como implantar controles, os quais são essenciais para organizar a atividade operacional, comunicar objetivos, mensurar desempenhos e promover a aprendizagem organizacional.

Seguindo este raciocínio, a informação deve atender a alguns atributos que são essenciais para que ela alcance um significado representativo na tomada de decisão. Stair (1998) e DeLone e McLean (1992, 2003) mencionam a precisão, a completude, a flexibilidade, a confiabilidade, a simplicidade, a oportunidade, a verificabilidade, a comparabilidade e o benefício econômico. Murdick e Munson (1988), Davis e Olson (1987) e Davis (1974 apud FREITAS et al., 1997), é mais exaustivo e apresentam como atributos da informação:

a) *finalidade*: a informação necessita ter uma finalidade quando é transmitida para um Sistema de Informações ou para uma pessoa;
b) *modo e formato*: a forma com que os sistemas recebem ou fornecem informações é muito importante para a realização de seus objetivos;

c) *redundância e eficiência*: a redundância é uma forma de se garantir contra os erros de comunicação; a eficiência na linguagem dos dados é o complemento da redundância;
d) *velocidade*: a velocidade de recepção ou transmissão da informação é o tempo gasto para se entender um determinado problema;
e) *frequência*: a frequência com que se recebe ou transmite a informação é um indicador do valor desta; entretanto, a alta frequência da informação pode sobrecarregar o receptor;
f) *determinística ou probabilística*: a informação probabilística admite um conjunto de resultados possíveis com suas probabilidades correspondentes, enquanto que as determinísticas normalmente admitem apenas um resultado;
g) *custo*: toda informação possui um custo; o responsável pelos Sistemas de Informações e os gerentes devem avaliar o valor da informação e o seu custo;
h) *valor*: o valor de uma informação é muito difícil de ser determinado e depende muito de outras características;
i) *confiabilidade e precisão*: em uma estimativa estatística, o valor real do parâmetro ficará dentro de um determinado intervalo, ao intervalo menor corresponde maior precisão, com menor confiabilidade;
j) *exatidão*: mede a proximidade de um número com o que deveria ser;
k) *validade*: mede o quanto a informação representa aquilo a que ela se propõe;
l) *atualidade*: designa a antiguidade da informação;
m) *densidade*: indica o volume de informação presente em um relatório;
n) *corretiva*: corrige uma informação passada;
o) *confirmatória*: quando confirma uma informação já existente.

Wang e Strong (1996) comentam que a qualidade da informação tem quatro dimensões:

a) intrínseca, compreendendo a confiabilidade, acurácia ou exatidão, objetividade e reputação;
b) contextual: compreende as qualidades percebidas pelo usuário, sendo elas, o valor agregado, a relevância, a tempestividade, a completude e a adequação do volume de informação fornecida;
c) representacional: deve ser interpretável, de fácil compreensão, consistente e concisa; e
d) acesso, compreendendo a acessibilidade e a segurança.

Nota-se que a informação é mais do que um conjunto de dados processados, trata-se de um bem que as organizações devem gerenciar para que apresentem características qualificadoras requeridas pelo processo de gestão empresarial (BEUREN, 2009). Por esses motivos, a informação deve ser gerenciada como um recurso estratégico de qualquer organização, tendo os seus sistemas de informações (SI) como o meio para isto.

Neste raciocínio, a GI compreende um conjunto estruturado de atividades e processo que incluem a maneira como define, obtém, distribui e utiliza a informação nas organizações (BEAL, 2004). Segundo Davenport, Marchand e Dickson (2004), a GI compreende o aproveitamento dos recursos informacionais internos e externos à organização para agregar valor na informação e beneficiar os diversos usuários e interessados pela informação.

De acordo com Foina (2006), qualquer SI de uma empresa apresenta, pelo menos, algumas dessas relações:

a) *Empresa-Mercado Consumidor*: consiste da relação de troca de informações acerca da demanda de produtos e serviços por parte do mercado consumidor potencial, expectativa de preços, posição da concorrência, detecção de novas oportunidades;
b) *Empresa-Fornecedor*: engloba as relações de troca de informações e produtos entre os fornecedores de insumos e bens de produção e a empresa, incluindo a remuneração do fornecedor pelos produtos e serviços fornecidos;
c) *Empresa-Mercado de Mão-de-obra*: resume todas as relações de troca de informação, serviços (trabalho) e remuneração (capital) entre a empresa e o mercado de mão-de-obra disponível na sociedade. Inclui a busca e seleção de profissionais, o dimensionamento da remuneração a ser paga a cada categoria, a definição de novas especialidades profissionais;
d) *Empresa-Mercado Financeiro*: consiste nas relações de troca de informações e ativos financeiros entre a empresa e as instituições financeiras. Inclui a busca de recursos de capital para financiamento das atividades empresariais, a aplicação de excedentes de capital no mercado, a detecção de oportunidades e restrições financeiras;
e) *Empresa-Acionistas*: menos evidente que as demais, esta relação engloba todas as trocas de informações e investimentos entre a empresa e seus acionistas e proprietários. Incluem-se aqui os investimentos feitos na

empresa, os lucros, os dividendos, o estabelecimento de metas futuras, a avaliação de desempenho gerencial;

f) *Empresa-Cliente*: engloba todas as trocas de informações, produtos e numerário envolvidos na atividade comercial e produtiva da empresa com seus clientes. Envolve desde a entrega (e fabricação) de produtos até o recebimento do numerário relativo à venda destes, passando pelo aprimoramento da qualidade e da utilidade do produto; e

g) *Empresa-Governo*: aglutina-se nessa relação todas as trocas de informações e obrigações entre a empresa e os órgãos governamentais nas diversas esferas. Inclui o fornecimento de serviços públicos básicos, o pagamento de impostos, o fornecimento de informações sobre resultados e capacidade instalada.

Ao analisar essas relações observa-se que o SPED está sustentado no tripé Empresa-Fornecedor, Empresa-Cliente e, principalmente, Empresa-Governo porque se trata de um SI que faz uso intensivo da tecnologia da informação e possibilita alcançar níveis de detalhes que até o momento anterior a sua implementação não era possível.

Nesta tríade, o Sistema de Informações Contábil (SIC) deixa de ser um grande banco de dados que cada organização possui (GONÇAVES e RICCIO, 2009, GIL, BIANCOLINO, BORGES, 2010), mas o principal banco de dados que é fornecido a administração fazendária por meio dos diversos módulos do SPED. Sob essa perspectiva, o SIC de qualquer organização pode ser entendido como o ativo de maior valor de troca com os usuários externos, especificamente o Governo em suas diversas esferas.

Sobre isto, a Emenda Constitucional nº 42, aprovada em 19 de dezembro de 2003, que introduziu o Inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal, determinou que as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atuassem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais.

A partir dessa Emenda Constitucional foram realizados diversos estudos para delinear o SPED. O objetivo era obter uma solução conjunta nas três esferas de Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de informações em larga

escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos. Assim, em 22 de janeiro de 2007 foi instituído o Decreto nº 6.022, que institucionalizou o SPED como parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. No âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB) faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infraestrutura logística adequados.

O SPED, de acordo com a RFB (2010), é um mecanismo de modernização da sistemática atual da escrituração contábil-fiscal e do cumprimento das obrigações acessórias (entrega de livros e documentos fiscais) dos contribuintes junto às diversas instâncias das administrações tributárias e órgãos fiscalizadores. Constitui um avanço na relação entre o fisco e os contribuintes porque facilita o acesso, por parte do fisco, à escrituração contábil-fiscal dos contribuintes porque os livros e documentos contábeis e fiscais são emitidos forma eletronicamente. Ainda, para garantir a validade jurídica dos livros e documentos contábeis e fiscais na sua forma digital será utilizada a certificação digital para fins de assinaturas nestes documentos eletrônicos.

O projeto contou inicialmente com 3 subprojetos: Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), SPED Contábil e SPED Fiscal. Contudo, a RFB vem aperfeiçoando e expandindo seus controles através de projetos de novos módulos.

A NF-e aperfeiçoa os controles fiscais, combate a sonegação e, por conseguinte, prove o aumento da arrecadação de tributos. Após o advento da certificação digital das assinaturas de empresas e pessoas, a ideia da implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para substituir a tradicional sistemática de emissão em papel tornou exequível. A validade jurídica garantida pela assinatura digital do remetente ao emitir o documento fiscal, promoverá a integração dos sistemas de fiscalização nas três esferas de governo, federal, estaduais e municipais, uma vez que se prevê a padronização, racionalização e compartilhamento das informações contábil e fiscal, assim como a integração de todo o processo relativo às notas fiscais (CLETO, 2006).

Por sua vez, o SPED Contábil visa à substituição da emissão de livros contábeis (Diário e Razão) em papel pela sua existência apenas digital. Os livros Diário e Razão são gerados a partir de um mesmo conjunto de informações digitais. A apresentação dos livros em sua forma digital supre, em relação aos arquivos correspondentes, a exigência contida na IN SRF nº 86, de 22/10/01 e na IN MPS/SRP nº 12, de 20 de Junho de 2006.

E, o SPED Fiscal possibilita a escrituração digital de documentos fiscais e de outras informações de interesse das Secretarias de Estado da Fazenda bem como da RFB. Por conseguinte, apura os impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte de modo que o Fisco saberá, em tempo real, os tributos que deverão ser recolhido ao seu cofre.

Com assinatura de Protocolo entre a Receita Federal, Secretarias de Fazenda Estaduais e Municipais, a criação do SPED se tornou não só oportuna, mas um imperativo das Administrações Tributárias que, com o desenvolvimento deste projeto, podem obter informações com mais qualidade, desonerando o contribuinte da trabalhosa e cara tarefa de manter estas informações em papel. Com SPED Contábil e Fiscal implantados bem como a NF-e, a empresa está dispensada de apresentar diversas obrigações acessórias, no âmbito federal.

A apuração da ocorrência de sonegação fiscal e outras irregularidades quanto ao cumprimento das obrigações tributárias e fiscais será facilitada às administrações fazendárias, levando-se em consideração que o cruzamento de informações ocorre eletronicamente e por um sistema criado com esse objetivo e não mais de forma manual. Cumprir as normas do SPED requer uma mudança significativa na forma como as empresas administram seus processos contábeis e fiscais, exigindo a implantação de sistemas de tecnologia da informação capazes de armazenar, gerenciar e transmitir dados digitais, diretamente ao Fisco. Além disso, esses aplicativos precisam estar preparados para integrar-se aos sistemas de gestão já disponíveis na empresa (NEGRUNI, 2009a e 2009b).

2.1 Benefícios Esperados do SPED

De acordo com o governo federal os benefícios potenciais do projeto SPED podem ser identificados por grupos de beneficiários, a saber:

a) *contribuinte*: aumento na confiabilidade da nota fiscal e na contabilidade fiscal; redução dos custos de emissão, recebimento, registro e guarda dos documentos fiscais; incentivo ao uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B); simplificação do cumprimento das obrigações acessórias, com a redução do custo-Brasil; aumento da competitividade entre as empresas pela diminuição da concorrência desleal decorrente da sonegação tributária; rapidez de acesso as informações; unificação das informações prestadas aos órgãos fiscalizadores e; redução de custos administrativos;

b) *sociedade*: redução do consumo de papel; surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados ao SPED e; incentivo ao comércio eletrônico;

c) *esferas governamentais*: aumento na confiabilidade da nota fiscal; melhora no processo de controle fiscal com redução de custos de fiscalização; aumento da arrecadação e redução da sonegação fiscal e; rapidez de acesso as informações.

Considerando o rol de elementos que o próprio agente idealizador do projeto de integração e compartilhamento das informações contábeis menciona como potenciais benefícios, entende-se que estes elementos contemplam aspectos que avaliam e justificam o investimento quanto ao alinhamento das estratégias de governo e da necessidade de desenvolvimento econômico do país e; benefícios diretos e indiretos da execução do projeto para a sociedade, empresas, governo e nação.

Embora os investimentos sejam realizados nas esferas governamentais, seus reflexos atingem as empresas contribuintes. Analogamente com os resultados apresentados no artigo de Beccalli (2006) sobre os investimentos em TI de instituições bancárias europeias, as expectativas dos investimentos em SI do governo brasileiro é de melhorar tanto o desempenho operacional da estrutura da administração tributária quanto o desempenho financeiro, com o aumento de arrecadação de impostos e redução de custos com a fiscalização após fato gerador.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa, no que se refere a abordagem do problema, é de caráter qualitativa e quanto aos seus objetivos é descritiva. A pesquisa qualitativa-descritiva tem a finalidade de interpretar o fenômeno observado com a descrição e a observação do seu significado, estabelecendo relações entre as variáveis presentes (as características) no fenômeno e a natureza dessa relação (GIL, 2002).

Na coleta de dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica juntamente com a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica propicia o fundamento teórico para a pesquisa de campo. Segundo Munhoz (1989, p.84), a pesquisa de campo tem por objetivo a coleta de elementos não disponíveis, que ordenados sistematicamente possibilitem o conhecimento de uma determinada situação, hipótese ou norma de procedimento.

Na pesquisa de campo os dados foram coletados utilizando os seguintes procedimentos técnicos: questionário e entrevista. A entrevista é estruturada, pois tem um roteiro previamente estabelecido. O questionário foi na forma de pergunta aberta, pois o informante responderá de acordo com a sua opinião.

As entrevistas e o questionário foram aplicados no mês de outubro/2010. As entrevistas foram realizadas com cinco profissionais que atuam diretamente ou indiretamente com o SPED, são eles: contadores, consultores tributários e consultor de TI. O questionário foi aplicado junto a alunos de especialização em Controladoria, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em relação à técnica de análise de dados, foi utilizada a análise de conteúdo. Conforme afirma Vergara (2003, p.15): “a análise de conteúdo é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema”. Assim, dos dados extraídos das entrevistas e do questionário foram realizadas análises interpretativas e relacionadas com a base conceitual do artigo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção serão discutidos os resultados das entrevistas e do questionário aplicado, utilizando a técnica de análise de conteúdo. As entrevistas foram compostas por quatro perguntas estruturadas e o questionário foi uma questão aberta.

4.1 Gestão da Informação

Os entrevistados foram questionados como está ocorrendo a GI em suas empresas a partir da compulsoriedade do SPED, considerando que a informação contábil-fiscal é um ativo de valor.

O Entrevistado A é um contador de um escritório contábil e salientou que as empresas que já utilizam a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) estão mais atentas a GI. As empresas que não estão obrigadas à NF-e, ainda, não perceberam a importância da GI. Segundo este entrevistado: “O SPED é um estímulo involuntário para a informatização das empresas”. Ainda, o Entrevistado A comentou que depende do esforço do empresário atualizar-se em aspectos da TI e da GI, antecipando uma necessidade compulsória, isto é, não esperar chegar o prazo final. Com essa preocupação “tem passado aos clientes a orientação de agilizar/antecipar a migração da NF convencional para a NF-e / SPED bem como a informatização da contabilidade num todo”.

O Entrevistado B, também é um contador em um escritório contábil, percebe a GI como necessidade de aprimorar por motivo de atualização e estar apto para concorrer. Por sua vez, o Entrevistado C, contador de uma empresa, vê a GI muito fragmentada nas empresas, existindo duplicidade de dados. Para esses entrevistados, a GI tem a finalidade de consolidar os dados em um único banco dados, tornando um cadastro completo (informações completas), um pré-requisito para a emissão da NF-e.

O Entrevistado D, consultor de uma empresa de TI, entende que a informação é um ativo, porém quando as empresas vão utilizá-la a sua qualidade não é satisfatória porque há falhas no processo. A qualidade da informação, de acordo com Beal (2004), depende desde a etapa de define a necessidade da informação. O Entrevistado ainda comenta que o processo de implementação do sistema, da cultura (preparação) para adoção/mudança de sistema também fazem parte da gestão da informação e estão relacionados com a qualidade desta. O Entrevistado D, da mesma forma que o Entrevistado A, percebe que as empresas estão buscando a GI através da TI, com a aplicação de sistemas e banco de dados que os integre, inclusive os SI especialistas (logísticas, vendas varejo, fiscal).

Para o Entrevistado D, as empresas estão conscientes da necessidade de investir em TI e estão preocupadas com a qualidade da informação. Complementa, dizendo que não há nenhuma novidade nas informações solicitadas pelo fisco, apenas a forma como solicita e a sua frequência. O envio digital das informações faz com que os acionistas/investidores saibam o risco que estão correndo com as informações digitais se elas estiverem incompletas ou com erros. O Entrevistado D finaliza dizendo que o SPED tem forçado as empresas a melhorar seus processos, sistemas e operadores para gerar informações com melhor qualidade e evitar riscos.

O Entrevistado E, é um consultor tributário. Para esse entrevistado a GI depende do grau de evolução e do porte da empresa. Quanto maior é a empresa, a forma de gerenciar a informação é mais profissional e se dá muito valor a isso. Com o advento do SPED as empresas tiveram que se preparar para isto e as empresas que já viam a informação com um elemento estratégico tiverem menores problemas. Segundo, o entrevistado, a obrigatoriedade alerta da necessidade de gerenciar melhor as informações corporativas e os empresários acabam investindo tanto em tecnologia quanto em novos processos para tornar a informação mais qualificada e assim, poder tomar decisões que sejam melhores para a empresa.

Na análise das entrevistas sobre a GI observa que os entrevistados concordam sobre a sua importância nas organizações, porém nem todos possuem compreensão do que realmente se trata a GI. Ainda, nem todos entrevistados descrevem de que forma as empresas estão realizando este gerenciamento. Os entrevistados D e E destacam a qualidade da informação e melhoria de processos como fatores relevantes no contexto atual das empresas. Por fim, os entrevistados entendem que o SPED, por meio do Projeto de NF-e, tem contribuído para a melhoria no uso de recursos da TI nas organizações.

4.2 Vantagens e Desvantagens do SPED

Nesta questão o objetivo foi obter a percepção sobre o SPED no que se referem as suas vantagens e limitações.

O Entrevistado A entende que a TI que sustenta o SPED favorece ao contribuinte que é capacitado, organizado e, principalmente, idôneo junto ao Fisco. Segundo esse entrevistado, com o SPED as empresas precisam ainda mais de um bom planejamento de suas operações, aumentando a sua eficiência e produtividade a fim de manter suas margens de lucro, pois se torna mais difícil fazer a evasão fiscal. Para esse entrevistado a vantagem do SPED é o fato de deixar de existir a documentação em papel, a agilidade com que a informação veicula, na hora em que ela acontece. Comenta ainda que o fato de as informações serem detalhadas e em tempo real facilita a ação fiscalizadora, de modo que o agente fiscal pode acompanhar uma empresa em a necessidade de ir até o contribuinte. Em suas palavras: “É um livro aberto para o fisco”. Como desvantagem cita que alguns órgãos, como a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul (JUCERGS), não estão preparados para tal sistemática, ficando às margens do sistema e não integrando a parte de registro das empresas.

O Entrevistado B comentou que a contabilidade evoluiu muito nos últimos anos. Comprova-se o fato com a implantação do SPED, padronizando as informações contábeis e financeiras, propiciando o armazenamento dos dados na sua forma digital o que possibilita a criação de um único e extenso banco de dados. Isso propicia acesso mais rápido às informações, menos trabalho com impressão de notas, livros, redigitação, reduzindo os custos para a empresa. O entrevistado cita o exemplo da NF-e, que gerada eletronicamente pode ser armazenada em arquivo, e quando é necessário pode ser impressa, além de fornecer as informações necessárias para cada um dos órgãos

fiscalizadores (União, Estados e Municípios) de uma só vez. Esse entrevistado não apontou nenhuma desvantagem em relação ao SPED

Em relação ao Entrevistado C, ele corrobora com o entrevistado A, porém acrescenta que uma das principais vantagens do SPED está em obrigar as empresas a entrar no processo formal. Em suas palavras: “talvez as empresas não estejam preparadas para este grande Big Brother”. O entrevistado se refere ao fato que com a NF-e há pouco espaço para a evasão. Como desvantagem, o Entrevistado C aponta o excesso de informações que estão sendo disponibilizadas (preço, custo e informações estratégicas das empresas), havendo a preocupação com a segurança do sistema e do sigilo das informações enviadas.

O Entrevistado D salientou diversos aspectos já citados anteriormente, entre eles facilidade de acesso as informações. Esse entrevistado acrescenta dizendo que “o SPED vai contribuir para a fiscalização ficar mais atuante e para que haja menos concorrência desleal (...) propiciando uma auditoria digital, deixando as empresas mais transparentes”.

Analisando o discurso do Entrevistado D pode-se depreender diversos aspectos relacionados à qualidade da informação, tais como a oportunidade, a verificabilidade e o benefício econômico (STAIR, 1998; DELONE; MCLEAN, 1992, 2003) bem como relacionado à GI no que tange ao benefício aos diversos usuários e interessados pela informação (DAVENPORT, MARCHAND E DICKSON, 2004) e aos benefícios esperados pelo Governo Federal: melhora no processo de controle fiscal, redução da sonegação fiscal e rapidez de acesso as informações.

Continuando o Entrevistado D comenta que “as empresas que tem boa relação com o fisco, as empresas que não fazem seu planejamento tributário de forma escusa já tem uma grande vantagem”. E, como uma das principais vantagens do SPED, o Entrevistado D salienta que está no fato de que diversas empresas tiveram que revisar seus processos, qualificar a informação para simplesmente não entregá-las sem uma auditoria prévia. Nas suas palavras:

> As empresas entenderam que a entrega desses arquivos (eletrônicos) não era só um problema de TI. Quando se deram conta que o contador e o representante legal assinavam digitalmente, tomou-se outra conotação, mudou o centro de decisão de poder para a entrega desses arquivos. Com isto os contadores entendem que há uma necessidade de auditoria prévia. Isto levou a fazer revisão de processos, trocas de sistemas (substituição, migração de sistemas) para atender a questão da auditoria prévia.

O Entrevistado D explica que auditoria prévia significa obter dados consistentes e isto possibilita o surgimento de empresas especializadas para fazer a integração entre o

conhecimento contábil com o conhecimento das tecnologias de informação. O Entrevistado D conclui dizendo que “o SPED é uma oportunidade de melhoria de gestão”. Com base em Foina (2006) o SPED estreita a relação Empresa-Governo e faz da GI o meio para melhorar essa relação (BEAL, 2004).

Na opinião do Entrevistado E, uma das principais vantagens para a empresa são os investimentos realizados em tecnologia, o melhoramento dos processos e, inclusive, dos próprios profissionais. Contudo, tal vantagem é maior no momento em que qualifica a empresa como um todo. As desvantagens são: a maior exposição fiscal da empresa, uma vez que a quantidade e a profundidade das informações exigidas nesse contexto são maiores do que antigamente. Atualmente os profissionais da área contábil não têm mais como corrigir a informação no momento anterior ao envio para o fisco, pois por força desses instrumentos eletrônicos a informação é gerada na sua verdadeira origem.

Ainda para o Entrevistado E, a vantagem para o fisco é o acesso as informações em tempo real. Ele pode monitorar à distância e no momento em que identificar algum problema pode autuar ou solicitar esclarecimentos por parte da empresa com maior tempestividade.

Analisando as respostas sobre as vantagens e desvantagens do SPED, os entrevistados A, B e D consideram a facilidade e velocidade no acesso as informações como uma vantagem, e A e B acrescentam, ainda, a redução de custo. O entrevistado C, assim como o A, ressaltam o fato de que as empresas precisam entrar em um processo formal e isto pode ser uma grande vantagem. Para os entrevistados D e E a qualificação da informação traz diversas vantagens para a empresa, incluindo a revisão de processos e investimentos em tecnologia. É de consenso dos entrevistados, exceto D, que a grande desvantagem é a maior exposição fiscal a qual as empresas estarão sujeitas. O entrevistado D não vê isto como desvantagem, pois as empresas que trabalham corretamente não têm motivos para preocupações.

De modo geral, nota-se que os benefícios esperados são consoantes àqueles que o agente proponente espera (seção 2.1) e estão relacionados ao uso mais intenso da tecnologia e de sistemas da informação. Esses benefícios são análogos aos resultados da pesquisa de Beccalli (2006) sobre os investimentos em TI de instituições bancárias europeias.

No quesito qualidade da informação e GI nota-se que o SPED tende a aprimorá-los uma vez que a informação torna-se um bem que está sendo veiculada em processos virtuais e de modo compartilhado e não mais na sua forma convencional (papel ou em

arquivos específicos). No que se refere às desvantagens observa maior preocupação com a segurança da informação e dos sistemas de informação.

4.3 Processo de Implantação e Adaptação da Empresa ao SPED

Nesta questão o interesse foi perceber como ocorreu a implantação e adaptação da empresa ao SPED, seja por parte dos funcionários ou da parte técnica (TI), identificando as principais mudanças ocorridas.

Tanto o Entrevistado A como o Entrevistado B verificaram a necessidade de entender a legislação, realização de treinamentos/capacitação de funcionários em conjunto com os profissionais de assessoria em SI para melhor se adaptarem e realizar as mudanças necessárias. O Entrevistado A acrescenta que “a maior mudança está na mentalidade - do papel para o digital”.

O Entrevistado C percebe como principal mudança o momento em que a informação é gerada. Nas suas palavras: “A grande mudança é atuar mais no processo do que na ponta final. Antes conseguia filtrar, analisar e corrigir para então enviar o arquivo. Agora não tem mais como tratar a informação. Ou você melhora seu processo de controle interno, ou você está exposto a riscos.”

Em relação ao Entrevistado D, ele comentou que os projetos de implantação são mais extensos do que se prevê. “É um projeto complexo, que demora meses até ano para implantar”. Existe a necessidade de uma boa gestão de projetos, uma gestão de mudança muito forte. Alterar processos, alterar cultura da empresa, de mudar a equipe, às vezes, demora.

O Entrevistado E explicita que a experiência da equipe de TI da própria empresa ter participado em conjunto com uma empresa especializada em software foi um pouco difícil pelo fato de serem coisas novas e que necessitava também de um conhecimento mais contábil e fiscal para entendimento dos requisitos. Esse entrevistado também ressaltou que o impacto da adoção e da adaptação ao SPED foi muito percebido entre os funcionários da equipe fiscal e contábil e de outros setores que interagem com a contabilidade da empresa. Em virtude dessa adaptação ao SPED, muitos dos processos tiveram que ser redesenhados, algumas informações precisou ser melhores tratadas desde o início do processo, tais como contas a pagar, contas a receber, na hora do recebimento e da saída da nota fiscal. Com isto, uma série de setores que acabam tendo que se encaixar e essa mudança de processo acabaram afetando todos eles e isso causou um pouco de preocupação por parte dos gestores e principalmente apreensão por

parte dessas pessoas. O entrevistado afirma que “é uma mudança, e toda mudança gera impacto”. Enfim, o principal impacto para as pessoas foi a forma de trabalhar e a mudança nos processos da empresa, porque eles estavam acostumados a fazer um processo que agora é um pouco diferente.

Sumarizando, os resultados sobre a implantação e adaptação ao SPED observa que a maior parte dos Entrevistados (A, B, D e E) ressaltou a necessidade de capacitação dos funcionários das empresas. Além disso, os entrevistados A e B destacaram o fato de terem que adaptar os sistemas usados e os entrevistados C, D e E verificaram a necessidade de alterações em processos das empresas como principal mudança.

Nota-se que o processo de adaptação da empresa ao SPED foi acompanhado por dificuldades, necessidades de mudanças e de realizar melhorias. Contudo, tais dificuldades são esperadas quando se altera ou adota um novo sistema de informação e se mostram que tem potencialidade de gerar benefícios, conforme análise realizada sobre os benefícios e desvantagens do SPED (seção 4.3).

4.4 Expectativas aos Futuros Projetos do SPED

Como o SPED, num todo, não está finalizado e outros projetos deverão ser obrigatórios nos próximos anos, buscou-se saber como os entrevistados esperam esses novos projetos.

Para o Entrevistado A, a expectativa é de que se tenham informações centralizadas e precisas, e que acabem as informações duplicadas e os retrabalhos. O Entrevistado B espera que sejam eliminadas diversas obrigações acessórias, pois atualmente despede-se muito tempo em função de declarações ao fisco. Corroborando com A e B, o Entrevistado C acrescenta: “o Fisco irá mandar suas informações e você irá apenas confirmar”.

O Entrevistado D acredita que o FCONT (escrituração contábil societária que foram efetuados utilizando os novos critérios introduzidos pela Lei 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei 11.941/09) permanecerá por mais tempo do que se esperava inicialmente e tem expectativas positivas quanto à continuidade do SPED e os novos projetos que estão em desenvolvimento.

Em relação ao Entrevistado E, esse comentou que cada vez mais a Receita Federal vem trabalhando em projetos que integre o contribuinte ao fisco, de modo que se torne mais eficiente o fluxo das informações. Sua expectativa é de que esse avanço continue em relação a todas as outras demonstrações e obrigações acessórias que se

relacionam aos tributos. Na medida em que isso for se alinhando, tanto a Receita Federal quanto os contribuintes, principalmente, vão se acostumar a esse novo paradigma, a esse novo processo que é recente. Na medida em que o tempo transcorrer, eventuais problemas que ocorreram no início serão minimizados até obter um novo equilíbrio. Atualmente está no meio de um período de mudança.

Desse modo, observa que entrevistados A, B e C esperam que sejam eliminadas algumas obrigações acessórias existentes atualmente, enquanto que D e E mencionam a criação de novos projetos a fim de tornar o fisco ainda mais eficiente. O entrevistado E acrescenta que os problemas ocorridos inicialmente irão minimizar-se, voltando a estabilidade do ambiente, uma vez que, observa que está ocorrendo alterações nas estruturas tecnológicas das organizações bem como a preocupação com a informação que é disponibilizada.

4.5 O SPED e a Gestão da Informação

O questionário aplicado buscou saber como os respondentes percebem a relação entre SPED e GI. O resultado desse questionamento é apresentado nos parágrafos que segue.

Com a implantação do SPED exige-se maior responsabilidade por parte dos usuários ao incluir os dados no sistema. Por sua vez, a base de dados torna-se mais completa e estruturada. Por outro lado, são necessárias mudanças nos processos e no tratamento das informações fiscais e contábeis, novos processos de controle e gestão devem ser implantados pelas empresas. Essas mudanças alteram a cultura da organização e pode causar transtornos no início, mas, ao mesmo tempo, pode representar uma oportunidade para a empresa modernizar seu SI.

As principais vantagens citadas para as empresas são: redução de custos (impressão, armazenamento dos livros) e dos entraves burocráticos, benefícios da certificação digital, a assinatura digital dá garantia do envio dos arquivos a RFB, integração entre as diversas áreas e processos gerenciais com o contábil, aumento na confiabilidade da nota fiscal, rapidez ao acesso das informações, aumento na qualidade do fluxo das informações, aumento da confiabilidade e otimização das informações devido a integração de dados e processos em um único sistema, transparência nas informações, fisco e empresas estão mais próximos, atuando juntos, necessidade de ter uma TI organizada na empresa, redução de fraudes e erros, padronização, sincronização, consistência e racionalização de dados e informações.

Vantagens ao fisco: auditoria e fiscalização mais eficiente, aumento da arrecadação, combate a sonegação, compartilhamento das informações, fortalecimento do controle e da fiscalização, possibilidade de cruzamento eletrônico de informações, integração dos fiscos federal, estadual e municipal. Essas vantagens que o fisco possui e são percebidas pelos contribuintes corroboram com as vantagens esperadas pela administração pública.

As desvantagens mencionadas para as empresas são: risco sobre a segurança das informações e do sistema, custo de adaptação dos usuários, custo de implantação (para as empresas para ajustar-se ao SPED, com gastos com assessoria em TI e fiscal, mudanças no *lay-out* dos ERPs da empresa para adequar-se a exigência e padrão do fisco, inclusive à linguagem XML, a fim de minimizar conflitos de informação) e, longo período de mudança e adaptação dos SI e pessoas na empresa ao SPED.

Apesar da demanda de pessoal envolvido e inicialmente ser oneroso para as empresas se adequarem as novas exigências do fisco, esse projeto não traz apenas ônus, mas possibilita as empresas obterem maiores controles sobre seus processos internos. Existe uma maior confiança nas informações geradas pelo sistema, melhorando com isso tomada de decisões através de uma melhora nos controles gerenciais.

Um dos principais pontos problemáticos do SPED está relacionado com a insuficiência de critérios balizadores para o compartilhamento de informações, uma vez que não está clara a forma pela quais os diversos órgãos fiscais acessarão os dados compartilhados no sistema.

O SPED exige das empresas transparência, que a médio e longo prazo pode garantir maior qualidade nas informações financeiras e possibilidade de gerenciar a empresa com maior eficiência. A curto prazo percebe-se um ônus financeiro de adaptação e adoção e um ônus cultural. O ônus cultural está relacionado a necessidade de mudança de processos e tratamento das informações fiscais e contábeis dentro dos sistemas de origem, um maior rigor com os dados imputados pelas corporações em seus sistemas, pois esses devem apresentar confiabilidade e consistência.

A fase de adequação ao SPED envolve o alinhamento estratégico da empresa com os investimentos em tecnologias e sistemas de informação, de modo que os profissionais de tecnologia e de desenvolvimento de softwares precisam estabelecer um canal de comunicação, sem ruídos e distorções, com os profissionais da contabilidade e da controladoria, o que não é uma tarefa fácil. Pelo fato de ocorrer modificações relevantes em processos e sistemas da empresa, que atinge diretamente as áreas fiscal,

financeira, contábil, comercial, logística e, principalmente, de TI; a empresa deve ter cuidado com a implantação de certificação digital e da assinatura digital por CNPJ. A verificação da consistência dos dados antes do envio é essencial, as regras de validação devem estar acopladas ao SI fazendo uma verificação cruzada, com o objetivo de dar segurança as informações que serão enviadas.

Pequenas e médias empresas devem sentir mais o impacto, porque normalmente elas têm SI mais rudimentares. Com o SPED terão que investir pesadamente em tecnologia e o custo disto será alto para essas categorias de empresas. Os profissionais contábeis têm a necessidade de atualizar-se tanto na sua área quanto na área de TI.

Percebe-se, também por parte dos respondentes assim como ocorreu com os entrevistados, um consenso em relação a necessidade de mudança nos processos da empresa, pois possibilita maiores controles e torna a informação mais confiável, mais qualificada. Outro ponto relevante é a integração entre as diversas áreas da empresa, contida em diversas respostas. Além disso, cabe ressaltar que a maior parte das respostas está voltada para o lado vantajoso do SPED, poucos vêem desvantagens em relação a esses novos projetos, por exemplo, o custo e o tempo de implantação. A relação contribuinte-governo é destacada, pois o SPED torna essa relação mais transparente, com a implantação da Nota Fiscal Eletrônica as informações são fornecidas em tempo real.

4.6 Análise Geral dos Resultados

A informação deve atender a alguns atributos que são essenciais como a tempestividade e a confiabilidade (FREITAS et al., 1997). Tais atributos são citados pelos entrevistados como uma vantagem no que diz respeito ao SPED, pois este projeto torna a informação mais acessível e confiável.

Alguns entrevistados citam como vantagem a diminuição no custo com impressão das notas fiscais e livros, corroborando com Overby (2008), que salienta que ao virtualizar processos, reduz a existência de arquivos físicos. Ainda, diversas mudanças pelas quais as empresas estão passando para aprimorar seus SI a fim de atender ao SPED (adaptação/capacitação dos funcionários, adaptação de sistemas e alteração de processos), confirma também com Gil, Biancolino e Borges (2010) quando se referem que um SI não é apenas o software e a tecnologia utilizada, mas também recursos humanos e financeiros.

Diversas são as relações de uma empresa com o mundo externo mediante troca de informações. Entre elas está a relação Empresa-Governo, conforme Foina (2006). Com a implantação do SPED essa relação com o Fisco tornou-se ainda maior, pois há um número elevado de informações são disponibilizadas continuamente.

Finalmente, observa que os benefícios esperados pela RFB são, na sua maioria, mencionados pelos entrevistados e respondentes. Por outro lado, os riscos e desvantagens do SPED são mencionados apenas pelos entrevistados e respondentes.

5 CONCLUSÃO

Considerando que o objetivo desta pesquisa foi é analisar as percepções de diversos profissionais sobre SPED, pode-se concluir que, devido à implantação compulsória do SPED os gestores e os profissionais da área contábil tiveram que modificar algumas posturas, entre elas, mudança em relação à informação que a empresa gera e disponibiliza ao Fisco.

No que concerne à gestão da informação conclui-se que, a partir da implantação do SPED, aumentou a preocupação dos gestores e contadores sobre a informação contábil, em todas as suas etapas: desde a geração da informação até a sua disseminação (envio). Sobre isto, depreende que alguns profissionais tem-se antecipado por meio da busca de orientação e agindo proativamente.

Conclui-se, também, que a qualidade da informação torna-se essencial, logo a GI é uma prática que se torna necessária nas organizações envolvidas, tanto empresas quanto as esferas de governo. Os requisitos que a qualifica, como apresentado por Freitas et al. (1997), Stair (1998) e DeLone e McLean (1992, 2003), são elementos que ganham importância para evitar que as informações enviadas ao Fisco, como a NF-e e os arquivos do SPED, não contenham erros. Isso ressalta a importância dos processos e dos controles das empresas estarem adequados em virtude do estreitamento da relação como Governo, corroborando com Foina (2006), ao dizer um dos propósitos dos SI é estabelecer a relação Contribuinte-Governo.

O SPED também traz benefícios. Conclui-se sobre isto que para as empresas que vinham realizando planejamento tributário o SPED é um aliado; aquelas que estavam mais abertas ao uso da TI sente menos os efeitos da implementação e das mudanças necessárias. Contudo, isto pode ser um fator competitivo frente aquelas empresas que atuam na informalidade ou estão defasadas no uso de SIs. Outras conclusões sobre os benefícios do SPED se referem a redução de custos com a impressão e guarda de

documentos contábil-fiscal, tais como a Nota Fiscal, e redução futura de trabalho referente a preparação e envio de documentos que se referem a obrigações acessórias, como declarações trimestrais e anuais que a empresas atualmente estão obrigadas.

No que tange as dificuldades e limitações de implementação do SPED, pode-se concluir que estão relacionadas a mudança de comportamento que os empresários e contadores deverão ter devido ao posicionamento do Fisco, que com o SPED passar deter maior controle sobre as operações e informações contábil-fiscais das empresas e; aos custos iniciais de adequação dos processos organizacionais e dos SI. Contudo, essas dificuldades e limitações devem ser temporárias.

Conclui-se, ainda, que a maior dificuldade pode estar, principalmente, para as empresas que não realizam planejamento tributário ou praticam evasão fiscal bem como aquelas que não utilizavam sistema de informação para emissão de seus documentos fiscais.

REFERÊNCIAS

BEAL, A. **Gestão estratégica da informação**. São Paulo: Atlas, 2004.

BECCALLI, E. Does IT investment improve bank performance? Evidence from Europe. **Journal of Banking & Finance**, 2007.

BEUREN, I. M. **Gerenciamento da Informação**: Um Recurso Estratégico no Processo de Gestão Empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CLETO, N. Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) - Revolução Digital no Meio Empresarial e Contábil. **Revista do CRCPR**, ano 31, nº 145, 2º quadrimestre de 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

DAVENPORT, T. D.; MARCHAND, D. A.; DICKSON, T. **Dominando a gestão da informação**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

DELONE, W. H.; MCLEAN, E. R. Information systems success: the quest for the dependent variable. **Information Systems Research**, v. 3, n. 1, p. 60-95, Mar. 1992.

DELONE, W. H.; MCLEAN, E. R. DeLone and McLean model of information systems success: a ten-year update. **Journal of Management Information Systems**, v. 19, n. 4, p. 9-30, Spring 2003.

FOINA, P. R. **Tecnologia de Informação**: Planejamento e Gestão. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FREITAS, H. et al. **Informação e decisão: sistemas de apoio e seu impacto**. Porto Alegre: Ortiz, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. L.; BIANCOLINO, C. A.; BORGES, T. N. **Sistemas de Informações Contábeis:** uma análise gerencial. São Paulo: Saraiva, 2010.

GONÇALVES, R. C. M. G.; RICCIO, E. L. **Sistemas de Informação:** ênfase em controladoria e contabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999.

LAUDON, K. C.; LAUDON J. P. **Sistemas de informação gerenciais**: administrando a empresa digital. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

MAGALHÃES, A. D. F.; LUNKES, I. C. **Sistemas Contábeis:** o valor informacional da contabilidade nas organizações**.** São Paulo: Atlas, 2000.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada:** técnicas de pesquisa e análise econômica. Brasília: UNB, 1989.

NEGRUNI, M. **SPED – Chegou a vez das melhores práticas**. Decision IT, 2009a. Disponível em: http://www.decisionit.com.br. Acesso em: 22 jun. 2010.

NEGRUNI, R. **Desenvolvendo uma estratégia segura para atender ao SPED**. Decision IT, 2009b. Disponível em: http://www.decisionit.com.br. Acesso em: 22 jun. 2010.

ORLIKOWSK, W. J.; BARLEY, S. R. Technology and institutions: what can research on information technology and research on organizations learn from each other? **MIS Quarterly**, v. 25, n. 2, p. 145-165, June 2001.

OVERBY, R. Process Virtualization Theory and the Impact of Information Technology. **Organization Science**, v. 19, n. 2, p. 277-291, Mar–Apr./2008.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa RFB n.787 de 19 de novembro de 2007**. Institui a Escrituração Contábil Digital. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 nov. 2007. Disponível em: http://receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2007 Acesso em: 25 jun 2010.

REZENDE, Y. Informação para negócios: os novos agentes do conhecimento e a gestão do capital intelectual. **Ciência da Informação***,* Brasília, v. 31, n. 2, p. 120–128, maio/ago. 2002.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Disponível em: http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped. Acesso em: 8 jun. 2010.

STAIR, R. M. **Princípios de sistemas de informações**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

WANG, R. Y.; STRONG, D. M. Beyond accuracy: what data quality means to data consumers. **Journal of Management Information Systems**, v. 12, n. 4, p. 5-34, Spring 1996.



A PADRONIZAÇÃO DA TARIFA DO ESGOTO SANITÁRIO NAS CATEGORIAS DE CONSUMO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR

CORTEZ, Ismayl Carlos[1]
DIAS, Jefferson Silva[2]
MARTINS, Sonía Mara Guedes[3]

RESUMO

O esgoto sanitário é um conjunto de obras e instalações constituído por tubulações de vários diâmetros que tem como finalidade transportar os efluentes gerados por uma comunidade ou por indústrias através de coleta, transporte e afastamento, tratamento e disposição final das águas residuárias de uma forma adequada do ponto de vista sanitário. O objetivo principal desta pesquisa é mostrar que a diferenciação na tarifa do esgoto sanitário por categorias pode resultar em uma economia para o consumidor. Como objeto de estudo foi selecionado 10 (dez) Bairros do Município de Boa Vista/RR. Para a realização desta pesquisa foram utilizados estudos bibliográficos e as técnicas qualitativas e quantitativas, através da aplicabilidade de um questionário em uma mostra de 10 (dez) residências por Bairros, onde se avaliou o consumo médio de água entre as categorias, os questionamentos da tarifa igualitária para todos os consumidores. Entre os resultados obtidos destaca-se a falta de conhecimento referente a tarifa, e que se existisse uma diferenciação da tarifa do esgoto sanitário entre os consumidores seria uma cotação justa para o pagamento tarifário.

Palavras-chave: Esgoto sanitário. Tarifa. Consumidor.

[1] Licenciado em Pedagogia; Licenciado em Biologia; Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática – ULBRA-RS, Cursando Doutorado em Ciências da Educação – UEP-PY
[2] Cursando Tecnologia em Saneamento Ambiental - IFRR;
[3] Licenciada em Letras – Espanhol e Literatura Hispânica - IFRR; Especialista em Planejamento Educacional e Ensino Superior - ESAB; Cursando Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática – UNIVATES.

ABSTRACT

The sewage is a collection of works and installations consisting of pipes of various diameters which aims to transport the waste generated by a community or industry through collection, transportation and removal, treatment and disposal of wastewater in an appropriate way of health point of view. The main objective of this research is to show that the difference in the rate of sewage into categories can result in a savings to the consumer. As the object of study was selected ten (10) neighborhoods city of Boa Vista / RR. For this research we used bibliographic studies and qualitative and quantitative techniques, through the applicability of a questionnaire in a sample of ten (10) homes for neighborhoods, which evaluated the average consumption of water between the categories, questions of the tariff equal for all consumers. Among the results highlight the lack of knowledge concerning the tariff, and that if there was a differentiation of the sanitary sewer rate among consumers would be a fair price to pay tariffs.

Keywords: Sanitary sewer. Rate. Consumer.

1 INTRODUÇÃO

A água é um recurso necessário a todos os aspectos da vida e ao desenvolvimento das atividades humanas. O esgoto sanitário é uma consequência do uso de água.

Sabe-se da importância do sistema de esgotos sanitários, pois a falta dos mesmos pode trazer doenças veiculadas pela água que têm origem, principalmente, a partir de dejetos. Muitos micros organismos patogênicos são parasitas do intestino humano e são eliminados juntamente com as fezes, que por falta de adequados sistemas de esgotamento, muitas vezes os dejetos de origem humana alcançam mananciais superficiais ou subterrâneos. E tem como objetivo mostrar que a diferenciação na tarifa do esgoto sanitário por categorias pode resultar em uma economia para o consumidor.

Portanto este estudo delimita-se em mostrar que a padronização da tarifa do esgoto sanitário nas categorias de consumo no município de boa vista, seria uma forma de diminuir a inadimplência dos consumidores, o uso indevido de rede de esgotos e principalmente o desvio de água ilegal conhecido popularmente de “gato”, para assim diminuir a conta de água e consequentemente a tarifa de esgoto.

Esta pesquisa estruturada foi desenvolvida a partir das abordagens explicativa e descritiva e das técnicas qualitativas e quantitativas, sendo que está diretamente ligado com o objetivo da pesquisa, realizada por meio da aplicação de questionário aplicados em 10 (dez) Bairros do Município de Boa Vista/RR, com uma amostra de 10 (dez) residências por Bairro, totalizando uma amostragem de 100 entrevistados. Os dados obtidos estão representados pelos gráficos de 01 (um) a 10 (dez) nesta pesquisa.

Este estudo se justifica por se tratar de uma condição básica para a saúde humana. Porém o ponto relevante desta pesquisa dá se por meio das tarifas referente aos

esgotos sanitários, que os consumidores pagam a mesma tarifa, não sendo distinguidas as categorias, no geral todos os consumidores, seja doméstico, comerciais, público ou industriais, pagam 80% sob o consumo de água.

2 ESGOTO SANITÁRIO

Atualmente muito se fala sobre saneamento ambiental que é o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar níveis de Salubridade Ambiental, por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural.[4]

Conforme Przybysz e Guidi[5]:

> O Esgotamento Sanitário é um sistema constituído por tubulações de vários diâmetros que tem como finalidade transportar o esgoto doméstico que é composto pela água servida dos vasos sanitários; banheiros; pias de cozinha; tanques e máquinas de lavar roupa até as Estações de Tratamento que são projetadas para receber e tratar, através de processos que removem a matéria orgânica, lançando o efluente isento de poluição nos rios formadores de bacias hidrográficas.

Conforme leituras[6] sobre o conceito de sistema de esgotos sanitários pode-se dizer que é o conjunto de obras e instalações que propiciam: coleta; transporte e afastamento; tratamento; disposição final das águas residuárias (esgotos gerados por uma comunidade ou por indústrias) da comunidade, de uma forma adequada do ponto de vista sanitário.

Conforme a Companhia de Saneamento de Goiás S.A. (SANEAGO), os esgotos são os despejos provenientes das diversas modalidades do uso da água, tais com as de uso doméstico, comercial, industrial, de utilidade pública, de áreas agrícolas, de superfície, de infiltração, pluviais etc.

---

4 Conforme Manual de Saneamento Ambiental – disponibilizado no site http://www.sebrae.com.br/customizado/gestao-ambiental-biblioteca/bib_manual_saneamento.pdf.

5 Conforme artigo “Uso Adequado dos Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos – Enfoque Ambiental” publicado na Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental. Trabalhos técnicos. Rio de Janeiro, ABES, 1997, p.9 Tab) disponibilizado no site: http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/abes97/enfoque.pdf

6 ENGENHARIA & PROJETOS – disponibilizado no site: http://www.enge.com.br/esgoto_conceito.htm.

2.1 Tipos de Esgoto Sanitário Relevante

Os esgotos sanitários são essencialmente domésticos, contendo também águas de infiltração e ainda uma parcela não significativa de despejos industriais, com características bem definidas. Os esgotos domésticos provêm principalmente de residências, edifícios comerciais, instituições ou quaisquer edificações que contenham banheiros, lavanderias ou cozinhas.

Como podemos perceber que a NBR 9648 (ABNT, 1986) diz que o esgoto sanitário é o despejo líquido constituído de esgotos doméstico e industrial, água de infiltração e a contribuição pluvial parasitária. Esta preocupação é relevante e está entre as Normas Brasileiras deste 1986. Hoje com o aumento populacional elevado esta preocupação cresce de forma acelerada.

Os esgotos industriais são extremamente diversificados, provêm de qualquer utilização para fins industriais e adquirem características próprias em função do processo industrial empregado.

2.2 A Importância do Esgoto Sanitário

Os dejetos gerados pelas atividades humanas, comerciais, e industriais necessitam ser coletados, transportados, tratados e dispostos mediante processos técnicos, de forma que não gerem ameaça à saúde e ao meio ambiente.

Conforme a Organização Pan-Americana da Saúde[7], para muitas pessoas, principalmente nos países em desenvolvimento, a falta de um adequado sistema de coleta, tratamento e destino dos dejetos é a mais importante das questões ambientais. O problema é particularmente acentuado nas áreas periurbanas e em áreas rurais onde a maioria da população é composta de pessoas de baixa renda. É estimado que acima de um bilhão de pessoas que vivem nas cidades e acima de 2 bilhões que vivem nas áreas rurais não possuem serviços adequados de coleta, tratamento e destino dos dejetos.

Ainda diz que estas condições são as causas primárias da alta incidência de diarreia observada nos países em desenvolvimento e que é responsável pela morte de cerca de 2 milhões de crianças e causa cerca de 900 milhões de episódios de doenças por ano. Além disso, a falta de um adequado sistema de coleta, tratamento e destino dos dejetos é a maior causa da degradação da qualidade das águas subterrâneas e superficiais.

[7] Disponibilizado no site: http://www.opas.org.br/ambiente/temas.cfm?id=30&area=Conceito.

2.3 A Ausência de Esgoto Sanitário

Toda atividade demanda o uso de água, e as diversas utilizações da água, em média 80%, resultam em esgoto, conforme diz o MANUAL DE IMPACTOS AMBIENTAIS (1999), seja ele de origem doméstica, hospitalar, industrial, entre outros. O esgoto doméstico ou efluente sanitário contém cerca de 99,9% de água e 0,1% de sólidos orgânicos e inorgânicos (MENDONÇA, 1990). Neste, é comum a presença de micro-organismos patogênicos, responsáveis por algumas doenças de veiculação hídrica. Os efluentes industriais além da matéria orgânica podem carrear substâncias químicas tóxicas ao homem e outros animais.

E com a ausência do esgoto sanitário a população pode ficar prejudicada, entre as doenças que a falta de esgoto sanitário prolifera podemos observar nos quadros[8] abaixo:

Quadro 1 - Doenças relacionadas com a ausência de rede de esgotos

Grupo de doenças	Formas de transmissão	Principais doenças	Formas de Prevenção
Feco-orais (não bacterianas).	Contato de pessoa para pessoa, quando se tem higiene pessoal e doméstica e adequada.	- Poliomielite; - Hepatite tipo A; - Giardíase; - Disenteria amebiana; - Diarreia por vírus.	- Melhorar as moradias e as instalações sanitárias; - Implantar sistema de abastecimento de água; - Promover a educação sanitária.
Feco-orais (bacterianas).	Contato de pessoa para pessoa, ingestão e contato com alimentos contaminados e contato com fontes de águas contaminadas pelas fezes.	- Febre tifoide; - Febre paratifoide; - Diarreias e disenterias bacterianas, como a cólera.	- Implantar sistema adequado de disposição de esgotos. - Melhorar as moradias e instalações sanitárias; - Implantar sistema de abastecimento de água; - Promover a educação sanitária.
Helmintos transmitidos pelo solo.	Ingestão de alimentos contaminados e contato da pele com o solo.	- Ascaradíase (lombriga); - Tricuríase; - Ancilostomíase (amarelão).	- Construir e manter limpas as instalações sanitárias; - Tratar os esgotos antes da disposição do solo; - Evitar contato direto da pele com o solo (usar calçado).

[8] Extraída do Manual de Saneamento e Proteção Ambiental para os Município, Vol. II. Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, 1995.

Grupo de doenças	Formas de transmissão	Principais doenças	Formas de Prevenção
Tênias (solitárias) na carne de boi e de porco.	Ingestão de carne mal cozida de animais infectados.	- Teníase; - Cisticercose.	- Construir instalações sanitárias adequadas; - Tratar os esgotos antes da disposição do solo; - Inspecionar a carne e ter cuidados na sua preparação.
Helmintos associados à água.	Contato da pele com água contaminada	Esquistossomose	- Construir instalações sanitárias adequadas; - Tratar os esgotos antes do lançamento em curso d' água; - Evitar o contato com água contaminada.
Insetos vetores relacionados com as fezes.	Procriação de insetos em locais contaminados pelas fezes.	Filariose (elefantíase)	- Combater os insetos transmissores; - Eliminar condições que possam favorecer criadouros; - Evitar o contato com criadouros e utilizar meios de proteção individual.

Quadro 2 - Doenças e outras consequências da ausência de tratamento dos esgotos Sanitário

Poluentes	**Parâmetro de caracterização**	**Tipo de esgoto**	**Consequências**
Patogênicos	**Coliformes**		**Doenças de vinculação hídrica**
Sólidos em suspensão.	Sólidos em suspensão totais.	- Domésticos; - Industriais.	- Problemas estéticos; - Depósitos de lodo; - Absorção de poluentes; - Proteção de patogênicos.
Matéria orgânica biodegradável.	Demanda bioquímica de oxigênio.	- Domésticos; - Industriais.	- Consumo de oxigênio; - Mortandade de peixes, - Condições sépticas.
Nutrientes	- Nitrogênio; - Fósforo.	- Domésticos; - Industriais.	- Crescimento excessivo de algas; - Toxicidade aos peixes; - Doenças em recém-nascidos (nitratos).
Composto não-biodegradáveis	- Pesticidas; - Detergentes; - Outros.	- Industriais; - Agrícolas.	- Toxidade; - Espumas; -Redução da transferência de oxigênio; -Não Biodegradabilidade; - Maus odores.

Quadro 3 - Doenças relacionadas com água contaminada

Grupo de doenças	Formas de transmissão	Principais doenças	Formas de Prevenção
Transmitidas pela via feco-oral (alimentos contaminados por fezes).	O organismo patogênico (agente causador da doença) é ingerido.	- Diarreia e disenterias, como a cólera e a giardíase; - Leptospirose; - Amebíase; - Hepatite infecciosa.	- Proteger e tratar as águas de abastecimento e evitar o uso de fontes contaminadas; - Fornecer água em quantidade adequada e promover a higiene pessoal, domestica e dos alimentos.
Controladas pela limpeza com água.	A falta de água e a higiene pessoal insuficiente criam condições favoráveis para sua disseminação.	Infecções na pele nos olhos, como o tracoma e o tifo relacionado com piolhos e a escabiose.	Fornecer água em quantidade adequada e promover a higiene pessoal e domestica.
Associadas à agua (uma parte do ciclo de vida do agente infeccioso ocorre em um animal aquático).	O patogênico penetra pela pele ou é ingerido.	Esquistossomose	- Adotar medidas adequadas para a disposição de esgotos; - Evitar o contato de pessoas com águas infectadas; - Proteger mananciais; - Combater o hospedeiro intermediário.
Transmitidas por vetores que se relacionam com a água.	As doenças são propagadas por insetos que nascem na água ou picam perto dela.	- Malária; - Febre amarela; - Dengue; - Elefantíase.	- Eliminar condições que possam favorecer criadouros; - Combater os insetos transmissores; - Utilizar meios de proteção individual.

Como podemos perceber através das mostras nas tabelas acima, a falta de esgoto sanitário pode levar a população a ter sérios problemas. De acordo com os estudos realizados sobre os esgotos, veremos como se dá em no Município de Boa Vista.

3 ESGOTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA

O Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário da cidade de Boa Vista é de concessão da CAER – Companhia de Água e Esgoto de Roraima, que é uma empresa de economia mista, sendo ela a responsável por formular e implantar a política de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do estado de Roraima.

Conforme o próprio site da Empresa[9], somente 20% da população é atendida pela rede de coleta, do tipo separador absoluto, implantada na década de 70 e atualmente com 207 km e 12.978 ligações.

A rede coletora é composta por 13 Estações Elevatórias de Esgoto (EEE´s) que o recalcam para as lagoas de estabilização, construídas em 1994, no Bairro Professora

[9] www.caer.com.br.

Araceli Souto Maior. A área dessas lagoas abrange cerca de 50 ha, sendo seu sistema composto de uma lagoa anaeróbica (4m de profundidade), uma lagoa facultativa (2m de profundidade) e três lagoas de maturação (1,5m de profundidade).

3.1 Tratamento do Esgoto Sanitário

O sistema de tratamento de esgoto adotado em Boa Vista/RR não é diferente dos outros Estados, atualmente no Brasil é usado o Sistema Separador Absoluto – Neste sistema, o esgoto doméstico e o industrial ficam completamente separados do esgoto pluvial.

O custo de implantação deste sistema é baixo, em virtude das seguintes razões:

a) as águas pluviais não oferecem o mesmo perigo que o esgoto doméstico, podendo ser encaminhadas aos corpos receptores (rios, lagos etc.) sem tratamento; este será projetado apenas para o esgoto doméstico;

b) nem todas as ruas de uma cidade necessitam de rede de esgotamento pluvial. De acordo com a declividade das ruas, a própria sarjeta se encarregará do escoamento, reduzindo assim, a extensão da rede pluvial.

Todavia, no caso do esgoto sanitário esses resíduos, por estarem em grandes quantidades são exigidos um tratamento mais eficaz, através de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) a qual, simplesmente, reproduz a ação da natureza de maneira mais rápida. Haja vista que a natureza possui a capacidade de decompor a matéria orgânica presente nos rios e lagos.

Conforme o Art. 21 da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA 20/86, o tratamento do esgoto pode variar muito dependendo do tipo de esgoto a ser tratado e da classificação do corpo de água que irá receber este esgoto. No que se refere ao esgoto industrial costuma ser mais difícil e caro de tratar devido à grande quantidade de produtos químicos presentes no seu efluente.

No tocante à classificação, o esgoto deve ser devolvido ao rio tão limpo ou mais limpo do ele próprio, de forma que não altere suas características físicas, químicas e biológicas. Existem alguns casos especiais, como exemplo, de quando a bacia hidrográfica está classificada como classe especial, onde nenhum tipo de efluente pode ser jogado ali, mesmo que tratado. Isso porque esse tipo de classe se refere aos corpos de água usados para abastecimento.

O tratamento de esgoto domiciliar é dividido em 4 níveis básicos: nível preliminar, tratamento primário e tratamento secundário que tem quase a mesma função, e

tratamento terciário ou pós-tratamento. Cada um deles tem, respectivamente, o objetivo de remover os sólidos suspensos (lixo, areia), remover os sólidos dissolvidos, a matéria orgânica, e os nutrientes e organismos patogênicos (causadores de doenças).

No nível preliminar são utilizadas grades, peneiras ou caixas de areia para reter os resíduos maiores e impedir que haja danos às próximas unidades de tratamento, ou até mesmo, para facilitar o transporte do efluente.

No tratamento primário são sedimentados (decantação) os sólidos em suspensão que vão se acumulando no fundo do decantador formando o lodo primário que depois é retirado para dar continuidade ao processo.

Em seguida, no tratamento secundário, os micro-organismos irão se alimentar da matéria orgânica convertendo-a em gás carbônico e água. E no terceiro e último processo, também chamado de fase de pós-tratamento, são removidos os poluentes específicos como os micronutrientes (nitrogênio, fósforo…) e patogênicos (bactérias, fungos). Isso quando se deseja que o efluente tenha qualidade superior, ou quando o tratamento não atingiu a qualidade desejada.

Quando se trata de efluentes industriais a própria empresa que faz o tratamento de esgoto exige que a indústria monitore a qualidade dos efluentes mandados para e estação. No caso de haver substâncias muito tóxicas ou que não podem ser removidas pelo tratamento oferecido pela ETE, a indústria é obrigada a construir a sua própria ETE para tratar seu próprio efluente[10].

Atualmente no Município de Boa Vista, como vimos a CAER é responsável pela rede de esgoto, a referida empresa foi implantada em 04 de março de 1969, com pouco mais de 50 funcionários, 3 veículos e apenas 2 poços semi artesianos em operação. O prédio tinha 520 metros quadrados e tudo funcionava de forma manual. Decorridos 40 anos, a CAER dispõe de 399 colaboradores e frota de 50 veículos. A Companhia possui um moderno sistema de captação superficial do Rio Branco, 113 poços em funcionamento no interior e 80 em Boa Vista, duas grandes estações de tratamento de água na capital e outra em construção. A sede tem mais de 9 mil metros quadrados e sistema de gestão totalmente informatizado[11].

E para a manutenção da rede de esgotos sanitários conforme a Resolução Nº 04/2008 - CAER é cobrado uma tarifa dos consumidores no valor de 80% sobre o valor da conta de água, no caso de haver rede de esgoto disponível no logradouro do usuário.

[10] Fonte: Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

[11] Informações históricas disponibilizada no site: www.caer.com.br.

Além da tarifa cobrada pelo sistema de esgoto, o consumidor paga uma tarifa mínima estipulada pela mesma Resolução pelo consumo de água, como veremos a seguir.

3.2 Divisão das Categorias

Segundo a resolução 004/2008 de 24 de setembro de 2008 da CAER, a estrutura de cobrança tarifaria está dividida conforme a seguinte tabela:

Quadro 4 - Tarifa das Categorias

A - Todas as categorias com consumo até 10 m³ ou Consumidores Taxados	D - Todas as categorias com consumo de 31 m³ até 100 m³
B - Todas as categorias com consumo de 11 m³ até 19 m³	E - Todas as categorias com consumo de 101 m³ até 200 m³
C - Todas as categorias com consumo de 20 m³ até 30 m³	F - Todas as categorias com consumo superior a 200 m³

E, recentemente foi acrescentada uma nova estrutura tarifária em vigência a partir 01 de setembro de 2011, definindo cada categoria.

Tabela 1 - Estrutura Tarifária vigente a partir de 01de setembro de 2011

CATEGORIA	TARIFA MÍNIMA EM R$
RESIDENCIAL	R$ 14,75
COMERCIAL	R$ 31,00
INDUSTRIAL	R$ 48,31
PÚBLICA	R$ 40,37

Com tudo, também foi criada pelo Conselho de Administração em 08/11/05, a Tarifa Social tendo como objetivo levar o saneamento às pessoas menos favorecidas, garantindo saúde e qualidade de vida às famílias que não tem condições de pagar pelos serviços.

Os critérios para a participação dessa tarifa são:

a) *imóveis*: somente devem ser cadastrados os imóveis com área construída de até 70 m2 (setenta metros quadrados), para fins residenciais.

   Consumo de água: até 10 m³.

b) *renda*: a renda da família residente no imóvel será de até um salário mínimo por pessoa.

   Consumo de energia: até 80kz.

c) *esgoto*: no que se refere ao esgoto Incidirá o percentual de 80% sobre o valor da conta de água, no caso de haver rede de esgoto disponível no logradouro do usuário.

4 METODOLOGIA

Já Lakatos (2003), diz que a metodologia é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa. Método pode ser caracterizado como um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia permite ao pesquisador alcançar o objetivo. Neste sentido, através do método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientistas.

Já Gil (1995), define pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos A pesquisa desenvolve-se através de um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Conforme Furasté (2010) o questionário numa pesquisa é um instrumento ou programa de coleta de dados. Se sua confecção é feita pelo pesquisador, seu preenchimento é realizado pelo informante. A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado.

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir das abordagens explicativa e descritiva e das técnicas qualitativas e quantitativas[12], sendo que está diretamente ligado com o objetivo da pesquisa, que é mostrar que a diferenciação na tarifa do esgoto sanitário pode resultar em uma economia para o consumidor.

O Município de Boa Vista/RR conta com 50 (cinquenta) Bairros. Entre os Bairros do Município 20% possuem o sistema de esgoto, os quais totalizam 10 Bairros, que nesta contabilizaremos como o 100% da pesquisa. Vale ressaltar que são Bairros nas mais diversas áreas do Município, porém o principal objeto de estudo é mostrar que a padronização através das categorias da tarifa de esgoto sanitário pode resultar em uma economia para o consumidor.

[12] Conforme afirma Michel (2005 p. 33) “A abordagem qualitativa visa convencer a forma de experimentação, a partir da analise feita de forma detalhada, consistente e coerente, assim como a argumentação lógica de ideias”. E Richardson (1999, p. 70) afirma que a abordagem quantitativa: Caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados a revisão bibliográfica e a pesquisa de campo realizada através da aplicação de questionário (questionário estruturado) com 10 (dez) perguntas. Os questionários foram aplicados a partir da amostra selecionada em cada Bairro no Município de Boa Vista/RR.

Entre os Bairros selecionados como objeto de estudo foram entrevistados 10 moradores residências em cada bairro, totalizando 100 entrevistados. Os bairros foram selecionados de acordo com a localização e a oferta da rede de esgoto pela Companhia de Água e Esgoto de Roraima – CAER. Porém o principal objeto de estudo é a padronização das tarifas de esgoto por classes de consumo.

A amostragem para a realização do presente estudo foram obtidas nas residências dos 10 bairros de Boa Vista/RR, no mês de novembro e dezembro de 2011 no horário das 14h às 18h, nos fins de semana e feriados, com público alvo os consumidores/contribuintes.

Os dados dos questionários foram tabulados na planilha eletrônica do BrOffice.or e representados a partir dos gráficos modelo rosca (representado em percentuais). O corpo do trabalho foi digitado pelo BrOffice.or texto.

4.1 Análise e Discursão dos Dados

Os resultados da pesquisa de campo mostra como está sendo cobrada atualmente tarifa de esgoto sanitário, especificamente no Município de Boa Vista/RR.

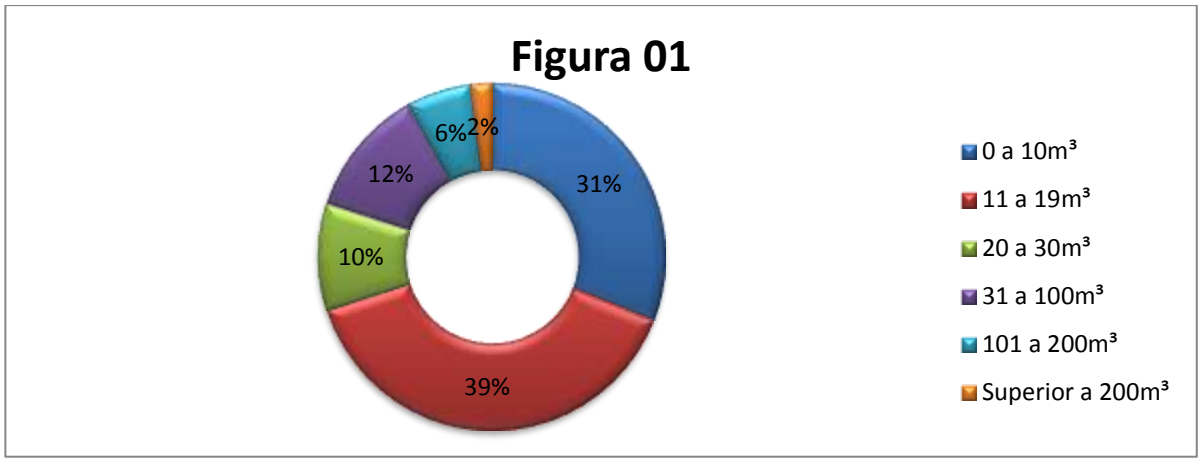
Este estudo está estruturado com base nas tarifas generalizadas entre as categorias de consumo. Conforme a leitura realizada na Resolução 04/2008 da CAER que estipula o percentual de 80% da tarifa do esgoto sanitário sobre o consumo de água.

O que queremos deixar claro e evidente é que a tarifa cobrada é a mesma independente da categoria de consumo, conforme a resolução em vigor.

A pesquisa foi direcionada nas unidades consumidoras das categorias residenciais nas quais foi aplicado um questionário com 10 perguntas fechadas, no qual obteve se questionamento relevante e fundamental para elaboração deste estudo.

4.1.1 Resultado da pesquisa realizada

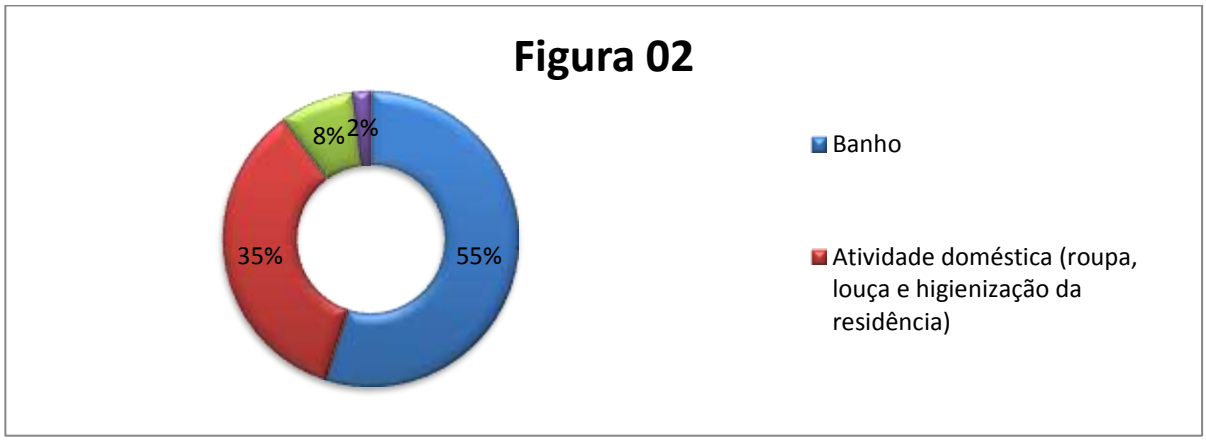
Gráfico 1 - Com base na conta da CAER qual a sua média de consumo água no mês?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados obtidos, podemos verificar que 39% dos entrevistados consomem mensalmente de 11 a 19m³ de água; 31% consomem 0 a 10m³ de água; 12% consomem 31 a 100m³ de água; 10% consomem 20 a 30m³ de água; 6% consomem 101 a 200m³ de água; e 2% tem um consumo superior a 200m³.

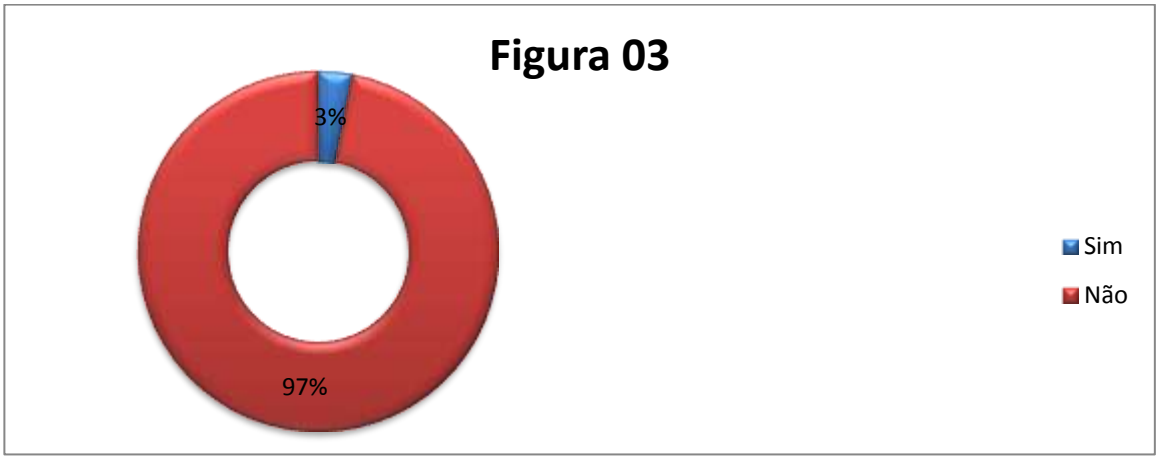
Gráfico 2 - Que tipo de atividade você mais consome água?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados da segunda pergunta do questionário, podemos verificar que 55% dos entrevistados consomem mais água no tomar banho; 35% consomem mais água nas atividades domésticas (lavagem de roupa, louças e higienização da residência); 8% consomem mais água para lavagem de veículos; e 2% consomem mais água para lazer.

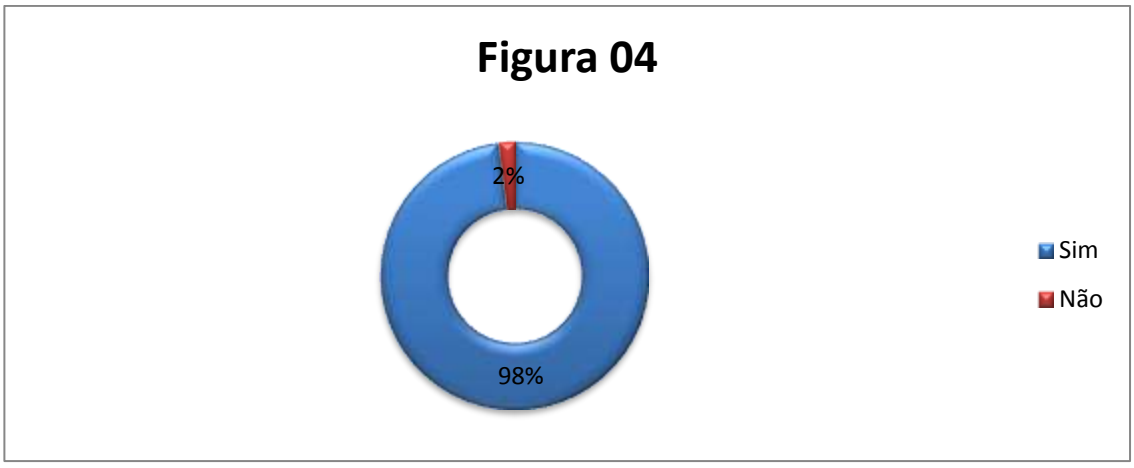
Gráfico 3 - Você tem conhecimento que a tarifa de esgoto é a mesma tanto para as categorias residenciais, comerciais, industriais e públicas?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base na terceira questão do questionário aplicado, podemos verificar que 97% dos entrevistados não têm conhecimento que a tarifa de esgoto sanitário é a mesma para todas as classes de consumo; e 3% tem conhecimento da tarifa do esgoto sanitário igual para todas as classes.

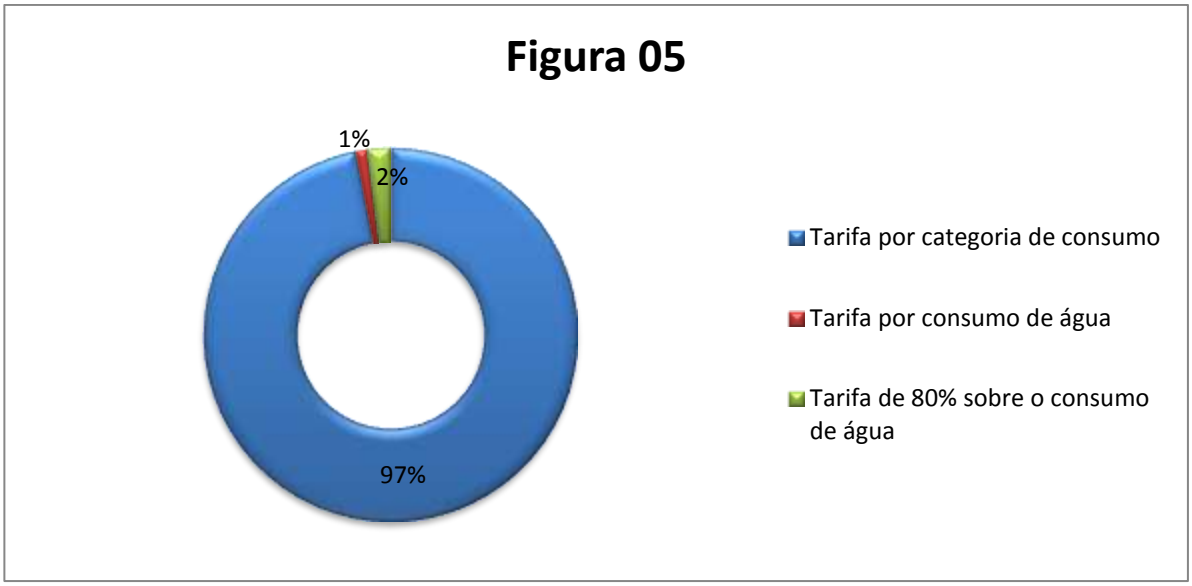
Gráfico 4 - Você concorda com a tarifa do esgoto sanitário cobrada pela CAER?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados do gráfico da quarta questão do questionário aplicado, podemos verificar que 98% dos entrevistados não concordam com a tarifa do esgoto sanitário; e 2% concordam com a tarifa do esgoto sanitário cobrado pela CAER.

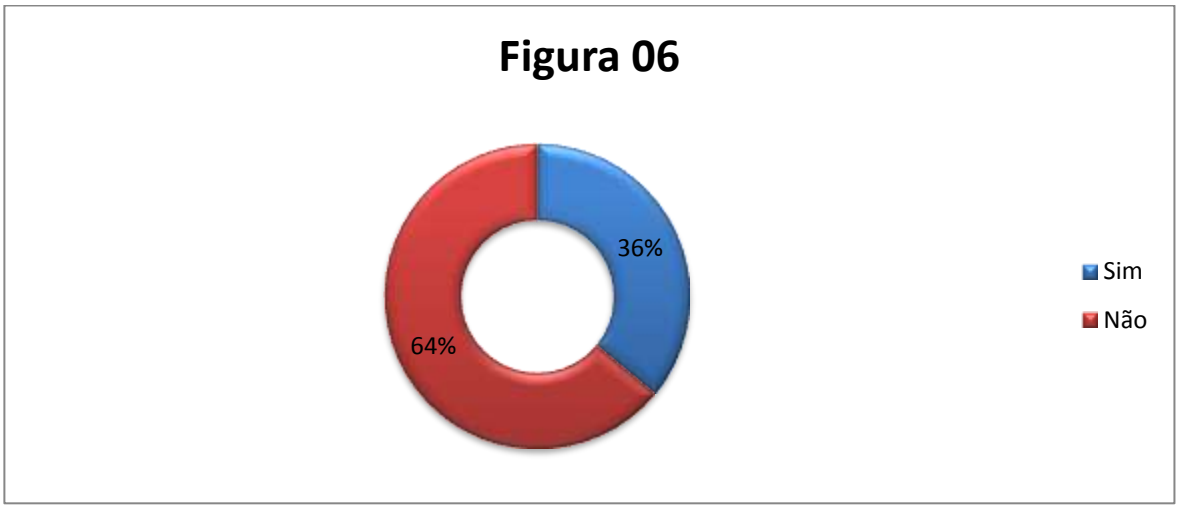
Gráfico 5 - Qual seria a melhor forma de cobrar a tarifa de esgoto?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados obtidos na quinta pergunta, podemos verificar que 97% dos entrevistados acreditam que a cobrança da tarifa do esgoto sanitário seria mais justa por classe de consumo; 2% acreditam que a tarifa de 80% sobre o consumo de água com a tarifa do esgoto sanitário cobrado pela CAER é justa; e 1% acredita que a tarifa deveria ser cobrada de acordo com o consumo.

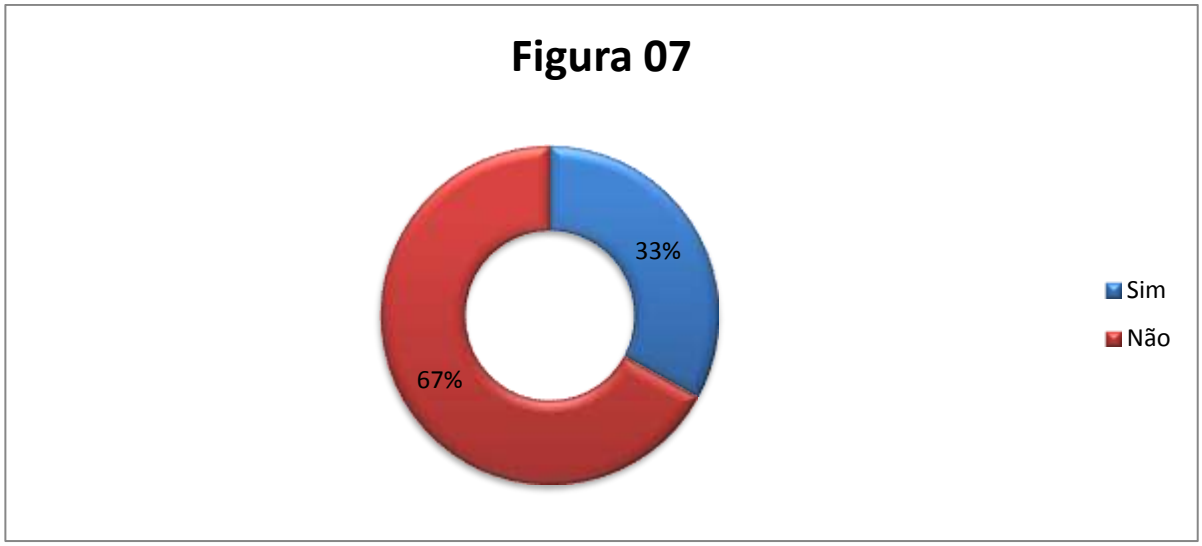
Gráfico 6 - No ano de 2011 você já ficou em debito com a CAER?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados obtidos na sexta pergunta, podemos verificar que 64% dos consumidores entrevistados já ficaram em débito com a CAER; e 36%. Dos consumidores afirmam que estão regulares com a companhia de água e esgotos.

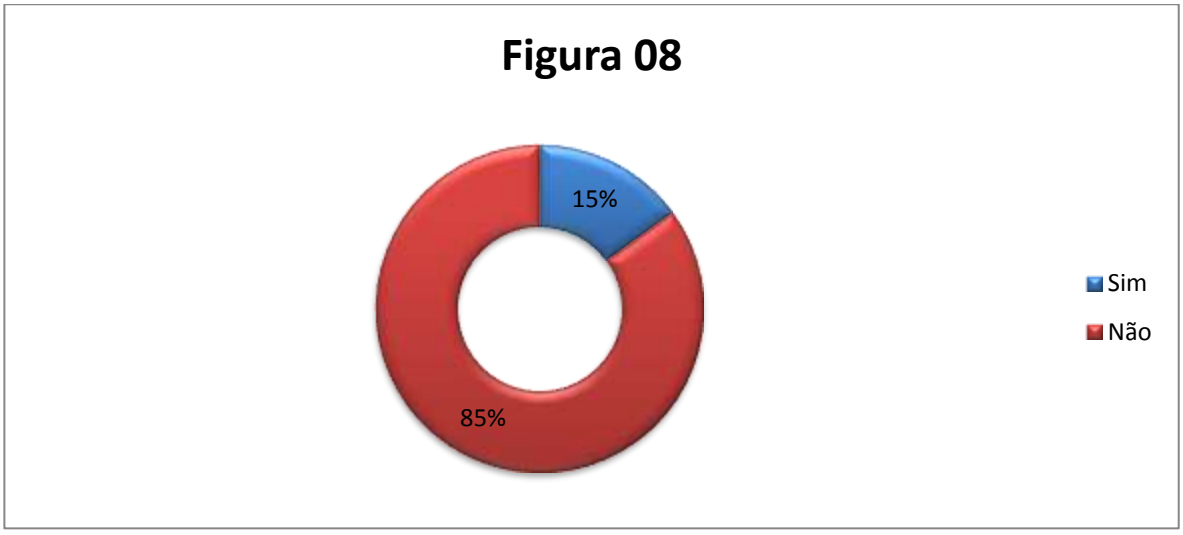
Gráfico 7 - Você evita jogar óleo, graxas e outros resíduos químicos na rede de esgoto sanitário?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados obtidos na sétima pergunta, podemos verificar que 67% dos consumidores entrevistados evitam jogar óleo, graxas e outros resíduos químicos na rede de esgoto sanitário; e 33% dos entrevistados afirmam que não se preocupam com esses resíduos, pois pagam pelo serviço.

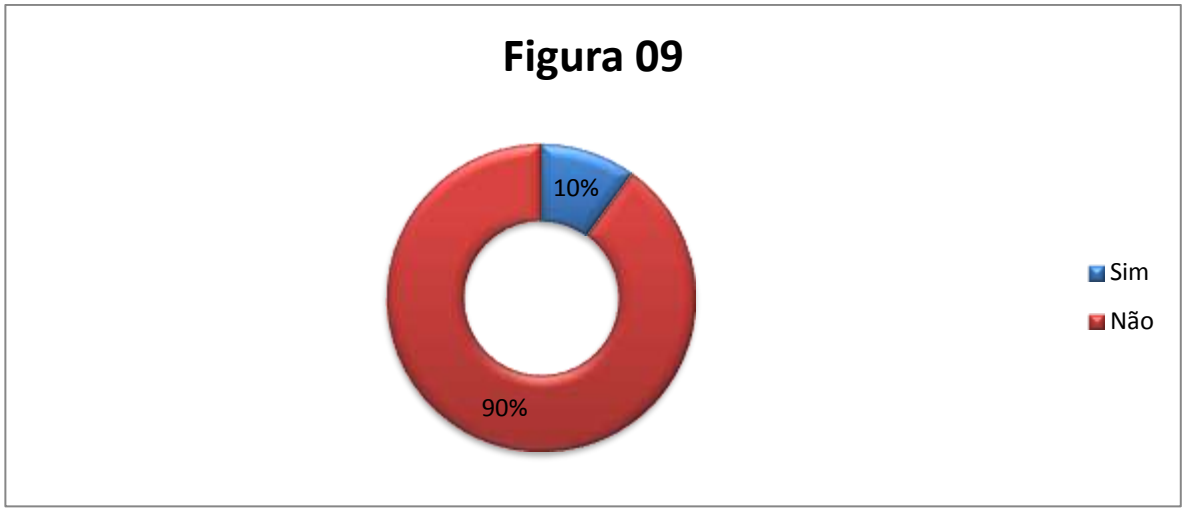
Gráfico 8 - Você conhece alguém que usa a rede de esgoto sanitário clandestinamente?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados obtidos na oitava pergunta, podemos verificar que 85% dos consumidores entrevistados não conhece alguém que usa a rede de esgoto sanitário clandestinamente; e 15% afirmam conhecer pessoas que usam o esgoto clandestinamente, (por possuir poços artesianos na sua residência e não ter a solicitação de registro na CAER, desviar a água da chuva para o sistema de esgoto etc.).

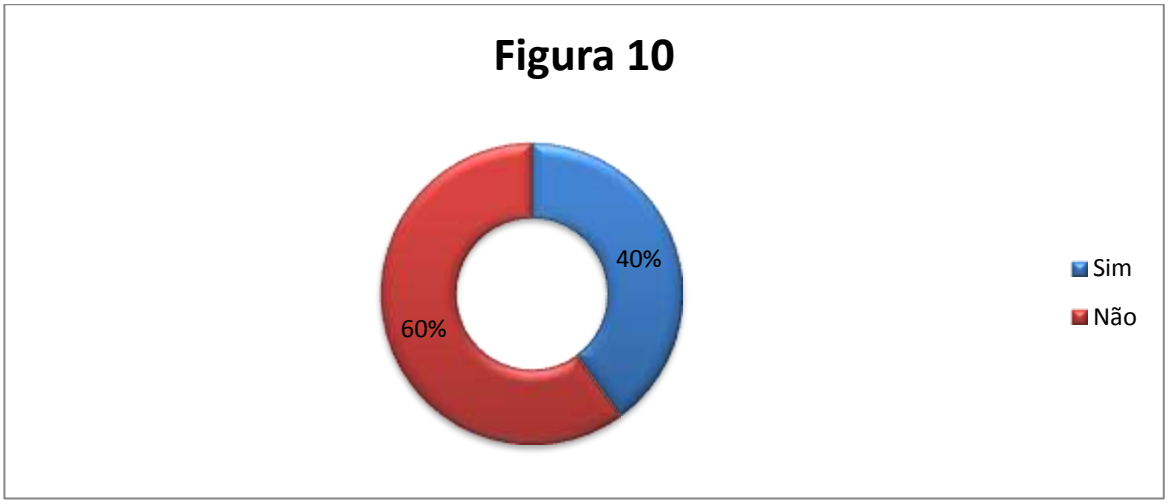
Gráfico 9 - Você tem conhecimento de como é feito o tratamento da água proveniente do esgoto sanitário?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados obtidos na nona pergunta, podemos verificar que 90% dos consumidores entrevistados não tem conhecimento de como é feito o tratamento da água proveniente do esgoto sanitário; e 10% dos entrevistados afirmam conhecer os procedimentos do tratamento do sistema de esgoto.

Gráfico 10 - Você confia na qualidade da água despejada nos rios depois de ser tratada?



Fonte: Elaborado pelo autor

Com base nos dados obtidos na nona pergunta, podemos verificar que 40% dos consumidores entrevistados confiam na qualidade da água despejada nos rios depois de ser tratada; e 60% dos entrevistados afirmam que não confiam na qualidade da água despejada nos rios.

4.1.2 Análise das entrevistas realizada com os consumidores

A partir dos dados coletados e tabulados é possível ver com clareza que a maioria dos consumidores não tem conhecimento de que a tarifa do esgoto sanitário é unificada para todas as categorias:

a) residencial;

b) comercial;

c) industrial;

d) pública.

Outro ponto relevante é que a maioria dos entrevistados questionam que se existisse uma diferenciação da tarifa do esgoto sanitário entre os consumidores seria uma cotação justa para o pagamento tarifário.

Sabe-se que o consumidor industrial despeja no esgoto sanitário dejetos, resíduos tóxicos e outros tipos de substância que carecem um tratamento diferenciado para a agua do esgoto. E uma residência despeja matérias que não precisa de tratamento tal qual de uma indústria.

E a partir do resultado da pesquisa relatada e representada nos cinco gráficos, podemos perceber que a diferenciação da tarifa de esgoto sanitário por categoria de consumo, seria uma saída lógica e necessária para a economia do consumidor residencial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propomos a pesquisar sobre a padronização da tarifa do esgoto sanitário nas categorias de consumo no Município de Boa Vista/RR levando em consideração que seria uma temática relevante, pois trata se de um tema que envolve todas as classes populacionais do referido Município.

O objetivo da pesquisa deu se em mostrar que a diferenciação na tarifa de esgoto sanitário pode resultar em uma economia para o consumidor, como podemos confirmar a partir dos dados dos gráficos de 01 a 10.

Os resultados alcançados respondem as perguntas da presente pesquisa e cumpre os objetivos nela proposto.

Mostrou-se um olhar sobre os aspectos legais da regulamentação dos esgotos sanitários, através do mesmo foi possível detectar a relevância desta pesquisa, pois o

sistema de esgoto sanitário carece de um tratamento adequado para uma boa qualidade de vida.

Destacaram-se os recursos metodológicos quanto estrutura dos métodos e abordagens utilizadas do decorrer da pesquisa.

Trás a análise e discursão dos dados obtidos na aplicação do questionário, com suas respectivas análises.

No decorrer do mesmo algumas dificuldades surgiram devido à falta de referências nesta área de saneamento em esgoto sanitário, tendo que recorrer a sites com produções científicas e governamentais voltados para a área ambiental.

E como sugestão para futuras pesquisas podem ser desenvolvidas a partir dos seguintes pontos: Tratamento dos esgotos sanitários por categorias; Rede de esgoto diferenciada entre as categorias visando um melhor tratamento e aproveitamento dos dejetos, entre outros.

REFERÊNCIAS

ABNT. **Associação Brasileira de Normas Técnicas.** Disponível em < http://www.abnt.org.br> . Acesso em 04 de dezembro de 2011.

BANCO DO NORDESTE. **Manual de Impactos Ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas**. Fortaleza, Banco do Nordeste, 1999.

DOSSIÊ DO SANEAMENTO: **ESGOTO É VIDA**. Disponibilizado no site <www.esgotoevida.org.br>. Acessado no dia 05 de dezembro de 2011.

ENGENHARIA & PROJETOS – disponibilizado no site: http://www.enge.com.br/esgoto_conceito.htm.

FURASTÉ. Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico**: **Explicitação das normas da ABNT**. 15. ed. Porto Alegre, 2010.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1995.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, p.33, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.



NOVOS CONTORNOS DA GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL

FLORIANO, Neida T. Leal[1]

RESUMO

O presente ensaio pretende analisar, de forma breve, a trajetória da gestão pública no Brasil que acompanha a evolução da sociedade e as transformações de atuação do Estado, bem como as mudanças de estratégias dos governos. De igual forma, destaca-se o papel do Estado, na atualidade, que passa a ser mais um ente regulador do que propulsor do processo de desenvolvimento do país. Nesse contexto, demonstra-se que o Estado contemporâneo assume fundamental papel no sentido de buscar soluções para o enfrentamento das dificuldades sociais, resultantes do Estado Moderno, a fim de minimizar os efeitos da grande exclusão social que permeia a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Estado. Gestão pública. Sociedade.

RESUMEN

Este artículo tiene por objeto examinar, brevemente, la historia de la administración pública en Brasil que acompaña a la evolución de la sociedad y el papel cambiante del Estado, así como los cambios en las estrategias de los gobiernos. Del mismo modo, no es el papel del estado actual, que pasa a ser uno más que el conductor del regulador del proceso de desarrollo del país. En este contexto, se demuestra que el Estado contemporáneo asume papel clave en la búsqueda de soluciones para hacer frente a los problemas sociales, lo que resulta en el Estado moderno, con el fin de minimizar los efectos de la gran exclusión social que prevalece en la sociedad brasileña.

Palabras clave: Estado. Administración Pública. Sociedad.

[1] Advogada. Mestre em Direito. Especialista em Ciências Penais e em Direito Penal Contemporâneo. Professora do Curso de Direito da Faculdade São Francisco de Assis – UNIFIN e da Universidade da Região da Campanha - URCAMP. Membro Integrante do Núcleo Docente Estruturante, do Colegiado de Curso de Direito e do Comitê Técnico Científico de Campus, da URCAMP, campus de São Gabriel/RS. e-mail: neida@saofranciscodeassis.edu.br; neidafloriano@terra.com.br.

1 INTRODUÇÃO

O rompimento com o modelo positivista resultante da complexidade inter-relacional existente em uma sociedade pluralista e multicultural impõe aos operadores do direito uma nova postura de atuação e participação, a partir de uma releitura conceitual e principiológica inserida na nova ordem jurídica, mediante processo interpretativo mais aberto e dinâmico, no sentido de conformação à nova realidade social. Tal tarefa se torna possível e encontra assentamento na jurisdição constitucional que busca a democratização jurisdicional, mediante mecanismos de efetiva atuação do Judiciário, visando alcançar maior atuação constitutiva e participação ativa dos intérpretes da Constituição.

A partir da concepção inicial de Estado de Direito[2] verifica-se a transmutação de diversos paradigmas na esfera jurídica, desde a superação do direito natural, perpassando pela evolução do direito positivo até a estruturação do modelo atual de Estado. Nesse contexto, vários fenômenos históricos se desenvolveram durante essa trajetória, merecendo aqui uma breve contextualização.

A análise dos antecedentes teóricos que conformam o Estado Constitucional pressupõe uma averiguação acerca dos fenômenos políticos, jurídicos e sociais que fizeram parte dos momentos históricos que o antecederam.

Sinale-se que a finalidade do controle estatal se resume em assegurar a lógica do Estado contemporâneo - bem comum - a todos os atores sociais, porquanto toda atividade do gestor público deve ser pautada nessa direção, vez que se trata de um encargo de defesa, conservação e aprimoramento de bens, serviços e interesses da sociedade.

Em outras palavras, a nova concepção de Estado impõe interferência deste na Sociedade Civil, mediante ações efetivas que garantam a realização dos direitos individuais a todos os cidadãos. Assim sendo, os direitos sociais reconhecidos como de segunda dimensão se traduzem em direitos positivos, porquanto exigem efetiva atuação do Estado, o que resulta em maior relevo do Poder Executivo.

---

[2] O princípio do Estado de direito é, fundamentalmente, um princípio constitutivo, de natureza material, procedimental e formal [...] que visa dar resposta ao problema do conteúdo, extensão e modo de proceder do Estado.[...] Pressupõe a existência de uma Constituição que sirva – valendo e vigorando – de ordem jurídico-normativo fundamental vinculativa de todos os poderes públicos. Canotilho sintetiza os pressupostos materiais do princípio do Estado de Direito em juridicidade, constitucionalidade e direitos fundamentais, em que a Constituição tem por fundamento o respeito à dignidade da pessoa humana e busca garantir, com efetividade, os direitos e liberdades fundamentais. (CANOTILHO, J. J. Gomes *apud* COELHO, 2003).

No entanto, a partir da constitucionalização dos direitos econômicos sociais e culturais é atribuída à Constituição uma nova função, mais gerenciadora, em face da incorporação de novas dimensões de direitos e valores, portanto, a Constituição passa a ser política e normativa, vez que além de preservar o caráter político faz ressurgir a normatividade, objetivando a eficácia e validade dos direitos fundamentais.

Com efeito, a mudança de paradigma ocorreu em decorrência dos massacres havidos na Segunda Guerra Mundial que determinaram a inclusão de valores essenciais ao Estado de Direito. É nesse contexto que tais valores passam a fazer parte do ordenamento jurídico e exigem do Estado compatível prestação jurisdicional.

Não há dúvidas de que a sociedade civil, atualmente, se configura na base das relações econômicas, culturais e sociais, de onde surgem conflitos que demandam resoluções políticas. Assim sendo, o Estado contemporâneo não deve se eximir de suas funções primordiais; ao contrário, deve dialogar perenemente com os segmentos sociais em busca de alternativas mais eficazes para atender as demandas sociais que surgem neste contexto histórico, social e tecnológico.

2 ALGUNS ASPECTOS DO ATUAL MODELO DE ESTADO E DE SOCIEDADE

Remanescente da Revolução Francesa surge o Estado Liberal[3] com o propósito de inibir os abusos do absolutismo que pairavam na Europa, direcionando a solução dos conflitos sociais ao Poder Legislativo, diante da possibilidade de restringir a liberdade individual através da lei.

Destaca-se no Estado Liberal a supremacia dos direitos naturais do homem (individuais) como corolários do direito de propriedade (no sentido de direito natural) os quais se constituem em limites ao poder estatal, regulado por normas que sobrelevam a atuação do Poder Legislativo. Nessa visão, situa-se a separação entre Estado e Sociedade Civil em face da dicotomia entre a esfera política - Estado - e a privada - econômico -, *locus* da sociedade civil.

O Estado Social de Direito, “também chamado Estado Intervencionista, de Bem-Estar-Social, Estado Providência ou Assistencial” nasce no segundo pós-guerra. Na visão de Perez Luño, este modelo de Estado “teve uma origem híbrida, fruto de um compromisso entre tendências ideológicas opostas: por um lado representou uma conquista do socialismo democrático, por outro uma vitória do pensamento liberal mais progressista” (Gorczevski, C.; Leal, M. C.H.; Silva Júnior, E. B, 2007).

[3] O Estado Liberal surgiu na Inglaterra em oposição ao Estado absolutista.

Na conformação do Estado brasileiro, Bresser Pereira, citado por Santos (2006), assevera que este modelo de Estado enfrentou várias mudanças em seus paradigmas de gestão pública, desde o patrimonialista, predominante até o século XIX, passando pelo burocrático durante o século XX - baseado na forma e na norma -, para, na última década, ser perseguido o paradigma gerencial, mediante adoção de estratégias de resultados na prestação de serviços.

Nessa linha, destaca o mesmo autor que diante das disfunções características das organizações burocráticas do setor público, tais como: centralização, rigidez de procedimentos e padronizações, apego às regras e reduzida orientação por resultados surgiram as últimas reformas administrativas do Estado em resposta à inoperância efetiva da burocracia (Santos, 2006). Nesse particular, concentra-se a discussão acerca da relação do Estado, governo e sociedade, no plano da verticalidade (Leal, 2006).

Conforme observa esse autor, ao longo dos últimos anos, acentuou-se o debate acerca do papel do Estado e das atividades de governo, objetivando um maior controle do desempenho estatal a fim de evitar a centralização ocorrida em outras épocas, notadamente nos períodos monárquico e medieval.

Destaca-se que o modelo de Estado assistencialista, que tudo provém, não mais se configura, razão pela qual passou a abarcar novos desafios, não mais paternalista, mas, sobretudo, indutor da própria sociedade que o vincula. Nesse sentido tem-se a lição de Rogério Gesta Leal:

> Algumas tendências contemporâneas, dessa forma apontam o surgimento de um modelo de Estado caracterizado pelo distanciamento de algumas funções tradicionais que vinha exercendo, e assumindo outras novas, o que o está levando a um novo papel, em que o setor público passa de produtor direto de bens e serviços para indutor e regulador do desenvolvimento, através da ação institucional ágil, de forma inovadora e democrática, compartilhando responsabilidades com o tecido social e tendo como preocupações nodais: a regulação, a representatividade política, a justiça e a solidariedade (LEAL, 2008).

É nessa perspectiva que Leal analisa o desenvolvimento de atividades tecnoburocráticas do Estado, mediante criação de novos instrumentos e mecanismos institucionais disciplinados por normas imperativas que visam a efetiva operacionalização da gestão pública no Brasil. No dizer de Santos (2006) “o controle desenvolve uma consciência estratégica voltada para o aperfeiçoamento contínuo”. Nesse contexto,

> [...] para o desenvolvimento de suas atividades técno-burocráticas, o Estado/governo, enquanto instituição jurídica e política, têm, ao longo de sua conformação histórica, instituído procedimentos e mecanismos de operacionalização de gestão, tudo regulado positivamente por normativas cogentes. Entretanto, isso, por si só, de um lado, não garante êxito em suas práticas cotidianas de administração dos interesses públicos, e, de outro, não

> assegura um plano de visibilidade imediata dos seus comportamentos oficiosos – requisitos indispensáveis, por exemplo, para a agenda econômica e política da Idade Moderna" (LEAL, 2006).

Diante da preocupação com o "critério da maioria"[4], na efetivação dos direitos fundamentais, desloca-se para o Judiciário o foco de tensão, na medida em que a Constituição dispõe de garantias e mecanismos de proteção que possam realizar e resguardar esses direitos. Assim, depreende-se que a proteção de tais direitos pode ser realizada mediante a utilização de diversas ações, dispostas na Constituição brasileira de 1988, *v.g.,* o *habeas corpus*, o mandado de segurança, ação popular, dentre outros.

Para, além disso, outra característica que merece destaque neste modelo de Estado é a concepção comunitarista, vez que os indivíduos vivem em coletividade e necessitam de integração entre o texto normativo e a realidade social. Neste particular, destaca-se que a sociedade é composta de elementos – cidadãos – diferentes, portanto, complexa, o que torna imperiosa a função do direito no sentido de garantir a igualdade e respeitar a diferença. Por conta disso, a Constituição deve ser encarada como um documento em construção que não possui conteúdo acabado, definitivo.

Em razão disso, a atuação do Estado contemporâneo não pode mais ser pautada somente em normas tradicionais, diante da necessidade de criação de normas mais diretivas, com nova conotação, em face da proeminência dos novos valores inseridos na Constituição.

O Estado assumiu o papel de principal provedor dos direitos sociais e com toda a evolução que se apresentou na sociedade, tornou-se complexa a atuação estatal, acabando por dificultar o desempenho dessa obrigação.

Para Silva (1998) os direitos decorrem na medida em que cada titular de direitos individuais tem o dever de reconhecer e respeitar igual direito do outro, bem como o dever de comportar-se, nas relações inter-humanas, com postura democrática, compreendendo que a dignidade da pessoa humana do próximo deve ser exaltada como a sua própria.

Visualiza-se um novo paradigma de cultura social - é um reconhecimento de que há tantos direitos assegurados e igualmente muitos deveres que essa sociedade civil precisa assumir. Inverte-se, portanto aquele discurso acerca de democracia baseado na representação, pois no modelo proposto há o direito de participação da sociedade.

---

[4] Segundo ensinamentos de Mônia C. H. Leal, este é reconhecido como critério de legitimação do nazi-facismo, ao explicar "[...] fazendo com que o constitucionalismo moderno confiasse, a partir da experiência negativa de legitimação do nazi-fascismo pela vontade da maioria, ao Judiciário, mais especificamente à justiça constitucional, a guarda da vontade geral, encerrada de modo permanente nos princípios fundamentais positivados na ordem jurídica (Gorczevski, C.; Leal, M. C.H.; Silva Júnior, E. B, 2007).

De acordo com a análise feita por Leal (2006) acerca do contexto social da sociedade brasileira pode-se afirmar que, atualmente, vive-se sob o prisma de um "globalismo localizado". Tal situação é evidenciada a partir da influência de determinadas práticas transnacionais sobre situações locais, as quais se desestabilizam em face de exigências daquelas.

Por conta disso, observa-se que há um deslocamento na supremacia do Estado Moderno, vez que os direitos e a comunidade saem da tutela específica do território e passam a ser gestados, no tocante ao estabelecimento e manutenção da ordem, por espaços mais gerais, inspirados em valores e interesses locais e particulares.

Diante dessa transformação que trasmuda o poder e os locais de decisão, se vislumbra o surgimento da idéia de uma aldeia global, que faz nascer o cidadão universal e dá origem ao fenômeno da descentralização e de novos sujeitos detentores de direitos e poder. Esses novos atores, mais coletivos do que individuais, possuem experiência histórica na luta dos movimentos sociais, marcada pela criação de espaços em busca da cidadania, na defesa de direitos, em prol de uma vida mais digna e de uma sociedade mais pacífica e fraterna.

Nesse contexto, redefine-se o papel do Estado, o qual passa a ser mais um ente regulador do que propulsor do processo de desenvolvimento do país. Assim, o Estado contemporâneo assume fundamental papel no sentido de ordenar o intenso caos e a acentuada exclusão social provocada pelo gerenciamento do Estado Moderno, em especial, a tarefa de administrar os conflitos que permeiam a sociedade pluralista, tensa e multicultural que o criou. É nessa dimensão ampla que se situa a nova concepção da administração pública, fruto de uma "realidade complexa e não-unitária, caracterizada pela coexistência de diversos órgãos que cooperam e competem no processo de gestão das políticas públicas"(Cavalcanti, 2005).

Nessa esteira, observa-se que o movimento de democratização de uma sociedade vincula-se ao processo de organização do Estado, que tem por finalidade estabelecer o bem comum, mediante instituição de mecanismos de prevenção e solução de conflitos existentes na sociedade.

Assim, qualquer reflexão sobre o papel da administração pública no novo contexto político deve ser feita a partir de uma análise em todo o conjunto de medidas adotadas ao longo da história, vez que o Estado hodierno herdou práticas tecnoburocratas que excluem a participação da sociedade.

Nesse viés, verifica-se que, na atualidade, os fins da Administração Pública convergem para um único objetivo, qual seja: o bem comum da coletividade administrada, cujos fundamentos se encontram assim delineados:

> - presunção de papéis apropriados, na elaboração de diretrizes, tanto por parte do chefe do Executivo como do Legislativo e do Judiciário;
> - capacidade de incorporar as diretrizes adotadas a planos funcionais de operação;
> - habilidade, por parte daqueles encarregados das operações, para dirigir e coordenar estas operações a fim de que sejam cumpridos os planos" (SANTOS, 2006).

Nesse processo de sistematização, observa Leal (2006) que a atividade de gerenciar os interesses públicos surge com o Estado, notadamente, com o Estado de Direito. Aliás, refere o autor, que perseguindo-se uma concepção mais clássica acerca da atividade estatal chega-se à formulação teórica de Montesquieu no tocante à tripartição dos poderes, para "(1) evitar e conter o abuso do poder por quem o detém; (2) regular a conduta do Estado e mantê-la afivelada às disposições legais, visando a proteger o cidadão contra abusos ou desvios dos detentores deste poder".

Nessa linha de raciocínio, extrai-se a máxima de que a tentativa de ruptura do modelo medieval e antigo de exercício do poder público, a partir de tais formulações, não sustenta essa postura, diante da evolução dos grupos sociais e até da política, em face de suas intensas complexidades.

Significa dizer que a frustração desse modelo, vincula-se ao fato de que o movimento de superação do medievo ocorreu interligado com uma nova proposta econômica para o Ocidente, voltada especificamente ao mercado das relações de produção, no qual uma de suas principais preocupações era afastar as arbitrariedades oriundas dos regimes monárquicos e eclesiásticos, deixando, então, a cargo da mão invisível desse mercado a responsabilidade pelo desenvolvimento social pacífico.

Todavia, forçoso reconhecer que as aspirações do liberalismo clássico não se concretizaram, e que, ao contrário do pretendido, provocaram intenso processo de exclusão e marginalização até então nunca observado.

Nessa concepção, sustenta Leal (2006) que

> [...] evidenciada a fragilidade e insuficiência do Estão Mínimo, perquirido por projetos liberais de Sociedade, diante das profundas crises e demandas sociais causadas pelo próprio modelo, impõe-se verificarmos se as funções outorgadas nos umbrais da Idade Moderna aos institutos de gestão pública ainda persistem.

A questão a ser analisada, no dizer de Leal (2006), diz respeito ao condicionamento da

> [...] legitimidade da Administração Pública no Estado Democrático de Direito à existência de um processo democrático de comunicação política que institui um espaço permanente de construção de entendimentos racionais sobre o que se pretende em termos de sociedade e governo[...], para em seguida, se passar ao nível dos seus dimensionamentos em políticas públicas efetivadoras das demandas que elas representam" [...].

Nesse diapasão, cumpre referir que o atual modelo de sociedade civil se apresenta como um novo sujeito social ativo que busca, no mínimo, discutir os problemas que afetam a sociedade, além da própria atuação enquanto grupo social organizado.

Diante da extensão do território brasileiro, que implica em grandes desigualdades sociais, a necessidade de aperfeiçoamento democrático ultrapassa a esfera da ampliação do sufrágio universal, sendo indispensável a adoção de medidas de enfrentamento mais eficazes.

Por essa razão, novos paradigmas, de inspiração habermasiana, deverão ser adotados na criação de mecanismos que possibilitem a leitura e construção de novas formas de gestão pública.

3 REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO PÚBLICA COMPARTIDA NO BRASIL

A partir da Constituição de 1988 houve significativa alteração no modelo de gestão pública, diante na nova proposta política que funda o Estado Democrático de Direito, exigindo um realinhamento da administração pública aos programas de governo. Nesse sentido:

> Qualquer reflexão acerca do papel da administração pública no novo contexto político do país deve basear-se numa análise das tentativas de reformas implementadas, uma vez que o novo governo não opera num vácuo organizacional; ao contrário, herdou uma burocracia pública influenciada, também, pelos esforços anteriores de reforma (CAVALCANTI, 2005).

Na conformação da sociedade atual, a crescente complexidade das necessidades, a falta de recursos e as novas aspirações dos cidadãos exige uma atuação mais efetiva do Estado, com resultados satisfatórios mediante criação de políticas públicas de inclusão social.

Destaca-se que todas essas razões de justificação estão inter-relacionadas, porquanto possuem vínculos necessários, quais sejam, os interesses comunitários. Cavalcanti (2006) assevera, dizendo

> [...] entendemos que os níveis de complexidade que apresenta a sociedade contemporânea estão a exigir a revisão dos paradigmas que informam, classicamente, o problema da Administração Pública (reduzida a aspectos técnicos-burocráticos de competência exclusiva do aparelho estatal). Para tanto,

> estamos propondo, como referencial teórico alternativo a este modelo clássico, a contribuição de Jürgen Habermas, notadamente, no que tange a Teoria Procedimental da Democracia e seus pressupostos informativos, quando procurara aferir, dentre outras coisas, quais as condições e possibilidades do Direito (e para a pesquisa, notadamente o Direito Administrativo) cumprir com uma função de integração social naquelas sociedades".

Desse modo, é consequência natural do desenvolvimento social a necessidade de readequação e aprimoramento das atividades estatais. Significa dizer que na sociedade contemporânea o que se observa é a busca de melhores instrumentos administrativos para atingir os atos de gestão pública, ou seja, uma relação produtiva entre Estado e políticas públicas. Neste particular é que se situa a chamada gestão pública compartida, cuja característica é a criação de instrumentos teóricos capazes de atender as demandas sociais.

No dizer de Leal (2006), com a nova Constituição houve grandes mudanças na relação entre Estado, Sociedade e Administração Pública, vez que surge na morfologia do Estado um novo elemento, qual seja, a sociedade civil que perpassa todos os outros elementos – ministérios, secretarias, etc.-, na qual se verifica a participação ativa da sociedade entre os interlocutores: Estado, sociedade e mercado.

A par desse panorama, tem-se um novo cenário na relação entre Estado, Sociedade e Administração e as políticas públicas de inclusão social, mediante um novo conceito de interlocução.

Seguindo-se a linha de entendimento desse autor, observa-se, no Brasil, um desequilíbrio estrutural no diálogo político entre Estado, mercado e sociedade civil, muito embora a comunicação do Estado com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário mantenha-se estável, mediante instrumentos convencionais contínuos.

A problemática situa-se na comunicação do Estado com os demais atores sociais, como por exemplo, o mercado, que, por vezes, ocorre de forma bastante ampla, o que dificulta sobremaneira o diálogo. Inarredável, pois o descompasso dialogal entre sociedade civil e mercado. A título de exemplo, citam-se as relações de consumo, cujos conceitos criados para regular tais relações, muitas vezes, dependem da intervenção do Estado. Igualmente, observa-se o discurso vazio sobre a defesa do meio ambiente sadio, cujas regras de proteção do ecossistema deveriam ser cumpridas pelos diversos empreendimentos que progressivamente se estabelecem em todo o território nacional, beneficiando grande parcela da população, que, ao fim e ao cabo, o Estado é que intervém.

Por outro lado, percebe-se que o mercado organizado estabelece uma interlocução bastante formal. Nesse contexto, torna-se necessária a equalização desse desequilíbrio, mediante criação de mecanismos e instrumentos de ampliação das possibilidades do equilíbrio semântico, objetivando uma comunicação democrática.

Conforme adverte Leal (2006) as bases epistemológicas de uma gestão pública compartida resultam de um novo paradigma de cultura social, de um novo conceito de sociedade e de um novo conceito de interlocução entre Estado e sociedade que surgem a partir da Constituição Federal de 1988.

Na tentativa de solucionar o tema da gestão pública no Brasil, Leal (2006) apresenta a seguinte proposta:

> [...] a perspectiva que estamos propondo, pois, para pensarmos o tema da gestão pública, é epistemológica, ou seja, tem bases de sustentação e justificação que se prestam ao falseamento e à problematização, pois pretende explicitar as categorias a serem utilizadas em sua delimitação conceitual matricial.

Apresenta e avalia Leal (2006) as bases de sustentação dessa perspectiva, dizendo que

> [...] a primeira base desta perspectiva é um novo conceito de sociedade, tido aqui como o conjunto de pessoas espacial e temporalmente identificadas como conformadoras de uma comunidade política.
> [...] a segunda base epistemológica de nossa perspectiva diz respeito a uma nova conceitualização de Estado, isto porque estamos convictos de que, num espaço público em que o Estado convive com interesses e organizações não-estatais, cuja atuação coordena, uma sociedade que se quer democrática de direito não pode confinar-se à democracia representativa, uma vez que foi desenhada, apenas, para ação política no marco do Estado e de suas instituições oficiais.
> [...] por fim, a terceira base epistemológica que informa nossa perspectiva de gestão pública compartida: a interlocução política de todos os atores que são afetados pela Administração, resgatando o seu lugar histórico neste âmbito, i.é, os mais legítimos fundadores do estado, do Mercado e da Administração Pública.

Para esse autor, ser cidadão “implica, tanto em reivindicar os direitos de aceder e pertencer ao sistema sociopolítico, como no direito de participar na reelaboração do sistema, definindo, portanto, aquilo de que queremos fazer parte” (Leal, 2006).

De outro vértice, adota-se o entendimento desse autor para afirmar que a idéia de Estado Democrático de Direito está intimamente associada à existência de uma Sociedade Democrática de Direito, que defende o conceito de democracia calcado na soberania popular e na participação popular, tanto direta ou indiretamente, o que constituiu o denominado princípio participativo. Nesse sentido (Leal, 2008) refere que,

> Para tanto, a desificação da democracia à sociedade brasileira implica, salvo melhor juízo, não só oportunidades materiais de acesso da população à gestão pública da comunidade, mas fundamentalmente de fórmulas e práticas de

> sensibilização e mobilização dos indivíduos e das corporações à participação, através de rotinas e procedimentos didáticos que levem em conta as diferenças e especificidades de cada qual.

Em que pese a responsabilidade de implantação de tais medidas, no atual contexto social, não recair apenas a um único sujeito social, por estar ampliada a diversas instituições e órgãos de representações, entende-se, perfilhando-se na mesma linha de raciocínio deste autor, que, ainda, é tarefa do Estado o *locus* principal de promover a constituição de uma Sociedade Democrática de Direito, em razão da principiologia valorativa dessa sociedade que se encontra plasmada no texto constitucional, precipuamente, a dignidade da pessoa humana, assim como os compromissos de emancipação republicana também abarcados pela Constituição de 1988.

Nesse passo, a base teórica referencial de Habermas é adotada como referência reflexiva, porquanto parte da premissa de que a administração pública de demandas sociais precisa primeiro ser compreendida a partir de uma nova perspectiva teórico-social que viabilize uma racionalidade civilizatória e complexa de inclusão social com comprometimento da comunidade, bem como necessita ser observada como *locus* constante de controle e participação social na esfera do gerenciamento dos interesses públicos.

A partir da concepção de Habermas, citado por Leal (2006) pode-se identificar alguns pressupostos epistemológicos e filosóficos da gestão de políticas públicas no Estado Democrático de Direito, quais sejam: o pacto semântico, os níveis de subjetividade dos interlocutores e o controle social e político dos resultados da comunicação entre os interlocutores.

O pacto semântico entre os interlocutores implica a construção de categorias, conceitos comuns, objetivando a discussão de cada elemento que vai compor a comunicação. A comunicação só é deficitária em face da ausência de pactos semânticos, os quais, por sua vez, possuem requisitos indispensáveis, tais como, veracidade, validade e devem ser partilhados no mesmo espaço de tempo e local.

Importante destacar que não são todos os acordos ou pactos semânticos que são possíveis na comunicação jurídica, tendo em vista que no campo da comunicação os conceitos e as categorias que constituem os argumentos dos discursos e falas necessitam ser justificados e comprovados racionalmente.

Além do pacto semântico devem ser observados os níveis de subjetividade dos interlocutores, ou seja, a capacidade de compreensão destes interlocutores e a capacidade de manifestação da vontade dos mesmos em face desta compreensão. São

os níveis de subjetividade dos interlocutores que vão viabilizar o equilíbrio estrutural no diálogo político, ou seja, uma comunicação democrática. Relativamente à participação social, tem-se que ela vai se operar a partir das interlocuções.

Por fim, impende ressaltar que no âmbito da atual Constituição, ser cidadão perpassa a idéia específica de ter os direitos individuais reconhecidos pelo ente estatal, porquanto possui conformação mais ampla voltada às práticas sociais e culturais, notadamente, em "ações emancipadoras e politicamente confirmatórias do estatuto universal"(Leal, 2006), reconhecidas universalmente e, se constitui em verdadeira estratégia política de inclusão social.

Destaca-se, todavia, que o sistema estatal vem instituindo alguns instrumentos de regulação, tais como, controladorias, ouvidorias e agências reguladoras, dentre outros, em busca de aproximar a interlocução entre Estado – Sociedade - mercado.

4 A ADMINISTRAÇÃO "CONDIVISA" DEFENDIDA POR GREGÓRIO ARENA

Arena (2008) sustenta que para a garantia dos interesses coletivos se faz necessário recorrer a novas formas de administração, sendo necessário chamar os indivíduos que fazem parte do corpo social para participarem da administração, compondo, dessa forma, uma estrutura.

> A colaboração dos cidadãos é elemento estrutural e fundante de um novo modelo de administração, definido já há alguns anos como administração condivisa, e que agora, graças à introdução do princípio da subsidiariedade posto na Constituição italiana, tem também um fundamento constitucional. Naturalmente tal novo modelo não suplanta aquele tradicional que, em numerosos setores, permanece evidentemente o único modelo de administração utilizável. Em muitos setores, é preferível recorrer à administração condivisa, enquanto em outros casos é verdadeiramente indispensável utilizar tal novo modelo, pois o único que pode garantir a persecução do interesse geral.

Nesse modelo proposto, a administração, o cidadão e a política devem caminhar em sintonia em busca de satisfação dos interesses de um maior número possível de indivíduos. A participação da comunidade, nos mais variados setores da administração pública, com a devida interação por meio da participação de cidadãos respeitáveis é o caminho para, talvez se realizar os anseios da sociedade civil. Nessa perspectiva é que se procura aproximar, cada vez mais, o diálogo entre administração pública e a sociedade.

Nesse cenário, os cidadãos devem assumir um novo papel, comprometidos não só com o seu bem estar, mas, sim de toda coletividade, deslocando-se do eixo passivo,

ou seja, afastando-se da “confortável” condição de administrado, para assumir um *locus* mais atuante e participativo. Desse modo:

> Esse novo modelo tem sido denominado administração condivisa por indicar que os cidadãos e administração não se limitam a administrar juntos, mas o fazem aliando-se contra um adversário comum, representado pela complexidade da sociedade moderna e compartilhando seja o objetivo central, que consiste na satisfação de um interesse geral, seja os recursos que ambos os sujeitos da relação possam colocar em campo. Os cidadãos não se substituem à administração, nem suas capacidades são usadas para suprir a carência organizativa ou funcional da administração, mas trata-se de uma verdadeira e própria aliança entre sujeitos tendencialmente paritários, baseado sobre a autonomia e sobre a responsabilidade de todos os sujeitos envolvidos na relação, voltada às soluções dos problemas de interesse geral que a administração não pode resolver de outra forma. (ARENA, 2008).

Destaca-se que mesmo diante de um sujeito onipotente – Estado – responsável pela resolução dos problemas sociais, composto de estrutura sólida e grande aporte financeiro para cumprir tal responsabilidade, o que se verifica, hodiernamente, que essa condição é insuficiente frente às necessidades dos homens que convivem em sociedade, porquanto ultrapassam a esfera de assistência exclusiva dos cidadãos, tendo em vista que as exigências de defesa e proteção do ecossistema vão muito mais além do ser humano, pois englobam todos os seres vivos do planeta.

Para tanto, imperativa a participação de todos os atores sociais, notadamente, a interlocução entre a administração pública e a coletividade. Esse padrão de administração é defendido por Gregório Arena, a saber:

> Dando vida às experiências de administrações condivisas, ambos, cidadãos e administrações, reconhecem que os problemas relativos o interesse geral de uma coletividade são hoje complexos, estreitamente entrecruzados entre eles, a ponto de não poderem ser resolvidos por um só sujeito, mesmo os dotados de meios jurídicos, financeiros e técnicos imponentes como aqueles que se dispõem as administrações públicas modernas. É exatamente o mesmo problema que se põe com referência ao ambiente tomado como ecossistema, cuja sobrevivência é influenciada, de forma positiva e negativa, pelos comportamentos de todos os atores do sistema, também aqueles aparentemente mais insignificantes e mais longínquos.
> No caso doa tutela do ecossistema, e já evidente a necessidade de que todos sejam envolvidos, exatamente porque é a inter-relação de milhões de comportamentos cotidianos que se derivam os efeitos positivos ou negativos sobre o ambiente. No caso da tutela do interesse geral, esse é menos evidente, porque, por cerca de dois séculos, o paradigma bipolar tem acreditado na idéia de que fosse possível delegar a tutela do interesse geral de uma coletividade a um único sujeito, a administração dita pública, exatamente para distingui-la de outras formas de administração, aquelas voltadas à tutela dos interesses privados. Hoje, ao contrário, também a administração pública deve tomar providências em relação aos problemas que apresenta como exclusivamente nossos, reconhecendo que não existem soluções simples a problemas complexos. (ARENA, 2008).

Como pode ser observado o modelo de administração condivisa defendido por Gregório Arena, na Itália, em muito se assemelha à proposta de administração pública

compartida no Brasil, defendido por Leal (2006), ou seja, o cidadão é chamado para participar da administração pública, com suas experiências e entendimentos, saindo daquela condição de passividade e afastando-se da ideia de que o Estado tudo pode e tudo deve fazer, por ser o único responsável. Nesse sentido,

> [...] enquanto na administração condivisa o cidadão participa com a administração com a concreta solução de um problema de interesse geral. Em um certo sentido, poder-se-ia dizer que no modelo da administração condivisa cidadãos e administração se encontram não dentro da administração (como no caso do procedimento administrativo), mas fora, naquela praça metafórica que se opõe ao outro metafórico palácio. (ARENA, 2008).

Nessa concepção, tem se revelado grandiosa a contribuição deste autor italiano, com suas argumentações acerca da administração condivisa, que certamente poderá muito auxiliar neste caminho de inovações pelo qual se perfilha o Estado e a sociedade civil brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese apertada, pode-se dizer que existe uma inter-relação entre Estado, Sociedade e Direito, porquanto a realidade social contemporânea não está dissociada da evolução política, da organização social, tampouco, dos avanços alcançados pela ciência jurídica no decorrer dos tempos.

De igual forma, inegável reconhecer que muitos eventos históricos contribuíram para a formação do atual modelo de Estado, contudo, se destaca dois fenômenos que serviram de substrato para a exata construção, quais sejam: o nascimento do Estado moderno com suas particularidades, em especial, a positivação do Direito e, na sequência temporal, os períodos de pós-guerra, com o surgimento de Estados subordinados a Constituições.

Observa-se que no atual Estado Democrático de Direito, a normatividade da Constituição está sedimentada em princípios e regras substanciais voltados à proteção integral do ser humano, mediante a efetivação dos direitos fundamentais que sustentam a base democrática desse modelo de Estado. Destarte, a matriz principiológica deste é a dignidade da pessoa humana.

De igual sorte, vislumbra-se que a sociedade moderna está assentada na complexidade das relações interpessoais, no pluralismo de ideias, na diversidade cultural presentes em todas as esferas sociais, o que faz brotar um grande número de necessidades e ambições que deverão ser reguladas pelo Estado e pelo Direito. Nesse

sentido, imperiosa uma nova interpretação da Constituição em face da nova realidade social. Neste cenário é na doutrina de Peter Häberle que se encontra o fundamento para a nova interpretação constitucional.

Em análise aos modelos de Estado e Sociedade Civil, configurados na Carta Política de 1988, a partir do pensamento de Leal (2008), pode-se dizer que a função do Estado não se restringe à garantia de "igualdade de oportunidades aos diferentes projetos de institucionalidade democrática, mas deve também garantir padrões mínimos de inclusão, que tornem possível à cidadania ativa criar, monitorar, acompanhar e avaliar o desempenho dos projetos de governo e proteção da comunidade".

Nesse sentido, assevera esse autor, com o qual se comunga do mesmo entendimento, que há uma necessidade urgente de ser instituída uma Administração Pública Democrática de Direito que, dentre outras inspirações, adote a idéia de ação comunicativa de Habermas, que defende a construção de:

> [...] pactos semânticos e pragmáticos de comunicação, no intento de alcançar um entendimento sobre o mundo da vida que temos, que queremos e sobre como vamos, processualmente, alcançar isto, tendo em conta que cada etapa desta comunicação tem que conter todos os princípios, valores e fins que estão a informar aquele entendimento, o que quebra, violentamente, com o conceito de democracia representativa, para reforçar a necessidade de uma democracia mais do que participativa, mas substancial e procedimental, porque permanentemente comprometida com todo o projeto de vida envolvido e causador da própria comunicação, em cada momento dele" (LEAL, 2006).

A proposta epistemológica apresentada por Leal entende-se ser a mais adequada e efetiva para operacionalizar uma gestão pública válida e eficaz que possa minimizar as desigualdades sociais e atender as demandas sociais existentes em uma Sociedade Democrática de Direito. Nesse contexto, conclui-se adotando as palavras de Leal, quando diz:

> [...] a partir do espaço da cidade, constituída na cidadania, as responsabilidades de gestão dos interesses comunitários que lhes são particulares, uma vez compartilhadas, devem ser o resultado direto de políticas públicas integradoras e de inclusão social, fruto da capacidade de articulação entre os interesses públicos e privados, cujas bases filosóficas e operacionais precisam ser pensadas e executadas a partir das premissas que esboçamos acima" (LEAL, 2006).

Assim, mediante esta sociedade imersa em tantas desigualdades, parece ser atribuição do Estado em conferir novos contornos de efetiva participação dos cidadãos na administração pública gerencial, em busca de solução dos conflitos e das necessidades sociais.

REFERÊNCIAS

A nova interpretação constitucional: (re)leitura necessária em face das transformações do Estado In: Constitucionalismo Contemporâneo: Debates Acadêmicos. Santa Cruz do Sul: Editora IPR, 2010, v.1, p. 279-302.

Educação: um direito social para a conquista e a proteção da cidadania e dos direitos humanos In: Direitos Fundamentais Sociais como Paradigmas de uma Sociedade Fraterna. Santa Cruz do Sul: Editora IPR, 2008, p. 235-258.

Presunção de inocência: um direito humano fundamental In: Direitos humanos, Tomo 1: a primeira geração em debate. Porto Alegre : UFRGS, 2008, v.1, p. 25-44.

CAVALCANTI, Bianor Scelza; PECI, Alketa. *Além da (re)forma do aparelho do Estado: para uma nova política de gestão pública.* In: Desenvolvimento e Construção Nacional: Políticas Públicas. CAVALCANTI, Bianor Scelza; RUEDIGER, Marco Aurélio; SOBREIRA, Rogério. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CANOTILHO, J.J. Gomes *apud* COELHO, Yuri Carneiro. *Bem jurídico-penal.* Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

LEAL, Rogério Gesta; BREUNIG, Eltor; CENCI, Daniel. *As Relações entre os poderes locais como base da sustentação política: descentralização e participação popular.* In: Direitos Sociais e Políticas Públicas: desafios contemporâneos, LEAL, Rogério Gesta; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de (orgs.) Tomo 2, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

LEAL, Rogério Gesta (org.). *Possíveis dimensões jurídico-políticas locais dos direitos civis de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos.* In: Administração Pública e Participação Social na América Latina. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

LEAL, Rogério Gesta. *Estado, Administração Pública e Sociedade: novos paradigmas.* Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2006.

_____. *Direitos Humanos no Brasil: desafios à democracia.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. *Introdução à gestão pública.* São Paulo: Saraiva, 2006.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo.* São Paulo: Malheiros, 1998.



ENDOMARKETING COMO ESTRATÉGIA DE LIDERANÇA NO MERCADO PUBLICITÁRIO DE PORTO ALEGRE - RS

JURKFITZ, Mayara Mota Pivatto

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo apresentar uma análise da importância do endomarketing como ferramenta estratégica para líderes publicitários. Através de revisões literárias são mostrados conceitos, definições e teorias sobre o profissional de publicidade, o mercado de propaganda gaúcha, estratégia empresarial, endomarkting e liderança. Finaliza com a interligação destes assuntos através de uma pesquisa quantitativa realizada com gestores que atuam em agências de publicidade na cidade de Porto Alegre.

Palavras-chave: Endomarketing. Estratégia. Liderança.

ABSTRACT

The present study aims to present an analysis of the importance of internal marketing as a strategic tool for leading advertising. Through literature reviews are shown concepts, definitions and theories of professional advertising, the advertising market gaucho, business strategy, and leadership internal marketing. Ending with the interconnection of these issues through a quantitative survey conducted with managers who work in advertising agency in the city of Porto Alegre.

Keywords: Internal Marketing. Strategy. Leadership.

1 INTRODUÇÃO

Endomarketing é um processo gerencial, cíclico e contínuo, direcionado ao propósito da organização, que é integrado aos seus demais processos de gestão e utiliza

eticamente ferramentas multidisciplinares de incentivo, com o objetivo de promover a motivação das pessoas com seu trabalho e garantir seu compromisso com os objetivos estratégicos, contribuindo para a obtenção de melhores resultados, econômicos e humanos, a partir de desempenhos superiores. Onde o líder atua como o primeiro e principal canal de comunicação interna dentro de uma organização, os demais canais devem ser considerados complementares ao papel do líder.

A gestão de uma agência de publicidade é extremamente importante mais do que qualquer outra organização, pois às mesmas são inspirações de outras empresas, quem está de fora acredita que os publicitários vivem num mundo mágico, onde se pode tudo e depois é só entregar os trabalhos da pauta, Não imaginam a dificuldade de liderar jovens cheios de idéias, de ter como obrigação a inovação em tudo que faz e correr atrás das novas tecnologias. Bom no presente estudo se pode ver um pouco deste profissional publicitário e como são os seus líderes, contando um pouquinho da história do mercado publicitário em Porto Alegre.

A metodologia utilizada foi através de pesquisa bibliográfica dos mais célebres autores e estudiosos do objeto em epígrafe. Reuniram-se aqui contribuições literárias e através delas consolidaram-se informações, seleções, análises interpretando o tema estudado.

Baseado em Demo (1994), foi escolhido fazer uma pesquisa quantitativa com a intenção de apurar opiniões, atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados com o objetivo de saber a opinião dos gestores de agências de publicidade da capital gaúcha, sobre a utilização do endomarketing como estratégia de liderança, foi elaborado um questionário quantitativo, estruturado com dezesseis perguntas claras e objetivas garantindo a uniformidade do entendimento dos entrevistados. A pesquisa foi enviada por e-mail através do programa Google Docs para quinze agências, totalizando 22 respostas de líderes publicitários.

2 O PROFISSIONAL DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Os publicitários são comparados por muitos autores como vendedores, onde seu foco é sempre o consumidor e a prática de vendas, mas, de uma forma hierárquica distinta ao do ambulante, comerciário, varejista, balconista, os publicitários estão localizados no topo da pirâmide. Tornando-se um vendedor mais sofisticado, profundo e científico que não vende somente os produtos das glândulas, mas sim uma imagem e um conceito. Conforme Rocha (1995):

> A distinção entre o publicitário e o vendedor torna-se um traço importante para o grupo na busca de hierarquizar a publicidade em relação as outras profissões no "mundo do *magazine*". Da mesma forma que um médico se coloca articulador e personagem principal em relação às profissões ligadas à saúde, o publicitário vai procurar diferenciar sua ocupação daquelas dos demais homens de venda (ROCHA, 1995, p.39)

A publicidade é umas das áreas mais glamurosas, conhecida pela sua alta remuneração no mercado, pela alta qualidade e padrão de vida. Estão sempre em busca do reconhecimento profissional através do prestígio da mídia. Com grandes premiações nacionais e internacionais, os mais conhecidos são: o melhor publicitário do ano realizado pela Associação Riograndense de Propaganda (ARP) e internacionalmente o prêmio mais cobiçado entre o meio publicitário é o troféu de CANNES, segundo Alberton (2008).

Porém, segundo Rocha (1995), a inicialização da carreira não é fácil sendo bastante concorrida comparando-se a uma carreira artística, onde o sucesso chega a longo prazo e com dificuldades. A uma constante busca pelo reconhecimento, aceitação no grupo através da manutenção de um estilo e modelo profissional.

Segundo Alberton (2008), o publicitário gaúcho trata-se de um profissional jovem, normalmente de classe média, que não percebe o trabalho como uma fonte de sobrevivência, que possui ambição de crescimento, deseja utilizar a criatividade e possui uma perspectiva individualista de sua carreira.

De acordo com Teixeira (2013), devido a uma revolução tecnológica, atualmente o mercado publicitário demanda um profissional multidisciplinar, pró-ativo, menos especializado, capaz de atuar dentro e dentre as diversas áreas do marketing e da mídia. A profissão exige novas competências, que irão do espírito empreendedor à inovação formal, do raciocínio complexo ao domínio pleno das novas tecnologias, do relacionamento sem medição com diversos *stakeholders* às demandas de responsabilidade social corporativa. Do ponto de vista do profissional, há uma demanda de proporções inéditas por satisfação pessoal, expectativa de colaboração e de trabalho em rede.

2.1 O Mercado Publicitário de Porto Alegre

Os primórdios das publicidades foram no século XX, através de mídias impressas em renomeados jornais gaúchos na época que representavam a impressa escrita. O foco da publicidade era então em campanhas feitas para o comércio varejistas, segundo Alberton (2008).

De acordo com Mafuz (1990), a agência de publicidade pioneira na criação e produção de peças publicitárias para mídias impressas na capital gaúcha chamava-se Star, foi mais uma distribuidora de jornais do que uma agência de propaganda como atualmente se conhece. Logo surgiram outras agências nos anos 30 e 40, muitas agências de São Paulo montavam escritórios em Porto Alegre trazendo avanços tecnológicos para a publicidade gaúcha. Em resposta a este crescimento na década de 50, época de grande crescimento no mercado publicitário gaúcho surge a Associação Riograndense de Propaganda (ARP) que nasceu com o objetivo de congregar e defender os interesses de agências, veículos de comunicação e fornecedores gráficos, de áudio de cinema e televisão, proporcionando e fortalecendo o crescimento deste mercado.

Segundo Alberton (2008), nas décadas seguintes os dos anos 50 surgiram e desapareceram diversas agências no Rio Grande do Sul, de acordo com as pesquisas do IBOPE (2012) e do IBGE (2012), as principais agências do Estado estão localizadas na capital, é um numero considerado pequeno devido à baixa representação de agências de grande porte no restante da região.

Conforme a pesquisa do IBGE (2012) pode-se constatar que o principal mercado de agências de publicidade do Brasil é em São Paulo pelo maior número de anunciantes e concentração de grandes agências nacionais e internacionais. Com o crescimento econômico das agências na região de Porto Alegre nos últimos anos, levaram muitas a abrir escritórios em outros estados.

Conforme Sampaio (1995), o mercado publicitário da região Sul é bastante competitivo. Além da disputa por clientes entre as agências de publicidade, aumenta a participação de empresas que oferecem serviços substitutos como web, endomarketing e marketing direto. Estas empresas vêm conquistando verbas antes destinadas às agências de comunicação, mas não representam competição direta, pois o modelo de negócio é diferente. Enquanto as agências entregam um mix de serviços cada vez maior, os substitutos normalmente são especialistas uma área específica.

Conforme apontam as pesquisas do IBOPE Media (2012) junto a ARP, o mercado publicitário gaúcho apresenta constante crescimento em média escala, sendo o setor varejista o que mais investe em publicidade na região.

2.2 Endomarketing

Para Costa (2010), o endomarketing é uma das múltiplas áreas da administração que busca adaptar estratégias e elementos do marketing. O endomarketing teve início em

meados dos anos 80, nos Estados Unidos com o propósito de transformar empregados em promotores da empresa, dando conhecimento para aumentar o número de vendas e obter sucesso no pós venda. Mas o endomarketing é muito mais do que isso, pois lida-se com diversos perfis de profissionais dentro das organizações, onde nem todos estão receptivos a fazer parte do plano. Devido ao seu potencial de mobilizar o público interno e gerar resultados, o endomarketing vem ampliando sua atuação nas organizações em todo o mundo.

O endomarketing é uma teoria relativamente nova no Brasil, este termo foi registrado em 1996, pelo consultor de empresas Saul Faingaus Bekin, como resultado de sua experiência como gerente em uma multinacional.

“Se a empresa espera atingir objetivo lá fora, precisa se certificar de que todos nela estão comprometidos com esse objetivo” – foi essa frase de um clássico Artigo de Theodore Levitt (Miopia de Marketing), na década de 70, que Saul Bekin, criador do conceito do Endomerketing, teve o *insight,* que o auxiliou a achar a solução aos muitos problemas que ele enfrentava na sua empresa.

> Para atrair clientes, toda empresa deve ser considerada um organismo destinado a criar e atender clientes. A administração não deve julgar que sua tarefa é fabricar produtos, mas sim proporcionar satisfações que conquistem os clientes. Devem propagar essa idéia e tudo que ela significa e exige por todos os cantos da organização. Deve fazer isso sem parar, com vontade de forma a motivar e estimular as pessoas que fazem parte dela. Em resumo, a organização precisa aprender a considerar que sua função reside não na produção de bens ou serviços, mas na aquisição e retenção de clientes, na realização de coisas que levem as pessoas a querer trabalhar com ela. (BEKIN, 2004, p.23)

Bekin (2004) confessa ainda que a leitura do artigo de Levitt foi a semente conceitual do endomarketing, como também para muitos softwares voltados para clientes e empregados e igualmente a comunicação empresarial.

De acordo com Brum (2010), endomarketing fundamenta-se em ações de marketing dirigidas aos empregados de uma organização, dentro desse contexto, se imaginou o nome endomarketing, para aquilo que Saul Bekin durante muito tempo se dedicou a praticar a partir de sua própria experiência em busca de soluções. Endo, do grego éndon, significa “em, para dentro, dentro de”. E ele juntou a expressão Endo à palavra Marketing (ações voltadas para atrair e reter clientes), por perceber a tamanha importância de alinhar os interesses do mercado em toda a organização.

Através da concepção essencial de marketing, Bekin (1995), então propõe levar o marketing para dentro da empresa, através do endomarketing. “Enquanto o marketing atrai e retém clientes, Endomarketing atrai e retém funcionários, que, por sua vez, retêm

clientes" (BEKIN, 1995, p.33). Sendo assim uma ferramenta para auxiliar nos esforços de marketing de uma organização a partir da mobilização de seu público interno. Funcionando como um elemento de ligação entre a empresa, o funcionário e o cliente.

Fazer endomarketing nada mais é do que oferecer ao colaborador educação, atenção e carinho, tornando-o bem preparado e mais bem informado, a fim de que se torne uma pessoa criativa e feliz, capaz de surpreender, encantar e entusiasmar o cliente. De acordo com Brum (2010, p.21) "O propósito é transformar o colaborador em facilitador para consolidar a imagem da empresa e o seu valor para o mercado".

Reter talentos é fazer o seu funcionário se apaixonar pela empresa e acima de tudo o mesmo ser apaixonado pelo que faz, no século XXI, sabe-se que a remuneração deixou de ser o principal fator de fidelidade dos colaboradores, ainda mais na área publicitária, onde o que retém é uma série de benefícios como ambiente descontraído, mas focado, a preocupação com a qualidade vida do empregado e de seus familiares, a liberdade de expor suas ideias e poder colocá-las em prática, o entrosamento com o grupo, enfim são os laços de uma grande e duradoura relação. É mostrar para o funcionário que se houver sinergia todos ganham e se apaixonam cada vez mais.

> O principal objetivo do Endomarketing é claro, é gerenciar os recursos humanos e implementar programas internos de ações, de forma que os empregados se sintam motivados a assumir o comportamento de "marqueteiro de plantão". Por conseqüência se tem um segundo objetivo que é atrair e reter bons empregados, quanto melhor funcionar o Endomarketing, mais atraente será a empresa, como empregador, aos olhos dos empregados. (BRUM, 1998, p.283)

Costa (2010) garante que os objetivos do endomarketing são: promover a motivação das pessoas com seu trabalho e garantir seu compromisso com os objetivos estratégicos da organização. Uma vez que a empresa cumpre seu papel de promover a motivação das pessoas ao criar condições favoráveis a um desempenho ideal ao trabalho, ela deve esperar que também seu funcionário cumpra a sua responsabilidade nessa relação. Nada mais é do que uma troca, como numa amizade ou casamento, você sempre vai fazer de tudo por quem você ama por quem algum dia fez algo por você, seja por gratidão ou consideração.

A empresa agindo com transparência nas informações e na gestão, reconhecendo e valorizando seus profissionais, com afeto e qualidade nas condições de trabalho e na comunicação, terá um colaborador engajado com os objetivos estratégicos da empresa, motivado e feliz por trabalhar em um lugar onde ele sente que faz parte do negócio. Desta maneira estará fidelizando seu público interno (retenção de talentos),

gerando uma sinergia na organização através de profissionais comprometidos e motivados para um mesmo objetivo.

Por conseqüência irá atrair novos públicos pela multiplicação natural que gera essa sinergia.

Através da democratização da informação interna, permitindo que o público interno tenha acesso a todo tipo de informação sem barreiras, lembrando que toda informação deve ser monitorada para que não haja ruídos e estando alinhada ao planejamento estratégico da empresa, a mesma estará potencializando o capital intelectual da organização. Potencializar o capital intelectual da organização significa permitir que o público tenha oportunidade de progressão nos negócios, dando o seu melhor como profissional, originando resultados positivos. Causando um crescimento contínuo, onde todos contribuem para um ambiente de eficiência e eficácia.

Para Brum (1994), o grande problema dos líderes é transformar os colaboradores em aliados, sem esquecer que uma estrutura empresarial democrática depende da liberdade de informação, do incentivo a criatividade e do livre curso das idéias e opiniões. A comunicação pode ser trabalhada de um modo muito simples, através de um processo pelo qual ideias e sentimentos são transmitidos de indivíduo para indivíduo, dentro de um mesmo ambiente de trabalho e com o mesmo objetivo.

Brum (2003, p.42) alerta: “democratizar a informação faz com que as pessoas se sintam parte do processo, isso determina um nível maior de motivação pelo simples fato de colocar as pessoas numa posição de importância.”

Uma das grandes dificuldades que a empresa enfrenta ao implementar o endomarketing, é a maneira de como comunicar seus funcionários como: que informação se deve passar, quem será o comunicador, como de deve comunicar a chegada ou a perda de um cliente, um investimento em tecnologia, ou simplesmente a chegada de um novo colaborador. Muitas vezes acaba se perdendo estás informações essenciais para o cotidiano da organização e cabe aos colaboradores imaginarem as mesmas e divulgar da maneira deles formando famosa “rádio peão”, que somente existe por falta de comunicação.

> O Endomarketing trabalha com o desenvolvimento de estímulos motivacionais no campo da motivação psicológica. Entretanto, quando a cultura avança em comprometimento através dos incentivos psicológicos, torna-se necessário incrementar estímulos ligados a motivação material, a introdução de estímulos motivacionais materiais, buscando aumentar o nível de produtividade, melhorar a qualidade, etc., é muito arriscada, pois dinheiro e prêmios são motivadores de curta duração. Não podemos fazer experiências tentando comprar o comprometimento das pessoas. Desenvolva suas consciências e trate-as com

> distinção pelos seus méritos e terá consolidada a base para a qualidade. (CERQUEIRA, 2002, p.131)

O líder precisa conhecer o seu liderado para saber motivar e fidelizar, por este motivo é imprescindível o *feedback*, onde ambos são ouvidos e dão sugestões de melhorias, atualmente grandes líderes são grandes *coaching*, guias da vida profissional.

Antes de implantar um programa de endomarketing, Costa (2010) destaca a importância de se basear nos seis princípios de marketing que são:

Quadro1: Princípios do marketing interno

Princípios de Marketing	**Conceito**
Endomarketing ao marketing	A qualidade da relação entre o ambiente interno e externo. O funcionário passa para o cliente o que lhe é oferecido dentro da empresa.
Motivação e do engajamento	A ação do funcionário em prol aos objetivos estratégicos da empresa, onde as pessoas tenham orgulho de trabalhar na organização.
Pragmatismo nos fins	As empresas que criam ambientes de trabalho mais promissores do que seus concorrentes, atraem talentos e de acordo com pesquisas realizadas pelas grandes revistas empresariais as melhores empresas de se trabalhar tem maior rentabilidade e lucratividade.
Subjetividade nos meios	Antes de ter um plano efetivo é necessário ser afetivo. A empresa deve saber como seus colaboradores percebem o que lhe é oferecido.
Mutualidade	O desempenho obtido pela empresa será proporcional a percepção de valor sobre aquilo que ela oferece em troca do trabalho das pessoas.
Reciprocidade	Lembra que comunicação é uma via de mão dupla onde é importante falar, mas também ouvir.

Fonte: Adaptado pela Autora de Costa (2010, p. 56)

Costa (2010), atenta também para o composto de endomarketing sendo os mesmos produto (os valores e atitudes nas estratégias da empresa), preço (o custo psicológico da adoção de novos métodos), ponto (relacionado as oportunidades de comunicações como reuniões ou treinamentos), promoção (visa motivar e influenciar as atitudes dos colaboradores), evidência física (é a documentação das praticas ou políticas de gestão), processo (é o formato de como a informação chega as pessoas) e os participantes (que são o público interno segmentado entre lideranças e corpo operacional).

Brum (1995) defende que existem três suportes necessários para se criar valor entre a empresa e seus profissionais que são: a comunicação através de um fluxo de informações, a empatia entre a estratégia de gestão e a liderança em gerir as emoções nos relacionamentos com inteligência emocional e o terceiro pilar está o relacionamento de ganho mútuo.

De acordo com Costa (2010), para um projeto de endomarketing dar certo é fundamental preparar a equipe pra o novo processo que a empresa irá empreender despertando a percepção dos colaboradores para a importância de seu papel, alinhando o ambiente interno e externo da empresa e orientando os funcionários a uma nova visão da organização e do mercado, capacitando- os para uma nova atitude em seu trabalho. “Para que isso ocorra, há um longo caminho a percorrer e uma série de etapas a cumprir: pesquisa, diagnóstico, projeto e, claro, continuidade ou manutenção.” (COSTA, 2010, p.122)

> Endomarketing não serve apenas para empresas grandes, mas sim para grandes empresas, pois a verdadeira grandeza está no pensamento transformado em ação, na visão transformada em estratégia e na coerência transformada em relacionamento. (COSTA, 2010, p.134)

O desafio do endomarketing se baseia na forma em como transformar a ideologia central, a cultura e o pensamento que constituiu a organização em bases de trocas coerentes com seus funcionários, para que os mesmos se tornem maduros e responsáveis pelos objetivos da empresa. Fortalecendo o relacionamento entre organização e seus colaboradores, mantendo-os em uma mesma direção e tendo a informação como subsídio principal para a execução das estratégias.

2.3 Estratégia, Planejamento Estratégico e Suas Ferramentas

A origem da estratégia está no berço do militarismo. Sun Tzu no livro “A arte da Guerra” apresenta conceito militares sobre como vencer os inimigos e Carl Von Clausewics é considerado o pai da estratégia militar moderna. “Posteriormente o estudo da estratégia evoluiu para os estudos do ambiente de negócios, com o cenário do mercado como pano de fundo.” (SASTRE, 2011, p.26)

“Estratégia é um plano de ação para chegar lá” (KOTLER; KELLER, 2006, p.54)

É pensar no caminho mais rápido para se atingir os objetivos e metas estabelecidas no planejamento estratégico da organização. (KOTLER; KELLER, 2006, p.54)

De acordo com os autores citados acima, não se pode escolher o caminho mais eficiente e eficaz sem ter pessoas que caminhem na mesma direção. Para isso é fundamental todos terem alinhados os objetivos, as estratégias que serão utilizadas, o prazo para percorrer este caminho e quem será o guia.

> A Estratégia empresarial é o conjunto dos grandes propósitos, dos objetivos, das metas, das políticas e dos planos para concretizar uma ação futura desejada considerando as oportunidades oferecidas pelo ambiente e recursos da organização. (FERNANDES; BERTON, 2005, p.113)

Segundo Sastre (2011), estratégias são escolhas e suas escolhas determinarão o seu futuro, isto tanto para as empresas quanto na vida pessoal. Profissionais que pensam estrategicamente não são comuns. Muitas organizações ficam sem rumo, pois não sabem onde querem chegar ou estar no futuro, pensam e agem somente no presente, quando qualquer caminho a seguir está bom, então, por conseqüência, não importa onde se quer chegar, levando muitas organizações a falência.

São ao todo quatro teorias sobre estratégia conforme descreve Sastre (2011): a teoria Clássica onde o líder é carismático e seu poder é centralizado e uso da racionalidade pura; a Processual onde o enfoque é nos processos organizacionais internos, racionalidade limitada descobre a estratégia através das ações dos gestores; a teoria Evolucionista baseada na adaptação da empresa ao mercado onde o ambiente é um fator determinante para o uso da estratégia; e a abordagem Sistemática esta teoria possui uma visão multidisciplinar acredita na capacidade das organizações planejarem e agirem efetivamente dentro de seus ambientes. A partir destas teorias surgem os tipos de estratégias que são: Liderança em custos, diferenciação de custos ou produto, focados em um setor (segmentação de mercado), liderança em custo e diferenciação, corporativa (compra de diversas fábricas), aquisição e reestruturação, internacional (expandir os negócios para o exterior).

“O planejamento estratégico designa o processo de formulação de estratégias, identificando tanto os objetivos básicos da organização como os passos básicos necessários para a obtenção dos mesmos”. (HAMPTON, 1980, p.120)

De acordo com Hampton (1980), o planejamento é um processo de construção do futuro que se inicia com a fixação de objetivos ou metas básicas como a missão e visão da empresa, pois é a partir do que a organização almeja que se definem as estratégias, as políticas são orientações para as tomadas de decisões sendo sua função aumentar as chances de os diferentes gestores e colaboradores fazerem as mesmas escolhas ao enfrentarem situações parecidas e os planos operacionais detalhados como procedimentos, organograma e orçamentos.

Para Sastre (2011), o planejamento estratégico é um instrumento de gestão que deveria ter a participação de todos os envolvidos ou partes interessadas, é extremamente necessário para a sobrevivência da empresa, contribuindo com a sinergia que é a soma

de forças para se ter um resultado melhor. Não é necessário utilizar todas e sim encontrar a que melhor se adapta aos objetivos da organização.

Primeiramente deve-se conceituar o negócio através da elaboração da missão, visão, princípios e valores da empresa. Utilizar a análise SWOT para se fazer uma análise de cenário e através dela se descobre os diagnósticos a serem tratados no planejamento estratégico. A matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), ferramenta muito utilizada pelas empresas para priorizar os problemas que devem ser atacados. E para planos de ações as ferramentas sugestivas são o PDCA as siglas significam planejar, agir, checar e corrigir, ferramenta muito utilizada para a gestão da qualidade e o 5w3h utilizado para estruturar qualquer processo.

> A construção, tanto de uma vida como de uma organização, deve basear-se em algo que se acredita e valoriza. O acreditar e valorizar constitui-se em norte para nossas ações e, à medida que são praticados continuamente, transformam em normas. E toda organização possui um conjunto de normas e enunciados baseados em suas crenças e valores para permear o comportamento e orientar as ações de seus membros em face das relações com o ambiente externo e interno. (TAVARES, 2005, p.241)

Tavares (2005), afirma que estratégia empresarial é um conceito de gestão baseado na competição, no qual as organizações determinam seus objetivos, analisam suas forças e fraquezas internas comparando com as oportunidades e ameaças do ambiente externo. Desta maneira, ajustam seus recursos para atender o mercado, criar uma vantagem competitiva e agregar valor para todos os *stakeholders*, formando um ciclo contínuo de melhoria.

Sendo o endomarketing uma ferramenta estratégica, a comunicação gera ações para se atingir os objetivos comuns, onde todos os membros estão integrados e agem de forma multidisciplinar. É um dos méis mais eficientes de dizer ao colaborador o que deve o que não deve e o que já foi feito para alcançar ás metas da organização. Toda ação de endomarketing deve estar ligada a um objetivo estratégico da empresa.

2.4 Lideranças Publicitárias

Alberton (2008) afirma que as agências de publicidade são divididas por diversas áreas como criação, mídia, planejamento, produção gráfica, produção eletrônica, atendimento, *web*/digital, administrativa e etc. Cada área possui um líder, não necessariamente são todos formados em publicidade, podendo ser jornalistas, designers ou administradores. Lidar com um mix tão variável de lideranças e seus objetivos particulares de cada função alinhando com a missão e visão da agência e fazendo destes

líderes os principais comunicadores da organização, fazendo com que todos caminhem para uma mesma direção, num mundo globalizado onde a inovação é uma necessidade, não é tarefa simples.

Liderar é o processo de conduzir um grupo de pessoas em busca da geração de resultados. É a habilidade de motivar e influenciar pessoas, para que contribuam para o alcance dos objetivos comuns da equipe e da organização.

“Os líderes estabelecem direções por meio do desenvolvimento de uma visão de futuro, depois engajam as pessoas, comunicando-lhes essa visão e inspirando-as a superar os obstáculos” (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010, p.359).

Segundo Chiavenato (1999, p.553): “A liderança é uma forma de influência. A influência é uma transação interpessoal em que uma pessoa age para modificar ou provocar o comportamento de outra pessoa, de maneira intencional.”

De acordo com Lacombe (2003), liderança é um tema importante para os gestores, devido ao papel fundamental que os líderes representam na eficácia do grupo e da organização. Acredita que os líderes são responsáveis pelo sucesso ou fracasso da organização.

“Liderar não é uma tarefa simples. Pelo contrário. Liderança exige paciência, disciplina, humildade, respeito e compromisso, pois a organização é um ser vivo dotado de colaboradores dos mais diferentes tipos”. (LACOMBE, 2003, p.55)

Para Cavalcanti (2009), a liderança se faz através das pessoas, participando, interagindo,envolvendo, fazendo com que a equipe se sinta parte do projeto.

O autor acredita nas inúmeras ideias, quanto mais pessoas, mais ideias e com isso pode-se inovar alternativas para alavancar rumo ao sucesso. Possibilitar a expressão da diversidade de opiniões mostra cumplicidade, confiança e parceria nas relações criando um ambiente de trabalho aprazível e instigante. Líderes buscam com que todos compactuem do todo com transparência, conquistando confiança e lealdade. É necessário que sua equipe perceba que você é favorável à inovação e que elas serão devidamente recompensadas.

Hunter (2006) apresenta a temática liderança como uma prática singela e natural de como liderar equipes trazendo para seu lado construindo uma sinergia, ou seja, a união de todos para se atingir um mesmo objetivo. O exercício da liderança deve ser natural, de forma que seja percebido por seus colaboradores aliada ao caráter e aos valores obtidos no decorrer de nossas vidas assumindo um diferencial na constituição de novos líderes de sucesso. O autor considera que atualmente, um líder de sucesso deve

participar e investir para que as pessoas doem o seu melhor. A essência da liderança é o relacionamento leal, é ter paciência,bondade, humildade, respeito, abnegação, perdão, honestidade e compromisso.

Para Guimarães (2002), é de suma importância para que se alcancem os objetivos determinados pelas organizações, que os líderes atuem com responsabilidade, que assumam riscos de forma ponderada, estimulando o comprometimento dos indivíduos, que tenha um perfil inovador e dinâmico e fundamentalmente que possua visão de negócios.

Segundo Cavalcanti (2009), as empresas exigem transformação na gestão e o grande responsável por esta mudança são os líderes através de um modelo de liderança que leve à integração, confiança e respeito mútuo, assim como despertando a motivação de seus colaboradores. Para os autores existe uma diferença bastante expressiva entre líder e gerente, enquanto o primeiro exerce o poder de persuasão fazendo com que sua equipe confie e inspire motivação o outro segue uma linha de controladoria. Silva (2001) toma defesa da idéia de que o líder administra diferentes perfis a fim de adaptar-se à sociedade em que está inserido naquele momento, sendo esta adaptação uma maneira de sobrevivência nas diferentes organizações em que possa vir a atuar e até mesmo a permanência de sua equipe. No ambiente atual, o líder tem necessidade de priorizar o desenvolvimento de novos conhecimentos, entre eles, sabedoria, filosofia e psicologia para potencializar as melhores habilidades de seus colaboradores.

Conforme Bergamini (1994, p.63):

> A eficácia do líder deve envolver de um lado a qualidade das decisões e de outro a aceitação dessas decisões por parte dos subordinados. (...) Basicamente esse modelo supõe que a participação do interessado na decisão aumenta sua motivação em implementá-la. Essa cooperação deverá ser conseguida fornecendo ao subordinado o maior número possível de informações sobre o assunto ou tarefa em jogo.

Bergamini (2006) propõe que o líder tem a responsabilidade em determinar a verdade bem como a motivação em seus colaboradores e todas as pessoas envolvidas. O poder da comunicação em um líder traz motivação, sinergia, prazer, domínio e admiração em seus subordinados. A Motivação está essencialmente ligada à liderança e está indiscutivelmente atrelada à mudança. Para conseguir chegar ao sucesso de seus objetivos, o líder deve ter competência de atrair, instigar e inspirar sua equipe extraindo o melhor de cada um.

Sobre motivação e a complexidade do ser humano Culligani, Deakins e Young (1998, p. 76):

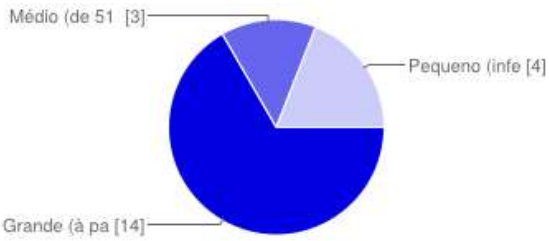
> Somos todos motivados durante o tempo inteiro, e assim procuramos fazer as coisas que merecerão prêmios e evitar as que não nos darão satisfação. O problema é que, complexos como somos, os seres humanos raramente concordam no que é "prêmio" ou não é. Portanto, o trabalho do administrador é fazer o ajuste - ajudando o empregado a sentir que as metas dos grupos, do departamento ou da organização são iguais (ou paralelas) às suas metas pessoais. Nisso, mais do que em outra coisa, consiste a arte do verdadeiro administrador. O comportamento de um empregado no trabalho é sempre motivado pelos benefícios que ele/ela – e não você – procura. Assim você encontra o mecanismo de motivação em qualquer pessoa.

Cavalcanti, Carpilovsky e Lund (2009) acreditam que um dos maiores desafios para os gestores dentro das organizações na atualidade é saber e principalmente manter seus seguidores motivados, satisfeitos e felizes. Todos os indivíduos têm necessidades próprias, carências que precisam ser supridas para que se possa ficar em equilíbrio. Muito se houve falar que pessoas motivadas produzem mais e melhor, são mais criativas e comprometidas com os resultados da empresa e conseqüentemente sua satisfação profissional. Aproveitam com maior visão as oportunidades, têm maior facilidade para exercer atividades em equipe e enfrentam desafios com firmeza.

Segundo Teixeira (2013) com o mercado publicitário se movendo rapidamente devido à revolução digital e a chegada da geração Y os novos talentos da comunicação constroem suas carreiras atrelando sucesso à liberdade, para as novas tendências geradas, pelo mundo globalizado o novo líder se torna agente de transformação em agências de publicidade além de manter um perfil mais centrado em valores de equipe terá que trabalhar com maior pluralidade. A disciplina da comunicação tornou-se mais complexa precisando de mais especialidades para se fazer uma campanha. O líder não precisa ser especialista em nenhuma disciplina e nem deter total conhecimento, mas encarar a missão de criar o meio e a mensagem com foco na estrutura. É aquele que tem as idéias que podem ser desenvolvidas em inúmeras frentes ao mesmo tempo, sendo um líder multidisciplinar.

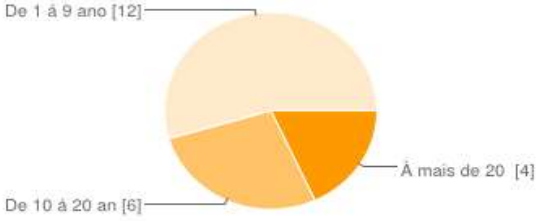
3 RESULTADO DA PESQUISA APLICADA

Figura 1: Porte da agência



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

Figura 2: Período de atuação como líder

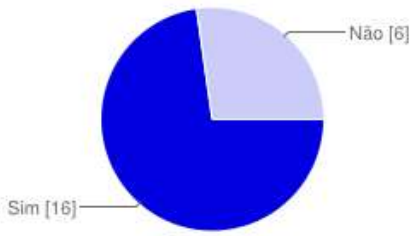


Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

Constata-se, até o presente momento que a pesquisa realizada sobre o endomarketing como estratégia para líderes, aponta diferentes resultados, contendo como maior amostra: líderes que atuam no período de um a nove anos (figura 2) em grandes agências de publicidade (figura 1) e que a sua idade varia de 30 à 39 anos.

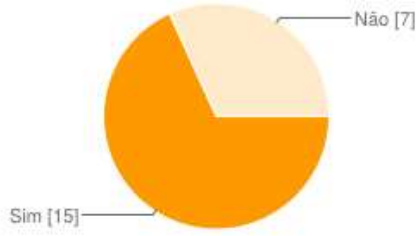
O porte das agências foi definido com base nas normas coletivas da categoria informado no Sindicato dos Publicitários, Agenciadores de Propaganda e Trabalhadores em Empresas de Publicidade do Estado do Rio Grande do Sul (SINPAPTEP-RS).Dando consistência ás informações relacionadas abaixo.

Figura 3: Conhecimento da visão, missão e valores



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

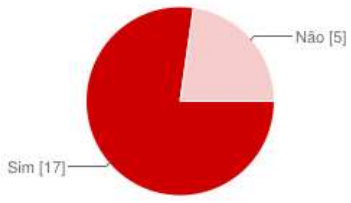
Figura 4: Equipe engajada



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

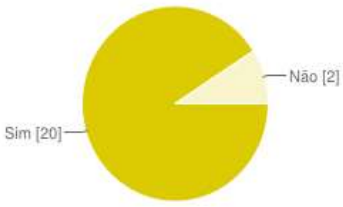
A pesquisa aponta que os líderes acreditam que 73% os funcionários possuem o conhecimento da visão, missão e valores da agência (figura 3) e conseqüentemente 68% afirmam que a equipe é engajada com os objetivos estratégicos da organização (figura 4). Complementa Brum (1995), para que realmente exista uma comunicação sem falhas entre líder e liderado, é preciso que os líderes comprem as idéias e as vendem como suas. A principal estratégia é passar a mensagem de que os colaboradores precisam dar as boas-vindas às mudanças, ao invés de lutar contra elas, assumir corajosamente todos os riscos e não tentar eliminá-los. Nesse processo os líderes devem apoiar seus funcionários, sem desanimá-los com comentários infundados sobre os objetivos da mudança, ou a eficácia dos instrumentos utilizados.

Figura 5: Funcionário sabe o que se espera dele



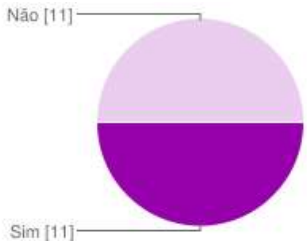
Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

Figura 6: Definição de metas para a equipe



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

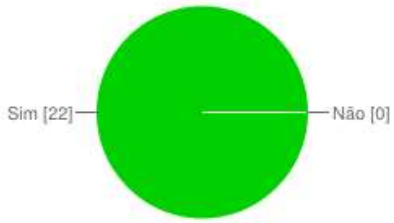
Figura 7: Conhecimento da necessidade de produção



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

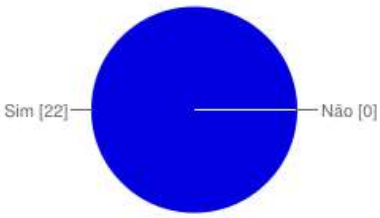
Refletindo sobre os resultados apurados pela pesquisa, 77% dos líderes alegam que seus funcionários sabem o que se espera deles (figura 5), mas apenas 50% definem metas a serem alcançadas pela equipe (figura6). Pode-se verificar que 91% dos líderes sabem o que seus profissionais necessitam para produzir mais (figura 7), mas não sabem como fazer isso, lhe faltam instrumentos ágeis, claros e objetivos. De acordo com Brum (2012), atualmente vivemos em um momento em que muitas empresas já dominam técnicas e estratégias de endomarketing, mas sofrem com o fato de não terem preparado suas lideranças para participarem desse processo de maneira efetiva. O que ocorre muitas vezes são os líderes se esconderem na base operacional e não na base estratégica da pirâmide organizacional. Pois, falta às empresas instrumentalizarem e treinar os seus líderes, eles devem ser capazes de promover o direcionamento da informação, ter uma visão empresarial ao repassá-la e fazer com que ela sirva de fator de motivação para o público interno.

Figura 8: Fidelidade



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

Figura 9: Incentivo a ações pró - ativas



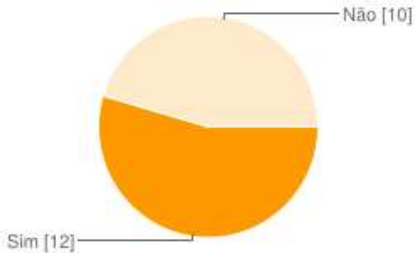
Fonte: Pesquisa aplicada pela autora

Todos os gestores entrevistados acreditam que o seu colaborador é fiel a liderança e a empresa (figura 8) e que todos os líderes incentivam seus colaboradores a agirem pró - ativamente e a tomarem decisões (figura 9), essas duas questões foram unânimes entre os entrevistados com 100% de afirmação.

Segundo Teixeira (2013) a liderança que se exerce pela criatividade como em uma agência de publicidade deve se difundir por toda a empresa, sendo o encontro entre pessoas que estão à procura de soluções diferenciadas. Mas a criatividade só pode surgir

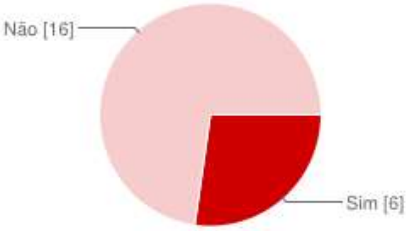
e se expressar dentro de uma estrutura sólida de valores que a favoreçam. Somente assim se forma uma corrente de atitudes, de contribuições e fidelidade. Porém a ARP mostra em suas pesquisas e premiações, que o mercado publicitário esta cada vez mais concorrida, onde as grandes agências estão sempre de olho em profissionais que se destacam.

Figura 10: Endomarketing como estratégia



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

Figura 11: Canal de comunicação



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

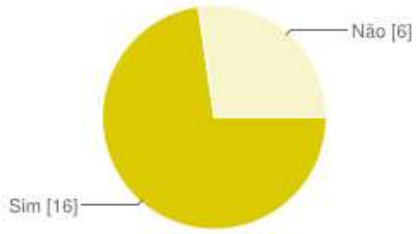
Apesar de 55% afirmarem que já utilizaram o endomarketing como ferramenta de estratégia (figura 10) para algumas ações, mas não a primordial que é a comunicação entre líder e liderado onde 73% dos gestores publicitários gaúchos não possuem um canal de comunicação personalizado com seu funcionário (figura11).

Defende Bekin (1995), que a visão do negócio não é um privilégio de ninguém, o importante é procurar disseminar esta visão em todos os níveis da empresa e estabelecer o diálogo entre eles.

> Empresas inteligentes criam oportunidades para que a comunicação interna aconteça de forma sistemática não apenas no que se referem a canais, instrumentos e ações, mas principalmente através das lideranças. Para isso, desenvolvem sistemas de pautas eletrônicas periódicas que levam até os líderes as informações que necessitam para realizarem reuniões de informação. (BRUM, 1995, p.123)

As ações e campanhas de endomarketing servem como uma estratégia complementar ao papel do líder. “Os cartazes, e-mails, jornais informam, mas não são suficientes para mudar comportamentos. No entanto, o exemplo de um líder e a sua orientação pode provocar grandes mudanças”. (BRUM, 2012, p.185)

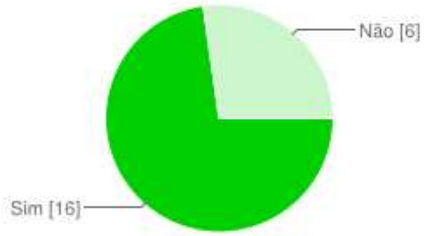
Figura 12: Feedback



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

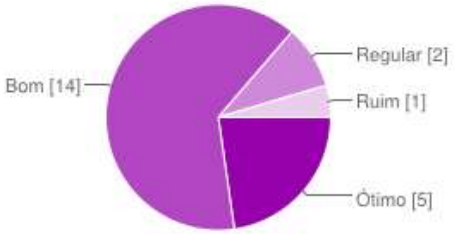
Conforme a pesquisa 73% dos gestores alegam que existe *feedback* entre ambas as partes. Afinado com pensamento de Costa (2010) *feedback* é uma ação que revela os pontos positivos e negativos do trabalho executado tendo em vista a melhoria do mesmo, onde um emissor envia uma mensagem para um receptor, através de um determinado canal, mas de acordo com o sexto principio do endomarketing já citado no presente estudo é funda mental haver canais reversos dentro da agência, criar meios para o colabor acessar a gestão da empresa com suas dúvidas, sugestões, criticas e elogios. Os ganhos à organização em termos de imagem, credibilidade e orgulho dos funcionários valem o investimento no processo de *feedback* reverso.

Figura 13: Líder como elo de comunicação



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

Figura 14: Clima Organizacional



Fonte: Pesquisa aplicada pela Autora

De acordo com a pesquisa 73% dos líderes se vêm como o principal elo que une a empresa ao colaborador (figura 13), a outra minoria que respondeu negativamente pertence a grandes agências de publicidade o que se torna preocupante, pois é fundamental o líder ter consciência desta responsabilidade para a sinergia da equipe e a organização. Influenciando diretamente no clima existente na empresa onde 64% caracterizam como bom e 23% ótimo (figura14).

Segundo Brum (1995), recursos como iniciativa, criatividade, capacidade de negociação, trabalho em equipe, visão de conjunto e comprometimento com as pessoas é o que se deve esperar dos gestores durante um programa de endomarketing. Cada colaborador ao perceber que seu líder é parte integrante do processo e realmente acredita em tudo o que está sendo implantado, se sentirá a vontade para dar sua contribuição e repartir com o restante da equipe todo seu entusiasmo. É preciso que as lideranças realmente assumam a frente do processo e contabilizem os resultados alcançados, com visão crítica e com disposição pra recomeçar, caso necessário.

4 CONCLUSÃO

Pesquisar e discorrer sobre Endomarketing como uma estratégia para líderes publicitários foi altamente instigante e prazeroso. Despertou-me a possibilidade de ampliar estudos ou idéias para pesquisas futuras relacionadas ao tema.

A cultura de uma agência de publicidade uma vez disseminada e aplicada em ações de endomarketing contribui para uma estrutura funcional e eficaz. Formando uma sinergia da comunicação onde todos estão engajados com o objetivo estratégico da organização.

Os líderes são os agentes da informação e para isso precisam sempre ser os primeiros a serem comunicados, orientados e instrumentalizados. As campanhas de endomarketing devem se tornar uma estratégia complementar ao papel do líder. São os líderes, os porta-vozes das organizações, são verdadeiros guias dos colaboradores que mostram o caminho a ser seguido para se atingir o objetivo desejado. Devem sempre estar conscientes da importância do reconhecimento interno, através de elogios, valorização e celebrações.

Equipe motivada e comprometida permite respostas mais rápidas a retomada de crescimento. Ações de Endomarketing são necessárias para cuidar que cada profissional esteja alinhado aos valores e a missão da organização.

Os recursos básicos para a criação de riquezas são a informação e o conhecimento quem detém esses recursos são as pessoas ignorar essa realidade no cenário de competição acirrada e dinâmica da atualidade do mercado publicitário é um grande risco à sobrevivência de qualquer agência. A chave para a eficiência está na valorização das pessoas, nas decisões compartilhadas e na flexibilidade. Gestão voltada ao público interno já faz parte da estratégia de negócios de muitas empresas brasileiras que enxergam a importância na nova economia baseada na prestação de serviços. Assim como é importante a comunicação e o alinhamento interno, as organizações devem estar realmente atentas à qualidade de seus profissionais. O Endomarketing seguido de uma estratégia conduzida por um líder é a chave para as organizações valorizarem as pessoas e agregar valor através delas.

REFERÊNCIAS

ALBERTON, Diego Marocco. **Os sentidos atribuídos ao trabalho pelos profissionais do ramo publicitário de Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

ARP. Disponível em: <www.arpnet.com.br>. Acesso em: 02 abr. 2013.

BEKIN, Saul Faingaus. **Conversando sobre endomarketing**. São Paulo: Makron Boocks, 1995.

_____.**Endomarketing**: como praticá-lo com sucesso. São Paulo: Person, 2004.

BERGAMINI, C. W. **Liderança, administração do sentido**. São Paulo: Atlas,1994.

_____. **O líder eficaz**. São Paulo: Atlas, 2006.

BRUM Analisa de Medeiros. **Endomarketing**: estratégias de comunicação interna para empresas que buscam a qualidade e a competitividade. 3.ed. Porto Alegre: Ortiz, 1994.

_____. **Endomarketing**: estratégias de comunicação interna para empresas que buscam a qualidade e a competitividade. 2.ed. Porto Alegre: Comunicação Integrada Editores, 1995.

_____. **Endomarketing**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

_____. **Endomarketing de A a Z**: como alinhar o pensamento das pessoas à estratégia da empresa. São Paulo: Integrare, 2010.

_____. **Respirando endomarketing**. 2.ed. Porto Alegre: L&PM, 1998.

_____. **Sorria você trabalha aqui**: 500 insights para endomarketing. São Paulo: Integrare, 2012.

CAVALCANTI, Vera. **Liderança e motivação**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARTILOVSKY, Marcelo; LUND, Myrian. **Liderança e motivação**. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CERQUEIRA, Wilson. **Endomarketing**: educação e cultura para a qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

COSTA, Daniel. **Endomarketing inteligente**: a empresa pensada de dentro para fora. Porto Alegre: Dublinense, 2010.

CHIAVENATO Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2.ed. Rio de Janeiro: Edifício Campus, 1999.

CULLIGAN, J. Matthew; DEAKINS, C. Suzane de; YOUNG, Arthur. **Administração de volta ás origens**: a arte perdida da liderança. Rio de Janeiro: Best Seller, 1998.

DEMO, Pedro. Pesquisa e construção do conhecimento*: metodologia científica no* caminho de Habermas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

FERNANDES, B. H.; BERTON, L. H. **Administração estratégica**: da competência empreendedora à avaliação do desempenho. São Paulo: Saraiva, 2005.

GUIMARÃES, Cláudia Patrícia Silvério Fragas. **Liderança eficaz**: pessoas motivadas e felizes, organizações saudáveis. São Paulo, 2002.

HAMPTON, David. **Administração contemporânea**: teoria, prática e casos. São Paulo: Mc Graw – Hill do Brasil, 1980.

HUNTER, James C. **O monge e o executivo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2006.

IBOPE. Disponível em: <www.ibope.com.br>. Acesso em: 02 abr. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DEGEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Números oficiais da indústria da comunicação e seu impacto na economia brasileira**. Brasília: IBGE, 2012.

KOTLER, Philip; KELLER, Kelvin Lane. **Administração de marketing**. 12.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LACOMBE, Francisco. **Administração princípios e tendências**. São Paulo: Saraiva, 2003.

MAFUZ, Antônio. A pequena Star foi à pioneira. In. BRANCO, Renato C.; MARTENSEN, Rodolfo L.; REIS, Fernando. **História da Propaganda no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.

ROCHA, Everaldo P. Guimarães. **Magia e capitalismo**: um estudo antropológico da publicidade. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ROBBINS, Stephen; JUDGE, Timotthy; SOBRAL, Filipe. **Comportamento Organizacional**. 14.ed. São Paulo: Pearson, 2010.

SASTRE, Saul. **Planejamento estratégico pessoal com o uso do Balanced Scorecard**. Porto Alegre: Alternativa, 2011.

SAMPAIO, Rafael. **Propaganda de A a Z**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

SILVA, Lenilson Naveira.**Líder sábio**: novo perfil de liderança do terceiro milênio. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SINDICATO DOS PUBLICITÁRIOS. Disponível em: <www.sindicato publicitariosrs.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2013.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão Estratégica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TEIXEIRA, Marissol Soares. **Novos protagonistas mudam o rumo do mercado**. São Paulo: Meio & Mensagem, 2013.



O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO TERRITÓRIO SUL DO ESTADO DE RORAIMA

MARQUES, Altyvir Lopes[1]

CALDAS, Necy[2]

RESUMO

O trabalho apresenta os resultados da análise sobre as considerações mais importantes sobre Política de Desenvolvimento Sustentável no Território Sul do Estado de Roraima, realizado no Município de Rorainópolis, como projeto piloto do Território Sul. Utilizando-se do método Hermenêutico, auxiliado pela Técnica de Análise de Conteúdos – TAC, nas análises dos ICDs, sobre o conhecimento dos pesquisados, os dados obtidos através da aplicação de um pré-teste, para verificar o conhecimento prévio dos pesquisados sobre a questão do desenvolvimento sustentável e pós-teste, aplicado aos mesmos pesquisados após ações como: palestras, oficinas e seminário sobre o assunto em pauta. Analisando o nível de conhecimento e opiniões dos pesquisados sobre esse problema, verificou-se um bom conhecimento sobre Desenvolvimento Sustentável. No entanto, o que a realidade mostra, é que a prática é completamente diferente da teoria, haja vista, que em toda região não se ouve sequer, falar em projetos que contemplem o Desenvolvimento Sustentável. Até hoje a agricultura praticada na região, utiliza-se da milenar técnica da derruba-e-queima, para preparar o terreno para o plantio. Incorrendo em grave dano ambiental com a emissão de dióxido de carbono para atmosfera, contribuindo significativamente para o fenômeno do efeito estufa e conseqüentemente para o aumento da temperatura do planeta. Segundo uma das teorias constantes do relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas-IPCC, estes danos ambientais são responsáveis pelo processo de savanização da floresta Amazônica, com efeitos terríveis para o mundo. O Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF tem em muito contribuído para a melhoria das condições de vida dos assentados. O Programa busca a conscientização dos assentados, sobre a necessidade de se utilizar métodos alternativos ao da derruba-e-queima, que priorizem o Desenvolvimento Sustentável da região. Transformando a realidade local, através da mudança de comportamento dos envolvidos no processo de colonização, por meio de uma política de Desenvolvimento Sustentável para o Território Sul do Estado de Roraima.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável. Educação Ambiental. Conscientização.

[1] Licenciado em Pedagogia; Licenciado em Biologia; Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática – ULBRA-RS, Cursando Doutorado em Ciências da Educação – UEP-PY

[2] Cursando Tecnologia em Saneamento Ambiental - IFRR;

ABSTRACT

The paper presents the results of the analysis of the most important considerations on Sustainable Development Policy in the Territory South of the State of Roraima , held in the city of Rorainópolis as a pilot project of the South Territory Using the Hermeneutic method , aided by the Technical Analysis of Contents - TAC , the analysis of ICDs on the knowledge of the respondents , the data obtained through the application of a pre-and post-test . Analyzing the level of knowledge and opinions of respondents on the subject matter , there was a median increase on Sustainable Development . However, the reality shows , is that the practice is completely different theory , given that throughout the region do not even hear , speak in projects that include Sustainable Development . Even today agriculture practiced in the region , it uses the ancient technique tips - and-burn , to prepare the ground for planting. Incurring serious environmental damage to the emission of carbon dioxide into the atmosphere, contributing significantly to the phenomenon of the greenhouse effect and consequently to increase the temperature of the planet . According to one of the theories contained in the report of the Intergovernmental Panel on Climate Change , IPCC , they are responsible for environmental damage process savannization the Amazon rainforest , with dire effects for the world . The National Program for Family Agriculture - PRONAF has contributed much to the improvement of living conditions of the settlers . The program seeks to raise awareness of the settlers on the need to use alternative methods to the tips - and-burn , that prioritize sustainable development of the region . Transforming the local reality , through behavior change of those involved in the process of colonization , powder through a policy of Sustainable Development for the Southern Territory of Roraima .

Keywords: Sustainable development. Environmental Education. Awareness

1 INTRODUÇÃO

O território Federal de Roraima foi elevado à condição de estado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, através do ato das Disposições Constitucionais Transitórias em 05 de outubro de 1988, em seu art. 14. (FREITAS, 2004). Entretanto, ainda vive sob a tutela do Governo Federal, principalmente no que se refere às terras, que continuam a pertencer à União, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que agora aos poucos está repassando parte dessas terras ao Estado.

“O Estado de Roraima tem ao norte a predominância de savanas de vários tipos, e ao sul a predominância total de florestas tropicais úmidas em relevo de planície e baixos platôs” (AB’SABER, 1967), essa é a região de estudo deste trabalho, mais precisamente o município de Rorainópolis na BR 174.

Na região verificou-se os desmatamentos, para limpeza das áreas para agricultura e posterior plantio de pastagens, a retirada da mata ciliar, que é Área de Preservação Permanente - APP, a falta de cuidados para com os recursos hídricos, com as margens destruídas pelo pisoteio do gado, a falta da Educação Ambiental em todos os níveis, como os principais responsáveis pelos impactos ambientais, e nenhum projeto que contemple o Desenvolvimento sustentável dentro da capacidade de suporte do ambiente.

2 JUSTIFICATIVA

O Território Sul do Estado de Roraima tem a predominância de exuberante floresta tropical, com riquíssima biodiversidade, e há muito que ser feito no sentido de preservar e manter esse patrimônio natural, proporcionando à sociedade local uma consciência ambiental.

A Educação Ambiental como ferramenta para o desenvolvimento sustentável ainda não é uma realidade na região, devido a sua complexidade, falta de cultura do povo brasileiro e principalmente pela pulverização das ações.

Os assentados por falta de educação Ambiental ou mesmo por ignorância aos danos ambientais, pois convivem com eles a tanto tempo , que acham normal derrubar a floresta para formar pastagens, utilizando-se da terrível técnica da derruba-e-queima, tão prejudicial ao planeta.

A proposição de Programas e Projetos ambientais que contemplem a realidade loco - regional, e, que permitam a sociedade participar ativamente da preservação e manutenção da floresta, de seus Recursos Hídricos, principais fontes de manutenção de todo ecossistema, levando a região a desenvolver-se com sustentabilidade por meio do Desenvolvimento Sustentáveis, na busca pela melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Considerando que:

a) a necessidade de capacitação para Educação Ambiental da comunidade local, tanto em nível metodológico, quanto de conteúdos, e, considerando os avanços científicos e tecnológicos, enfatizam a importância da Educação Ambiental para resolver questões ambientais e buscar o Desenvolvimento Sustentável do território;
b) a Educação para o Desenvolvimento Sustentável, busca a melhoria da qualidade de vida da população, que passa pela competência da sociedade em aproveitar de modo racional os seus recursos e suas potencialidades de produção;
c) a melhoria da qualidade de vida da comunidade, passa necessariamente pela condição de se oferecer a ela Saneamento Básico que minimize sua agressão ao meio, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento;
d) as necessidades sócio-ambientais da população tendem a agredir o ambiente, colocando em risco os Recursos Naturais que devem ser preservados,

recuperados e monitorados constantemente, na busca pelo Desenvolvimento sustentável;

e) o Manejo Sustentável e a produção primária: focalizando a Educação Ambiental e Sustentabilidade são questões que devem ser trabalhadas de forma integrada com programas e projetos qualificados e viáveis na comunidade.

f) é necessária a integração ao campo profissional dos avanços em Ciência e Tecnologia com alternativa á técnica da derruba-e-queima, principalmente nos aspectos que identifiquem uma nova postura da sociedade diante desse novo paradigma do desenvolvimento Sustentável.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: pequena retrospectiva

A Comissão Mundial para o World Commission on Environment and Development (WCED) coordenado pela ex-primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, caracteriza o Desenvolvimento Sustentável, “como um conjunto de progressos sociais, econômicos e políticos que permitam compatibilizar as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades” (UNESCO, 2005).

Quando se projeta o futuro, é encorajador constatar que o crescimento da população do globo está em declínio, mesmo assim é bastante provável que a geração que viverá na metade do próximo século seja uma população com o dobro da atual e que estará tentando viver melhor do que a de hoje.

Esse aumento se concentrará principalmente nos países atualmente mais pobres. De acordo com as previsões da WCED, um aumento de cinco vezes nas atividades econômicas nos próximos 50 anos será necessário para satisfazer as necessidades básicas da futura população.

Ao se confirmar estas previsões, é imperativo que a humanidade saiba administrar seus recursos naturais direcionados para um desenvolvimento sustentado. No contexto regional é preciso que os Municípios saibam planejar seu desenvolvimento com base no ordenamento territorial, buscando o melhor aproveitamento de seus recursos naturais. Os proprietários rurais, com pequenas ou grandes áreas, deverão gerir suas propriedades dentro do princípio de sustentabilidade.

O Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA, (2003, p.5) definiu os princípios básicos dentre os quais se destacam: “o enfoque democrático e participativo,

uma concepção totalizante de ambiente e a garantia de continuidade e permanência do processo educativo".

As comunidades locais utilizam-se da floresta como se fosse um armazém, de onde retiram tudo o que necessitam sem nenhuma preocupação futura. Não sabem que amanhã pode faltar, como já está faltando, a água, os peixes nos rios, a caça, antes tão abundante, hoje já escassa e essas evidências começam a ser notadas, pelas comunidades, gerando certo desconforto, pois continuam pobres como antes, e sem grande parte de seu maior patrimônio natural.

"O ProNea tem por missão contribuir com a construção de Sociedades Sustentáveis" (ProNea, 2003, p. 5).

Fundamentado no objetivo maior do ProNEA, que o Programa Interinstitucional de Educação Ambiental para o Território Sul de Roraima - PIEA-RR, elaborou políticas que para a o Território Sul de Roraima é de grande relevância para a região, e, através das ações dessas políticas interinstitucionais, principalmente para o Desenvolvimento Sustentável, que busca com a implantação do Programa, o desenvolvimento regional, pautado nos princípios da construção de sociedades sustentáveis, que serão a médio prazo a solução definitiva para a preservação e manutenção da floresta Amazônica.

A cultura milenar de se viver do consumo e da produção, unicamente daquilo que a natureza tem condições de repor e absorver, mantendo o fluxo da demanda e da oferta sempre equilibrado, chama-se desenvolvimento sustentável. Dentro desta óptica, os recursos naturais renováveis deverão substituir as fontes energéticas não-renováveis, é o caso dos biocombustíveis, hoje bastante criticados, principalmente por utilizar áreas de plantio de alimentos, diminuindo sua oferta e encarecendo os preços que nunca estiveram tão altos, acentuando a fome no mundo.

As fontes renováveis de energia (solar direta, hidráulica, eólica e biomassa entre outras) são as únicas intrinsecamente limpas e que podem, num futuro próximo, substituir os combustíveis fósseis.

A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomados de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida.

> A vida é essencialmente antientrópica e, por extensão, o mesmo se aplica a sua manifestação mais avançada conhecida, o ser humano, na escalada evolutiva que o particulariza entre as demais espécies viventes. Com o homem, a evolução se torna um processo "consciente", retratado na sucessão de formas de organização e civilização que configuram o progresso da Humanidade (EIR, 2004. p. 12 e13).

O meio ambiente devido sua alta complexidade se constitui num sistema de relações muito vulneráveis e sensíveis às variações de qualquer natureza. Toda agressão ao meio, desencadeia uma série de outras reações, que colocam o equilíbrio em risco. Na natureza, frágeis relações mantém esse equilíbrio, que é muito relativo e, quando rompido por ação antrópica, que destrói esse equilíbrio, provocando danos até mesmo irreversíveis na natureza.

É característica humana, a capacidade de entender a complexidade de eventos que comprometem sua preservação, agindo imediatamente de forma consciente, na correção de suas imperfeições, para manter sua integridade,

Os homens reagem contra as pressões e ameaças através de manifestações, que tentam atrair a atenção da maioria das pessoas, para que se engajem nessa luta, despertando a consciência crítica da população em relação às questões ambientais e ao mesmo tempo, se posicionando corajosamente contra as ações de governo, que não atendem as necessidades reais do ambiente.

Esses diferentes tipos de relações e de percepção de relacionamentos entre grupos e meios derivam de um conjunto de relações bastante complexas entre as formas e condições de existência e o conteúdo dos elementos constitutivos desse meio.

Nesse contexto, que Da Silva (1978, p.73) faz sua interpretação: “é preferível manter a Terra com ”habitat” adequado para o homem e para outras várias formas de vida que nela subsistem do que por em risco num futuro próximo, as próprias condições de vida”.

O homem ao invés de adaptar-se ao seu habitat, de uma maneira menos acentuada, estimulando seus filhos desde a primeira infância a preservar o meio ambiente, relatando através da vivência sobre o bem estar de todos num ambiente saudável, passou a adaptar o ambiente às suas condições.

A falta de conscientização de que é preciso conservar o planeta Terra pode ser vista em várias situações, desde a mais simples, como, por exemplo, selecionar de forma racional o lixo orgânico do lixo inorgânico até mesmo nos gastos energéticos do dia-a-dia, conduz inexoravelmente, à extinção dos recursos naturais.

O controle ambiental é o ato de influenciar as atividades humanas que afetem a qualidade do meio físico do homem, especialmente o ar, a água e características terrestres, devido à falta de cuidados e atenção para com o meio em que vive. Isto coloca em risco toda a vida na Terra, talvez por ignorância ou ganância, mas o resultado de qualquer forma é devastador para o meio ambiente.

> A seletividade, as disputas pelo alimento e pelo espaço se desencadeariam homeostaticamente se não houvesse a intervenção do animal racional o homem. O que diferencia o homem dos outros animais é que estes últimos fazem uso do ambiente, apenas para sobreviver, enquanto o homem utiliza-o de modo irracional, explorando, modificando e contaminando os componentes essenciais à sobrevivência, das espécies (VALDUGA, 1992, p. 86).

A Educação Ambiental na atualidade necessita de ações que integrem todos os segmentos sociais. Notamos que o envolvimento cada vez maior dos pais no setor produtivo permite menos tempo para um acompanhamento eficaz na vida de seus filhos. Isto pode ir desde a influência indireta do comportamento como pelas ações diretamente decorrentes das atividades econômicas. Conseqüentemente este problema passa de geração para geração, ocorrendo os desequilíbrios ecológicos, afetando, portanto, a sobrevivência da própria espécie, de forma direta e indireta.

Está sendo exigida das pessoas uma nova postura diante da questão ambiental. É necessário preparar-se para as demandas do futuro, preparando os alunos para que se tornem futuros cidadãos, alinhados às novas exigências e tendências que já são evidentes. A sociedade está diretamente ligada com a natureza por todo um processo de produção de bens materiais e de desenvolvimento cultural dos homens, satisfazendo suas necessidades.

Os objetivos das permanentes relações entre Economia e Ecologia são amplamente definidos por uma preocupação pública generalizada com um conjunto de condições ambientais que são consideradas “problemas”, desde que não tratadas de forma equilibrada e sustentável.

“Esses problemas denotam que a agressão ao ambiente é resultado da visão fracionada que o homem tem do mundo, pois ele somente vê aquilo que lhe proporciona o benefício imediato, sem identificar os efeitos e conseqüências ou com elas se preocupar” (PEREIRA, 1993, p. 37).

Para enfrentar essas condições inclusive as que até o presente não foram identificadas, mas, que devem existir, real ou potencialmente, com base na experiência do passado, identificam-se diversas forças ou fatores considerados como causas. Elas se tornaram os focos dos esforços do controle ambiental.

O desenvolvimento implica em risco ambiental e existem vários níveis de causalidade. A atenção é dirigida em geral a fatores imediatos, como expansão suburbana desenfreada, industrialização com a poluição concomitante e insuficiência dos das diversas instituições sociais, tais como leis e órgãos disciplinadores, para manter um

ambiente de boa qualidade. A proteção do ambiente requer o esforço consciente dos indivíduos que vivem e trabalham dentro do meio.

O movimento ambientalista, como fenômeno político internacional foi criado o início dos anos 70 por instituições como o Clube de Roma, WWF, as fundações Ford e Rockefeller, o Instituto Tavistock e outras entidades do gênero (EIR, 2001).

Os próprios movimentos ecológicos, na maior parte das vezes são despreparados politicamente, não comprometendo o sistema de produção responsável, admitindo que as questões ambientais se originem exclusivamente das contínuas relações homem-natureza(relação dialógica).

Quando na realidade sabemos que através de projetos bem elaborados que atendam aos interesses do homem e da natureza de forma equilibrada, pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, conforme análise de Alegretti (2001, p. 60), “Nem todo desenvolvimento implica a degradação dos recursos naturais, como nem toda proteção ao meio ambiente significa manter a população na pobreza”.

Conciliar esses desafios de geração de renda, emprego, proteger as florestas e a biodiversidade requer uma revisão tanto de conceitos de desenvolvimento quanto de cultura.

4 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL HOJE: considerações importantes

Não podemos deixar de mencionar, as dificuldades dos assentados em projetos mal estruturados, que visam somente a ocupação desordenada do solo de florestas amazônicas, é necessário rever essa concepção de desenvolvimento.

Sabemos que o atual modelo de desenvolvimento econômico**,** infelizmente prega a antiga cultura de que os lucros justificam os meios, destruindo a floresta, para satisfazer necessidades primárias como as de moradia, de alimentação, entre outras.

Mudança de comportamento requer mudança de cultura, ao invés de se derrubar árvores, vamos plantá-las, contribuindo para o seqüestro de carbono e ganhando dinheiro.

“Árvores absorvem dióxido de carbono (CO2) para crescer. Por esse motivo plantá-las é uma forma de compensar os danos à natureza” (CESNORS, 2007, p. 45).

Especialistas calcularam quantas árvores deveriam ser plantadas para neutralizar algumas atividades do cotidiano, a neutralização de emissões de gases que causam o efeito estufa, está se tornando uma alternativa ambiental moderna, para minimizar os efeitos nocivos desses gases, o que não se pode, de forma alguma, é reflorestar o

planeta, em nome da de uma consciência ambiental, mesmo porque seria impossível neutralizar os níveis de emissões atuais só com o plantio de árvores e, só com um planeta Terra.

É uma das ações válidas, que despertam interesse do mundo, porque mostra a disposição de se fazer algo concreto contra os efeitos do aquecimento global, alternativas surgirão, talvez com menos publicidade, mas nem por isso de menor importância.

Educação Ambiental, se esforça na busca de novos meios para conscientizar a todos da importância do planeta para a humanidade e aos poucos vai-se conseguindo a adesão das sociedades, na luta pela preservação da natureza, preservando assim a vida na Terra.

O Projeto de Assentamento Anauá – PAD Anauá, do Instituto de colonização e Reforma Agrária - INCRA tem por objetivo promover a reforma agrária da região, distribuindo terra a quem não tem, para nela trabalhar e sustentar a família, normalmente são lotes de 60 há, nos quais os colonos têm direito a derrubarem 3 há ano, até o limite máximo de 20% do total do lote.

O que ocorre na realidade é a legalização das áreas de florestas a serem derrubadas, o que contribui para emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa, aumentando o clamor estrangeiro na tese da internacionalização da Amazônia, sem conseguir fixar o colono em seu lote, devido à falta de infra-estruturas básicas, para que haja um desenvolvimento sustentável com melhor qualidade de vida para os assentados.

> Os países mais desenvolvidos estão há cerca de 100 anos queimando petróleo, gás natural e carvão em ritmo crescente. Atualmente o mundo queima mais de 80 milhões de barris de petróleo por dia, por exemplo, e esse processo está definitivamente resultando em mudanças climáticas. A Floresta Amazônica vêm ao longo de todo esse tempo contribuindo para a regulação climática, absorção de carbono, normalização do ciclo das chuvas e preservação da enorme diversidade da flora e fauna tropical que detemos (PORTALAMAZÔNIA, 2007).

Há muito, os países desenvolvidos, derrubaram suas florestas e dizimaram seus índios, em nome de um desenvolvimento, que hoje já não acham tão corretos, e fundamentados nessa desastrosa experiência de degradação, querem impor suas políticas de conservação ambiental aos países em desenvolvimento, cerceando suas iniciativas desenvolvimentistas.

> Em dezembro de 2002, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução nº 57/254 na qual proclama a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável - DEDS, cuja duração será de 2005 a 2014. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO foi escolhida para liderar a Década e elaborar um plano internacional de implantação. Este documento, que responde a esta missão, é o resultado de amplas consultas com agências das Nações Unidas, governo nacional,

> organizações da sociedade civil, Ongs e especialistas. (ONU - UNESCO, 2005, p.17).

Hoje vemos a Educação Ambiental como uma das ferramentas capazes de auxiliar na implantação do paradigma do Desenvolvimento Sustentável, instrumento capaz de viabilizar ações que eduquem ambientalmente a população e promova a sensibilização da população, pois só dessa forma será possível, conscientizarmos toda população, sobre a importância vital de proteger e preservar o ambiente, como forma de manter a vida na Terra.

A UNESCO apresentou um plano que serve de parâmetro na orientação e aconselhamento para ações em Educação para o Desenvolvimento Sustentável, descrevendo o tipo de educação considerada pelos consultados, que contribuem para o desenvolvimento em seus próprios contextos.

Fundamentado no Plano da UNESCO o Programa interinstitucional de Educação Ambiental para o Território Sul de Roraima – PIEA-RR, construído sobre os principais problemas apontados no diagnóstico feito no e para o Território Sul de Roraima, apresenta propostas adequada às particularidades da região, observando sua singularidade e orientando o seu desenvolvimento com sustentabilidade dentro dos princípios da Educação Ambiental na formação de sociedades sustentáveis.

> A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DEDS, que se inicia em 2005 e vai até 2014, é uma iniciativa ambiciosa e complexa. Seus fundamentos conceituais, repercussões socioeconômicas e incidência no meio ambiente e na cultura afetam todos os aspectos da vida. O objetivo global da Década é integrar os valores inerentes ao Desenvolvimento Sustentável em todos os aspectos da aprendizagem com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos (ONU - UNESCO, 2005, p. 18).

A grande maioria das ações em prol do Desenvolvimento Sustentável partiu da iniciativa da UNESCO, que têm buscado ao longo das décadas passadas, proporcionar às autoridades das áreas ambientais, o estabelecimento de diálogos e discussões, sobre o ambiente, com o propósito de socializar as informações para que todos possam participar ativamente nas resoluções dos problemas ambientais, que são da responsabilidade de todos e que afeta indistintamente a todos.

A Década dá ênfase ao papel central da educação na busca comum pelo Desenvolvimento Sustentável. Mas o que exatamente é a Década? Isto se constitui em um conjunto de parcerias que procura reunir uma grande diversidade de interesses e preocupações. É um instrumento de mobilização, difusão e informação.

"É uma rede de responsabilidade pela qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades locais ao redor do mundo podem demonstrar seu compromisso prático de aprender a viver sustentavelmente". (UNESCO, 2005, p. 32).

O Plano proposto estimulará uma maior reflexão sobre a educação voltada para o Desenvolvimento Sustentável, proporcionando ao mundo, maiores subsídios sobre as questões ambientais, vistas hoje sob a ótica da Educação Ambiental, que propõe a compreensão global, holística e integrada do mundo, considerando as dimensões éticas, políticas, econômicas, sociais, culturais, ecológicas e ciências e tecnologias.

5 METODOLOGIA

A metodologia usada neste trabalho caracteriza a pesquisa híbrida por se utilizar de métodos quantitativos e qualitativos na elaboração e também nas análises dos dados coletados pelos Instrumentos de Coleta de Dados – ICDs usados.

Inicialmente foi apresentado aos representantes das instituições o ICD 01- Pré-teste, para que os mesmos tirassem suas dúvidas a respeito de qualquer uma das colocações apresentadas contendo 10 (dez) questões em escala de intervalo, que caracteriza a abordagem quantitativa e 10 (dez) questões abertas, onde o pesquisado justifica a resposta assinalada na escala, caracterizando a abordagem qualitativa, que proporciona um maior aprofundamento no conhecimento das intenções do pesquisado sobre as políticas em pauta, facilitando a compreensão dos fatos descritos.

Encaminhado para as instituições os mesmos foram respondidos com a participação de um número significativo de pessoas, acima da amostra pretendida. No caso de dúvidas sobre qualquer questão, mantinham contato com o pesquisador que os ajudava a dirimir suas dúvidas.

A devolução dos ICD 01 ocorreu de forma bastante satisfatória, sendo poucas as instituições em que o pesquisador teve que fazer mais de uma visita, o que facilitou o trabalho de coleta de dados.

A aplicação do ICD 02 - PÓS-TESTE- possibilitou a coleta de dados para a análise quali-quantitativa da relação entre as ações implantadas e os resultados obtidos, utilizando a comparação do antes e depois, fazendo a avaliação do alcance das metas estabelecidas.

6 ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS (PRÉ-TESTE)

As questões que compõem o ICD 01 foram formuladas com base no diagnóstico construído na e com a sociedade local, quando da execução da dissertação de mestrado que originou este trabalho no município de Rorainópolis, como projeto-piloto.

As questões quantitativas foram analisadas dentro dos métodos estatísticos, considerando o número de freqüência que recebeu cada quesito na soma total das indicações por alternativas, e, para melhor compreensão dos resultados, os dados foram colocados num quadro, que gerou um histográfico facilitando a visualização dos resultados analisados dentro de cada política.

ICD 01 pré-teste, composto de 10 questões quantitativas, em escala de intervalo Lickert para a política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. implantada, e 10 questões abertas, onde o pesquisado justifica a resposta assinalada na escala.

A análise qualitativa considerou as respostas de maior significância para o trabalho, elencadas através da Técnica da Análise de Conteúdos, atendendo aos objetivos propostos pela pesquisa.

Os resultados obtidos através do ICD 01 – Pré-teste foram analisados em separados, primeiro a análise dos dados quantitativos, colocados em quadros onde se vê o número de indicações que recebeu cada uma das afirmações, esse quadro gera um gráfico que clarifica a compreensão das informações obtidas, depois a análise dos dados qualitativos, também colocadas em um quadro, onde se vê as opiniões mais relevantes dos pesquisados e o número de indicações que receberam, facilitando a compreensão, da intencionalidade explicitada nas respostas dos pesquisados, e ainda uma análise interpretativa dessas justificativas, fechando o entendimento das ações desenvolvidas por cada política.

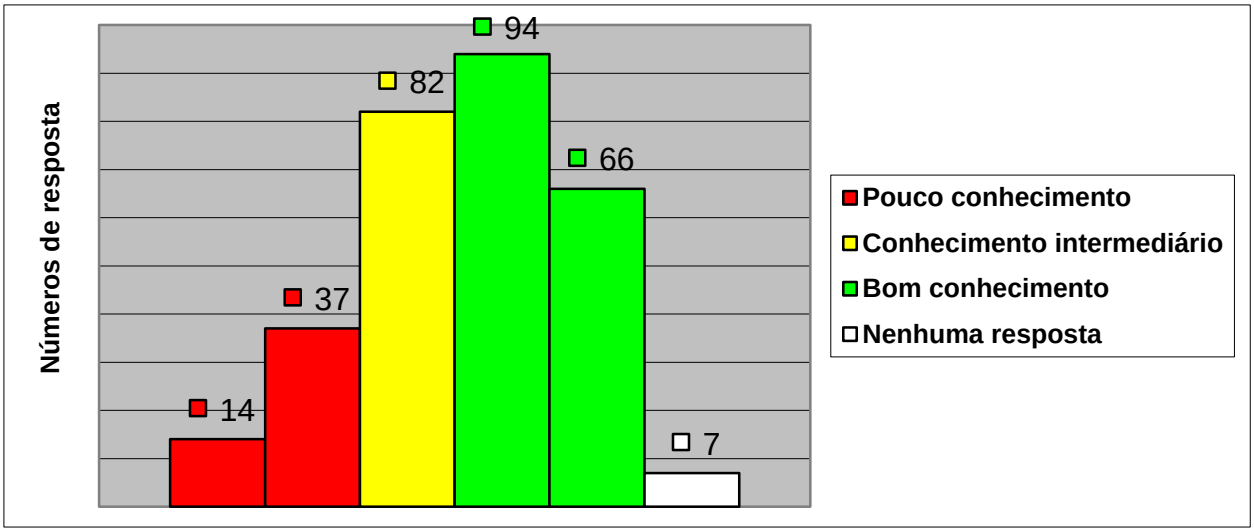
Análise Quantitativa da Política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. (PRÉ-TESTE).

No quadro 01 a seguir apresentado foi solicitado aos entrevistados que atribuíssem um valor quantitativo para as afirmativas, considerando em ordem crescente de importância: 1 (mínimo) , 5(máximo) e nr (nenhuma resposta).

Quadro 1 - Política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Nº	QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO					
		1	2	3	4	5	NR
01	Reigota (2005), sociedade justa está embasada no desenvolvimento com sustentabilidade e qualidade de vida.	2	4	10	6	7	1
02	A natureza integral e interdependente da Terra observando e estabelecimento de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do meio ambiente global.	3	5	6	10	6	-
03	Desde os primórdios da existência do homem na terra, a sua vida tem sido mantida através da utilização dos recursos naturais: flora, fauna, solo, água, etc. Porém, ao contrário das outras espécies, ele tem consciência da abundância ou escassez desses recursos.	2	3	10	8	7	-
04	A visão restrita nas conquistas individuais está perdendo o campo para uma concepção que contempla e necessita de cooperação, como uma nova forma de “ser”, “conviver”, “fazer”, e “estar” numa esfera global, prevendo um ambiente acolhedor, com condições de atender às perspectivas de sobrevivência do ser individual e do coletivo.	1	2	10	11	5	1
05	A Educação Ambiental é um instrumento para o Desenvolvimento Sustentável.	2	4	6	10	7	1
06	A arte de viver do consumo e da produção unicamente daquilo que a natureza tem condições de repor e absorver, mantendo o fluxo da demanda e da oferta sempre equilibrado, é desenvolvimento sustentado.	1	5	9	7	8	-
07	As fontes renováveis de energia (solar direta, hidráulica, eólica e biomassa entre outras) são as únicas intrinsecamente limpas e que podem, num futuro próximo, substituir os combustíveis fósseis.	2	3	8	10	6	1
08	Gro Harlem Brundtland, caracteriza o Desenvolvimento Sustentável, “como um conjunto de progressos sociais, econômicos e políticos que permitam compatibilizar as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades”.	1	4	6	10	8	1
09	È característica humana, a capacidade de entender a complexidade de eventos que comprometem sua preservação, agindo imediatamente de forma consciente, na correção de suas imperfeições, mantendo a integridade,	-	4	7	12	6	1
10	A seletividade, as disputas pelo alimento e pelo espaço se desencadeariam homeostaticamente se não houvesse a intervenção do animal racional o homem (VALDUGA, 1992).	-	3	10	10	6	1
TOTAL		14	37	82	94	66	7

Figura 1 - Gráfico referente ao quadro 01 política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável



O histograma representa os resultados da análise quantitativa onde se verifica um expressivo conhecimento intermediário e um bom conhecimento mais expressivo ainda sobre as questões que envolvem a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Análise Qualitativa da Política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (PRÉ-TESTE).

Quadro 2 - Política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Nº	CATEGORIA PRINCIPAL	CATEGORIA ESPECÍFICA
01	Para Reigota (2005), a sociedade justa está embasada no desenvolvimento com sustentabilidade e qualidade de vida.	a) Não há desenvolvimento sustentável (10) b) comunidade precisa desenvolver-se (7) c) não há incentivo do governo (7) d) falta plano de manejo sustentável (5)
02	A natureza integral e interdependente da Terra observando o estabelecimento de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do meio ambiente global.	a) acordos internacionais não chegam (11) b) os colonos continuam a derrubar (9) c) ONGs, não se preocupam com os colonos (6) d) há proteção das castanheira (4)
03	Desde os primórdios da existência do homem na terra, a sua vida tem sido mantida através da utilização dos recursos naturais: flora, fauna, solo, água, etc. Porém, ao contrário das outras espécies, ele tem consciência.	a) antes tudo era farto, caça, madeira, agora já está rareando (14) b)na região continua a exploração (8) c) os colonos necessitam usar a mata (6) d) têm consciência, mas nada fazem (2)
04	A visão restrita nas conquistas individuais está perdendo o campo para uma concepção que contempla e necessita de cooperação, como uma nova forma de “ser”, “conviver”, “fazer”, e “estar” numa esfera global, prevendo um ambiente acolhedor, com condições de atender às perspectivas de sobrevivência do ser individual e do coletivo.	a) as vicinais têm associações (9) b) cooperativas o caminho para o desenvolvimento (7) c) a maioria dos recursos são para as associações (5) d) os recursos são para os do governo (4) e) muitos não conseguem beneficio (4)

Nº	CATEGORIA PRINCIPAL	CATEGORIA ESPECÍFICA
05	A Educação Ambiental é um instrumento para o Desenvolvimento Sustentável.	a) todos falam, mas poucos conhecem (13) b) o desenvolvimento é uma realidade (10) c) todos se unem para buscar recursos (6)
06	A arte de viver do consumo e da produção unicamente daquilo que a natureza tem condições de repor e absorver, mantendo o fluxo da demanda e da oferta, sempre equilibrado,é desenvolvimento sustentado	a) todos s/exceção vivem exclusivamente da mata (11) b) não há preocupação com o futuro (9) c) o que tem na mata é usado à vontade (5) d) não há desenvolvimento sustentável (5)
07	As fontes renováveis de energia (solar direta, hidráulica, eólica e biomassa entre outras) são as únicas intrinsecamente limpas e que podem, num futuro próximo, substituir os combustíveis fósseis.	a) floresta é renovável, querem pasto(13) b) energia elétrica nas vicinais (7) c) poucos usam lenha para cozinhar (6) d) a maioria não têm essa preocupação (3)
08	Gro Harlem Brundtland, caracteriza o Desenvolvimento Sustentável, “como um conjunto de progressos sociais, econômicos e políticos que permitam compatibilizar as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades”.	a) na região se explora os recursos naturais como se não fossem acabar (12) b) não há preocupação com o futuro (9) c) na terra só vale as benfeitorias (6) d) a preocupação é com dinheiro (2)
09	È característica humana, a capacidade de entender a complexidade de eventos que comprometem sua preservação, agindo imediatamente de forma consciente, na correção de suas imperfeições, para manter sua integridade,	a) todos sabem, poucos entendem (14) b) não há essa preocupação (9) c) não há ações de recuperação (7)
10	A seletividade, as disputas pelo alimento e pelo espaço se desencadeariam homeostaticamente se não houvesse a intervenção do animal racional o homem (VALDUGA, 1992).	a) ação do homem modifica ambientes (15) b) são anos e anos de exploração total (8) c) todo ano áreas são desmatadas para plantar arroz, milho e fazer pastos (6)

A ANÁLISE INTERPRETATIVA DO ICD 01 - Resultados referentes á análise da política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (PRÉ-TESTE)

Esse quadro nos mostra, que os pesquisados, possuem um conhecimento médio das questões de se educar para o desenvolvimento sustentável, em função dos anos de experiências negativas, de exploração desordenada do ambiente, que resultou em muito trabalho e pouco desenvolvimento, principalmente na questão social.

> Um processo de mediação de interesses e conflitos entre os atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído. Este processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes (QUINTAS, 2000, p. 17).

As comunidades continuam pobres e os recursos naturais tão ricos e fartos estão se acabando, isso os levaram a repensar seu modo de vida, pois as fiscalizações aos danos ambientais estão mais presentes.

Os órgãos de controle e fiscalização ambientais aumentaram suas capacidades de atuação, promovendo campanhas, palestras, seminários educativos e intensificaram as fiscalizações em todas as áreas consideradas em risco ambiental.

O Governo Federal através do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF têm contribuído para a melhoria das condições de vida da população rural, que na região fica em torno de 70% do total da população, (SEAPA, 2008). Isso nos mostra o quanto é importante se atuar de forma bastante incisiva, na questão de se educar para o desenvolvimento sustentável.

O Governo Estadual mais presente no Território Sul de Roraima, estabelece um vínculo mais íntimo com a sociedade em que estão inseridos, através de suas diversas secretarias, principalmente a de Agricultura, onde a casa dos Produtores Rurais tem desempenhado importante papel, de assistência técnica a todos que necessitam de suas orientações.

As Casas de Produtores Rurais levam a todos os recantos do território uma educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, prática e de qualidade na busca de sociedades sustentáveis.

> A questão regional tem uma configuração complexa em si mesma, e não pode ser entendida como um todo homogêneo, sobretudo em se tratando da região norte (Amazônica), onde a diversidade cultural, social, econômica e geográfica é extraordinária (DA SILVA, 2002, p. 97).

A educação das comunidades amazônicas deve considerar todos os aspectos que a envolvem, para que se tenha um melhor aproveitamento dos ensinamentos, principalmente aos que se referem às questões da educação para o desenvolvimento sustentável da região.

As questões culturais são fortemente enraizadas nestas comunidades, e a tradição no manejo do ambiente é repassada de pai para filho há muitas gerações, onde se privilegia a agricultura de subsistência, com a utilização da técnica da derruba e queima que vem há muito tempo consumindo espaços cada vez maiores da floresta.

Como não há disponível para os assentados uma tecnologia, que permita a reutilização da área desmatada para o próximo ano, em virtude da ocorrência das plantas oportunistas, que transformam rapidamente a área em uma capoeira de difícil acesso, que na região é chamada de “juquira”, plantam logo o capim, formando pastagens.

Ë nesse ciclo de destruição da floresta, para formação de pastagens, que a Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável, se reveste de grande importância, para conscientizar os assentados, a rever sua cultura predatória, buscando por meio do manejo sustentável, a alternativa mais viável para diminuir o desmatamento e também fazer a recuperação das áreas já degradas, reutilizando-as para a produção de outras culturas.

A região tornou-se uma gigantesca fazenda de gado em função de um modelo de desenvolvimento, que visava somente a integração através de um programa de povoamento de regiões notadamente desertas, onde o número de habitante por kilômetro quadrado sempre foi inferior a 1.

A necessidade básica de alimentação fez com que os colonos, todos os anos derrubem a mata para plantar, e junto com a semente de arroz ou milho, vai também a semente do capim, para aproveitar a área já derrubada e queimada, com pastagens, pois não há tecnologias para aproveitamento dessas áreas, só lhes restando a condição da derruba-e-queima, num ciclo comum que é a triste realidade da região, onde infelizmente também não há investimento para criação de gado.

7 ANÁLISE, DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS (PÓS-TESTE)

As questões que compõem o ICD 02 foram formuladas com base no diagnóstico construído na e com a sociedade local, quando da execução da dissertação de mestrado que originou este trabalho, no município de Rorainópolis, como projeto-piloto.

As questões quantitativas foram analisadas dentro dos métodos estatísticos, considerando o número de freqüência que recebeu cada quesito na soma total das indicações por alternativas, e, para melhor compreensão dos resultados, os dados foram colocados num quadro, que gerou um histográfico facilitando a visualização dos resultados analisados dentro de cada política.

ICD 02 pós-teste, composto de 10 questões quantitativas, em escala de intervalo Lickert para a política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável implantada, e 10 questões abertas, onde o pesquisado justifica a resposta assinalada na escala.

A análise qualitativa considerou as respostas de maior significância para o trabalho, elencadas através da Técnica da Análise de Conteúdos, atendendo aos objetivos propostos pela pesquisa.

Os resultados obtidos através do ICD 02 – Pós-teste foram analisados em separados: primeiro a análise dos dados quantitativos, depois a dos qualitativos, buscando explicitar de forma mais clara os resultados da pesquisa.

Análise Quantitativa da Política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável. (PÓS-TESTE).

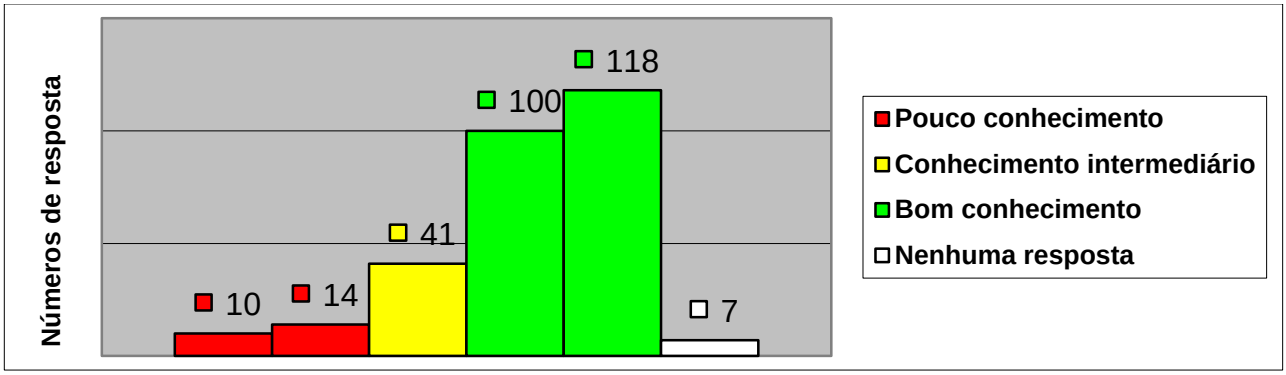
No quadro 17 a seguir apresentado foi solicitado aos entrevistados que atribuíssem um valor quantitativo para as afirmativas, considerando em ordem crescente de importância: 1 (mínimo) , 5(máximo) e nr (nenhuma resposta).

Quadro 3 - Política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Nº	QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO					
		1	2	3	4	5	NR
01	Reigota (2005), sociedade justa está embasada no desenvolvimento com sustentabilidade e qualidade de vida.	1	1	4	9	13	1
02	A natureza integral e interdependente da Terra observando e estabelecimento de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do meio ambiente global.	2	2	3	10	12	-
03	Desde os primórdios da existência do homem na terra, a sua vida tem sido mantida através da utilização dos recursos naturais: flora, fauna, solo, água, etc. Porém, ao contrário das outras espécies, ele tem consciência da abundância ou escassez desses recursos.	2	3	4	10	10	-
04	A visão restrita nas conquistas individuais está perdendo o campo para uma concepção que contempla e necessita de cooperação, como uma nova forma de “ser”, “conviver”, “fazer”, e “estar” numa esfera global, prevendo um ambiente acolhedor, com condições de atender às perspectivas de sobrevivência do ser individual e do coletivo.	-	1	3	11	13	1
05	A Educação Ambiental é um instrumento para o Desenvolvimento Sustentável.	1	1	4	10	12	1
06	A arte de viver do consumo e da produção unicamente daquilo que a natureza tem condições de repor e absorver, mantendo o fluxo da demanda e da oferta sempre equilibrado, é desenvolvimento sustentado.	1	2	5	10	11	-
07	As fontes renováveis de energia (solar direta, hidráulica, eólica e biomassa entre outras) são as únicas intrinsecamente limpas e que podem, num futuro próximo, substituir os combustíveis fósseis.	1	1	6	10	10	1
08	Gro Harlem Brundtland, caracteriza o Desenvolvimento Sustentável, “como um conjunto de progressos sociais, econômicos e políticos que permitam compatibilizar as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades”.	-	1	4	11	12	1
09	È característica humana, a capacidade de entender a complexidade de eventos que comprometem sua preservação, agindo imediatamente de forma consciente, na correção de suas imperfeições, mantendo a integridade,	1	1	3	09	14	1

Nº	QUESTÕES	VALOR ATRIBUÍDO					
		1	2	3	4	5	NR
10	A seletividade, as disputas pelo alimento e pelo espaço se desencadeariam homeostaticamente se não houvesse a intervenção do animal racional o homem (VALDUGA, 1992).	1	1	5	10	11	1
TOTAL		10	14	41	100	118	7

Figura 2 - Gráfico referente ao quadro 4 - Educação para o Desenvolvimento Sustentável



O histograma representa os resultados da análise quantitativa onde se verifica que houve um avanço considerável em comparação ao pré-teste.

Análise Qualitativa da Política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável PÓS-TESTE).

Quadro 4 - Política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Nº	CATEGORIA PRINCIPAL	CATEGORIA ESPECÍFICA
01	Para Reigota (2005), a sociedade justa está embasada no desenvolvimento com sustentabilidade e qualidade de vida.	a) falta plano de manejo sustentável (10) b) Não há desenvolvimento sustentável (7) c) comunidade precisa desenvolver-se (7)
02	A natureza integral e interdependente da Terra observando o estabelecimento de acordos internacionais que respeitem os interesses de todos e protejam a integridade do meio ambiente global.	a) ONGs, não se preocupam com os colonos (12) b) os colonos continuam a derrubar (9) c) acordos internacionais não chegam (5) d) há proteção das castanheira (3)
03	Desde os primórdios da existência do homem na terra, a sua vida tem sido mantida através da utilização dos recursos naturais: flora, fauna, solo, água, etc. Porém, ao contrário das outras espécies, ele tem consciência.	a)na região continua a exploração (12) b) os colonos necessitam usar a mata (8) c) tudo era farto, caça, madeira, agora está rareando (6) d) têm consciência, mas nada fazem (3)
04	A visão restrita nas conquistas individuais está perdendo o campo para uma concepção que contempla e necessita de cooperação, como uma nova forma de "ser", "conviver", "fazer", e "estar" numa esfera global, prevendo um ambiente acolhedor, com condições de atender às perspectivas de sobrevivência do ser individual e do coletivo.	a) cooperativas são o caminho para o desenvolvimento (12) c) as maiorias dos recursos são para as associações (10) d) os recursos são para os do governo (4) e) muitos não conseguem beneficio (3)

Nº	CATEGORIA PRINCIPAL	CATEGORIA ESPECÍFICA
05	A Educação Ambiental é um instrumento para o Desenvolvimento Sustentável.	a) o desenvolvimento sustentável é a solução (13) b) o desenvolvimento é uma realidade (10) c) todos se unem para buscar recursos (6)
06	A arte de viver do consumo e da produção unicamente daquilo que a natureza tem condições de repor e absorver, mantendo o fluxo da demanda e da oferta, sempre equilibrado,é desenvolvimento sustentado	a) não há desenvolvimento sustentável (12) b)todos sem exceção vivem exclusivamente da mata (10) c) não há preocupação com o futuro (5) d) o que tem na mata é usado à vontade (2)
07	As fontes renováveis de energia (solar direta, hidráulica, eólica e biomassa entre outras) são as únicas intrinsecamente limpas e que podem, num futuro próximo, substituir os combustíveis fósseis.	a) a grande maioria não têm essa preocupação (11) b) floresta é renovável,mas querem pastagens (10) c) energia elétrica nas vicinais (5) d) poucos usam lenha para cozinhar (3)
08	Gro Harlem Brundtland, caracteriza o Desenvolvimento Sustentável, “como um conjunto de progressos sociais, econômicos e políticos que permitam compatibilizar as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades”.	a) na região se explora os recursos naturais como se não fossem acabar (12) b) não há preocupação com o futuro (9) c) na terra só vale as benfeitorias (6) d) a preocupação é com dinheiro (2)
09	È característica humana, a capacidade de entender a complexidade de eventos que comprometem sua preservação, agindo imediatamente de forma consciente, na correção de suas imperfeições, para manter sua integridade,	a) não há ações de recuperação (13) b) todos sabem, poucos entendem (10) c) não há essa preocupação (6)
10	A seletividade, as disputas pelo alimento e pelo espaço se desencadeariam homeostaticamente se não houvesse a intervenção do animal racional o homem (VALDUGA, 1992).	a) todo ano áreas são desmatadas para plantar e fazer pastos (11) a) ação do homem modifica ambientes (10) b) são anos e anos de exploração total (7)

A ANÁLISE INTERPRETATIVA DO ICD 02 - Resultados referentes á análise da política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (PÓS-TESTE)

Esse quadro nos mostra, um excelente desenvolvimento dos pesquisados, com relação ao pré-teste, que apresentou um conhecimento médio das questões de se educar para o desenvolvimento sustentável, com a execução de ações diversificadas nos processos educativos promovendo a compreensão da importância da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Ao Capacitar os envolvidos por meio de atividades educativas formais e informais, na cidade e vicinais com reuniões, palestras, exposição visual de impactos ambientais comumente observáveis na região, a realização de seminários e o envolvimento das instituições de ensino no processo, contribuiu para essa maior conscientização ambiental, onde agora vemos uma comunidade já preocupada com determinadas atitudes, antes tão comuns, tão corriqueiras, que a todos eram tidas como normais.

> A generalidade do conceito de desenvolvimento sustentável possibilita projetos até antagônicos (apropriações distintas por diferentes grupos e classes sociais, expressando visões de mundo e interesses conflitantes (LOUREIRO, 2005, p. 9).

Essa política de Educação para o Desenvolvimento Sustentável começa a se tornar realidade na região, onde todas as instituições sem exceção estão trabalhando com essa nova perspectiva de desenvolvimento, buscando junto às comunidades locais, sua capacitação para resolver ou mitigar problemas ambientais que antes não tinham significância, nem sequer eram percebidos, pela falta de conscientização da população.

Um dos principais fatores da falta da Educação para o Desenvolvimento Sustentável na região é a questão cultural, pois todos os assentados utilizam o ambiente de forma predatória, herança de seus ancestrais que sempre viveram usando abusivamente dos recursos naturais, sem a preocupação de que um dia fossem acabar.

A derruba-e-queima é a forma mais primitiva e rudimentar de agricultura, que a terra é submetida, provocando danos ambientais muitas vezes irreversíveis, o que provoca naturalmente um processo de desertificação de determinadas áreas, cujo potencial agrícola seria melhor aproveitados na produção com qualidade ambiental.

8 CONCLUSÃO

Concluindo o trabalho foi verificada, a falta de projetos que visem a Educação para Desenvolvimento Sustentável do Território Sul do Estado de Roraima

Os projetos implantados atendiam somente aos interesses particulares, e, em determinadas épocas do ano, sem considerar a realidade ambiental loco-regional e principalmente as necessidades dos moradores da região.

O que contribuiu significativamente para processo de desmatamento da região, empobrecendo ainda mais os assentados, que continuam sem perspectivas de melhoria de qualidade de vida, enquanto não forem implantadas ações efetivas que realmente promovam o Desenvolvimento Sustentável do Território, proporcionando a todos um desenvolvimento socioeconômico com justiça social.

REFERÊNCIAS

AB`SABER, A.N. ***Domínio Morfoclimático Amazônico*.** Geomorfolofia 1, Instituto de Geografia. São Paulo: USP, 1967.

ALLEGRETTI, Mary, **Paralização da BR 319: uma oportunidade para a floresta,** Secretaria da Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente: Brasília, 2001.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; FERREIRA, Efrem Jorge Gondim; CASTELLÓN, Eloy Guilhermo. ***Homem ambiente e ecologia no estado de Roraima.*** Manaus: INPA, 1997.

CESNORS, Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul, boletimhttp://www.cesnors.ufsm.br/noticias/cesnors-participa-da-expofred-2007.

DA SILVA, Maria Auxiliadora Evangelista. ***Educação Ambiental no Processo de Gestão Ambiental: Impactos dos Programas da FEMACT E SESC.*** Boa Vista, 2005.

EIR. Autores independentes. ***Mafia verde.*** 2 ed. Brasília, 2001.

EIR. Autores independentes. ***Mafia verde.*** 2 ed. Brasília, 2004.

FREITAS, Aimberê, Geografia e História de Roraima, Ed. Ver. E ampl. Boa Vista, DML, 2000.

FURASTÉ, Pedro Augusto. ***Normas Técnicas para o Trabalho Científico.*** 14 ed. Porto Alegre: Brasul, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. et al. ***Educação ambiental e gestão participativa em unidade de conservação***. 2 ed. Rio de Janeiro: Ibama, 2005.

_____ Carlos Frederico B. et al. ***Educação ambiental e gestão participativa em unidade de conservação***. 2 ed. Rio de Janeiro: Ibama, 2005.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ProNEA. 3 ed. Brasília, 2003.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL ProNEA. 3 ed. Brasília, 2003.

PORTALAMAZÔNIA, Entrevista especial à Gláucia Chair de Jaime Benchimol: **Amazônia precisa ser recompensada pelos serviços ambientais que presta ao planeta.** Disponível em <http:://www.portalamazônia.com.br> Acesso em 23 de maio de 2007.

_____, Entrevista de Deboni: **Quatro Estudos, Trabalhos e relatórios importantes.** Disponível em <http:://www.portalamazônia.com.br> Acesso em 23 de maio de 2007.

PEREIRA, Antonio Batista.***Aprendendo ecologia através da educação ambiental.*** Porto Alegre, RS: Sagra, 1993.

QUINTAS, José Silva, ***Introdução à gestão ambiental pública.*** Brasília: IBAMA, 2005.

REIGOTA, Marcos Antonio dos Santos, ***Transversalidade da Educação Ambiental no Ensino Superior***, Palestra proferida no dia 20 de maio na ULBRA – Universidade Luterana do Brasil, Canoas – RS, 2005.

SEAPA, Secretaria Estadual de abastecimento, Pecuária e Agricultura, ***Trabalho de acompanhamento das atividades de campo***, Rorainópolis, 2006.

VALDUGA, Alice Teresa. ***Ar, Água e Solo***. URI – Campus de Erechim. Erechim, 1992.



CONTROLADORIA: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NOS CONGRESSOS ANPCONT E ENANPAD NO PERÍODO DE 2007 A 2012

LOPES, Camila Paula Campos[1]

BIANCHI, Márcia[2]

MACHADO, Débora Gomes[3]

RESUMO

Este estudo tem por objetivo identificar o perfil dos pesquisadores e a evolução do tema controladoria nos artigos apresentados na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – ANPCONT – e no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – EnANPAD – , no período de 2007 a 2012, analisando: a) a autoria dos artigos; b) o perfil dos autores quanto ao gênero, formação, IES (Instituição de Ensino Superior) ou PPG (Programa de pós-graduação) de origem e redes de colaboração; c) o foco dos artigos e a fundamentação teórica; d) os métodos e tipologias de pesquisa utilizadas; e, e) as referências citadas pelos autores. Esta pesquisa se classifica como: quantitativa, exploratória, descritiva e documental. De um total de 5.845 artigos sobre Controladoria, foram selecionados para a amostra 36, sendo 21 submetidos no evento ANPCONT. Em relação ao perfil dos autores, verificou-se que a maioria destes são do gênero masculino e apresentam o título de doutor ou doutorando. A instituição de ensino a qual os autores estão vinculados que se destacou, em quantidade de vínculos, foi a USP (SP), seguida da FURB (SC) e da Mackenzie (SP). Ainda, observou-se preferência em desenvolvimento de trabalhos em trios, mas sem alterações ou mesmo interações nem com outros autores, nem com outras instituições. Em relação às referências bibliográficas, foi constatado que existe a preferência por livros e periódicos para embasamento da pesquisa científica.

Palavras-chave: Controladoria; Produção científica; ANPCONT; EnANPAD.

[1] Graduanda de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: cpclopes@gmail.com.

[2] Mestre em Ciências Contábeis (UNISINOS). Doutora em Economia do Desenvolvimento (UFRGS). Professora do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). e-mail: marcia.bianchi@ufrgs.br.

[3] Doutora em Ciências Contábeis e Administração. Professora da Universidade Federal do Rio Grande. e-mail: debora_furg@yahoo.com.br.

ABSTRACT

The purpose of this study is to identify the profile of the researchers and the evolution of the controllership subject in the articles presented in the National Association of Post Graduation Programs in Accounting – APNCONT – and in the Meeting of the National Association of Post Graduation and Research in Business – EnANPAD -, in the period from 2007 to 2012, analyzing: a) the authorship of the articles; b) the profile of the authors regarding gender, training, Institution of Higher Learning or Post Graduation Program from which the author is from and collaborative networks; c) the focus of the articles and theoretical background; d) the methods and types of research used; e, e) the references quoted by the authors. This research is classified as: quantitative, exploratory, and descriptive, with field of study and data collection. From a total of 5.845 articles on Controllership, 36 of them were selected as sample, in which 21 of them were submitted in the ANPCONT event. Regarding the authors' profile, it was verified that most of them are males (62,62%) and that 63,55% of the sample population present the PhD title or are on process of getting their PhD. The Schools linked to the authors that protruded the most USP (SP), followed by (FURB) SC and Mackenzie (SP). Still, it was observed the preference on the developing of the works in trios, but with no alteration or even integration with other authors, nor with other institutions. In relation to the bibliographical references, it was found that there is a preference for books and journals to the realization of the scientific research.

Keywords: Controller. Scientific production. ANPCONT. EnANPAD.

1 INTRODUÇÃO

A Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, conhecida como ANPCONT, é uma associação sem fins lucrativos, cuja função é ser interlocutora dos Programas de Pós-Graduação desta área, contribuindo para o fortalecimento do ensino e a pesquisa nas suas várias áreas. Essa associação apresenta, anualmente, desde 2007, edição de congresso, onde são apresentados trabalhos realizados sobre o tema controladoria. Além disso, são apresentados em cinco seções, separados por categorias: a) Controladoria e Contabilidade Gerencial; b) Contabilidade para Usuários Externos; c) Mercado (de capitais, de risco e financeiro); d) Educação e Pesquisa em Contabilidade; e, e) *Fast Track* (ANPCONT, 2012).

O Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD) é hoje o maior evento da comunidade científica e acadêmica de administração no país. É um grande incentivador da produção científica na área, sendo que, nos últimos três anos, em cada evento cerca de 3.000 trabalhos nas diversas áreas temáticas foram submetidos à apreciação. Os encontros desta associação são realizados anualmente, desde 1997, e os assuntos são divididos em onze grandes seções, conforme o tema acadêmico. As divisões acadêmicas são permanentes, enquanto as subdivisões podem ser variáveis conforme a demanda, visto que são dinâmicas e visam estimular a produção científica (ANPAD, 2012).

Ambos os eventos são relevantes para a produção científica, sendo que o ANPCONT pode ser considerado recente quando comparado ao EnANPAD. Apesar disso, os profissionais da contabilidade, desde então, possuem um evento que melhor

os representam. Com o passar do tempo, incentivos e notoriedade fazem com que o ANPCONT acabe por ser preterido pelos profissionais da contabilidade.

Dentre as formas de expandir e compartilhar o conhecimento científico, congressos e periódicos são as mais utilizadas. Pesquisas analisando a produção científica na área contábil têm sido realizadas, como é o caso da pesquisa González (2005) sobre a produção científica espanhola em contabilidade no período de 1992 a 2002; de Bastos, Hein e Fernandes (2006) sobre a inserção da controladoria em artigos publicados em eventos científicos nacionais; de Bastos e Beuren (2010) sobre a inserção da controladoria em artigos publicados em eventos científicos nacionais; de Ballverdú, Machado e Bianchi (2010) sobre o perfil da produção científica em controladoria; e de De Luca *et al*. (2011) sobre a associação de modelos de sucesso profissional e gênero entre graduandos de ciências contábeis.

Assim, a questão problema que motiva esta pesquisa é: qual o perfil das pesquisas sobre o tema controladoria nos artigos apresentados nos eventos ANPCONT (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) e ENANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), no período de 2007 a 2012?

Por isso, o objetivo geral deste estudo é identificar o perfil das pesquisas sobre o tema controladoria nos artigos apresentados nos eventos ANPCONT (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) e ENANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), no período de 2007 a 2012. Para tanto, são analisados os eventos e edições dos artigos selecionados, considerando-se os seguintes itens: a) a autoria dos artigos; b) o perfil dos autores quanto ao gênero, formação, IES (Instituição de Ensino Superior) ou PPG (Programa de pós-graduação) de origem e redes de colaboração; c) o foco dos artigos e a fundamentação teórica; d) os métodos e tipologias de pesquisa utilizadas; e, e) as referências citadas pelos autores.

A justificativa de realização desta pesquisa perpassa a relevância da controladoria nas organizações e da produção científica para o desenvolvimento da ciência contábil. A Controladoria tem como objetivo estudar uma unidade administrativa, a fim de assegurar os resultados econômicos de uma organização (PADOVEZE, 2005). Faz-se em duas esferas: como ramo do conhecimento e como órgão administrativo (ALMEIDA, PARISI E PEREIRA, 2009). Requer aplicação de princípios que englobem todas as atividades da empresa (TUNG, 1980). Apresenta função de manutenção dos controles internos, auxilia

na formação de sistemas de informações econômico-financeira e por meio deste exerce controle (BIANCHI, 2005). O controle é a principal função da Controladoria (LOPES *et al*,.2008). Permite prever resultados das decisões na forma de medidas de desempenho (CATELLI; PEREIRA; VASCONCELLOS, 2009).

Diante do exposto, com o intuito de alcançar o objetivo proposto, este estudo é estruturado em cinco seções. A primeira é a introdução, onde o tema é apresentado, bem como as principais diretrizes e particularidades. A segunda é o referencial teórico, onde são abordados os fundamentos teóricos que embasam este estudo. Adiante, o estudo explica os procedimentos metodológicos utilizados na obtenção dos dados. Por fim, apresenta-se a análise propriamente dita da produção científica brasileira no período, além das considerações finais sobre a análise.

2 ESTUDOS ANTERIORES

A produção científica é uma atividade universitária de fundamental importância para difusão de conhecimento, tendo em vista que consiste em agregar conhecimento por meio de pesquisa, conforme Moriki e Martins (2003).

Theóphilo (2007) descreve a produção científica em contabilidade como ainda pequena, mas em crescimento. Além disso, a maioria é voltada à bibliometria, ou seja, avaliação quantitativa de publicações científicas, nacionais e estrangeiras, com a finalidade de averiguar as referências nos trabalhos escolhidos. Araújo, Oliveira e Silva (2009), salientam que para ampliação de conhecimento é comum utilizar de levantamento bibliométrico, visto que permite avaliar a produção de conhecimento.

González (2005) realizou uma análise descritiva da produção científica de pesquisadores espanhóis em contabilidade, abrangendo a área de formação no doutorado dos mesmos, a instituição de ensino superior a que estão vinculados profissionalmente e outros fatores relacionados à produção científica, focando principalmente nos incentivos. Os resultados demonstram que: Universidades novas e pequenas possuem alto nível de produção científica; a produção científica espanhola em contabilidade não está distribuída uniformemente; mais da metade dos professores pesquisados não publicaram nenhuma pesquisa científica no período e veículos pesquisados; não existe uma relação clara entre a produção científica e a categoria acadêmica, ou seja, o fato de ser professor titular ou catedrático; Por fim, o autor conclui que não há relação entre os incentivos e a produtividade, pois o fator institucional explica

em grande parte a produção científica, enquanto os incentivos profissionais não parecem ser decisivos no conjunto.

Bastos, Hein e Fernandes (2006) perceberam, por meio da execução de sua pesquisa, sobre a inserção da controladoria em artigos publicados em eventos científicos nacionais que houve crescimento no número de artigos publicados sobre o tema nos eventos científicos nacionais. Isso se deveu, segundo os autores, não só à avaliação da produção científica nas avaliações tanto da CAPES, quanto das instituições de ensino, mas também ao surgimento de novos cursos de especialização e mestrado.

Bastos e Beuren (2010) analisaram, por meio de bibliometria, as publicações do período de 2001 a 2006 do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, ENANPAD e Congresso Brasileiro de Custos. Os resultados da pesquisa evidenciam os autores mais citados; os com maior número de publicações nos eventos; os tipos de pesquisa, procedimentos, técnicas e abordagens utilizadas para elaboração dos artigos; e as instituições com maior número de publicações. Relativo à metodologia das pesquisas analisadas os autores constataram que houve deficiência ou dificuldade em classificar seus trabalhos.

Ballverdú, Machado e Bianchi (2011) esclareceram que controladoria é um assunto que tem sido discutido no meio acadêmico. Também que o resultado de pesquisas científicas desenvolvidas é divulgado nos principais periódicos e congressos de administração e contabilidade. Essa difusão de conhecimento em ampla escala contribui para que haja troca de informações sobre o assunto, inovação de conceitos, permitindo que o assunto se mantenha atualizado.

A pesquisa de De Luca *et al.* (2011) teve como objetivo geral investigar a existência de alinhamento entre gênero e modelos de sucesso profissional na percepção de graduandos de ciências contábeis no Brasil. Os autores utilizaram para coleta de dados o foto-questionário que foi respondido por 768 graduandos. Os resultados da pesquisa apontaram a atuação no mercado de trabalho junto a entidades organizacionais como modelo de sucesso e a atuação na área de ensino como menos atraente. Os autores concluíram que o sucesso profissional é atribuído de forma mais significativa para os homens, corroborando com a teoria do sexismo.

Conforme o Portal Brasil, do Governo Federal, em 2010, o número de estudantes de mestrado e doutorado – responsáveis pelo maior volume de produção científica no Brasil – era dez vezes maior do que em 1990. Troca de informações, sejam nacionais ou

internacionais, são fundamentais para o contínuo aprendizado, atualização e aperfeiçoamento do conhecimento (BRASIL, 2010).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada neste estudo é classificada quanto aos seguintes aspectos: (a) pela forma de abordagem do problema, (b) de acordo com seus objetivos e (c) com base nos procedimentos técnicos utilizados.

No quesito abordagem do problema, este estudo se classifica como descritivo e quantitativo conforme as definições de Raupp e Beuren (2012). No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, essa pesquisa foi realizada por meio de pesquisa documental, uma vez que se analisaram os trabalhos de dois congressos. Além de obter informações sobre a linha de interesse em comum dos autores, buscou-se verificar as formas de pesquisa mais usadas, retratar as obras mais citadas e vincular autores e suas instituições de ensino.

Para atingir o objetivo proposto, a população deste estudo foi constituída dos artigos aprovados nos Congressos ANPCONT (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis) e ENANPAD (Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração), no período de 2007 a 2012, conforme Tabela 1. O período inicial de 2007 se justifica, tendo em vista a primeira edição do evento ANPCONT, sendo desta forma, possível realizar comparação com a amostra do evento ENANPAD. Não obstante, a amostra do estudo se refere aos artigos que abordam especificadamente o tema controladoria, onde foi realizada triagem nos anais de ambos os congressos e foram selecionados aqueles trabalhos cujo tema era evidente.

Tabela 1 - População e amostra do ANPCONT e ENANPAD

Evento	Edição do Evento	Quantidade de artigos aceitos – População	%	Quantidade de artigos analisados - Amostra	%
ANPCONT	2007 - Gramado (RS)	47	**10%**	2	**4,26%**
	2008 - Salvador (BA)	47	**10%**	2	**4,26%**
	2009 - São Paulo (SP)	97	**20,64%**	6	**6,19%**
	2010 - Natal (RN)	81	**17,23%**	3	**3,70%**
	2011 - Vitória (ES)	101	**21,49%**	4	**3,96%**
	2012 - Florianópolis (SC)	97	**20,64%**	4	**4,12%**
	Total	**470**	**100%**	**21**	**4,47%**

Evento	Edição do Evento	Quantidade de artigos aceitos – População	%	Quantidade de artigos analisados - Amostra	%
EnANPAD	2007 - Rio de Janeiro (RJ)	973	**18,10%**	5	**0,51%**
	2008 - Rio de Janeiro (RJ)	1001	**18,62%**	1	**0,10%**
	2009 – São Paulo (SP)	906	**16,86%**	3	**0,33%**
	2010 - Rio de Janeiro (RJ)	842	**15,67%**	0	**0,00%**
	2011 - Rio de Janeiro (RJ)	868	**16,15%**	3	**0,35%**
	2012 - Rio de Janeiro (RJ)	785	**14,60%**	3	**0,38%**
	Total	**5375**	**100%**	**15**	**0,28%**
TOTAL GERAL		**5845**	**100%**	**36**	**0,62%**

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Para seleção dos artigos, utilizou-se da ferramenta de pesquisa disponível nos portais eletrônicos tanto do ANPCONT, quanto do EnANPAD e nos anais dos congressos, onde foram selecionados inicialmente as áreas “Controladoria e Contabilidade Gerencial”, no ANPCONT. Enquanto no ENANPAD, primeiramente foi selecionada a área de Contabilidade e após, a subárea de “Controladoria e Contabilidade Gerencial”. Posteriormente, foram selecionados, os artigos que continham o termo “controladoria” no título, no resumo ou nas palavras-chaves. Contudo, uma análise da relação entre a expressão e a afinidade com o tema, propriamente dito, resultou na exclusão de artigos que, apesar de conterem no título, resumo ou palavras-chave termos requeridos, não possuía relação com o foco do estudo.

Cabe ressaltar que na coleta e análise das informações foi mantida a imparcialidade, evitando posicionamento pessoal. Assim, os dados da tipologia da pesquisa e as demais informações constatadas e apresentadas no presente estudo foram obtidas por meio da busca realizada em cada um dos artigos selecionados. Para definição da tipologia da pesquisa foi evidenciado o que os autores de cada artigo informaram tanto nos procedimentos metodológicos, quanto na introdução.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nessa seção são apresentados os dados obtidos após pesquisa nos anais e nos *sites* dos respectivos eventos e análise dos resultados.

4.1 AUTORIA DOS ARTIGOS

Na Tabela 2 é demonstrada a quantidade de autores por artigo, o total de autores em cada evento e a média de autores por artigo. Há uma tendência em se trabalhar em grupos, no lugar de desenvolvimento individual de pesquisa. Em ambos os eventos, notou-se que há certa preferência por grupos de pesquisa de três autores.

Tabela 2 - Quantidade de autores por artigo

Quantidade	**ANPCONT**						**∑**	***F***
	2007	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**		
Dois autores	0	1	0	2	1	2	**12**	**19,05%**
Três autores	2	0	5	1	1	0	**27**	**42,86%**
Quatro autores	0	1	1	0	2	2	**24**	**38,10%**
Total de Artigos	**2**	**2**	**6**	**3**	**4**	**4**	**21**	**58,33%**
Total de Autores	6	**6**	**19**	**7**	**13**	**12**	**63**	**58,88%**
Média de Autores por Artigo	**3,00**	**3,00**	**3,17**	**2,33**	**3,25**	**3,00**	**3,00**	
Quantidade	**ENANPAD**						**∑**	***F***
	2007	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**		
Um autor	1	0	0	0	0	0	**1**	**2,27%**
Dois autores	2	1	0	0	1	1	**10**	**22,73%**
Três autores	2	0	2	0	1	0	**15**	**34,09%**
Quatro autores	0	0	1	0	1	1	**12**	**27,27%**
Seis autores	0	0	0	0	0	1	**6**	**13,64%**
Total de Artigos	**5**	**1**	**3**	**0**	**3**	**3**	**15**	**41,67%**
Total de Autores	**11**	**2**	**10**	**0**	**9**	**12**	**44**	**41,12%**
Média de Autores por Artigo	**2,20**	**2,00**	**3,33**	**0,00**	**3,00**	**4,00**	**2,93**	
TOTAL DE ARTIGOS GERAL	**7**	**3**	**9**	**3**	**7**	**7**	**36**	**100%**
TOTAL DE AUTORES GERAL	**17**	**8**	**29**	**7**	**22**	**24**	**107**	**100%**
MÉDIA DE AUTORES POR ARTIGOS GERAL	**2,43**	**2,67**	**3,22**	**2,33**	**3,14**	**3,43**	**2,97**	

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Nota-se diferenciação entre os eventos no total dos artigos e uma ligeira preferência pelo evento de Ciências Contábeis, ou seja, ANPCONT, em relação ao de Administração, o EnANPAD. Isso ocorre, pois os pesquisadores da área são

estimulados a escrever para esse congresso (ANPCONT, 2012), por este fato, estagnou o segundo evento, até então preferido. Assim percebe-se, que enquanto no primeiro (ANPCONT) houve um sutil aumento de publicações; no segundo, ocorreu uma estagnação.

É relevante ressaltar que o auge de publicações no ANPCONT ocorreu em 2009, com seis trabalhos encontrados; enquanto no EnANPAD foi em 2007, com cinco. Também foi observado o aumento de publicações apresentado pelo ANPCONT, tendo em vista que a primeira edição do encontro ocorreu em 2007; e com o passar do tempo acaba por tornar-se reconhecido e prestigiado. Bastos e Beuren (2010) atribuíram o crescimento de artigos de controladoria à ênfase dada nesse período à avaliação quantitativa da produção científica na avaliação dos Programas de Pós-Graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

No que se refere a quantidade de autores por artigo, evento EnANPAD chama a atenção particularmente por três ocasiões. Primeiramente em 2007, por ser a única edição da amostra que apresenta estudo individual (o único encontrado durante a pesquisa). Ainda, em 2010 pelos padrões da pesquisa, não foi publicado nenhum artigo na temática conforme os termos de busca. Finalmente, em 2012, por apresentar um grupo de seis pesquisadores.

Em termos gerais, ocorreram dois ápices relevantes a serem considerados nesse estudo. Primeiramente, em 2008 a quantidade de artigos foi aquém da esperada, considerando-se o ano anterior. Em seguida, a mesma característica é notada no ano de 2010. Entretanto, faz-se necessário salientar que nesta edição a amostra não apresenta trabalhos publicados.

Além disso, verificou-se que somados eventos, a amostra apresenta 107 autores, sendo 63 no ANPCONT. Apurou-se também a média de autores por artigo e obteve-se o resultado de 2,97, ou seja, a média de publicações varia de dois a três trabalhos por ano, durante o período analisado. Informação que pode ser corroborada com o desvio padrão de 0,45, ou seja, o intervalo de publicações fica entre 2,52 e 3,42 publicações por autor, no período.

4.2 PERFIL DOS AUTORES

Nesta seção buscou-se definir o perfil dos autores encontrados, ou seja, descrevê-los quanto ao gênero, formação, instituição de ensino a que estão vinculados. Ao final, elaborou-se uma rede de colaboração entre autores, a fim de evidenciar as

relações destes. Na Tabela 3, é apresentado o gênero dos autores dos artigos selecionados.

Tabela 3 - Gênero dos autores dos artigos aceitos sobre controladoria

ANO	ANPCONT			ENANPAD			∑
	MASCULINO	FEMININO	∑	MASCULINO	FEMININO	∑	
2007	4	2	**6**	9	2	**11**	**17**
2008	2	4	**6**	1	1	**2**	**8**
2009	11	8	**19**	7	3	**10**	**29**
2010	5	2	**7**	0	0	**0**	**7**
2011	6	7	**13**	7	2	**9**	**22**
2012	7	5	**12**	8	4	**12**	**24**
TOTAL	**35**	**28**	**63**	**32**	**12**	**44**	**107**

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Percebe-se, por meio da tabela, uma maioria masculina, de 62,62%, em se tratando de forma geral. Particularmente, no primeiro evento, a produção masculina correspondeu a 55,56%, ou seja, foi 11,11% superior que a feminina. Enquanto no segundo evento, a diferença foi maior, visto que a produção masculina foi de 72,73%, ou seja, superou a feminina em 45,45%. Isso aconteceu apesar de em duas edições do ANPCONT ter sido constatada maioria feminina (em 2008, com 66,67%, e 2011, com 53,85%), visto que não se faz significativa essa representatividade. Pode-se mencionar ainda, que essa análise atendeu às expectativas, tendo em vista que a Ciência Contábil é uma área de predominância masculina, o que acaba corroborando com os achados de De Luca *et al* (2011), em que o sexo masculino acaba tendo maior sucesso profissional. Entretanto, nota-se um crescimento no número de autoras nos eventos, ou seja, cabe mencionar que há um aumento no interesse por parte das autoras pela pesquisa científica.

Para montagem da Tabela 4 apurou-se as informações conforme edição de cada evento. Após, os dados foram coletados de duas formas: por indicação do próprio autor no artigo selecionado ou por pesquisa do currículo do autor, na plataforma Lattes, identificando sua titulação no ano em que foi feita a publicação.

Tabela 4 - Titulação dos autores dos artigos aceitos sobre controladoria

Evento	Titulação	2007	2008	2009	2010	2011	2012	∑	% ANPCONT	% ∑
ANPCONT	Graduando		1		1		1	**3**	**4,76**	2,80
	Graduação							**0**	**0,00**	0,00
	Especialização			1			1	**2**	**3,17**	1,87
	Mestrando			1	1	7	2	**11**	**17,46**	10,28
	Mestrado	2	2	2			2	**8**	**12,70**	7,48
	Doutorando			1	1	1		**3**	**4,76**	2,80
	Doutorado	4	3	14	4	4	6	**35**	**55,56**	32,71
	Pós-Doutorando							**0**	**0,00**	0,00
	Pós-Doutorado					1		**1**	**1,59**	0,93
	TOTAL	**6**	**6**	**19**	**7**	**13**	**12**	**63**	**100,00**	**58,88**
Evento	**Titulação**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**∑**	**% ENANPAD**	**% ∑**
ENANPAD	Graduando							**0**	**0,00**	0,00
	Graduação							**0**	**0,00**	0,00
	Especialização					1		**1**	**2,27**	0,93
	Mestrando	2		3				**5**	**11,36**	4,67
	Mestrado	4				3	1	**8**	**18,18**	7,48
	Doutorando					5	2	**7**	**15,91**	6,54
	Doutorado	5	2	7			9	**23**	**52,27**	21,50
	Pós-Doutorando							**0**	**0,00**	0,00
	Pós-Doutorado							**0**	**0,00**	0,00
	TOTAL	**11**	**2**	**10**	**0**	**9**	**12**	**44**	**100,00**	**41,12**
TOTAL GERAL		**17**	**8**	**29**	**7**	**22**	**24**	**107**		

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Observa-se, por meio da Tabela 4, que há predominância de doutores na produção científica. Esta titulação, no evento ANPCONT, corresponde a 55,56% da população de autores. Incluindo-se na estimativa os doutorandos, obtém o percentual de 60,32%. Em relação ao EnANPAD, a mesma titulação representa 52,27% dos pesquisadores. Entretanto, quando somados os doutorandos a esses, percebe-se que 68,18% dos autores com esse título. Isso demonstra que em contabilidade, na linha de Controladoria, em ambos os eventos, mais da metade dos autores, ou seja, 63,55% do

total geral possuem tal titulação. Este fato se justifica, pois no Brasil a produção científica está concentrada nas instituições de ensino superior, envolvendo principalmente as que possuem curso de mestrado e doutorado.

Ainda, percebe-se que graduandos não possuem participação no evento de Administração. Isso se explica tendo em vista que se trata de associação restrita aos programas de pós-graduação. Ou seja, conforme estatuto próprio, a finalidade é congregar as instituições de ensino que apresentam cursos de mestrado ou doutorado em áreas afins e, por isso, somente são aceitas filiações de pesquisadores que possuam ou titulação de mestre ou doutor, ou ainda estudantes de pós-graduação (ANPAD, 2012).

A Tabela 5, a seguir, evidencia quais as instituições de ensino às quais os autores estão vinculados para publicação. Esse levantamento é válido, tendo em vista que quanto maior a quantidade de trabalhos, mais reconhecimento, valor e estima recebe a instituição, principalmente na avaliação CAPES.

Para a montagem da tabela foram utilizadas as informações contidas nos artigos pelos próprios autores, em relação à qual instituição estavam vinculados. Na ocasião de ausência desta informação, usou-se como recurso a plataforma Lattes. Ademais, foi considerado o período de submissão do trabalho ao evento.

Tabela 5 - Vinculação dos autores dos artigos aceitos sobre controladoria

INSTITUIÇÃO	**ANPCONT**							**ENANPAD**							**∑**	**%**
	2007	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**∑**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**	**2012**	**∑**		
USP (SP)			10	2	2		**14**	2	2	8		2	3	**17**	**31**	28,97
FURB (SC)	3	2			5	2	**12**						2	**2**	**14**	13,08
Mackenzie (SP)		4	1			2	**7**			2			3	**5**	**12**	11,21
UFPR (PR)			1				**1**	4				2		**6**	**7**	6,54
UFBA (BA)			2			4	**6**							**0**	**6**	5,61
UFCE (CE)			3			3	**6**							**0**	**6**	5,61
UFRJ (RJ)					4		**4**							**0**	**4**	3,74
FUCAPE (ES)				2			**2**						1	**1**	**3**	2,80
FUMEC (MG)							**0**					3		**3**	**3**	2,80
UEL (PR)	3						**3**							**0**	**3**	2,80
UFSC (SC)				3			**3**							**0**	**3**	2,80
UNIJUÍ (RS)							**0**	3						**3**	**3**	2,80

INSTITUIÇÃO	ANPCONT							ENANPAD							∑	%
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	∑	2007	2008	2009	2010	2011	2012	∑		
UNISINOS (RS)							**0**	1				2		**3**	**3**	2,80
FGV (SP)							**0**						2	**2**	**2**	1,87
PUC (PR)			2				**2**							**0**	**2**	1,87
UFU (MG)					2		**2**							**0**	**2**	1,87
PUC (SP)							**0**	1						**1**	**1**	0,93
UFMG (MG)							**0**					1		**1**	**1**	0,93
University of Arizona						1	**1**							**0**	**1**	0,93
TOTAL	**6**	**6**	**19**	**7**	**13**	**12**	**63**	**11**	**2**	**10**	**0**	**10**	**11**	**44**	**107**	**100**

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Foram encontradas dezenove universidades e instituições de ensino. Dentre estas, quatro estão situadas no estado de São Paulo, três em Minas Gerais e no Paraná, duas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Bahia, Ceará, Espírito Santo e Rio de Janeiro apresentaram apenas uma instituição de ensino, bem como só foi apresentada uma internacional (do estado Arizona, nos Estados Unidos). Ainda, das instituições brasileiras, observou-se que 50% estão localizadas na região sudeste do país, enquanto 39% estão na região sul e 11% na região nordeste. Centro-oeste e Norte não apresentaram representantes na amostra.

Constata-se que a Universidade de São Paulo (USP) é referência no que se refere à produção científica, na área de Ciências Contábeis, sob a ótica da Controladoria, tendo em vista a quantidade de publicações totais em ambos os eventos, o que representa 28,97% do total de publicações. Seguida pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), com 13,08%, e Universidade Presbiteriana Mackenzie, de São Paulo, com 11,21%. Essas três instituições juntas somam maioria do total (53,26%), ou seja, são universidades de destaque na produção científica da área. Essa ocorrência se deve ao fato destas universidades apresentarem curso de doutorado, o que vem ao encontro das informações da Tabela 4 onde a maioria que publica é doutor (os docentes) e doutorando.

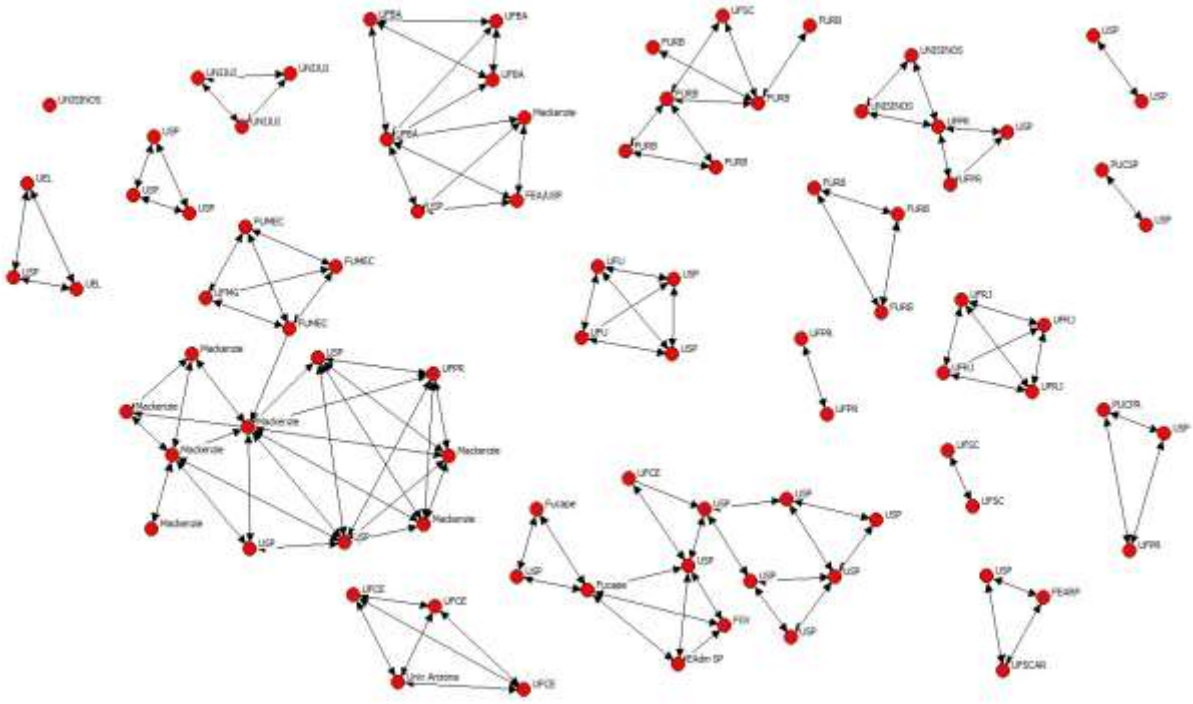
Para demonstrar como se dão as relações entre autores de diferentes instituições de ensino, a seguir, na Figura 1, é apresentada a rede de cooperação entre elas.

As instituições que demonstraram maior quantidade de laços foram USP, Mackenzie/SP e FURB. As ligações notadas se deram tanto inter, quanto intrainstitucionais.

Foi possível perceber que a maioria das interações são em grupos isolados, ou seja, há predominância em trabalhos em que os autores permanecem com os mesmos grupos, não apresentando interação com outros pesquisadores, de outras universidades.

Não obstante, também é possível notar as instituições que demonstraram laços com outras, por exemplo, a USP. Esta, por ter vários grupos de pesquisas, apresenta diversas formatações: a) grupo fechado, ou seja, apenas entre autores da universidade; b) grupo de duas instituições, USP e UEL, por exemplo, ou USP e UFU; c) grupo com três instituições, como USP, UFPR e PUCPR; e ainda d) trabalho individual.

Figura 1 - Redes de cooperação entre as Instituições de Ensino Superior do ANPCONT e EnANPAD



Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Já a Tabela 6 retrata quais os autores tiveram mais publicações por evento, por ano e os totais. A informação aqui retratada aponta uma preferência pelo evento EnANPAD, considerando-se aspectos gerais. Não obstante, observou-se que as informações desta tabela corroboram com as da anterior, tendo em vista que dos doze autores com no mínimo duas publicações totais no evento, seis são vinculados à USP; dois, à FURB; e dois à Mackenzie/SP.

Tabela 6 - Principais autores por produção dos artigos aceitos sobre controladoria

AUTORES	ANPCONT							ENANPAD							∑
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	∑	2007	2008	2009	2010	2011	2012	∑	
Ilse Maria Beuren		1			1	1	**3**						1	**1**	**4**
Maria Thereza Pompa Antunes		1				1	**2**			1				**1**	**3**
Fábio Frezatti			1				**1**		1			1		**2**	**3**
Dalci Mendes Almeida					2		**2**						1	**1**	**3**
Ana Maria Roux V. Coelho Cesar		1					**1**			1			1	**2**	**3**
Márcia Maria dos Santos B. Espejo			1				**1**		1					**1**	**2**
Lauro Brito de Almeida							**0**	1				1		**2**	**2**
José Carlos Tiomatsu Oyadomari			1				**1**						1	**1**	**2**
Gilberto Perez							**0**			1			1	**2**	**2**
Gilberto de Andrade Martins			1				**1**			1				**1**	**2**
Emanuel Junqueira							**0**			1		1		**2**	**2**
Andson Braga de Aguiar				1			**1**						1	**1**	**2**
TOTAL	**0**	**3**	**4**	**1**	**3**	**2**	**13**	**1**	**2**	**5**	**0**	**3**	**6**	**17**	**30**

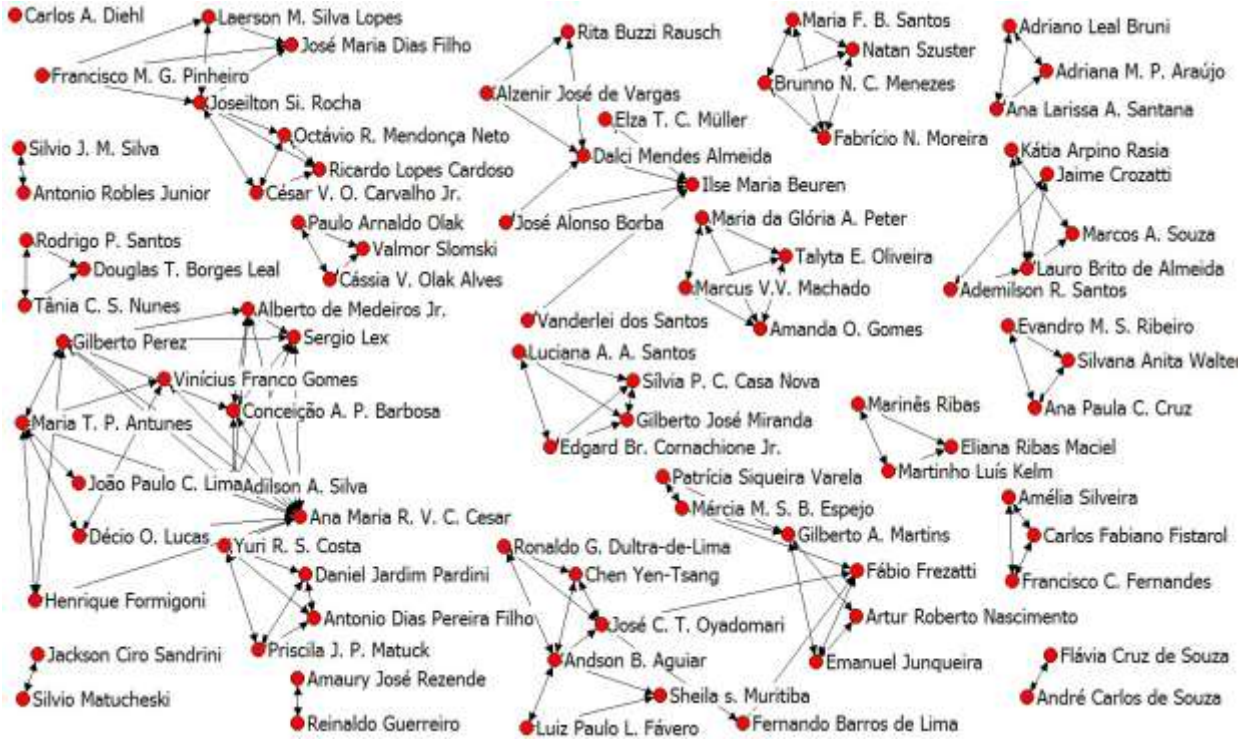
Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Ainda, percebe-se que o ano com maior quantidade de publicações por autor no ANPCONT foi o de 2009, com quatro trabalhos aprovados. Isso apenas na terceira edição do encontro. Ressalta-se, também, que dentre os períodos e autores analisados, apenas em 2011 foi publicado mais de um trabalho pelo mesmo autor. Enquanto isso, no EnANPAD não foi observado nenhuma repetição anual, no que se refere à publicação por autor. Embora os anos de maior relevância tenham sido os de 2009 e 2012.

A Figura 2 demonstra como os autores se relacionam, ou seja, quais os vínculos de publicação foram notados. É relevante a demonstração da rede de cooperação, tendo em vista que nos congressos analisados, há uma preferência por publicação de trabalhos

em grupos. Por isso, também, é importante observar de qual maneira os autores se relacionam, com quem costumam desenvolver seus estudos.

Figura 2 - Redes de cooperação entre os autores do ANPCONT e EnANPAD



Fonte: Dados da pesquisa (2012).

A rede apresentou baixa densidade, 0,034, demonstrando laços fracos (quanto mais próximo de zero menos conectada é a rede). A centralidade dos atores na rede demonstrou que a autora Ana Maria Roux Valentini Coelho Cesar apresentou maior centralidade com 12 laços, em segundo lugar o autor Gilberto Perez com 8 laços, depois a autora Maria Thereza Pompa Antunes com 7 laços, com 6 laços os autores, Ilse Maria Beuren, Dalci Mendes Almeida e Joseilton Silveira da Rocha. Os demais autores apresentaram menos de 6 laços cada um.

A rede de cooperações demonstra que há apenas um caso de trabalho individual, o pesquisador Carlos Alberto Diehl não apresentou colaborador, por isso não participa da rede. Essa informação pode ser confirmada na Tabela 2 cuja apresentação de único autor ocorreu na edição de 2007 do evento EnANPAD e na Figura 1, onde a UNISINOS não faz parte da rede. Contudo, os demais autores foram distribuídos a fim de facilitar a ligação com os demais, sendo que os com maiores quantidades de relações tenderam a ficar centralizados. É possível notar que há grupos que não costumam interagir com outros, ou

seja, há certa preferência em manter as ligações apenas entre os mesmos pesquisadores.

Ligações entre dois autores são chamadas díades, deste tipo, no ANPCONT, foram desenvolvidos seis trabalhos. Enquanto no EnANPAD, foram cinco. Entretanto, foi notada preferência por tríade, ou seja, desenvolvimento de trabalho em grupo de três pesquisadores. Essa informação pode ser constatada tanto na Figura 2, quanto na Tabela 2, cuja representação dessa forma foram observada em nove artigos, no evento de Contabilidade e cinco, no de Administração. Em termos percentuais, pode-se dizer que 30,56% dos trabalhos totais da amostra foram desenvolvidos em grupos de dois autores, enquanto 38,89% foram em grupos de três autores.

4.3 FOCO DOS ARTIGOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com o intuito de averiguar o foco dos artigos escolhidos, buscaram-se as palavras-chaves descritas em cada trabalho. A Tabela 7 demonstra os resultados encontrados.

Tabela 7 - Palavras-chaves no ANPCONT

EVENTO	PALAVRAS-CHAVES	ANO						∑	%
		2007	2008	2009	2010	2011	2012		
ANPCONT	Controladoria	3	1	2		1	1	**8**	**10,53%**
	Controle orçamentário				1		1	**2**	**2,63%**
	Produção científica				1	1		**2**	**2,63%**
	Ciências contábeis				1			**1**	**1,32%**
	Contabilidade			1				**1**	**1,32%**
	Controladoria e gestão			1				**1**	**1,32%**
	Ensino e pesquisa em controladoria					1		**1**	**1,32%**
	Pesquisa					1		**1**	**1,32%**
	Pesquisa contábil	1						**1**	**1,32%**
	TOTAL	**9**	**5**	**23**	**11**	**13**	**15**	**76**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Os artigos do ANPCONT apresentaram 76 palavras-chaves, sendo que Controladoria apareceu em 10,53% destes; Controle orçamentário e Produção científica em dois e as outras 64 foram citadas apenas uma vez. Desta forma, pode se inferir que existe uma diversificação de assuntos, uma vez que as palavras-chave evidenciam o

principal foco do estudo. Não foi possível comparar os resultados com o EnANPAD, visto que nos trabalhos deste evento não possuem palavras-chaves. A Tabela 8 descreve a análise da fundamentação teórica apresentada pelos artigos analisados, por meio dessas informações procurou-se evidenciar quais as principais abordagens teóricas tratadas.

Tabela 8 - Temas abordados no ANPCONT e no EnANPAD

EVENTO	TEMAS ABORDADOS	ANO						∑	%
		2007	2008	2009	2010	2011	2012		
ANPCONT e EnANPAD	Controladoria: conceito e funções	2	1	1		1		**5**	**4,10%**
	Ensino e pesquisa em contabilidade					3		**3**	**2,46%**
	A disciplina de controladoria e as demais disciplinas					1		**1**	**0,82%**
	Alinhamento das visões das áreas de controladoria e RH na gestão do capital intelectual			1				**1**	**0,82%**
	Atuação estratégica das áreas de controladoria e RH			1				**1**	**0,82%**
	Controladoria com funções e atividades						1	**1**	**0,82%**
	Controladoria e gestão como prática social					1		**1**	**0,82%**
	Controladoria e instrumentos de controle						1	**1**	**0,82%**
	Controladoria e os modelos de gestão pública						1	**1**	**0,82%**
	Controladoria e sistemas de informações	1						**1**	**0,82%**
	Controladoria em instituições financeiras			1				**1**	**0,82%**
	Controladoria na gestão pública: avaliação de desempenho e *accountability*			1				**1**	**0,82%**
	Papel da controladoria como agente de mudança organizacional			1				**1**	**0,82%**
	Publicação científica permanente da área de ciências contábeis				1			**1**	**0,82%**
	TOTAL	**3**	**1**	**6**	**1**	**6**	**3**	**20**	**16,39%**
	TOTAL DA AMOSTRA	**29**	**12**	**30**	**10**	**21**	**20**	**122**	**100%**

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

De um total de 122 temas abordados na amostra escolhida, apenas 16 tratavam de Controladoria, sendo destas somente cinco eram exclusivamente sobre o tema, ou

seja, 4,10% da amostra, isso porque conceituação de controladoria foi abordada de várias formas.

Também foi percebida a intenção de conceituar ensino e pesquisa em contabilidade, especificamente controladoria, bem como pesquisa científica na área. A observação dos três artigos que abordavam esse assunto representa 2,46% da amostra. Os resultados obtidos permitiram notar que as 20 fundamentações teóricas selecionadas, o que corresponde a 16,39% da amostra, fazem alguma referência seja à controladoria (ou contabilidade), seja à produção acadêmica.

4.4 MÉTODOS E TIPOLOGIAS DE PESQUISA UTILIZADAS

A Tabela 9 representa como os artigos foram produzidos. Quais as metodologias utilizadas. Buscou-se identificar, em cada trabalho, como os autores descreviam. Aqueles os quais não há nitidez na definição foram classificados como “não identificado”. Também, está dividida por evento, por ano e ao final é apresentado somatório. Além disso, é retrata os tipos de pesquisa, qual método utilizado, classificação quanto ao delineamento ou procedimento de pesquisa e a forma como os dados foram coletados. Cabe frisar que um artigo pode apresentar mais de uma forma de levantamento de dados.

Tabela 9 - Procedimentos e Métodos utilizados nas pesquisas no ANPCONT

Evento	Dados da Pesquisa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	∑	%
ANPCONT	**TIPO DE PESQUISA**								
	Descritiva	1	1	2	0	3	3	**10**	45,45%
	Exploratória	1	1	2	0	1	2	**7**	31,82%
	Explicativa	0	0	0	0	0	0	**0**	0,00%
	Não identificado	0	0	2	3	0	0	**5**	22,73%
	TOTAL	**2**	**2**	**6**	**3**	**4**	**5**	**22**	**100,00%**
	EMPREGO DE MÉTODO								
	Qualitativo	0	0	1	2	2	2	**7**	29,17%
	Quantitativo	2	0	2	2	1	1	**8**	33,33%
	Ambos	0	2	0	0	0	0	**2**	8,33%
	Não identificado	0	0	2	3	1	1	**7**	29,17%
	TOTAL	**2**	**2**	**3**	**4**	**3**	**3**	**24**	**100,00%**

Evento	Dados da Pesquisa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	∑	%
	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS QUANTO AO DELINEAMENTO OU PROCEDIMENTO								
	Bibliográfica	0	0	2	0	1	2	**5**	18,52%
	Pesquisa de campo	1	0	0	1	0	1	**3**	11,11%
	Estudo de caso	0	0	2	0	1	1	**4**	14,81%
	Levantamento (*survey*)	1	1	2	0	1	1	**6**	22,22%
	Pesquisa documental	1	0	1	1	3	1	**7**	25,93%
	Pesquisa-ação	0	0	1	1	0	0	**2**	7,41%
	TOTAL	**3**	**1**	**8**	**3**	**6**	**6**	**27**	**100,00%**
	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS QUANTO ÀS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS								
	Questionário	1	1	4	2	0	2	**10**	43,48%
	Entrevista	0	1	2	2	1	2	**8**	34,78%
	Não identificado	1	0	0	1	2	1	**5**	21,74%
	TOTAL	**2**	**2**	**6**	**5**	**3**	**5**	**23**	**100,00%**

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Conforme a Tabela 9, em relação ao tipo de pesquisa apresentada, dentre os artigos aceitos no ANPCONT, é notável a preferência pela descritiva, seguida da explorativa. Em nenhum momento foi apresentado modelo explicativo. Ainda, cinco estudos não descreveram a maneira como foi embasados. O segundo critério para caracterização foi o emprego do método utilizado, cujo no primeiro evento, houve preferência por análise quantitativa dos dados coletados. Muito embora seja importante ressaltar que não se trata de notável preferência, tendo em vista que a diferença é de apenas um trabalho para aqueles cuja análise foi sob a ótica qualitativa. Além disso, dois artigos apresentaram as duas metodologias. O terceiro critério de caracterização foi quanto ao delineamento ou procedimento. Os três principais métodos foram respectivamente pesquisa documental, levantamento (ou *survey*) e pesquisa bibliográfica. Por fim, buscou-se apurar qual a forma de coleta de dados mais utilizada, ou seja, se por meio de entrevista ou questionário (maneira como foi constatada ser a preferida entre os autores).

Tabela 10 - Dados de pesquisa dos artigos aceitos sobre controladoria no EnANPAD

EVENTO	Dados da Pesquisa	2007	2008	2009	2010	2011	2012	∑	%
ENANPAD	**TIPO DE PESQUISA**								
	Descritiva	2	0	1	0	3	3	**9**	45,00%
	Explorativa	2	1	1	0	2	1	**7**	35,00%
	Explicativa	0	0	1	0	1	0	**2**	10,00%
	Não identificado	2	0	0	0	0	0	**2**	10,00%
	TOTAL	**6**	**1**	**3**	**0**	**6**	**4**	**20**	**100,00%**
	EMPREGO DE MÉTODO								
	Qualitativo	2	0	1	0	2	0	**5**	31,25%
	Quantitativo	1	1	1	0	2	3	**8**	50,00%
	Não identificado	2	0	1	0	0	0	**3**	18,75%
	TOTAL	**5**	**1**	**3**	**0**	**4**	**3**	**16**	**100,00%**
	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS QUANTO AO DELINEAMENTO OU PROCEDIMENTO								
	Bibliográfica	4	0	1	0	0	0	**5**	22,73%
	Pesquisa de campo	0	1	1	0	0	1	**3**	13,64%
	Estudo de caso	3	0	0	0	0	0	**3**	13,64%
	Levantamento (*survey*)	1	0	2	0	2	2	**7**	31,82%
	Pesquisa documental	2	0	1	0	0	0	**3**	13,64%
	Pesquisa-ação	0	0	1	0	0	0	**1**	4,55%
	TOTAL	**10**	**1**	**6**	**0**	**2**	**3**	**22**	**100,00%**
	CLASSIFICAÇÃO DOS ARTIGOS QUANTO ÀS TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS								
	Questionário	2	1	1	0	2	3	**9**	60,00%
	Entrevista	2	0	0	0	0	0	**2**	13,33%
	Não identificado	2	0	2	0	0	0	**4**	26,67%
	TOTAL	**6**	**1**	**3**	**0**	**2**	**3**	**15**	**100,00%**

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Enquanto isso, na Tabela 10, no EnANPAD as duas primeiras tipologias apresentaram em semelhante relevância, tendo em vista que mantiveram a ordem de preferência. Cabe salientar que foram apresentados dois trabalhos com caráter explicativo e outros dois sem classificação. Não obstante, em termos de metodologia, percebeu-se que metade da amostra foi classificada de forma quantitativa. Neste evento não houve

descrição dos dois métodos em um mesmo estudo. Em relação à terceira forma de análise, há predominância pelo método de levantamento (ou *survey*), seguido pela pesquisa bibliográfica; uma vez que juntos representam mais da metade das formas utilizadas nesse evento. Por fim, o resultado do último critério concorda com o encontrado no ANPCONT, uma vez que também notou-se clara preferência pelo questionário em relação à entrevista.

4.5 REFERÊNCIAS CITADAS PELOS AUTORES

Em relação às referências bibliográficas, analisou-se em cada artigo, de ambos eventos a que nesse artigo foi proposto analisar, cada uma das informações contidas, divulgadas pelos respectivos autores, na seção cabida e caracterizadas quanto a origem da fonte e nacionalidade desta.

Tabela 11 - Referências bibliográficas dos artigos aceitos sobre controladoria

EVENTO	ANO	L	P	A	I1	T	D	O	∑	N	I2
ANPCONT	**2007**	16	1	2	8	0	6	2	**35**	32	3
	2008	23	16	6	4	2	2	0	**53**	33	20
	2009	64	58	12	7	4	7	4	**156**	80	76
	2010	21	62	2	6	1	0	0	**92**	28	64
	2011	43	38	5	8	4	4	4	**106**	76	30
	2012	46	63	1	23	5	3	4	**145**	68	77
	∑	**213**	**238**	**28**	**56**	**16**	**22**	**14**	**587**	**317**	**270**
ENANPAD	**2007**	87	31	11	13	2	4	1	**149**	111	38
	2008	19	19	0	3	0	0	0	**41**	19	22
	2009	60	52	13	0	4	4	1	**134**	91	43
	2010	0	0	0	0	0	0	0	**0**	0	0
	2011	71	52	7	7	6	4	2	**149**	84	65
	2012	47	46	2	2	5	1	1	**104**	47	57
	∑	**284**	**200**	**33**	**25**	**17**	**13**	**5**	**577**	**352**	**225**
∑		**497**	**438**	**61**	**81**	**33**	**35**	**19**	**1164**	**669**	**495**

Fonte: Dados da pesquisa (2012).

Nota: “L” correspondem às referencias bibliográficas de livros, enquanto que “P” são os periódicos descritos. Ainda, “A” são os anais, “I1” são as bibliografias de sites na internet. “T” e “D” são as teses e dissertações de trabalhos. “O” diz respeito a outros, ou seja, quando a referência não foi caracterizada em nenhuma das opções anteriores. O símbolo de somatório, “∑”, foi utilizado para designar os totais. Ainda, “N” e “I2” foram utilizados para designar produções nacionais e internacionais, respectivamente.

Observa-se na Tabela 11 que há preferência por livros e periódicos em ambos eventos. Conforme Bastos e Beuren (2010), já há publicados estudos sobre comunicação científica a respeito de controladoria, com a finalidade de levantar, analisar e caracterizar o conservadorismo quanto às referencias bibliográficas consultadas. Constatou-se que estes dois veículos são os que mais são utilizados como fonte de pesquisas científicas, tendo em vista os resultados apresentados na Tabela 11, em que 42,70% das bibliografias consultadas correspondem aos livros, enquanto 37,68% são os periódicos.

Não obstante, em relação à origem das referencias consultadas, é percebida preferência pelas obras nacionais, haja vista que representa 57,47% da amostra (em termos gerais). Entretanto, quando analisado anualmente, é possível notar que referências internacionais têm ganhado atenção e ocupado espaço; comprova-se isso, por exemplo, na edição do ANPCONT de 2010, em que 69,57% das bibliografias consultadas eram estrangeiras. Contudo, no EnANPAD também há demonstração que corrobora com a ideia, uma vez que a última edição (no ano 2012), 54,81% das obras consultadas eram internacionais. Esse aumento pela internacionalização das bibliografias pode ser explicado tanto por ser vantagem, do ponto de vista relevante e notoriedade, apresentar publicações no idioma original estrangeiro nas referencias, quanto por se tornar comum e fácil difundir conhecimento atualmente.

Outro dado que se obteve durante a pesquisa, foi o número de referências em cada artigo selecionado. Enquanto o maior número de referências no ANPCONT foi em 2012, com 49 obras citadas; o do EnANPAD foi em 2011,com 61. Com o mesmo levantamento, também foi possível perceber que no primeiro ano do evento da contabilidade foi quando percebeu-se o menor número de referências, ou seja, 17. Contudo, no EnANPAD, o pior resultado foi em 2009, com 18 consultas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou definir padrões de perfil de pesquisadores científicos na área de Contabilidade, mais especificamente, em Controladoria. Para tanto, valeu-se

dos anais dos congressos nacionais ANPCONT e EnANPAD, no período de 2007 a 2012. Com a finalidade de demonstrar os resultados, foi feito estudo de campo e levantamento de dados sob aspectos quali e quantitativos, por meio de métodos exploratórios e descritivos.

De um total de 5.845 artigos sobre Controladoria em ambos eventos, foram selecionados para a amostra apenas 36, sendo 21 no evento da contabilidade, quantidade de artigos encontrados pela delimitação de pesquisa com o termo de interesse no título, no resumo ou nas palavras-chaves. Ainda, essa preferência pelo evento de contabilidade pode ser explicada tendo em vista que os autores são incentivados a desenvolver o evento que melhor corresponde ao tema. Também é necessário destacar não só que o ano de 2009 foi um marco para o ANPCONT, uma vez que representou o auge de publicações por edição, além de apresentar autores com mais de um trabalho aceito, mas também que em 2010 o EnANPAD não apresentou nenhum trabalho aceito (conforme os termos de busca definido) e em nenhuma edição foi percebida mais de uma publicação pelo mesmo autor.

Em relação ao perfil dos autores, verificou-se que há maioria de autores do gênero masculino (62,62%). Além disso, tendo em vista que o evento da administração só aceita publicação de autores vinculados a programas de pós-graduação, ou seja, não há incidência de graduandos nos trabalhos submetidos. Não obstante, isso faz com que a amostra fique concentrada naqueles que possuem titulação doutor (55,56%) ou doutorando (que juntos somam 63,55%).

O estudo também apresentou as instituições de ensino às quais os autores estão vinculados, além da rede de cooperação entre autores e instituições. Constatou-se que a USP é referência em termos de pesquisa científica, sobre controladoria, uma vez que representa quase 30% do total de publicações da amostra, enquanto as duas instituições que a precedem, juntas não somam 25%.

Foi observada, na amostra, preferência em desenvolvimento de trabalhos em duplas (30,56%) e trios (38,89%). Desses grupos, percebeu-se tendência em não haver alterações ou mesmo interações com outros autores, de outras instituições; o que mais repetiu foram grupos fechados que trabalham juntos. Concorda com essa informação o resultado da rede de cooperação entre autores, visto que foi notada baixa densidade (0,034), ou seja, laços fracos. A centralidade dos atores na rede demonstrou que a autora Ana Maria Roux Valentini Coelho Cesar apresentou maior centralidade com 12 laços.

Quando analisado o foco de pesquisa, contatou-se 76 palavras-chaves na amostra delimitada, sendo que controladoria correspondeu a 10,53% dos trabalhos, ou seja, apareceu oito vezes. Concluiu-se pertinente salientar que foram analisados apenas os resultados do ANPCONT, uma vez que os trabalhos apresentados no EnANPAD não informaram as palavras-chaves. Em relação ao referencial teórico abordado, optou-se por unificar as demonstrações de resultado, uma vez que não se percebeu quantidade significativa para que fosse separado. Ainda, dos 122 assuntos abordados, exclusivamente controladoria repetiu-se apenas cinco vezes, o que representa 4,10% da amostra.

Buscou-se identificar, em cada trabalho, a forma como eram descritos pelos autores. Aqueles os quais não há nitidez na definição foram classificados como “não identificado”. A análise apresentou resultados para o ANPCONT com preferência pela descritiva, seguida da exploratória. O segundo critério para caracterização foi o emprego do método utilizado, cujo evento em questão, houve preferência por análise quantitativa dos dados coletados. O terceiro critério de caracterização foi quanto ao delineamento ou procedimento. Os três principais métodos foram respectivamente pesquisa documental, levantamento (ou *survey*) e pesquisa bibliográfica. Por fim, averiguou-se qual a forma de coleta de dados mais utilizada, e ficou constatado que é o questionário.

Enquanto isso, para o EnANPAD, duas primeiras tipologias apresentaram em semelhante relevância, em relação ao evento anterior. Em termos de metodologia, se observou não só que metade da amostra foi classificada de forma quantitativa, mas também que neste evento não houve descrição dos dois métodos em um mesmo estudo. Em relação à terceira forma de análise, há predominância pelo método de levantamento (ou *survey*), seguido pela pesquisa bibliográfica. Por fim, o resultado do último critério concorda com o encontrado no ANPCONT, uma vez que também se notou clara preferência pelo questionário.

Em relação às referências bibliográficas, constatou-se que ainda são preferidos livros e periódicos para realizar pesquisa científica. Entretanto, o que chamou a atenção foi a notoriedade que vêm apresentado as referencias estrangeiras. Isso é visto positivamente, uma vez que contribui não só para agregar e difundir conhecimento, mas também porque é visto de maneira positiva pelas bancas que analisam e aceitam a publicação dos artigos, uma vez que acarreta em notoriedade tanto para os autores que consultaram, quanto às instituições de ensino às quais estes estão vinculados.

A contribuição deste estudo está circunstanciada na evidenciação de características da produção científica sobre o tema controladoria nos anais de eventos científicos realizados com o aval da CAPES, em termos de qualificação científica, que reúne inúmeros pesquisadores e temas nas áreas de administração e contabilidade e que possuem relevância na produção científica brasileira. Os perfis evidenciados podem ser consultados e seguidos por pesquisadores futuros desta temática, bem como acadêmicos e profissionais das diversas áreas inerentes à gestão empresarial. Sugestões de pesquisas futuras seguem, principalmente, na ampliação da amostra, bem como de pesquisas empíricas sobre a temática.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. B.; PARISI, C.; PEREIRA, C. A. Controladoria. In: CATELLI, A. (coord.) **Controladoria:** uma abordagem da gestão econômica (GECON). São Paulo: Atlas, 2009. p. 344-345.

ARAUJO, E. A. T.; OLIVEIRA, V. C.; SILVA W. A. C. Estudo bibliométrico da produção científica sobre contabilidade gerencial. In: **Semana acadêmica – Empreendedorismo e inovação, XII**. FEA/USP. São Paulo. 27 e 28/ago. 2009.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - ANPAD. 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?cod_evento_edicao=58>. Acesso em: 28 nov. 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE – ANPCONT. 2012. Disponível em: **<**http://www.anpcont.com.br/site/secao.php?id=8&nome_secao=Congressos>. Acesso em: 28 nov. 2012

BALLVERDÚ, J. S.; MACHADO, D. G.; BIANCHI, M. O perfil da produção científica em controladoria: um estudo dos principais periódicos em contabilidade no período de 2001 a 2010. **Revista do CRCRS**. n. 146, p. 46-59, dez. 2011.

BASTOS, E. C.; BEUREN, I. M. Inserção da Controladoria em Artigos Publicados em Eventos Científicos Nacionais. **Revista de Contabilidade da UFBA**. v. 4, n. 1, 2010.

BASTOS, E. C.; HEIN, N.; FERNANDES, F. C. Inserção da controladoria em artigos publicados em eventos científicos nacionais. In: SEGeT, III, 2006, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: SEGeT, 2006.

BIANCHI, M. **A Controladoria como um mecanismo interno de governança corporativa e de redução dos conflitos de interesse entre principal e agente.** 159p. Dissertação (Mestrado em Contabilidade). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

BRASIL. **Produção Científica**. Portal Brasil - Ciência e tecnologia. 2010. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/sobre/ciencia-e-tecnologia/fomento-e-apoio/producao-cientifica>. Acesso em: 26 nov. 2012.

CATELLI, A., PEREIRA, C. A. e VASCONCELOS, M. T. C. Processo de gestão e sistemas de informações gerenciais. In: CATELLI, A. (coord.). **Controladoria:** uma abordagem da gestão econômica (GECON). São Paulo: Atlas, 2009.

DE LUCA, M. M. M. *et al*. Associação de modelos de sucesso profissional e gênero entre graduandos de Ciências Contábeis. In: ANPCONT, V, 2011, Vitória. **Anais**... Vitória: ANPCONT, 2011.

GONZÁLEZ, C. L. Producción científica en contabilidad: el caso de España (1992-2002). **Revista española de financiación y contabilidad**, v. 34, n. 125, p. 363-393, abr./jun., 2005.

LOPES, A. C*. et al.* Organizar – O primeiro passo para o controle empresarial. In: **Revista Ciências Empresariais**, Ano II, n. 3 ago./dez., 2008.

MORIKI, A. M. N.; MARTINS, G. A. Análise do referencial bibliográfico de teses e dissertações sobre contabilidade e controladoria. In: 3º CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2003. **Anais**... São Paulo: USP, 2003.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional**: conceitos, estrutura, aplicação. São Paulo: Thomson, 2005.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade** teoria e prática**.** São Paulo: Atlas, 2012. p. 76-97.

THEÓPHILO, C. R. Pesquisa científica em contabilidade: desenvolvimento de uma estrutura para subsidiar análises crítico-epistemológicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS. 2007, Gramado. **Anais**... Gramado: ANPCONT, 2007.

TUNG, N. H. **Controladoria financeira das empresas**: uma abordagem prática. 6 ed. São Paulo: Univ.-Empresa, 1980.



FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: UM ESTUDO SOBRE O COMPORTAMENTO FINANCEIRO DOS ALUNOS DE GRADUAÇÃO DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DE UMA FACULDADE PARTICULAR DE PORTO ALEGRE

MOROSSIMO, Joice do Carmo

RESUMO

A facilidade de acesso ao crédito, a falta de uma cultura de educação financeira e a conturbada vida que nos dias de hoje, aliada a uma gama cada vez maior de tentações de consumo, têm causado constantes problemas de endividamento da população em geral. A área de finanças comportamentais vem ganhando espaço não apenas no mundo acadêmico, mas também em empresas e organizações, que cada vez mais sentem a necessidade de compreender os fatores que causam esse crescente aumento de endividamento, relacionando, em sua teoria, os aspectos sociais, psicológicos e financeiros de cada indivíduo. Esse trabalho pretende identificar e entender o comportamento financeiro dos alunos do curso de administração e ciências contábeis de uma faculdade privada, como eles enxergam os fatores que causam o maior endividamento pessoal e observam essa mesma premissa na população em geral. Para esse estudo, foi elaborado um questionário e distribuído entre alunos dos cursos de administração e ciências contábeis de uma faculdade particular de Porto Alegre, cujo resultado servirá de base para o referido artigo. Espera-se que esse estudo consiga demonstrar a importância de se estudar o comportamento psicológico dos indivíduos em suas tomadas de decisões, bem como divulgar o assunto para que mais pessoas tenham interesse nesse novo campo de estudo.

Palavras-chave: finanças comportamentais, tomada de decisões e endividamento.

ABSTRACT

The easiness for accessing credit, the lack of a financial education culture and the troubled life that we have these days, along with a growing range of consuming temptations, has caused constant debt problems to the general population. The study field of behavioral finance has been gaining ground not only in the academic environment, but also in companies and organizations who increasingly feel the need to understand the reasons that cause this increasing debt, related to, in its theory, the social, psychological, and financial

aspects of each individual. This work intends to identify and understand the financial behavior of graduate students in Business Administration and Accounting Sciences courses from a private college, how they perceive the reasons that cause increasing personal debt and how they observe this same premise in the general population. For this study, a questionnaire was prepared and applied to several students, whose outcome will be the basis for an article. It is expected that this work can demonstrate the importance of studying the psychological behavior of people in their decision making processes, as well as spread this matter so that more people may become interested in this new study field.

Keywords: financial behavior, decision making, indebtedness.

1 INTRODUÇÃO

O elevado poder de compra, o crescente aumento da renda dos indivíduos e a falta de educação financeira fizeram com que os jovens brasileiros não estivessem preparados para o novo modelo de economia e poder aquisitivo vivenciado hoje em nosso país. Para Cerbasi (2003), o endividamento pessoal não está diretamente ligado à renda do indivíduo, mas sim à maneira como ele utiliza sua renda e como controla seu orçamento doméstico, não planejando os objetivos a serem realizados a curto, médio e longo prazo, ou seja, falhando em administrar melhor suas receitas e despesas.

Um dos maiores responsáveis por esses dados é o indivíduo de baixa renda. Embora haja o crescimento e estabilidade da renda e o aumento da oferta de trabalho, o indivíduo de baixa renda não consegue regularizar seu orçamento, e passa a contrair novas dívidas – e, pior, não sabe como sair desse círculo que está formado. Como afirmam Ponchio e Aranha (2007), tratando-se de um segmento que possui baixos níveis de escolaridade e renda, é possível questionar o raciocínio que esses consumidores possuem diante da contratação de crédito para o consumo.

Outro fator que contribui para o endividamento é o significativo crescimento na sofisticação e a constante inovação dos produtos financeiros oferecidos ao público, em conjunto com as mudanças socioeconômicas e tecnológicas. Além desses fatores, não podemos deixar de ressaltar a falta de uma educação financeira sólida para os jovens e adolescentes, que já constituem boa parte da parcela de consumidores.

De acordo com Kiyosaki e Lechter (2000, p. 13).

> [...] a falta de instrução financeira nas escolas que nossos filhos freqüentam. Muitos dos jovens de hoje têm cartão de crédito antes de concluir o segundo grau e, todavia, nunca tiveram aulas sobre dinheiro e a maneira de investi-lo, para não falar da compreensão do impacto dos juros compostos sobre os cartões de crédito. Simplesmente, são analfabetos financeiros e, sem o conhecimento de como o dinheiro funciona, eles não estão preparados para enfrentar o mundo que os espera, um mundo que dá mais ênfase à despesa do que à poupança.

Diante desses fatos, a busca pela compreensão do comportamento do indivíduo e do processo de tomada de decisões referentes às escolhas financeiras torna-se

fundamental para entender o que está acontecendo com o poder de compra da população.

Essa busca é uma característica comum de muitas áreas de estudo, porém cada uma dessas áreas do conhecimento trata essa temática de acordo com o seu aspecto particular. Segundo Carmo (2005), Carneiro (2006) e Mankiw (2007), pode-se definir que as finanças comportamentais surgiram com o intuito de ser o campo de estudo das finanças que se dedica à análise da influência da psicologia na tomada de decisões financeiras do indivíduo, e o quanto os desvios de racionalidade são importantes para o entendimento dos fenômenos econômicos.

Segundo Mankiw (2007), a teoria econômica parte do princípio que os consumidores estão cientes de que suas escolhas são restritas pelos seus recursos financeiros, que o homem é sempre racional e maximizador dos lucros, dada a restrição a que o indivíduo está sujeito, e que pondera racionalmente seus custos e benefícios escolhendo sempre a melhor ação possível.

"Hebert Simon, um dos principais cientistas sociais a trabalhar na fronteira entre economia e psicologia, sugeriu que os humanos podem ser vistos não como maximizadores racionais, mas como *satisficeres*[1]" (MANKIW, 2007, p.489).

Segundo Kanuk e Shiffman (2000, p.69 apud MASLOW, 1943), os indivíduos possuem necessidades que devem ser satisfeitas de acordo com a chamada teoria da hierarquia das necessidades de Maslow.

Figura 1 - Pirâmide de Maslow



Fonte: http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/maslow.htm

[1] Consumidor que fica satisfeito quando encontra algo que é bom o suficiente.

a) necessidades básicas ou fisiológicas: são as necessidades mais instintivas do homem, relacionadas à sua própria sobrevivência, como a alimentação, o sono, o abrigo e o desejo sexual;
b) necessidades de segurança: quando as necessidades fisiológicas são satisfeitas, então o ser humano se volta para as necessidades de segurança. A segurança se transforma no objetivo de principal prioridade sobre outros. Uma sociedade tende a proporcionar esta segurança a seus membros;
c) necessidades sociais: necessidade de se viver em sociedade e conviver entre pessoas, de se relacionar;
d) necessidades de auto-estima: é o desejo de se ter o respeito dos outros, status, fama, reconhecimento e atenção das demais pessoas;
e) necessidades de auto-realização: são as que permitem a cada pessoa identificar seu próprio potencial e se autodesenvolver continuamente.

Conforme a Teoria de Maslow, o indivíduo procura atender a todas as suas necessidades pessoais e profissionais, buscando na motivação um meio de realizar seus objetivos.

Assim, as finanças comportamentais visam um aperfeiçoamento das finanças modernas, onde o lado irracional do homem também deve ser objeto de estudo para explicar suas tomadas de decisões financeiras.

O objetivo deste trabalho é analisar como estão as finanças dos alunos da graduação do curso de administração e ciências contábeis de uma faculdade particular de Porto Alegre e como eles percebem as tomadas de decisões nas necessidades de compra dos indivíduos da população, de acordo com os pressupostos apresentados pelas finanças comportamentais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Finanças comportamentais é um tema que vem ganhando destaque e reconhecimento. Seu grande diferencial é a aplicação da psicologia e da sociologia à economia para explicar as tomadas de decisões financeiras dos indivíduos Carmo (2005). As finanças comportamentais consideram que os indivíduos nem sempre agem racionalmente, pois estão propensos aos efeitos psicológicos envolvidos na mente humana. Para Da Fonte Neto e Carmona (2006), o tema principal é a analise e investigação de fatores comportamentais e psicológicos nos movimentos dos investidores e, conseqüentemente, do mercado financeiro.

Nesta linha, Carneiro (2006) afirma que Finanças é o estudo da ação humana, com suas fragilidades e falhas, dentro do mercado financeiro. Estas fragilidades e falhas estão ligadas aos processos que envolvem decisões, muito embora grande parte das decisões tomadas pelos investidores financeiros parta de processos enviesados. Isso significa que boa parte dos investidores toma decisões parcialmente racionais. As decisões quando processadas através da racionalidade exigem que as pessoas utilizem e todas as informações disponíveis de um modo lógico e sistemático, buscando através dos objetivos traçados obter o melhor resultado em suas ações, Zindel (2008).

Em 2002, Daniel Kahneman e Vernon Schmith foram laureados com o prêmio Nobel de Economia por seu trabalho relacionado às finanças comportamentais envolvendo a economia experimental (teste de modelos econômicos tidos como experimentais) e a psicologia cognitiva (análise do julgamento humano e da tomada de decisões). O trabalho dos autores discorre sobre o fato que a economia clássica assume que o indivíduo toma decisões de maneira racional, analisando previamente os princípios estatísticos e processando toda a informação disponível no mercado para tomar a decisão mais coerente possível, enquanto que a visão prevalecente na psicologia cognitiva é a que considera o indivíduo pelo lado mais humano, e não tão racional, onde fatores psicológicos e emocionais influenciam esse processo de tomada de decisões.

Kahnemann (1988) apresenta três importantes maneiras para a tomada de decisão dos indivíduos: a normativa, que tem como objetivo a solução racional do problema de decisão, definindo o modo ideal que as decisões devem se aproximar; a descritiva, que se preocupa com a maneira que as pessoas tomam as decisões; e a prescritiva, que busca oferecer ajuda para que as pessoas possam tomar decisões de forma racional.

Para Ferreira (2008), as condutas econômicas podem ser agrupadas de acordo com vários critérios, sendo eles: a quantidade, que pode ser individual ou coletiva; a qualidade da tomada de decisão, que se apresenta de forma racional ou irracional; a natureza, que trata das matérias, simbólicas ou mistas; o tempo de duração, que pode ser limitado ou não, curto ou longo; o ritmo repetitivo ou ocasional; as funções designadas como produção, investimento, troca, distribuição, consumo, uso e poupança; a organização; a orientação e o controle social.

Segundo Rogers, Ribeiro e Securato (2007), seria possível que erros no processo de tomada de decisão fossem eliminados, mas para isso o indivíduo que agisse dessa forma irracional deveria compreender os erros e não mais repeti-los nas decisões futuras.

Mas existem características do comportamento humano que limitam esse processo de aprendizado na tomada de decisão, tais como a dissonância cognitiva, o excesso de confiança, as discrepâncias entre atitude e comportamento e a ilusão do conhecimento.

Um dos vieses cognitivos, de acordo com Festinger (1957), é a dissonância cognitiva que busca ilustrar a maneira como lidamos com nossas incoerências e o desconforto psicológico que elas trazem. Para esse autor, há duas hipóteses básicas. A primeira é que a existência da incoerência ou dissonância cognitiva e o incômodo psicológico que ela provoca motivam a pessoa a procurar reduzi-la, na busca de realizar coerência ou consonância. E a segunda é que, quando a dissonância se manifesta, a pessoa, além de procurar reduzi-la, evita situações e informações que possam aumentar o nível de dissonância. O comportamento humano revela que muitos indivíduos apresentam excesso de confiança nas próprias habilidades de estimação, não levando em consideração a verdadeira incerteza que existe no processo. As pessoas acreditam que suas estimativas, em situações que envolvem incerteza, são mais precisas do que realmente são.

Tversky e Kahneman (1974) explicam este fenômeno de excesso de confiança como decorrente do fato das pessoas utilizarem suas estimativas iniciais como uma âncora, o que provoca um viés em suas estimativas de intervalos de confiança. Os ajustamentos das âncoras iniciais são insuficientes, levando a intervalos de confiança pequenos demais. O excesso de confiança dos indivíduos em suas próprias habilidades é o fator mais comum, e com maior poder de catástrofe. Weinstein (1980) revelou que mais de 90% das pessoas fantasiam demais as suas habilidades e possibilidades, acreditando que podem fazer melhor do que realmente fazem. Quando se trata de investidores, a maioria considera a sua habilidade de vencer o mercado como acima da média.

As inconsistências ou discrepâncias entre atitude e comportamento são notadas por Wicker (1969). Para ele, é mais provável que as atitudes sejam não correlacionadas ou pouco relacionadas com a manifestação do comportamento do que muito relacionadas com o lado afetivo e emocional desse comportamento. Edwards (1964) propõe um problema baseado em probabilidades para demonstrar que os indivíduos têm um valor de referência que ancora suas percepções, levando-os a estabelecer estimativas conservadoras. Shefrin (2000) afirma que os analistas não revisam suficientemente suas estimativas para refletir novas informações.

A ilusão do conhecimento é outro fator que altera a capacidade de aprendizado dos indivíduos, pois eles têm a certeza de que quanto mais conhecimento tiverem sobre as finanças e a previsão do que ocorrerá futuramente, menor será a chance de cometerem algum erro, mas quando se trata de previsões futuras dificilmente é assertivo esse tipo de pensamento. Todavia, o número de informações não implica necessariamente numa maior possibilidade de se prever corretamente, pois pode acontecer de várias informações serem iguais às já existentes. Essa ilusão surge devido à crença que os indivíduos têm de poder influenciar eventos incontroláveis.

Segundo Kahnemann e Tversky (1979), a racionalidade econômica tradicional na tomada de decisões é questionável, pois quem toma decisões freqüentemente não avalia eventos incertos de acordo com a teoria da probabilidade. Os indivíduos são incapazes de analisar de modo completo quando devem tomar decisões baseadas em conseqüências futuras incertas. Desta forma, eles criam atalhos heurísticos ou princípios genéricos.

Conforme Lima (2003), esses atalhos heurísticos são: os seres humanos cometem erros por acreditar em suposições; a forma ou a estrutura como o problema se apresenta influencia na tomada de decisão final; e, devido aos dois itens anteriores, teríamos então mercados ineficientes, ou seja, erros e estruturas diferentes afetam os preços estabelecidos pelo mercado.

Outro fator importante para entender melhor o processo de tomada de decisões do indivíduo é a busca por compreender o comportamento do consumidor, uma vez que ele é influenciado por processos mercadológicos em suas variáveis externas, como classe social, cultura e grau de informação.

3 PESQUISA APLICADA

Para a realização do trabalho foi desenvolvida uma pesquisa quantitativa através de um questionário on-line do Google Search, que foi distribuído virtualmente para 66 alunos dos cursos de graduação em Administração e em Ciências Contábeis de uma faculdade particular de Porto Alegre. Cada aluno, através de seu e-mail, acessou o link que levava ao questionário. O questionário trazia perguntas sobre as finanças pessoais de cada indivíduo, seu comportamento em relação às compras e suas percepções sobre a tomada de decisões da população em geral. A identidade dos alunos foi preservada, tentando assim obter a resposta mais verdadeira possível. Para Malhotra (2001), uma pesquisa, para ser objetiva, deve ser realizada de forma imparcial, de maneira que as

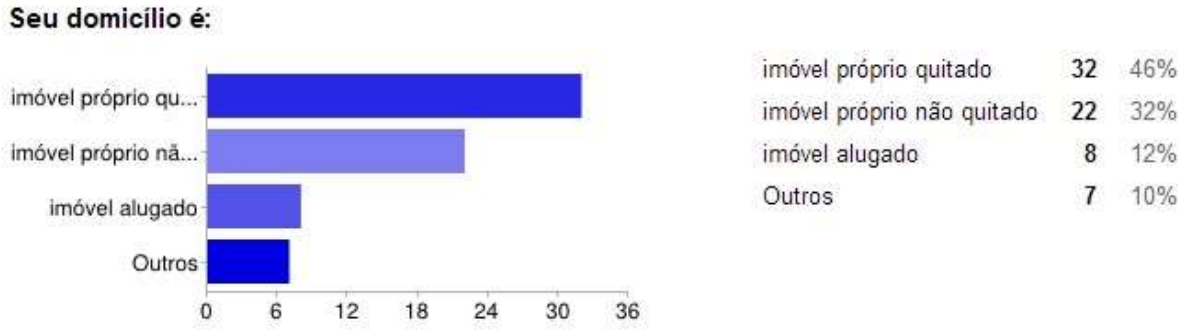
informações fornecidas sejam as mais verdadeiras possíveis, independentemente da relação entre o entrevistado e o entrevistador ou do tema apresentado.

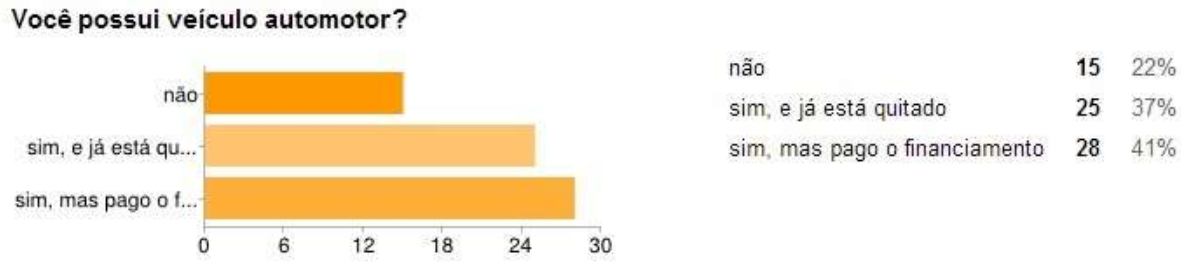
3.1 ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS

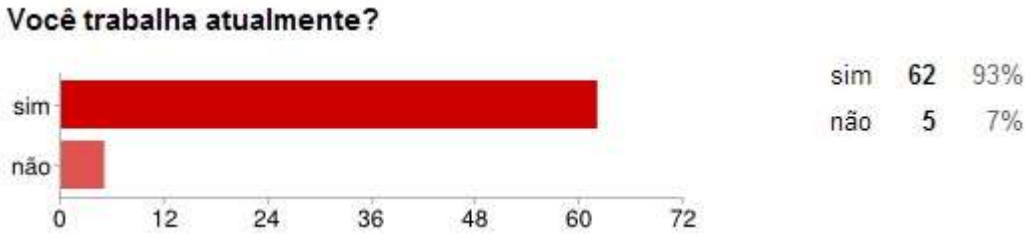
O questionário foi elaborado em três partes.

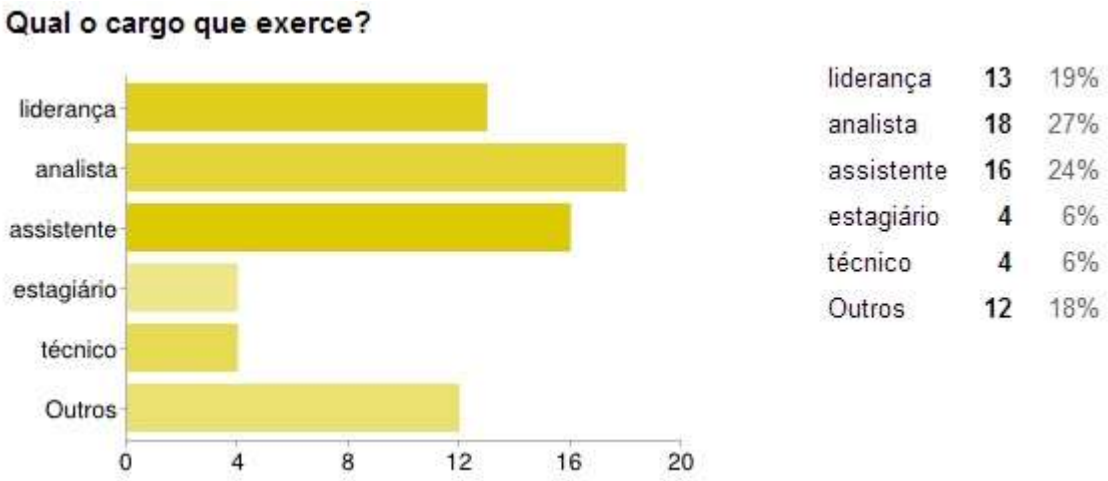
A primeira visava verificar como está a situação financeira dos alunos da graduação, buscando informações do tipo, idade, trabalho, bens e determinar o perfil quanto a seus gastos pessoais e o fator que mais influenciava nas suas tomadas de decisões financeiras.

Todos os gráficos a seguir foram obtidos a partir dos dados coletados pelo autor.









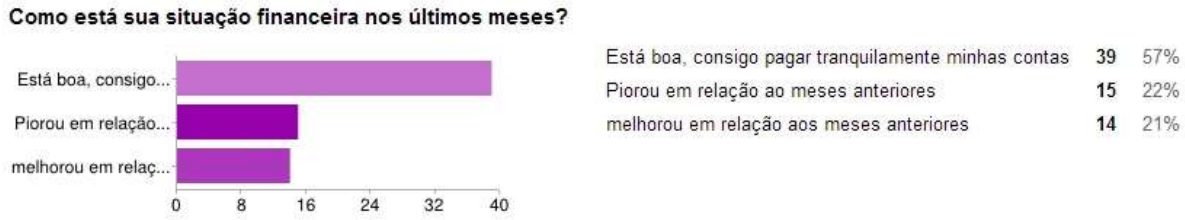
Conforme a coleta de dados, a média de idade dos alunos pesquisados é de 30 anos, a grande maioria já trabalhava e provia o pagamento de suas despesas e compras. Além disso, 46% possuem uma função de grande importância em sua organização, estabelecendo o cargo de liderança ou analista. Diante desses dados, é possível observar que a renda dos alunos está boa, e conforme as respostas apresentadas, eles estão conseguindo arcar com suas despesas mensais. Contudo, o número de entrevistados que possui algum tipo de dívida ou prestação é alto: 41% dos alunos ainda pagam o financiamento de seu veículo, e 44% pagam prestação do imóvel onde residem. Pode-se observar que uma grande parcela da renda está comprometida com moradia e transporte, e que é necessário um bom controle orçamentário para quitar essas despesas fixas mensalmente.

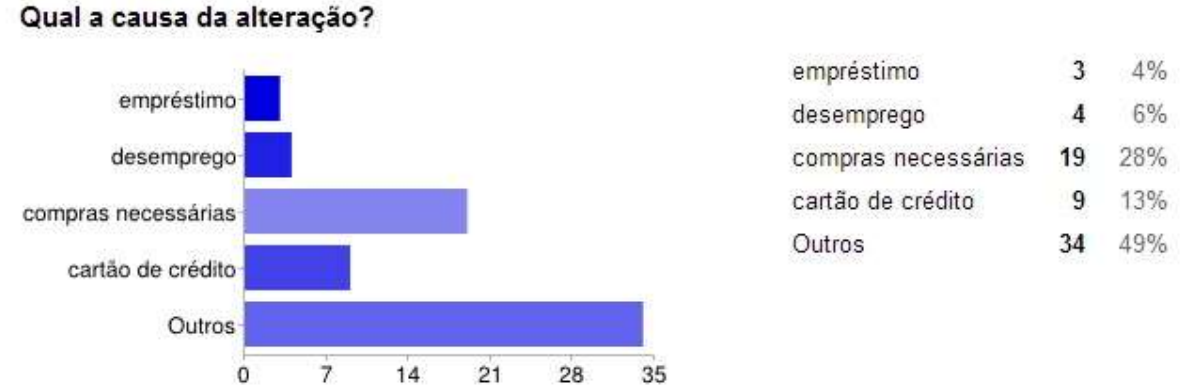
As futuras decisões de compra devem estabelecer um padrão de racionalidade, caso contrário poderá haver um possível endividamento. Segundo o site do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), houveram muitas mudanças no perfil do consumidor brasileiro. O fortalecimento da economia e as mudanças sociais fizeram com que a classe “C” adquirisse um significativo poder de compra, trazendo o surgimento de uma população mais jovem e consumista. O perfil dos alunos da graduação mostra esse quadro, pois a faculdade onde o questionário foi distribuído é composta por indivíduos das classes “B” e “C” e, segundo a mesma amostragem, por universitários jovens.

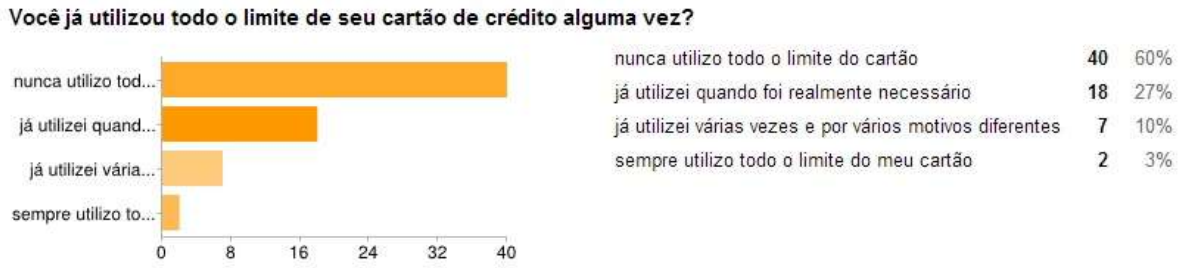


Quando o assunto é referente às compras de consumo, apesar de a grande maioria dos entrevistados já possuirem algum algum tipo de prestação com habitação e transporte, nota-se que 75% ainda fazem dívidas no cartão de crédito, comprometendo ainda mais a sua renda. Mas, referente a utilizar todo o limite do cartão, observa-se que 60% dos alunos responderam que não necessitaram utilizar esse recurso, conseguindo, nesse caso, manter um melhor controle orçamentário e demonstrando uma capacidade de gerir seus recursos de forma racional.

Por outro lado, 27% dos entrevistados já utilizaram todo o limite do cartão de crédito quando foi necessário fazer novas compras, e 13% utilizam sempre o limite, o que pode causar o endividamento caso não consigam pagar o valor total da fatura em função dos altíssimos juros cobrados. É importante lembrar que, conforme Cerbasi (2003), o endividamento não está ligado à renda, mas à maneira como a pessoa administra seus recursos. Na população brasileira em geral, há um crescente avanço em relação à utilização dos cartões de crédito e débito. A preferência pela utilização dos meios eletrônicos representa 58% das vendas em geral, ou seja, o brasileiro está mais adaptado a essa modalidade de compra. Com isso, a cobrança de juros caiu de 29% em 2011 para 26% em 2012.



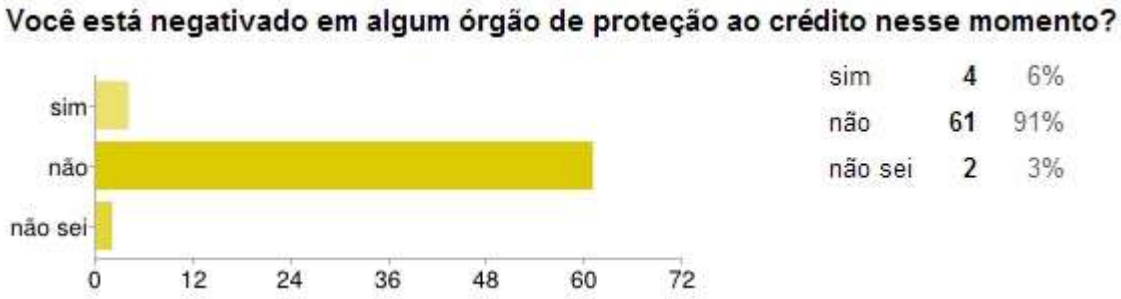




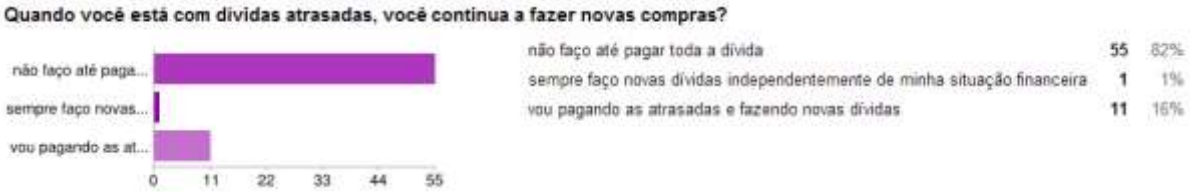
Conforme os dados acima apresentados, podemos observar que os alunos demonstraram ter uma boa educação financeira, e suas tomadas de decisões estão ocorrendo de forma racional. Utilizando seus recursos disponíveis para atingir objetivos, 57% conseguem pagar suas contas de forma tranqüila, tendo ainda uma parcela de 21% que viram suas condições financeiras melhorarem em relação aos meses anteriores, sobrando para apenas 22% dos entrevistados uma piora de recursos financeiros.

Como motivo para esse quadro de alteração, os entrevistados relacionaram como fatores determinantes outras despesas que não se encaixam com gastos de cartão de crédito, empréstimos ou compras necessárias. Segundo Pinheiro (2008), indivíduos devidamente instruídos têm uma maior capacidade de lidar com questões financeiras, mesmo as imprevistas, e quanto maior o conhecimento em educação financeira, menor o risco de tomar decisões que causem um impacto negativo em sua vida.





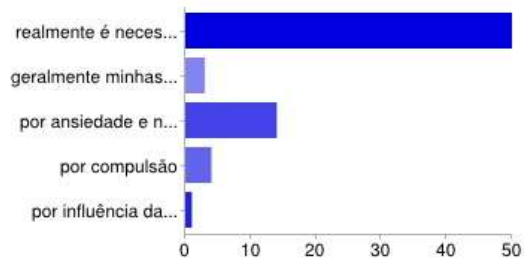




Mas quando o questionamento é feito sobre o limite do cheque especial (que, segundo a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), é um limite pré-aprovado que deveria ser utilizado somente em situação de extrema emergência, pois sobre ele recaem juros de elevado valor), o quadro apresentado mostra um fato preocupante: 64% dos alunos utilizam de alguma forma o limite do cheque especial, demonstrando um certo descontrole financeiro. Apesar disso, a grande maioria não está registrada em nenhum órgão de proteção de crédito, do que conclui-se que estão conseguindo arcar com suas despesas, mesmo que comprometendo quase que a totalidade de sua renda. Ainda, quando ficam com dívidas, 82% dos entrevistados não fazem novos compromissos até quitar os já pendentes, enquanto que apenas 16% continuam a adquirir novas parcelas de endividamento, e 1% (que já está em um quadro de descontrole total) continuam a fazer novas compras.

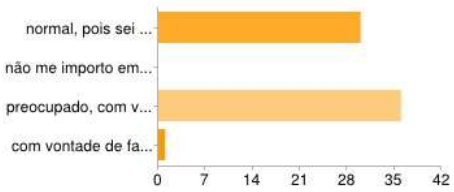
Um dado preocupante é a elevada taxa de devolução de cheques sem fundo emitidos pelo brasileiro em 2012 - segundo o Serasa Experian, houve um aumento de 12,3% comparado com 2011, o que mostra certo descontrole orçamentário pela população. Quando a inadimplência é referente a bancos, financeiras, lojas em geral e prestadoras de serviço, o aumento da dívida foi de 8,2% no ano de 2012 (em relação a 2011). Segundo a mesma fonte, o alto comprometimento da renda dificultou o pagamento em dia dos compromissos financeiros assumidos.

Qual o principal motivo de você fazer compras?



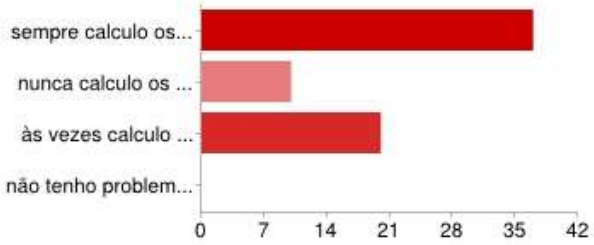
realmente é necessário comprar	50	69%
geralmente minhas compras são sem necessidade	3	4%
por ansiedade e necessidade de me sentir feliz	14	19%
por compulsão	4	6%
por influência da marca ou de amigos	1	1%

Como você se sente em relação a ter dívidas, empréstimos ou financiamentos?



normal, pois sei que vou pagar corretamente	30	45%
não me importo em ter dívidas, mesmo sabendo que posso não pagá-las	0	0%
preocupado, com vontade de quitá-las	36	54%
com vontade de fazer novas compras, mesmo estando endividado	1	1%

Nas compras com prestações, ou em pagamento de dívidas, você calcula os juros?



sempre calculo os juros	37	55%
nunca calculo os juros	10	15%
às vezes calculo os juros	20	30%
não tenho problema em pagar juros	0	0%

Em relação ao comportamento de compra, os entrevistados disseram que em 69% das vezes que realizam algum tipo de compra é por ser realmente necessário. Contudo, 31% das pessoas, ao fazer compras, não utilizam da racionalidade no seu processo de decisão. Seu processo de escolha está relacionado ao psicológico, aos desejos e anseios comportamentais, mesmo em alunos que já possuem um elevado conhecimento acadêmico, e teoricamente uma educação financeira mais sólida. Pode-se concluir, então, que nem sempre as pessoas se valem da razão em seus processos de escolhas, e que o estudo da irracionalidade na tomada de decisões deve ser aprofundado para se compreender como funciona esse processo, evidenciando como o campo de finanças comportamentais pode auxiliar nesse desenvolvimento.

Outro problema observado foi em relação ao pagamento de juros, quando 45% dos entrevistados demonstraram não estarem preocupados com essa cobrança, que em tese ajuda a comprometer parte de sua renda. Por outro lado, 55% dos entrevistados

sempre calculam os juros, pois ele é um dos grandes vilões do parcelamento das compras.



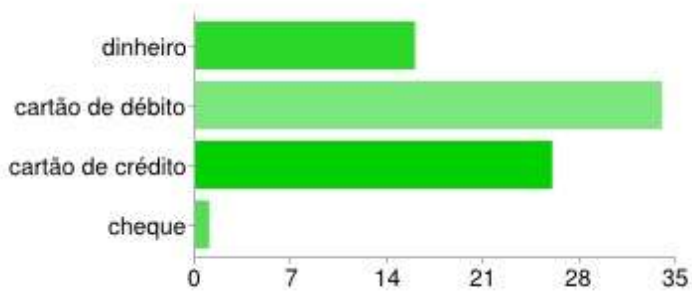
Na segunda parte do trabalho, busca-se a percepção econômica da população em geral e os fatores que levam os indivíduos ao endividamento, também através dos dados coletados.

A facilidade de acesso ao crédito é, na opinião de 65% dos entrevistados, o grande causador do endividamento da população. Com uma política de crédito expansionista, está cada vez mais fácil conseguir empréstimos e financiamentos por parte da população. Aliado ao recente desenvolvimento do país, o consumo por parte da população vendo obtendo crescente aumento, e com isso a falta de critérios para gerenciar seus recursos faz com que haja um aumento de endividamento dos indivíduos.

Outro fator que leva a população a se endividar, segundo os dados coletados, é a compulsão por compras, que em 18% dos casos faz com que o indivíduo, diante de tantas novas oportunidades e facilidades, exaure seus recursos financeiros, não conseguindo assim cumprir com seus compromissos. E, mesmo estando na era da tecnologia, fatores psicológicos como ansiedade e depressão fazem com que 12% dos entrevistados acusem esse como a causa de endividamento, ficando apenas 5% para a sedução por novas tecnologias.

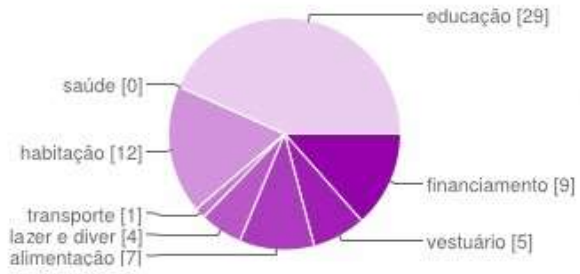
Todo esse quadro demonstra claramente que, quando se trata de tomada de decisões, os indivíduos, na sua grande maioria, são irracionais, pois o processo de decisão não está relacionado à sua capacidade financeira, mas sim a fatores comportamentais e necessidades e desejos pessoais.

Qual a forma de pagamento você utiliza com mais freqüência



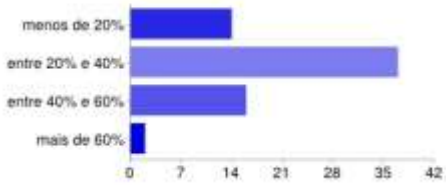
dinheiro	16	21%
cartão de débito	34	44%
cartão de crédito	26	34%
cheque	1	1%

Maior parte de sua renda está comprometida com:



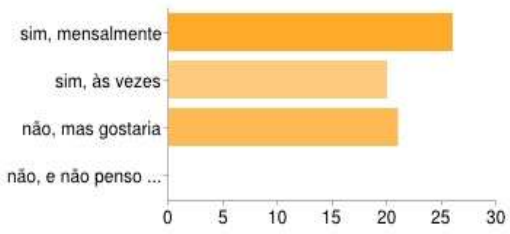
financiamentos e empréstimos	9	13%
vestuário	5	7%
alimentação	7	10%
lazer e diversão	4	6%
transporte	1	1%
habitação	12	18%
saúde	0	0%
educação	29	43%

Em relação ao item respondido na pergunta anterior, aproximadamente qual o percentual de sua renda está comprometido com ele:



menos de 20%	14	20%
entre 20% e 40%	37	54%
entre 40% e 60%	16	23%
mais de 60%	2	3%

Você costume economizar parte de sua renda para necessidades futura ou para realização de sonhos e objetivos?



sim, mensalmente	26	39%
sim, às vezes	20	30%
não, mas gostaria	21	31%
não, e não penso nisso	0	0%

A terceira parte do trabalho tenta identificar como o indivíduo gasta seus rendimentos e como ele planeja suas finanças. A forma de pagamento utilizada em 44% das vezes é o cartão de débito, ficando o cartão de crédito em segundo lugar com 36%. Apenas em 21% dos casos o pagamento é feito em espécie. Por se tratar de alunos de

graduação, para 43% a maior parcela da renda está comprometida com educação. Porém, para 18% dos entrevistados, o maior fator de comprometimento é habitação. Já os gastos com empréstimos e financiamentos aparecem no topo da lista para 13% dos estudantes. Por fim, 24% dos entrevistados gastam mais com itens como alimentação, transporte, vestuário, lazer e diversão do que com qualquer outra coisa.

Outro ponto questionado foi em relação a poupar o dinheiro para a realização de objetivos futuros, e em relação a esse item 39% dos entrevistados já conseguem de alguma maneira guardar recursos visando à concretização de novos sonhos, enquanto que os demais ainda não possuem condições financeiras de reservar parte de sua renda, mas possuem o desejo de economizar.

O controle dos gastos financeiros e a retenção de uma parcela dos ganhos para conquistar objetivos futuros é a maneira mais consciente de educação financeira que um indivíduo pode ter, pois é através dela que se consegue realizar os objetivos do dia-a-dia e planejar de forma equilibrada a vida financeira, fazendo um balanço entre receitas e despesas. Vale salientar que apenas há pouco tempo o brasileiro começou a vivenciar essa expansão econômica e a facilidade de acesso ao crédito, e por isso essa conduta de poupador ou investidor ainda é um recente aprendizado para a população.

4 CONCLUSÃO

É fácil observar que a irracionalidade na tomada de decisões está presente entre os alunos da graduação. Mesmo subentendendo que pessoas com menor renda ou baixa escolaridade não possuem uma educação financeira de qualidade e que por isso estariam sujeitas a um maior erro na hora de decidir, não se pode deixar de observar que esse assunto também é persistente no nível acadêmico, mesmo em menor escala.

Quando se trata de comportamento, independentemente da classe social ou nível de conhecimento do indivíduo, é difícil definir um perfil para a tomada de decisões e como ela pode ser feita de maneira mais racional. Diante desse fato, podemos concluir que o estudo das finanças comportamentais irá auxiliar a entender melhor o comportamento de compra, as causas do endividamento e as tomadas de decisões financeiras.

REFERÊNCIAS

Conheça o perfil do consumidor do século XXI. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/customizado/acesso-a-mercados/conheca-seu-mercado/consumidor-1/perfil-de-consumidores>. Acesso em 11 de Junho de 2013

PINHEIRO, Ricardo Pena. **Educação Financeira e Previdenciária, A Nova Fronteira dos Fundos de Pensão**. (Artigo contido no livro “Fundos de Pensão e Mercado de Capitais” lançado pelo Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, em set/2008 na cidade de São Paulo-SP). Disponível em: <http://www.mpas.gov.br/arquivos/office/3_090420-113416-244.pdf>. Acesso em 25 de Abril de 2013.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo. Editora Gente, 2003.

PONCHIO, Mateus Canniatti, ARANHA, Francisco. **Necessidades, Vontades e Desejos:** a Influência do Materialismo sobre a Dívida de Consumo dos Paulistanos de Baixa Renda. XXXI Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 22-26 Set, 2007.

KIYOSAKI, Robert T., LETCHER, Sharon L.. **Filho rico, filho vencedor**. Tradução: Ana Beatriz Rodrigues. 7. Ed. Rio de Janeiro. Editora Campus, 2001. 307 p.

CARMO, Leonardo Correa. **Finanças comportamentais:** uma análise das diferenças de comportamento entre investidores institucionais e individuais. 2005, 91 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ZINDEL, Márcia Terezinha Longen**. Finanças comportamentais:** o viés cognitivo excesso de confiança em investidores e sua relação com as bases biológicas. 2008. Tese (Doutorando em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

FERREIRA, Vera Rita de Mello, **Psicologia Econômica:** como o comportamento econômico influência nas tomadas de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. (coleção Expo Money).

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing:** uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ROGERS, P.; RIBEIRO, K. C. S.; SECURATO, J. R. **Finanças Comportamentais no Brasil:** Um Estudo Comparativo. Revista de Economia e Administração, v. 6, n. 1, p. 49-68, jan/mar 2007.

MANKIW, Gregory N. **Introdução à Economia:** Princípios da Micro e Macro Economia. 3ª ed. São Paulo: Thomson, 2007.

KANUK, Leslie L.; SCHIFFMAN, Leon G. **Comportamento do consumidor.** 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC: 2000.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, **A. Judgment Under Uncertainty:** Heuristics and Biases. *Science*, v. 185, p. 1124-1131, 1974.

KAHNEMAN, D.; TVERSKY, A. **Prospect Theory:** An Analysis of Decision Under Risk. *Econometrica*, p. 263-291, March, 1979.

FESTINGUER, L. **A Theory of Cognitive Dissonance.** Evanston, IL.; Row, Peterson, 1957.

SHEFRIN, H. **Beyond Greed and Fear:** Understanding Behavioral Finance and the Psychology of Investing. New York: Harvard Business School Press, 2000.

WICKER, A. W. **Attitudes versus Actions**: the Relationship of Verbal and Overt Behavioral Responses to Attitude Objects. Journal of Social Studies, 25, p. 41-78, 1969.

EDWARDS, W. **Conservatism in human information processing**. In: KLEINMUNTZ, B. Formal Representation of Human Judgment. New York, Wiley, 1964.

LIMA, Murillo Valverde. **Um estudo sobre finanças comportamentais**. RAE-eletrônica, São Paulo. Disponível em <http://rae.fgv.br/rae-eletronica/vol2-num1-2003/estudo-sobre-financas-comportamentais>. Acesso em 15 de Abril de 2013.

RÊGO, Werson. **A Concessão do Crédito e o Endividamento dos Consumidores**. Fórum de debates FEBRABAN. Disponível em <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Apresenta%E7%E3o%20Werson%20Rego.pdf>. Acesso em 11 de Junho de 2013.

HOFFMANN, Alvir Alberto. **Educação Financeira**. Disponível em <http://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Alvir%20Hoffmann.pdf>. Acesso em 11 de Junho de 2013.

LIMEIRA, Tania M. Vidal. **Comportamento do consumidor brasileiro.** São Paulo: Saraiva, 2008.

ARIEL, Dan. **Positivamente irracional:** os benefícios inesperados de desafiar a lógica em todos os aspectos de nossas vidas. Tradução de Afondo Celso da Cunha Serra – Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

Inadimplência do consumidor. Inadimplência do consumidor sobe 15,0% em 2012, revela Serasa Experian. Disponível em <http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2013/noticia_01057.htm>. Acesso em 09 de Junho de 2013.



O PROCESSO DE CONTROLES INTERNOS EM UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO – ESTUDO DE CASO

SANTANA, Alex Fabiano Bertollo[1]
NAVA JUNIOR, Genivaldo[2]
GONÇALVES, Vanessa de Sousa[3]
FAGUNDES, Jair Antonio[4]
FUNCHAL, Jeferson de Araujo[5]

RESUMO

O Controle Interno representa em uma instituição um conjunto de normas e procedimentos aplicados para sua organização, melhor desempenho e aumento da eficácia operacional. Tem papel fundamental para o alcance de seus objetivos e metas preestabelecidos pelos administradores para facilitar a gestão operacional. O Controle Interno em instituições financeiras está estabelecido na Resolução 2.554/98 do Banco Central do Brasil - BACEN, esta Resolução tornou obrigatória a implantação de mecanismos de Controle Interno em instituições financeiras, dentre elas as Cooperativas de Crédito. As Cooperativas de Crédito são instituições financeiras que, como outras, oferecem serviços e produtos. Diferencia-se de outras instituições comerciais, pelo fato do cooperado ser o dono desse "banco" e se beneficia dessa condição com juros mais baixos, rendimentos maiores e melhor atendimento. O objetivo da presente pesquisa é verificar se os princípios de Controles Internos da Cooperativa estão em conformidade com a Resolução do 2.554/98, identificar a confiabilidade tanto por parte dos funcionários quanto por parte dos diretores, incluindo seu conhecimento, ou seja, se há uma cultura de Controles Internos dentro da Cooperativa. A

[1] Mestre em Ciências Contábeis – UNISINOS. E-mail: afbsantana@hotmail.com
[2] Acadêmico do Curso de Ciências Contábeis – CEULJI/ULBRA. E-mail: juninho_jip@hotmail.com
[3] Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – CEULJI/ULBRA. E-mail: mademoisellebiju@gmail.com
[4] Doutor em Ciências Contábeis – Universidade de Valencia. E-mail: jair_fagundes@hotmail.com
[5] Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciências Contábeis – UNISINOS. E-mail: jeferson.funchal@poa.ifrs.edu.br

metodologia utilizada é de caráter qualitativa, descritiva, pois foi aplicado um questionário buscando a percepção dos funcionários e diretores referente as normas e regulamentos e implantação dos Controles Internos dentro da Cooperativa. O resultado obtido aponta que o sistema de Controles Internos desta Cooperativa atende os requisitos básicos previstos na Resolução 2.554/98 do Banco Central do Brasil e das normas internas regulamentadas pela Cooperativa, porém existem falhas como acompanhar o nível de conhecimento por parte dos funcionários, para que todos possam ter maiores responsabilidades nos processos operacionais da Cooperativa, definir estruturas internas para o acompanhamento e aprimoramentos dos relatórios e processos de Controles Internos, e maior atenção por parte dos diretores, permitindo que eles obtenham mais respaldo perante os Controles Internos definidos pela Cooperativa. Dessa maneira os Controles Internos da Cooperativa estarão sendo executado corretamente.

Palavras-Chave: Controle Interno, Cooperativa de Crédito, Resolução 2.554/98.

1 INTRODUÇÃO

O Controle Interno é um conjunto de normas e procedimentos colocados em ação para o crescimento da organização e para evitar erros e fraudes, não deixando de citar também, a salvaguarda dos ativos e a veracidades dos dados contábeis e gerenciais da organização.

Para Durlo e Carlesso (2005, p.14), um sistema de Controle Interno é um conjunto de procedimentos coordenados aplicados na organização para proteger seu patrimônio que se aplica na eficiência operacional, cumprimento de normas, verificação da exatidão dos dados e informações da empresa.

Já para Hickmann, (2010, p. 4), o Controle Interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Os controles Internos são procedimentos aplicados no âmbito organizacional para gerar informações seguras que visam o planejamento e o desenvolvimento da organização, afinal os controles Internos são procedimentos que identificam pontos relevantes administrativos e operacionais, coordena a organização para que não ocorra fraude ou erros, adquirindo a eficiência, que é a ação ou a qualidade de desempenhar algo, e a eficácia, que é a força e tem por finalidade produzir ou realizar algo, operacional. Os controles Internos não estão ligados, somente, a administração, mas sim a todos os outros setores que a organização possui, setor contábil, financeiro, departamento pessoal, enfim, todos estão sujeitos ao Controle Interno.

Machado *et al.* (2009, p. 3), afirmam que o Controle Interno se refere não apenas aos aspectos diretamente relacionados às funções de contabilidade e finanças, mas sim a todos os aspectos das operações de uma empresa e, por isso, pode-se considerar de forma mais

simplificada que controles Internos correspondem ao conjunto de normas e procedimentos adotados de forma sistemática pela organização, acompanhando as mudanças sofridas por ela, protegendo seu patrimônio, facilitando as operações e fornecendo maior segurança às informações.

Percebe-se pela literatura que o Controle Interno tem como objetivo principal dois elementos, o primeiro é o de proteger seus ativos e o seu patrimônio e, o segundo é o de produzir informações e dados contábeis, administrativos e gerenciais confiáveis para a organização. É de suma importância obter um Controle Interno eficaz e confiável, pois ele faz com que os setores produzam informações imprescindíveis para a tomada de decisão, além de prevenir contra erros e fraudes.

Sendo assim Durlo e Carlesso (2005, p.15) afirma que [...] no Controle Interno devem constar procedimentos, políticas e parâmetros de negociação, estratégias, estrutura e metodologia de organização, conceitos e atribuição de responsabilidade, procurando não deixar escapar nenhum detalhe do sistema de funcionamento e comunicação interna da empresa.

Os controles Internos estão cada vez mais importantes para a área administrativa, gerencial e contábil, em todas as organizações.

A presente pesquisa teve como foco principal os Controles Internos em uma Cooperativa de Crédito, uma vez que esta é uma instituição financeira que não visa fins lucrativos, seus lucros são rateados ao fim de cada ano calendário para os demais sócios, visando o aumento de seus capitais e investimentos dentro da Cooperativa.

De acordo com Machado *et al*. (2009, p.5), [...] entende-se que as Cooperativas de Crédito são instituições financeiras constituídas sobre a forma de sociedade Cooperativa; tendo, por objeto, a prestação de serviços financeiros aos associados, [...].

As Cooperativas de Crédito são instituições financeiras regidas pelo Banco Central do Brasil, mais conhecido pela sigla BACEN, assim os controles Internos nas Cooperativas de Crédito têm como embasamento a Resolução 2554/98 do Banco Central do Brasil. Essa resolução regula o Controle Interno nas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que se tornou uma ferramenta de gestão organizacional.

Deste modo surge a seguinte indagação: Visto que os Controles Internos é um conjunto de procedimentos, que visa proporcionar uma garantia de que se cumpram os objetivos traçados dentro da organização, parte-se para a seguinte questão-problema: **os Controles Internos implantados na Cooperativa de Crédito Rural de Ji-Paraná Ltda -**

Jicred estão em conformidade com os princípios de Controle de acordo com a Resolução nº. 2.554/98?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Controles Internos em Cooperativa de Crédito

A cultura de controles Internos para os diretores de uma empresa esta voltada para fiscalização e monitoração de todos os processos operacionais de uma organização. Para Cooperativa de Crédito não seria diferente, sabendo que os mesmo serão de suma importância para compreensão de todo o corpo de gestores e conselheiros dentro da instituição.

"A existência de controles Internos pressupõe um interesse por parte dos gestores em salvaguardar os interesses da empresa. E nas Cooperativas de credito não seria diferente.". (SCHERER 2009 p.39). A parte de Controles Internos não é somente de interesse dos setores existentes, como também dos diretores e administradores da Cooperativa de Crédito, pois para eles o monitoramento é de grande valia para seus trabalhos posteriores.

Para Durlo e Carlesso (2005, p.15), o resultado e atuação de Controle Interno têm estreita relação com o grau de liberdade e independência que lhe é dado junto aos diversos órgãos da administração, e deve existir de uma forma transparente, trocando informações, antecipando dados e sugerindo mudanças.

Assim como outras entidades privadas e públicas, que atuam no mercado financeiro, as Cooperativas de Crédito autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil tem por obrigação implantar métodos eficazes de controles Internos seguros e confiáveis, segundo a Resolução do Banco Central do Brasil nº 2.554/98, definida pelo art. 1º, como descrita a seguir:

> Art. 1° - Determinar às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil à implantação e à implementação de controles Internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis.
> Parágrafo 1° - Os controles Internos, independentemente do porte da instituição devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por ela realizadas.

Segundo Tosini e Bastos (2008, p.10), autores responsáveis pelo monitoramento, Controle e fiscalização das Cooperativas de Crédito – os associados, a auditoria interna e externa, o conselho fiscal e as demais instituições que compõem o sistema cooperativo –

podem agir de modo a obter mais segurança e fortalecer o sistema cooperativista de Crédito no Brasil.

2.2 Resolução BACEN 2.554/98

A Resolução do Banco Central do Brasil - BACEN, nº. 2.554/98 determina o a implantação, a implementação e o processo do sistema de controles Internos em instituições financeiras. Essa Resolução dispõe como ferramenta para as instituições financeiras, partindo do princípio de como, essas instituições, devem se portar com um sistema de controles Internos.

De acordo com o Artigo 1º: Determinar às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles Internos voltados para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis. Os Controles Internos defendem a segurança dos ativos e das demais operações existentes dentro das instituições financeiras, assim observando e aplicando os procedimentos corretos, as instituições financeiras visam com clareza os processos adotados por elas, aumentando seu entendimento, colaborando com seus clientes, auxiliando nas funções determinadas pelo trabalho de seus funcionários, ampliando a credibilidade de suas operações e proporcionando o desenvolvimento da instituição, dessa maneira, propicia aos seus diretores e administradores a auditoria interna, externa e maior confiabilidade em seus trabalhos.

A seguir, quadro 1 que apresenta parágrafo 1º e 2º da Resolução 2.554/98 do Art. 1º.:

Quadro 1 - Da implantação e implementação de Controles Internos

Parágrafo 1º	Os controles Internos, independentemente do porte da instituição, devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e risco das operações por ela realizadas.
Parágrafo 2º	São de responsabilidade da diretoria da instituição: I - a implantação e a implementação de uma estrutura de controles Internos efetiva mediante a definição de atividades de controle para todos os níveis de negócios da instituição; II - o estabelecimento dos objetivos e procedimentos pertinentes aos mesmos; III - a verificação sistemática da adoção e do cumprimento dos procedimentos definidos em função do disposto no inciso II.

Fonte: Adaptado da Resolução BACEN 2.554/98

Nos parágrafos e seus respectivos incisos, acima, tem como a base a importância da implantação de um controle eficaz dentro de uma instituição financeira, que por esse

mecanismo os dados e as informações apresentadas terão maior credibilidade nos procedimentos adotados por cada instituição.

De acordo com Scherer (2009 p. 37),

> Os controles Internos devem ser efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas. E deve englobar os sistemas de informações financeiras, operacionais e gerenciais, bem como, o cumprimento das normas legais e regulamentares que o determinam.

Conforme o artigo 2º da Resolução 2.554/98, os controles Internos, cujas disposições devem ser acessíveis a todos os funcionários da instituição de forma a assegurar sejam conhecidas a respectiva função no processo e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização, devem prever:

I - a definição de responsabilidades dentro da instituição;

II - a segregação das atividades atribuídas aos integrantes da instituição de forma a que seja evitado o conflito de interesses, bem como meios de minimizar e monitorar adequadamente áreas identificadas como de potencial conflito da espécie;

III - meios de identificar e avaliar fatores Internos e externos que possam afetar adversamente a realização dos objetivos da instituição; Resolução n° 2554, de 24 de setembro de 1998;

IV - a existência de canais de comunicação que assegurem aos funcionários, segundo o correspondente nível de atuação, o acesso a confiáveis, tempestivas e compreensíveis informações consideradas relevantes para suas tarefas e responsabilidades;

V - a contínua avaliação dos diversos riscos associados às atividades da instituição;

VI - o acompanhamento sistemático das atividades desenvolvidas, de forma a que se possa avaliar se os objetivos da instituição estão sendo alcançados, se os limites estabelecidos e as leis e regulamentos aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como a assegurar que quaisquer desvios possam ser prontamente corrigidos;

VII - a existência de testes periódicos de segurança para os sistemas de informações, em especial para os mantidos em meio eletrônico.

Os Controles Internos devem ser respeitados e adotados por todos os setores da instituição financeira como uma maneira de evitar fraudes e erros que possam ocasionar possíveis infortúnios que venham atingir a instituição futuramente, e evitando a segregação de atividades dentro de cada instituição, seja ela pública ou privada, que tem como base respeitar a hierarquia de cada função.

Como decorrido nos parágrafos acima os controles Internos devem fazer parte da auditoria interna, de certa maneira os controles irão contribuir para uma melhor análise dos auditores, se por eventualidade haver a falta de controles Internos em Cooperativas, ressalta que a auditoria interna irá integrar os controles Internos, sendo o mesmo subordinado ao conselho de administração. Uma vez que se tem esse processo integrado ao sistema, ele deve ser revisado e atualizado conforme os novos riscos adotados pela instituição para melhor aprimoramento dos dados e informações da instituição.

Para Hickmann, (2010, p. 8):

> A resolução BACEN 2.554/98 trata a auditoria interna como parte integrante dos sistemas de controles Internos, podendo ser realizada por unidade especifica da própria instituição ou conglomerado ou ainda por auditores externos, legalmente aptos para o trabalho, conforme disposto no seu art. 2º parágrafo 3.

De acordo com o artigo 3º, o acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles Internos deve ser objeto de relatórios, no mínimo semestrais, contendo:

I - as conclusões dos exames efetuados;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

III - a manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores e das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

Para Hickmann, (2010, p. 10), não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema, ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas regras e circunstâncias. Em outras palavras, no ciclo do Controle Interno faz-se indispensável verificação, na prática, do que foi proposto na regulamentação dos procedimentos de Controle Interno.

O artigo 4º descreve que, incumbe à diretoria da instituição, além das responsabilidades enumeradas no art. 1º, parágrafo 2º, a promoção de elevados padrões éticos e de integridade e de uma cultura organizacional que demonstre e enfatize, a todos os funcionários, a importância dos controles Internos e o papel de cada um no processo.

A diretoria tem papel fundamental na organização no que se refere aos controles Internos, compete a ela proporcionar a instituição segurança e responsabilidade nos setores da instituição, além de ser responsável pela administração e tomada de decisão da instituição.

Segundo o artigo 5º, o sistema de controles Internos deverá estar implementado até 31.12.99, com a observância do seguinte cronograma:

I - definição das estruturas internas que tornarão efetivos a implantação e o acompanhamento correspondentes – até 31.01.99;

II - definição e disponibilização dos procedimentos pertinentes - até 30.06.99.

No parágrafo único do artigo 4º diz que a auditoria externa da instituição deve fazer menção específica, em seus pareceres, à observância do cronograma estabelecido neste artigo.

Conforme descrito acima, a diretoria se responsabiliza pela ética profissional e da cultura organizacional que demonstre para os funcionários a grande relevância do papel do Controle Interno, dessa forma, a diretoria tem como obrigação estabelecer diretrizes que proporcionam à instituição segurança para as tomadas de decisões.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada na Cooperativa de Crédito Rural de Ji-Paraná – Jicred, caracteriando-se como estudo de caso.

Na abordagem do problema, apresenta-se a esta pesquisa como qualitativa, por se tratar de um cenário natural. Para Gil (2002, p. 141), entre os vários itens de natureza metodológica, o que apresenta maior carência de sistematização é o referente à análise e interpretação dos dados. Buscou-se percepções e entendimento sobre o processo de Controles Internos dentro da Cooperativa, abrindo espaço para a interpretação da coleta de dados.

Quanto ao ponto de vista dos objetivos classifica-se como descritiva, de acordo com Schlittler (2008, p. 49), caracteriza-se pela descrição, análise e interpretação daquilo que é notado atualmente, isto é, da natureza ta qual se apresenta no momento da investigação. Procurou-se descobrir como que o processo de Controles Internos são tratados dentro da Cooperativa, sua cultura, seu trabalho, sua avaliação e como seu fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características. Quanto à coleta de dados, foi aplicado um questionário aos vinte e quatro funcionários, para verificar o grau de conhecimento do Controle Interno e aos três membros da diretoria executiva que tem por objetivo satisfazer e responder a todas as dúvidas dos processos realizados pela Cooperativa de Crédito.

O questionário foi baseado na monografia de Priscila Alves Scherer, ano 2009, Universidade Federal de Santa Cataria – UFSC com o tema: Controle Interno em

Cooperativas de Crédito exigências Legais do BACEN e esforço próprio para melhoria contínua. Também foi utilizado o artigo científico de Lúcio de Souza Machado, Michele Rílany Rodrigues, Luiz Carlos da Silva Oliveira e Eduardo José dos Santos, ano 2009.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa realizada na Cooperativa de Crédito de Ji-Paraná Ltda – Jicred teve como intuito de observar o conhecimento dos funcionários em relação aos controles Internos e sua relevância dentro do sistema cooperativo, as respostas obtidas foram ordenadas em tabelas e seus resultados estão distribuídos a seguir.

Tabela 1 - Conhecimento da Resolução BACEN 2.554/98, quanto a implantação e a implementação de sistemas de controles Internos

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Sim	12	50
Não	6	25
Em Partes	6	25
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se na tabela 1, que 50% (cinqüenta por cento) dos funcionários afirmam que possuem conhecimento do que dispõe a Resolução 2.554/98, enquanto 25% (vinte e cindo por cento) afirmam que não possuem conhecimento desta Resolução, e os 25% (vinte e cinco por cento) restantes, afirmam que conhecem em partes, ou seja, não a conhecem a fundo, mas sabem do que se trata. Neste contexto percebe-se que a Resolução 2.554/98 não está sendo transmitida apenas para os diretores ou cargos-chefes, mas sim para os funcionários desta Cooperativa, desta forma a Cooperativa vem possuindo uma cultura de Controles Internos. Porém o conhecimento desta Resolução deveria ser maior do que o esperado, uma vez que todos os funcionários possuem acesso a todos os manuais, regulamentos e normas instituídas pela Cooperativa e regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

Tabela 2 - Avaliação dos Controles Internos da Cooperativa

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Muito Bom	6	25
Bom	15	62
Regular	3	13
Ruim	0	0
Muito Ruim	0	0
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Na tabela 2 pode-se observar que 87% (oitenta e sete por cento) dos funcionários avaliam um Controle Interno Bom, desta forma, analisa-se que a maioria dos funcionários entende que o controle Interno é de grande relevância para a Cooperativa, mas o mesmo não está sendo aplicado corretamente. Desta maneira a maior parte dos funcionários obtém uma confiabilidade no Controle Interno, ou seja, há maior segurança dentro dos procedimentos ocorridos na Cooperativa. Em contra partida 3 funcionários, ou seja, 13% (treze por cento), avaliam como regular, ou seja, acreditam que o Controle Interno dentro da Cooperativa deve aprimorar seus mecanismos e seus processos.

Tabela 3 - Conhecimento dos regulamentos e as normas da Cooperativa

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Sim	15	62
Não	0	0
Em Partes	9	38
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se na tabela 3, que 62% (sessenta e dois por cento) dos funcionários afirmam que conhecem os regulamentos e as normas da Cooperativa, e 38% (trinta e oito por cento) afirmam que em parte, neste contexto observa-se que a minoria que afirmou em partes são funcionários que foram contratados há pouco tempo na Cooperativa, onde o conhecimento dos regulamentos e das normas ainda estão sendo-lhes aplicados, pois no questionário aborda a questão do tempo de serviço que cada funcionário vem prestado junto à Cooperativa, desta forma observa-se que pode ser uma variável. A maioria dos funcionários detém desse conhecimento, pois eles apresentam um maior tempo de atuação na Cooperativa.

Tabela 4 - Avaliação da visão, missão e objetivos da Cooperativa

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Muito Importante	17	71
Importante	7	29
Sem Importância	0	0
Nada Importante	0	0
Desconheço do Assunto	0	0
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se na tabela 4, que 100% (cem por cento) dos funcionários afirmam que a visão, missão e os objetivos da Cooperativa são de grande importância num âmbito organizacional, uma vez que eles são princípios éticos que norteiam todas as ações

dentro de todos os processos que ocorrem na Cooperativa. Isso está ligado diretamente á direção que a Cooperativa está tomando, uma vez que esses, são valores que são composto de regras morais e simbolizam os atos de seus fundadores, administradores e colaboradores em geral.

De acordo com Machado *et al.* (2009, p. 9), No âmbito organizacional, os Controles Internos estão ligados e são dependentes do modelo de gestão adotado pela empresa, o qual é oriundo das crenças e dos valores dos gestores, repassados pela empresa e, por conseqüência, determina o grau de abrangência e a forma de aplicação dos Controles Internos.

Tabela 5 - Conhecimento do estatuto social da Cooperativa

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Sim	17	71
Não	1	4
Em Partes	6	25
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Uma das ferramentas básicas para o monitoramento dos Controles Internos é o estatuto social, pois nele se diz respeito todas às atribuições e responsabilidades dos gestores e demais colaboradores da Cooperativa, logo se observa que na tabela 5, que 71% (setenta e um por cento) dos funcionários obtém conhecimento do estatuto social, isso mostra que a Cooperativa vem desenvolvendo um trabalho para que seus funcionários possam ter a interação com os regulamentos e funcionamento da Cooperativa, como uma maneira de seguir o correto. Enquanto 25% afirmam que possuem em partes, ou seja, sabe do que se trata, mas não o conhece a fundo, e 4% afirmam que não possuem conhecimento sobre o estatuto social.

Tabela 6 - Possui política de Créditos regulamentada pelo conselho de administração como pede o BACEN

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Sim	17	71
Não	4	16
Em Partes	3	13
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Pode-se observar na tabela 6, que 71% (Setenta e um por cento) dos funcionários afirmam que na Cooperativa possui uma política de Crédito conforme o BACEN, uma vez

que a política de Crédito define procedimentos para concessão de uma operação de Crédito segura, ou seja, a Cooperativa delibera limites, prazos, taxas e cobranças informadas em uma política de Crédito. Para Sousa (2000, p. 14), Nela são encontrados elementos necessários para a concessão, monitoramento e cobrança [...] devendo ser encarada como um fator de alavancagem das receitas e uma demanda em investimentos em ativos financeiros (Créditos futuros). Por outro lado 16% (dezesseis por cento) asseguram que desconhece a política de Crédito estruturada na Cooperativa. Já os 13% (treze por cento) dos funcionários, garantem que existe a política de Crédito, porém conhecem pouco do assunto.

Tabela 7 - Em sua opinião os controles Internos, estão sendo acessíveis a todos os funcionários da instituição de forma a assegurar que sejam conhecidas a respectiva função no processo e as responsabilidades atribuídas aos diversos níveis da organização, conforme art.2 da resolução 2.554/98 do BACEN

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Sim	17	71
Não	0	0
Em Partes	7	29
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se na tabela 7, que 71% (setenta e um por cento) dos funcionários confirmaram que há acessibilidade dos Controles Internos na Cooperativa, ou seja, a Cooperativa está implantando uma cultura de Controles Internos. Em contrapartida 29% (vinte e nove por cento) afirmam que os Controles Internos estão sendo acessíveis, mas existe a falta de canais de comunicação que assegurem um nível de atuação de acesso a estes Controles dentro da Cooperativa.

Tabela 8 - Com base na pergunta 7 você concorda com o disposto citado?

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Concordo Plenamente	5	21
Concordo	19	79
Discordo	0	0
Discordo Plenamente	0	0
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Percebe-se na tabela 8, que 100% (cem por cento) dos funcionários concordam, com o disposto na questão anterior, observando que os Controles Internos da Cooperativa vêm realizando um bom trabalho na parte gerencial e organizacional dentro

da Cooperativa, possibilitando a todos um o conhecimento e tornando acessíveis os Controles Internos de forma responsável.

Tabela 9 - Você tem conhecimento do que ocorre no controle Interno da Cooperativa?

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Sim	11	46
Não	3	13
Em Partes	10	41
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se na tabela 09, que 46 % (quarenta e seis por cento) dos funcionários entrevistados conhecem e sabem o que ocorre no Controle Internos da Cooperativa, desta forma eles compreendem a importância e as responsabilidades de um Controle Interno. Conquanto 41% (quarenta e um por cento) afirmam parcialmente que conhece o que ocorre no Controle Interno, em contrapartida 13% (treze por cento) garantem que desconhece a função do Controle Interno. Diante disso, é expressivo que a Cooperativa está adotando uma cultura de Controle Interno, mas ainda existe falhas para o aprimoramento e meios de identificar e monitorar os fatores Internos que possam expandir este conhecimento para toda a Cooperativa.

Tabela 10 - Tendo em vista o grau de importância do manual de prevenção a lavagem de dinheiro, como você o avalia?

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Muito Importante	19	79
Importante	5	21
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Percebe-se na tabela 10, que 79% (setenta e nove por cento) dos funcionários afirmam a grande importância do manual de prevenção a lavagem de dinheiro, uma vez que a lavagem de dinheiro constitui um conjunto de operações comerciais ou financeiras que buscam a incorporação na economia de cada país dos recursos, bens e serviços que se originam ou estão ligados a atos ilícitos (MINK, 2005, p. 8). Isso mostra que a Cooperativa vem monitorando as práticas que incidem a lavagem de dinheiro. Enquanto 21% (vinte e um por cento) dos funcionários garantem que esse manual é importante e diante disso, conforme com Scherer (2009, p. 36), A Lei Nº. 9.613, de março de 1998, dispõe sobre os crimes de "Lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores. Esta Lei possui relevante papel junto às

Cooperativas de Crédito. E isso não ocorre apenas pela necessidade de prevenção de práticas de ocultação de valores, mas principalmente pela necessidade de controle destas transações.

Tabela 11 - Conhecimento dos manuais com definição de responsabilidades dos cargos e órgãos

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Sim	15	63
Não	1	4
Em Partes	8	33
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Os dados da tabela 11 retratam que a grande maioria dos funcionários entrevistados afirma que conhece o manual de regimento Interno da Cooperativa, uma vez que esse manual é o conjunto de regras estabelecidas para regulamentar o seu funcionamento, estabelecendo atribuições e responsabilidades para cada cargo ou setor. Isso mostra que os funcionários entendem a Cooperativa e todas as suas normas e regulamentos.

Tabela 12 - Possui mecanismos de controles Internos, e todos os colaboradores têm conhecimento disso. Analisando esses mecanismos, como você o avalia?

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Muito Importante	10	42
Importante	13	54
Sem Importância	1	4
Nada Importante	0	0
Desconheço do Assunto	0	0
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

A tabela 12 evidencia que grande parte dos funcionários entrevistados considera que os mecanismos de Controles Internos são importantes, com base nisto vê-se que os setores, de uma maneira complacente, possuem Controles Internos implantados nos trabalhos relacionados à Cooperativa, isso mostra que o setor de Controles Internos desenvolve um trabalho para que todos possam desfrutar desses mecanismos.

Tabela 13 - Ambos os colaboradores possuem conhecimento a Lei nº. 5.764/1971 que regulamenta o funcionamento da Cooperativa de Crédito?

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Sim	10	42
Não	4	16
Em Partes	10	42
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Observa-se que na tabela 13, parte dos funcionários entrevistados estão dividida em relação à Lei nº. 5.764/71, pois para a Cooperativa ela diz respeito às diretrizes que regulamentam seu funcionamento e de que forma beneficiará seus associados, tendo em vista que para os funcionários esta Lei é de suma importância, como diz Machado *et al.* (2009, p. 5), Entende-se que as Cooperativas de Crédito são instituições financeiras constituídas sob a forma de sociedade Cooperativa; Tendo, por objeto, a prestação de serviços financeiros aos associados, como: concessão de Crédito; captação de depósito a vista e a prazo; cheques; prestação de serviços de cobrança; de custódia; de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros; sob convênio com instituições públicas e privadas e de correspondente no país, além de outras operações específicas e atribuições estabelecidas na legislação em vigor. Em contrapartida que 16% (dezesseis por cento) dos funcionários entrevistados afirmam que desconhecem esta Lei, isso mostra que o Setor de Controles Internos da Cooperativa deve dar uma maior atenção a estes funcionários, como uma maneira de fornecer os subsídios necessários para o conhecimento dos mesmos.

Tabela 14 - Há setores onde consta segregação de função, sendo que o mesmo que lança é capaz de autorizar?

Definição	Número de Respostas	Valor em %
Sim	5	21
Não	14	58
Em Partes	2	8
Desconheço do Assunto	3	13
Total	**24**	**100**

Fonte: Elaborado pelos autores

Na segregação de função nenhum funcionário deve participar ou controlar todas as fases de um processo de operacional, deve ser executadas por pessoas e setores independentes, respeitando seu nível hierárquico. Percebe-se na tabela 14, que 58% (cinqüenta e oito por cento) dos funcionários afirmam que em seu setor não há segregação de função, diante disso, vê-se que ocorre uma falha no sistema de controles, pois isto é um risco operacional para a Cooperativa. Diante do exposto verifica-se que sem essa segregação,

expõe a Cooperativa a um risco alto de erros, impossibilitando o crescimento da mesma. Isso mostra que essa questão de segregação de função deve ter um acompanhamento especial por parte dos Diretores da Cooperativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo de caso que teve como objetivo analisar a cultura dos controles Internos na Cooperativa de Crédito Rural de Ji-Paraná Ltda – Jicred observando se os procedimentos contemplam as condições estabelecidas pela Resolução 2.554/98 do Banco Central do Brasil. Para melhor compreender o estudo de caso foi aplicado um questionário para avaliar o conhecimento dos funcionários e dos diretores acerca dos Controles Internos, dessa maneira deparou-se com um resultado relevante auferido na pesquisa realizada, foi constatado que a Cooperativa está passando por um processo onde estão sendo aperfeiçoado o monitoramento dos controles Internos nos setores.

Observa-se, então, que a Cooperativa possui elementos de Controles Internos que seguem a Resolução 2.554/98, porém existem inconformidades para serem trabalhadas pelos funcionários e diretores desta Cooperativa, para que haja um aprimoramento dos processos introduzidos de Controles Internos dentro da Cooperativa.

Em relação ao resultado da parte I do questionário da pesquisa realizada, direcionada aos funcionários observou-se que 50% (cinqüenta por cento) dos funcionários detém o conhecimento dos procedimentos de Controles Internos aplicados na Cooperativa, porém não conseguem colocá-los em prática, ou seja, seu entendimento está sendo inibido por não possuir mecanismos que fiscalize integralmente esses procedimentos, obtendo um risco operacional na salvaguarda de seus ativos financeiramente e economicamente, percebe-se, através disso, que a diretoria precisa e envidar esforços para que a cultura e o conhecimento dos Controles Internos seja mais ampla e simplificada para todos.

A literatura utilizada neste estudo teve como foco, além dos Controles Internos e Cooperativas de Crédito, instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que remetem o grau de importância de uma cultura de Controles Interno ágil e eficaz, para que os procedimentos ocorridos dentro dessas intuições possam ser visto com transparência pelos órgãos competentes, sendo eles que fiscalizam e monitoram essas instituições.

Para haver um aperfeiçoamento dos processos de Controles Internos a Cooperativa e seus colaboradores deveram aplicar, definitivamente, uma política de

Controles Internos dentro da Cooperativa, dessa maneira a Cooperativa estará nos padrões como determina o Banco Central do Brasil, não somente com ênfase nos Controles Internos, mas na melhoria de sua governança corporativa, que provém mecanismo como os manuais que apóiam e dão respaldo para a fiscalização e monitoramente dos Controles Internos.

REFERÊNCIAS

BORDIN, Patrícia. SARAIVA, Cristiane Jardim. **O Controle Interno Como Ferramenta Fundamental Para a Fidedignidade das Informações Contábeis.** Revista Eletrônica de Contabilidade Curso de Ciências Contábeis UFSM, Ed. Especial – Julho de 2005.

CREVELARO, Milton. BORGIO, Gilberto. OLIVEIRA, Elton Pereira de. LYRA, Luiz Carlos. SILVA, Marcello Raimundo da. PINTO, José Marcelo. VIEIRA, Celso. **Estatuto Social da Cooperativa de Crédito Rural de Ji-Paraná LTDA – Ji-Cred.** Ji-Paraná – RO, Fevereiro de 2001 com alterações em Janeiro de 2011.

DURLO, Avani Rubin. CARLESSO, Stele Bicca da Silva. **O Controle Interno e as Cooperativas**. 1º Simpósio de Iniciação Científica dos Cursos de Ciências Contábeis de Santa Maria. ed. Especial – julho de 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOBRINHO, ABELARDO Duarte de Melo. BASTOS, Alexandre Martins. VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira. COELHO, Fabiano Costa. BALLIANA, Gilson Marcos. FILHO, Joaquim Rubens Fontes. MARUCCI, José Carlos. FELTRIM, Luiz Edson. OLIVEIRA, Márcia Maria Rezende de. SOARES, Marden Marques. TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. OLIVEIRA, Mauro José de. **Governança Cooperativa: Diretrizes e Mecanismos para fortalecimento da Governança em Cooperativas de Créditos**/ Elvira Cruvinel Ferreira Ventura, coordenação geral; Joaquim Rubens Fontes Filho, Marden Marques Soares, Coordenação. – Brasília: BCB, 2009, p. 256.

GRAZZIOTIN, Carlos Augusto. **Controles Internos e Gestão de Riscos em Instituições Financeiras**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Economia. Porto Alegre, 2002.

HICKMANN, Tomás. **Auditoria Interna e Controles Internos nas Instituições Financeiras**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Faculdade de Ciências Econômicas: Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais. Porto Alegre, 2010.

Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional de cooperativismo, instituído o regime jurídico das sociedades Cooperativas, e da outras providências. Disponível www.planalto.gov.br. Acesso em 19/04/2012.

LIMA, Teófilo Lourenço de. **Manual Básico para Elaboração de Monografia**. Canoas: ed. Ulbra, 1999, p. 180.

MACHADO, Lúcio de Souza. MACHADO, Michele Rílany Rodrigues. OLIVEIRA, Luiz Carlos da Silva. SANTOS, Eduardo José dos. **Controles Internos nas Cooperativas de Crédito de Goiás e Tocantins**. XII SEMEAD Empreendedorismo e Inovação. 28 e 29 de agosto de 2009. Área Temática: Administração geral. Disponível em www.ead.fea.usp.br/semead. acesso em 24/03/2012.

MARCONI, Marina de Andrade. Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2008.

MINK, Gisele Fernandes Fernandes Cardoso. **Lavagem de Dinheiro**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto de Economia. Maio de 2005, p. 58.

Resolução nº. 2.554, 22 de setembro de 1998. Dispõe sobre a implantação e implementação de sistema de controles Internos. Disponível em www.bcb.gov.br. Acesso em 22/04/2012.

REZENDE, Suely Marques. FAVERO, Hamilton Luiz**. A importância do Controle Interno dentro das organizações.** Revista de Administração Nobel, Nº 03, p.33-44, jan/jun.2004.

SÁ, A. Lopes de. **Curso de Auditoria**. 10 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

SCHERER, Priscila Alves. **Controle Interno em Cooperativas de Crédito exigências Legais do BACEN e esforço próprio para melhoria contínua.** Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina.- UFSC. Florianópolis, p. 156, 2009.

SCHLITTLER, José Maria Martins. **Como Fazer Monografias**. Campinas, São Paulo: Servanda Editora, 2008.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Cooperativa de Crédito: o que é, como funciona e como aproveitar os benefícios desse sistema. Programa SEBRAE de apoio ao cooperativismo. 2005, p. 20. Disponível em www.sebrae.com.br. Acesso em 12/05/2012.

SOUSA, Almir Ferreira de. CHAIA, Alexandre Jorge. **Política de Crédito: Uma Análise Qualitativa dos Processos em empresas**. Caderno de Pesquisas em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – USP. Julho/Setembro, v. 07, nº 3, São Paulo, 2000.

TOSINI, Maria de Fátima Cavalcante. BASTOS, Alexandre Martins. **Governança Cooperativa: as funções de fiscalização e controle em Cooperativas de Crédito no Brasil Identidade, valores e governança das Cooperativas.** V Encontro de pesquisadores Latino-Americanos de cooperativismo. 06-08 Agosto, p. 20, 2008. Ribeirão Preto. Disponível em www.bcb.gov.br. Acesso em 28/03/2012.



PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DE SABERES NA ÁREA DA SAÚDE: UMA REFLEXÃO SOBRE A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

STAHLSCHMIDT, Ana Paula Melchiors[1]

RESUMO

O texto, elaborado a partir de considerações da autora sobre sua pesquisa de pós doutoramento, aborda a formação profissional na área da saúde, enfatizando a relevância da construção de saberes desenvolvidos fora do âmbito universitário. Baseado nos referenciais e formas de condução metodológica que orientam a pesquisa psicanalítica, o estudo utilizou entrevistas com profissionais e estudantes inseridos em atividades de formação desenvolvidas em espaços não acadêmicos, bem como uma oficina de produção textual, oferecida a interessados em elaborar de relatos de experiências sobre seu fazer cotidiano. O trabalho evidenciou a importância de estágios, práticas e residências na formação profissional e propõe uma reflexão sobre a função dos orientadores enquanto participantes destes processos. Comenta ainda a relevância da implicação subjetiva na qualidade do fazer profissional, o prazer dos entrevistados em participar de atividades de transmissão e formação e a dificuldade observada entre profissionais em relatarem suas reflexões sobre suas práticas através de textos. Finalmente, menciona os efeitos da proposta de oficina de produção textual desenvolvida, possibilitando que os participantes sintam-se mais seguros a utilizar a escrita como modo de sistematizar e socializar os saberes produzidos no cotidiano dos serviços.

[1] A autora é pós doutora e doutora em Educação. Docente e coordenadora do curso de Psicologia da UNIFIN – Faculdade São Francisco de Assis. Psicóloga e psicanalista na Enlace – Clínica e Projetos Interdisciplinares. É autora do livro “A Canção do Desejo: a música na relação pais-bebê” e de artigos na área da Psicanálise, Psicologia Clínica e Formação de profissionais na área da saúde. Email: stahls@ufrgs.br ou psicologia@saofranciscodeassis.edu.br

Palavras-chave: Formação profissional. Sistematização e socialização de saberes. Oficinas de elaboração de texto.

ABSTRACT

This paper, drawn from considerations pinned by the author on her postdoctoral research project, discusses professional training to work in the health care field, emphasizing the importance of recognizing the knowledge outside the academic scenario. Based on the references and methodologies that guide psychoanalytic research, this study used interviews with professionals and students trained in a non-academic environment. It also references to a workshop for production of texts, offered to individuals interested in preparing reports about their own day-to-day experiences. The study discusses the importance of internships and residency programs - based on the apprenticeship model of 'learning on the job', and reflects on the role of the mentors throughout these processes. It also comments on the relevance of subjective implication on the quality of such professional activity, the pleasure of respondents participating in broadcast activities and training, and the difficulty observed among professionals in reporting their reflections about their practices through texts. Finally, it is mentioned the effects of this proposal, which has enabled participants to feel more secure to use writing as a way to socialize and systematize the knowledge developed on their own professional practice.

Keywords: Professional training. Systematization and socialization of knowledge. Workshops writing texts.

RESUMEN

El texto, elaborado a partir de las consideraciones de la autora sobre su investigación post doctoral, aborda la formación profesional en salud, destacando la importancia de la construcción del conocimiento desarrollado fuera de la universidad. Sobre la base de las referencias y las formas metodológicas de conducción que guían la investigación psicoanalítica, el estudio utilizó entrevistas con profesionales y estudiantes colocados en las actividades de formación desarrolladas en instituciones no académicas, así como los resultados de un taller de escritura, que se ofreció a interesados en la preparación de informes sobre las experiencias de su rutina diaria. Este trabajo muestra la importancia de internados, residencias y la práctica en la formación profesional y propone una reflexión sobre el papel de los mentores como los participantes de estos procesos. También comenta la importancia de la implicación subjetiva en la calidad de la actividad profesional, el placer de los sujetos que participan en las actividades de difusión y capacitación y la dificultad observada entre los profesionales al informar sus reflexiones acerca de sus prácticas a través de los textos. Por último, el documento menciona los efectos del taller de la escritura propuesto, que permite a los participantes que se sientan más seguros de utilizar la escritura como una forma de sistematizar y socializar el conocimiento producido en los servicios cotidianos.

Palabras clave: Formación professional. Sistematizar y socializar el conocimiento. Talleres de producción de textos.

A formação de profissionais para atuação na área da saúde é um tema complexo, que convoca à reflexão pensadores oriundos de diversos campos do conhecimento. Preocupações com este tema estiveram presentes no Brasil desde o período colonial, levando à criação da primeira faculdade do país, o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia da Bahia, em 1808 (MENDONÇA, 2000). Alguns autores, como Amoretti (2005), nos mostram que, a despeito das mudanças tecnológicas e sociais que ocorreram nos dois séculos que se seguiram ao surgimento deste curso, especialmente após 1950, muitas questões relacionadas às preocupações então observadas permanecem,

demandando esforços e reflexões na busca de compreensão e solução para os problemas evidenciados.

Se, até poucas décadas, percebíamos a saúde, no Brasil, com um forte caráter assistencialista, e direito apenas dos cidadãos que, por estarem formalmente inseridos no mercado de trabalho, faziam jus aos cuidados nesta área, com a implantação do SUS – Sistema Único de Saúde, em 1990 (BRASIL, 1990), a partir da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2002), esta passou a ser considerada direito de todos e dever do Estado. O atendimento em saúde começou a demandar, portanto, profissionais pautados pelas noções de cuidado presentes nos princípios e diretrizes do SUS. Capazes de considerar, assim, o paciente e seu atendimento, a partir de doutrinas que pressupõe a universalidade, a integralidade e a equidade (BRASIL, 1990).

Formar atores para atuar a partir destas concepções, entretanto, não é tarefa simples, especialmente em uma área de atenção ao ser humano em que o status social dos profissionais esteve, durante muito tempo, carregado pelo imaginário social com concepções idealizadas e elitistas, ficando a relação de horizontalidade entre paciente e cuidador prejudicada. Sobre estes aspectos, Amoretti (2005) ressalta que, ainda hoje, observa-se em relação à Medicina, por exemplo, a formação de profissionais que buscam a qualificação especializada em suas áreas e alta competência nas mesmas, mas também encontra-se alto grau de individualismo, elitismo, onipotência em relação à intervenção e paternalismo em relação ao paciente. Embora o autor enfatize especificamente uma área da saúde, podemos pensar que estas características estejam presentes também como resultado da formação em outras especialidades.

Entretanto, se do profissional considerado pelo paciente em uma perspectiva idealizada não se esperava senão uma atuação sem lugar para incertezas e dúvidas, para o cuidador que vai trabalhar no contexto brasileiro contemporâneo, a capacidade de questionar e questionar-se, em um processo de reflexão permanente, mostra-se essencial. É fundamental, como aponta Batista (2004), a formação de atores capazes de possibilitar ao paciente um cuidado integral, pautado por uma ética compromissada com a realidade e as necessidades contemporâneas. Estas capacidades, através de diferentes formas, são enfatizadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos diversos cursos de graduação na área da saúde no Brasil, a exemplo dos cursos de Enfermagem (BRASIL, 2001a), Psicologia (BRASIL, 2011), Medicina (BRASIL, 2001b) e Nutrição (BRASIL, 2001c), entre outros.

Articular prática e teoria, ação e reflexão, portanto, faz parte dos objetivos da formação profissional na área da saúde. Por este motivo, as instituições de ensino superior que oferecem cursos que a compõe devem ter inseridos, em seus currículos, atividades diretas de contato com o paciente, organizadas na forma de práticas e estágios, como nos mostram as diretrizes curriculares mencionadas. Embora não garantam, necessariamente, a reflexão sobre a própria ação, tais atividades demandam do estudante, ao menos, a articulação teórico-prática e o contato com algumas nuances da realidade em que estarão inseridos após a graduação. Neste sentido, Ceccim e Feuerwerker (2004) enfatizam a importância da formação em serviço na área da saúde, ressaltando não apenas a relevância da mesma para a qualificação profissional, mas também como aspecto gerador de mudanças para os serviços e sistema como um todo.

Podemos pensar, assim, que as atividades em que tem lugar este contato do aluno com a realidade mostram-se fundamentais em sua formação. Se desenvolvidas como atividades curriculares, são, normalmente, orientadas em co-parceria por supervisores de estágio vinculados a universidade e ao local onde se realiza a prática. Este último, geralmente tem papel fundamental na formação do novo profissional, compartilhando experiências práticas e orientando ações no cotidiano das instituições em que estão inseridos e no cuidado com os pacientes nesta atendidos.

Não podemos esquecer, entretanto, que apesar de diversos movimentos buscando romper os hiatos entre a formação teórica e a prática, observados em diversas ações no contexto da educação superior brasileira, estamos inseridos em um modelo social e, consequentemente educacional, que ainda apresenta uma racionalidade pautada pelo modelo cartesiano de ciência e pesquisa (CAPRA, 1982). Saber e fazer, neste contexto, se apresentam fragmentados, e os profissionais que constroem conhecimentos e os que atuam junto ao paciente, muitas vezes, ficam divididos entre o campo acadêmico, a partir do qual se espera um pensar e a produção teórica decorrente, e o campo da prática, a partir da qual se espera um atendimento efetivo das questões demandadas no fazer cotidiano.

Dito de outra forma, embora a reflexão seja considerada como desejável na formação e enfatizada como habilidade a ser preservada e estimulada ao longo do percurso profissional, o que se observa, muitas vezes, é que ainda que seja realizada, desta não advém conhecimentos que possam ser sistematizados e socializados. Embora tais conhecimentos possam ser transmitidos a partir do contato do profissional com estudantes ou mesmo com outros profissionais, de modo geral, as experiências

vivenciadas e as conclusões destas decorrentes não são transformadas, por exemplo, em trabalhos que possam ser compartilhados com outros atores da área. Isto gera um processo de “re-invenção da roda”, visto que, muitas vezes, diante de realidades semelhantes, os profissionais inseridos nas instituições são convocados a resolver problemas parecidos, buscando soluções que, uma vez que não são socializadas, tem que ser novamente buscadas, por outros atores, em espaços de atuação com contextos similares.

Diante destas observações, mostra-se fundamental estender o exercício de articulação teórico-prática para além das atividades que compõe o currículo dos cursos de graduação, estimulando profissionais inseridos nos mais diversos cenários da área da saúde a construírem formas de transmitir suas experiências e, desta forma, enriquecer a produção de saberes fundamentais à prática em seus campos de conhecimento e atuação.

Buscando uma alternativa, entre outras possíveis, para a integração entre prática e teoria e, especialmente, a criação de um espaço destinado à reflexão sobre a prática profissional, a autora propôs, em sua inserção em uma instituição voltada à educação permanente de atores já inseridos em instituições da área da saúde, especialmente direcionada para a formação de profissionais capazes de atender as necessidades do SUS, oficinas de produção textual.

Como lembra Anastasiou (2004), a metodologia da oficina, entendida como grupo de pessoas dispostas a trabalharem em conjunto buscando o aprofundamento de determinado tema, sob a supervisão de um especialista, tem como característica a aplicação prática de conceitos e conhecimentos, por meio de atividades estruturadas visando a qualificação da prática. No contexto da instituição mencionada, tais oficinas funcionaram, inicialmente, em três edições oferecidas pela instituição como cursos de extensão de quinze horas, com quinze vagas, direcionadas para estudantes e profissionais da área da saúde. Em função da grande demanda pela proposta, e tendo em vista o resultado satisfatório relatado pelos envolvidos, a mesma foi posteriormente ampliada e estendida a um curso de residência em saúde pública, bem como inserida no currículo de diversos cursos de especialização da instituição, desta vez em turmas com 30 a 40 alunos.

Em todos os casos, observou-se, como resultado, um importante movimento, por parte dos participantes, de apropriarem-se do lugar de produtores de saberes, exercitando a articulação teórico-prática em textos que, em muitos casos, foram

posteriormente publicados ou apresentados em eventos da área, como congressos, encontros, seminários.

Tendo em vista o fato de, em sua maioria, os participantes já desenvolverem atividades profissionais em equipes de serviços da saúde, estes foram instrumentalizados sobre diversas modalidades de elaboração de trabalhos científicos e forma de estruturá-los, mas estimulados, especialmente, a optarem por relatos de experiência, visto ser esta uma forma importante de sistematizarem e socializarem suas observações e reflexões decorrentes da prática cotidiana.

A atividade mostrou-se, portanto, um espaço importante de reflexão sobre a experiência profissional, gerando conscientização sobre a relevância da sistematização e socialização dos saberes construídos a partir desta. Foram discutidos ainda, em muitos momentos das oficinas, a importância da educação permanente e da formação em serviço como parte fundamental desta, aspectos preconizados pela Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (BRASIL, 2009).

A relevância destas observações e a preocupação com a formação de novos profissionais levou a autora a buscar um aprofundamento das questões envolvidas, estruturando uma pesquisa desenvolvida como atividade vinculada a um pós-doutorado. Concluída em 2012 e realizada através de entrevistas, grupo de discussão com profissionais e alunos das áreas enfocadas no estudo e complementada pela realização da oficina de elaboração de texto mencionada neste trabalho, a pesquisa investigou a construção e transmissão de saberes fora do âmbito acadêmico.

Inseridas na concepção da pesquisa psicanalítica, as entrevistas não utilizaram roteiro estruturado, mas sim tomaram como fio condutor as associações da pesquisadora e dos entrevistados sobre o tema em questão. Realizadas em contextos diversos, como os espaços de trabalho dos entrevistados ou o consultório da pesquisadora, tiveram sua condução baseada no princípio descrito por Elia (2000), que salienta que toda a pesquisa fundamentada nos referenciais da teoria psicanalítica possui um viés clínico, uma vez que a investigação se dá a partir do lugar de escuta ocupado pelo pesquisador e de causa para o sujeito, nos quais ficam implicados o desejo do analista e o ato analítico. A opção por tal modelo de entrevista teve como efeito uma grande implicação pessoal dos entrevistados na proposta, levando-os a relatarem sua história profissional e acadêmica com interessantes considerações sobre seu percurso pessoal nas diversas opções que foram realizando durante este percurso. As entrevistas, realizadas com três alunos que já haviam realizado ou estavam realizando estágios, três profissionais com reconhecida

competência em sua área de atuação e que desenvolvem atividades de supervisão ou preceptoria em instituições e um grupo formado por profissionais das áreas de saúde e assistência e seus estagiários, todos membros da equipe de uma mesma instituição, evidenciaram aspectos interessantes quanto ao tema investigado. Tanto os sujeitos entrevistados individualmente, como os do grupo escutado, foram escolhidos pela pesquisadora por serem apontados por seus pares, no caso dos profissionais, ou supervisores, no caso dos estudantes, como evidenciando uma atuação com destacada qualidade em seus campos de inserção profissional. Cabe destacar que a inserção de um grupo de discussão entre os instrumentos da pesquisa deu-se por sugestão de um dos entrevistados, que considerou que o mesmo poderia enriquecer a pesquisa realizada, aprofundando os temas abordados através de um debate entre membros de uma equipe considerada de excelência em sua área de atuação. Embora tenham participado da pesquisa profissionais e estudantes das áreas de saúde, educação e assistência social, optamos por enfocar, neste trabalho, os aspectos evidenciados no estudo referentes às temáticas pertinentes à área da saúde.

A partir das entrevistas e grupo, alguns aspectos ficaram evidenciados. Foi possível observar, por exemplo, entre os profissionais e alunos escutados, grande interesse pela realização de seu fazer e busca constante de qualificação para o desenvolvimento do mesmo. Mostrou-se evidente, também, o prazer experimentado por estes sujeitos na realização das atividades e transmissão de seus conhecimentos a estudantes ou pares. Enunciados como “é fundamental gostar do trabalho”, “eu me divirto fazendo isso”, ou “adoro fazer o que faço” repetiram-se nas falas de muitos entrevistados, evocando uma associação entre a realização pessoal na atividade escolhida e a atuação qualificada na mesma, reconhecida por seus pares ao indicá-los como profissionais ou estudantes que se destacam em seu fazer.

Ao lado de questões relativas à área da saúde, o estudo investigou também aspectos referentes à formação para atuação no campo da educação e assistência social e, de modo geral, indicou que as atividades realizadas fora do espaço da universidade mostram-se, na visão dos entrevistados, fundamentais, em todas as áreas, na formação profissional. Estágios e atividades como práticas e residências, instrumentalizam os alunos ou profissionais em formação a desenvolverem as atividades em seus campos de atuação, favorecendo articulação teórico-prática, buscada a partir da experiência cotidiana e das dificuldades desta oriundas. Os profissionais entrevistados salientaram a importância da orientação a novos profissionais em formação, como bastante relevante

também para sua própria reflexão e construção de saberes, enfatizando as concepções da educação permanente. Entretanto, muitos relataram que, embora sintam interesse pela transmissão de conhecimentos a partir de sua prática, tem esta restrita ao contato direto com os alunos inseridos em seus serviços ou mesmo com outros profissionais, com os quais buscam interlocução constante. Mencionaram que, de modo geral, não tem a elaboração de textos ou a apresentação de trabalhos em eventos como atividade cotidiana. Quando questionados sobre os motivos disto, comentaram, muitas vezes, não se sentirem instrumentalizados ou confortáveis com a prática da escrita ou com apresentações para um público maior. A atividade realizada com o grupo de profissionais e estudantes das áreas estudadas reforçou estes aspectos, evidenciando ainda, por parte dos participantes, um certo pesar pela ausência de espaços ou mecanismos através dos quais pudessem compartilhar suas reflexões e observações.

Em relação aos profissionais participantes da pesquisa, o que se observou é que, embora se sintam seguros e confortáveis para transmitir aos alunos e jovens colegas os conhecimentos oriundos da articulação de sua prática com os referenciais de sua área de atuação, percebem dificuldades em ocupar formalmente o lugar de produtores de saberes e transmiti-los. Podemos pensar, portanto, que experiências que certamente poderiam contribuir para a formação de um número mais amplo de sujeitos se perdem, ao não serem sistematizadas e socializadas.

A valorização social da experiência e da pesquisa acadêmica, realizada nos moldes do paradigma cartesiano, em detrimento da reflexão proporcionada pela prática cotidiana, pode ser um dos motivos que levam estes profissionais a não se autorizarem a apresentar em espaços mais formais os saberes que constroem. Embora a revalorização dos saberes extra-acadêmicos venha sendo proposta por autores como Boaventura de Sousa Santos (2005), ainda tendemos a valorizar, socialmente, como saber reconhecido, mais os conhecimentos advindos da academia.

Ao mesmo tempo, podemos considerar, ainda, que a dificuldade descrita pelos entrevistados possa ser originada também da ênfase insuficiente, ao longo de sua formação, quanto à importância de sistematizar os processos de reflexão que ocorrem a partir da prática cotidiana. De fato, em poucos cursos de graduação são especificamente enfocados processos de elaboração de artigos científicos. E os exercícios que poderiam ser considerados significativos neste sentido, como os trabalhos de conclusão de curso, conforme o molde em que são propostos, são estruturados geralmente mais na forma de relatos de pesquisa ou estudos teóricos do que como relatos de experiência.

É neste sentido, e baseada nas concepções da pesquisa-ação, como é descrita por Santos (2005), que a autora optou, além das entrevistas e grupo de discussão descritos, pela realização de mais uma edição das oficinas de elaboração como recurso adicional de coleta de informações para este estudo. Estruturada a partir de processos de autoria e apropriação do lugar de produtores de saberes, esta atividade propôs, ainda, instrumentalização sobre tipos de artigos aceitos por periódicos, normas quanto a sua elaboração, formas de buscar o espaço adequado à proposta de cada temática e autor, modos de submissão, entre outros aspectos.

Na edição realizada como parte deste estudo, estes aspectos foram distribuídos em cinco encontros de três horas. Participaram profissionais da área da saúde, mas também uma estudante de ciências da computação, três assistentes sociais e uma arquiteta. Todos os participantes manifestaram, em um questionário inicial, a dificuldade de escrever sobre seu fazer e interesse em buscar formas de compartilhar suas reflexões e observações provenientes do fazer cotidiano. Comentaram, também, que a oficina mostrava-se uma forma importante de autorizarem-se a “arriscar” a elaboração de textos científicos, atividade a que estavam pouco habituados e sentiam como pouco estimulada, em seus espaços de trabalho, inclusive pelos gestores. Portanto, após exercícios e atividades visando a reflexão sobre processos de autoria e instrumentalização sobre aspectos essenciais à elaboração de textos científicos, os participantes iniciaram a elaboração de textos sobre experiências relacionadas a seu fazer profissional. Estes textos, embora não concluídos até o final da oficina, mostraram-se importantes como movimentos de colocarem-se como não apenas “consumidores” de saberes produzidos em contextos acadêmicos, mas também como construtores de conhecimentos e sistematização destes, através de formas em que possam ser compartilhados. A oficina foi considerada pelos participantes, portanto, parte importante de um processo de autoria e autorização em relação à transmissão das reflexões advindas de sua prática. Decorridos já alguns meses de sua conclusão, alguns textos de participantes foram concluídos e dois destes encaminhados e aceitos para publicação em periódicos da área da saúde.

É evidente que a proposta aqui apresentada certamente não poderá solucionar a dificuldade descrita quanto à valorização de práticas extra-acadêmicas. Mostra-se necessário uma maior reflexão sobre o fenômeno como um todo, buscando-se também na formação realizada nos cursos de graduação, práticas que possam promover a integração entre a academia e os espaços de inserção profissional. Da mesma forma, a

valorização dos profissionais inseridos nestes serviços e dos saberes advindos de sua prática precisa ser realizada, com a criação de espaços de transmissão que possam utilizar métodos com os quais se sintam confortáveis. Exemplo disso, mencionado por um dos entrevistados, parecem ser os cursos de residência, que para este sujeito vem permitindo um espaço de transmissão mais formal do que um estágio, mas com características diferentes das encontradas na academia, no qual pode participar da formação de novos profissionais, o que relata como altamente gratificante.

Portanto, é evidente que a instrumentalização dos profissionais para a produção de textos através dos quais possam compartilhar suas experiências está muito longe de ser a única alternativa na criação de práticas de integração teórico-prática. Mas as oficinas de produção textual mostraram-se um recurso interessante para aqueles que não utilizam a elaboração de artigos para socializar suas experiências apenas por não se sentirem habilitados ou seguros. Consequentemente, talvez a investigação realizada possa apontar um exemplo, entre outros possíveis, de uma prática que torna viável, aos envolvidos, se apropriarem de seus saberes, valorizando-os através da sistematização e socialização. Neste movimento, e enfatizando a importância de que propostas semelhantes possam estar inseridas já nos cursos de graduação, compartilhamos com Santos (2005) suas considerações sobre a necessidade de se repensar certos aspectos da formação acadêmica e resignificar o valor atribuído aos saberes que são produzidos na intensa e rica experiência de todos que não optam, necessariamente, pela universidade como seu espaço de atuação e reflexão.

REFERÊNCIAS

Amoretti, Rogério. A Educação Médica Diante das Necessidades Sociais em Saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p.136-146. maio/ago. 2005.

Anastasiou, Léa G.C.; Alves, Leonir P. Estratégias de ensinagem. In: Anastasiou, Léa G.C.; Alves, Leonir P. (Orgs.). *Processos de ensinagem na universidade*: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville: Univille, 2004.

Batista, Nildo A. Planejamento na Prática Docente em Saúde. In: Batista, Nildo A; Batista, Sylvia Helena (orgs). *Docência em Saúde*: temas e experiências. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2004.

Brasil. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Psicologia.* Brasília: CNE/CES, 2011, disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7692&Itemid=

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. *Política Nacional de EducaçãoPermanente em Saúde.* Brasília: Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume9.pdf>. Acesso em: 12 out. 2011.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. São Paulo: Saraiva, 2002.

Brasil. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem.* Brasília: CNE/CES, 2001a, disponível em: http://www.mec.gov.br/cne/pdf/CES03.pdf.

Brasil. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina.* Brasília: CNE/CES, 2001b, disponível em:http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04.pdf

Brasil. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição.* Brasília: CNE/CES, 2001c, disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf.

Brasil. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080/90 – SUS. *Dispõe sobre as condições paraa promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências*. Brasília: MS, 1990.

Capra, Fritjof. *O ponto de mutação*: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. SãoPaulo: Cultrix, 1982.

Ceccim, Ricardo. B.; FEUERWERKER, Laura. C. M. O quadrilátero da formação para a área da saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. *Physis*: Revista Saúde Coletiva, v.14, n.1, p.41-65. 2004.

Elia, Luciano. Psicanálise: clínica e pesquisa. In: Albertini, S; Elia, L. (Orgs.). *Clínica e pesquisa em Psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000.

Mendonça, ***Ana Waleska P. C. A universidade no Brasil***. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, n.14, p.131-150. Jul 2000.

Santos, Boaventura de S. *A universidade no século XXI*: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005.



ANEXO 1

CADASTRO AVALIADOR DA REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS

DADOS PESSOAIS

NOME:		
NACIONALIDADE:		
E-MAIL:		
Nº CPF:		SE ESTRANGEIRO Nº. PASSAPORTE: PAÍS:
Endereço Preferencial para receber Correspondências:		

ORIGEM

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: SIGLA DA IES: Unidade Institucional onde atua:

Atua no(s) Programa(s):

OUTRAS INSTITUIÇÕES/EMPRESAS ONDE ATUA:

TITULAÇÃO

Pós-Doutorado	( ) Ano de Conclusão: _____
Doutorado	( ) Ano de Conclusão: _____
Mestrado	( ) Ano de Conclusão:_____
Graduação	( ) Ano de Conclusão:_____

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE JULGAREM IMPORTANTES



ANEXO 2

FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO

Revista Eletrônica de Educação

Parecer emitido por:

Data: ____/____/_____.

Título do Artigo:

1- RELEVÂNCIA E PERTINÊNCIA DO TRABALHO PARA A ÁREA DE PESQUISA:

( ) MUITO RELEVANTE

( ) RELEVANTE

( ) POUCO RELEVANTE

( ) NÃO PERTINENTE A ÁREA

2- CLAREZA NAS RELAÇÕES ENTRE AS PARTES QUE CONSTITUEM UM ARTIGO CIENTÍFICO:

( ) MUITO RELEVANTE

( ) RELEVANTE

( ) POUCO RELEVANTE

( ) NÃO PERTINENTE A ÁREA

3- COERÊNCIA NA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA E NA ARGUMENTAÇÃO:

( ) MUITO RELEVANTE

( ) RELEVANTE

( ) POUCO RELEVANTE

( ) NÃO PERTINENTE A ÁREA

4- INTERLOCUÇÃO COM A PRODUÇÃO DA ÁREA:

( ) MUITO RELEVANTE

( ) RELEVANTE

( ) POUCO RELEVANTE

( ) NÃO PERTINENTE A ÁREA

5- ORIGINALIDADE NA CONTRIBUIÇÃO PARA A ÁREA:

( ) MUITO RELEVANTE

( ) RELEVANTE

( ) POUCO RELEVANTE

( ) NÃO PERTINENTE A ÁREA

6- REDAÇÃO:

( ) MUITO RELEVANTE

( ) RELEVANTE

( ) POUCO RELEVANTE

( ) NÃO PERTINENTE A ÁREA

7- ADEQUAÇÃO DO FORMATO DO TEXTO ÀS NORMAS DA REVISTA E DA ABNT:

( ) MUITO RELEVANTE

( ) RELEVANTE

( ) POUCO RELEVANTE

( ) NÃO PERTINENTE A ÁREA

8- ACEITAÇÃO:

( ) ACEITO

( ) ACEITO, COM RESTRIÇÕES.

( ) NÃO ACEITO

9- COMENTÁRIOS E SUGESTÕES PARA OS AUTORES:

10- COMENTÁRIOS E SUGESTÕES AOS EDITORES:



ANEXO 3

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS – RGSN, PARA DIVULGAÇÃO CIENTIFICA COM ABORDAGEM MULTIDISCIPLINAR, DA FACULDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS/UNIFIN.

A **REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS – RGSN** é um periódico quadrimestral da Faculdade São Francisco de Assis/UNIFIN, com contribuições de autores do Brasil e do Exterior. Publica trabalhos vinculado as áreas de conhecimentos: Gestão, Sustentabilidade, Ambiente e Negócios, com enfoque multidisciplinar, na forma de artigos científicos, abriu chamada para submissão de artigos inéditos para publicação no seu número de 01/2013. Prazo para entrega dos originais: 22 de maio de 2013. Para os demais números ver os prazos e condições no item 4 deste documento.

1. A **REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS – RGSN** aceita para publicação artigos inéditos de autores brasileiros e estrangeiros nas áreas de conhecimentos: Gestão, Sustentabilidade, Ambiente e Negócios, resultantes de estudos teóricos, pesquisas e relatos de experiências. Excepcionalmente poderão ser publicados artigos de autores brasileiros ou estrangeiros editados anteriormente em livros e periódicos que tenham circulação restrita no Brasil.

2. Os artigos originais (português, espanhol ou inglês) devem ter entre 15 e 20 laudas, digitados em papel A4, fonte Times New Roman, no corpo 12, com espacejamento entre linhas 1,5, margens direita/superior/inferior 2,5cm, margem esquerda 3,0 cm, incluindo referências (contar com Ferramentas do processador de textos Word for Windows). Deverão conter resumo (português/espanhol e inglês), com o máximo de 20 linhas, com três palavras-chave e keywords.

3. A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Comitê Científico ou de Colaboradores *Ad hoc*. A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição as áreas de conhecimento aceitos pela Revista e à linha editorial da Revista, a originalidade do tema ou do tratamento dado ao mesmo, assim como a consistência e o rigor da abordagem teórico-metodológica. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pela Comissão Editorial, só serão incorporadas mediante concordância dos autores.

4. Os originais poderão ser encaminhados à Secretaria da Revista por e-mail ou pelo correio, nesse último caso é obrigatório o envio de 3 vias impressas e o arquivo correspondente em CD-ROM. Os artigos para o número correspondente para o primeiro semestre deverão ser encaminhados até 30 de abril do ano vigente e o número correspondente da revista será disponibilizado online na 1ª quinzena de junho do mesmo ano durante a realização da semana acadêmica. Os artigos para o número correspondente para o segundo semestre deverão ser encaminhados até 30 de setembro do ano vigente e o número correspondente da revista será disponibilizado online na 2ª quinzena de outubro do mesmo ano durante a realização da semana acadêmica.

5. As menções a autores, no correr do texto devem subordinar-se à forma AUTOR-DATA (NBR 10520/2002), como nos exemplos: Silva (1989); Silva (1989, p. 43); (SILVA, 1989) ou (SILVA, 1989, p. 95). Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, deverão ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data, por exemplo: (GARCIA, 1995a), (GARCIA, 1995b).

6. As transcrições de até 3 linhas devem estar somente entre aspas duplas; se mais de 3 linhas, fonte 10, sem aspas, recuo de 4 cm, espaço simples. Transcrições de falas de informantes devem estar em itálico, espaço simples, fonte 12, recuo de 2 cm.

7. As Referências, alinhadas a esquerda, devem conter exclusivamente os autores citados no trabalho e ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética, obedecendo às normas atualizadas da ABNT (NBR 6023/2002). Matérias que não contenham as referências ou que as apresentem de forma incorreta não serão consideradas para exame e publicação. Observa-se que as bibliotecárias das Universidades estão aptas a oferecer orientações relativas ao uso correto das mesmas.

8. As notas de rodapé devem ser exclusivamente explicativas. Todas as notas deverão ser numeradas e aparecer no pé de página (usar comando automático do processador de textos: Inserir/Notas).

9. Ao final do texto, o autor deve fornecer dados relativos a sua maior titulação, instituição e área em que atua, últimas duas ou três publicações ou publicações mais importantes, título da pesquisa que está desenvolvendo, bem como indicar o endereço eletrônico e o endereço completo, para correspondência.

10. Os quadros, gráficos, mapas, imagens, entre outras devem ser apresentados dentro do texto, devendo ser numerados e titulados e apresentar indicação das fontes que lhes correspondem. Sempre que possível, deverão ser confeccionados para sua reprodução direta.

11. O envio de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à **REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS – RGSN**. A

Revista não se obriga a devolver os originais das colaborações 3 enviadas. A cada autor principal do artigo, relatos de pesquisa/experiência educativa e resenha serão oferecidos 3 acesso gratuito por publicação. O envio deverá ser para:

REVISTA GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E NEGÓCIOS – RGSN

Faculdade São Francisco de Assis – UNIFIN

Av. Sertório, 253 – Porto Alegre/ RS – CEP 91020-001

Fone: (51) 3014.1800 – Fax: (51) 3014.1848

Site: www.saofranciscodeassis.edu.br

e-mail: revista@saofranciscodeassis.edu.br